

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Departamento de Arquitectura e Urbanismo

MACAU
A administração do Território e as dinâmicas de desenvolvimento comunitário

SUSANA DOS SANTOS CABRITA MATEUS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenho Urbano

Orientador:
Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

Agosto de 2007



MACAU

A administração do Território e as dinâmicas de desenvolvimento comunitário

SUSANA DOS SANTOS CABRITA MATEUS

Be the change you want to see in the world.

Mahatma Ghandi

As organizações comunitárias são o lugar onde as pessoas aprendem a praxis de uma democracia real, a defender uma posição, a ouvir os outros, a decidir em conjunto, a dividir o trabalho que tem de ser feito e a traçar objectivos. É o lugar onde podem ser feitas experiências tanto com pequenos como com grandes assuntos, com toda a alegria e força do trabalho em solidariedade com os outros.

Diego Palma

Na capa: Comunidade, Associação, Desenvolvimento e Pessoas.

GLOSSÁRIO:

ADM	Associação dos Macaenses
AGOM	Associação Geral dos Operários de Macau
APIM	Associação para a Instrução dos Macaenses
APOMAC	Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau
ATFPM	Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau
CAS	Centro de Acção Social
CEPA	<i>Closer Economic Partnership Arrangement</i>
DRP	Delta do Rio das Pérolas
DSEC	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos
DSSC	Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro
DSSOPT	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes
UE	União Europeia
FCCA	Fórum de Cooperação China-África
FM	Fundação Macau
GAF	Gabinete de Acção Familiar
HK	Hong Kong
IAS	Instituto de Acção Social
IH	Instituto de Habitação
MOP	Pataca de Macau
OMC	Organização Mundial do Comércio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PLP	Países de Língua Portuguesa
RAE	Região Administrativa Especial
RAEHK	Região Administrativa Especial de Hong Kong
RAEM	Região Administrativa Especial de Macau
RPC	República Popular da China
SAR	<i>Special Administrative Region</i>
UGAM	União Geral das Associações de Moradores (<i>kaifong</i>)
ZEE	Zona Económica Especial

MACAU - A ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Susana dos Santos Cabrita Mateus

Mestrado em Desenho Urbano

Orientador: Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

RESUMO

A Região Administrativa Especial de Macau foi instituída a 20 de Dezembro de 1999. A liberalização do sector do jogo, no final de 2001, impulsionou ainda mais a já impressionante dinâmica de crescimento económico - entre 1999 e 2005, o PIB cresceu cerca de 96%. O padrão de desenvolvimento económico, aliado ao facto das relações de trabalho serem reguladas por um diploma penalizador dos trabalhadores, tem-se traduzido em desigualdades sociais e num crescimento especulativo e desordenado. Apesar das melhorias registadas no nível de vida médio da população, o colossal aumento populacional (107%, entre 1981 e 2006) gerou uma pressão maior sobre os equipamentos e infraestruturas urbanas, deteriorando a qualidade de vida. Esta situação faz prever o surgimento de novos tipos de procura sócio-jurídica, a exigir novas respostas.

O associativismo em Macau é extremamente rico e diversificado e um produto da longa tradição confucionista que privilegia o grupo e as relações de interdependência entre as pessoas. Nos últimos sete anos as associações em Macau multiplicaram-se a um ritmo impressionante – foram criadas, em média, 258 associações por ano, o que não consubstancia, necessária e exclusivamente, um processo de *empowerment*, mas o subterfúgio encontrado pelo sector político e pelos grupos económicos para eleger, por sufrágio indirecto, deputados à Assembleia Legislativa.

Este trabalho permitiu concluir que o défice democrático no funcionamento do Estado, a sua acção centralizadora, a atitude de liderança das instituições públicas, a atitude paternalista dos dirigentes das associações, a existência de uma cultura de subserviência e a fortíssima dependência das estruturas associativas dos subsídios estatais, levam a que não seja possível desenvolver novos mecanismos de governância e a que, em última análise, as organizações de Economia Social tenham em Macau um funcionamento um pouco *sui generis*, o que condiciona o processo de *empowerment* das populações e impede o surgimento de iniciativas de desenvolvimento local.

Isto não significa que não haja um tímido processo de *self-empowerment* em curso. Algumas organizações comunitárias, com larga tradição histórica em Macau, são disto um exemplo, mas também o são as associações cívicas, as organizações políticas e os movimentos populares de protesto que, nos últimos anos, se têm tornado mais frequentes e participados.

Palavras-Chave: Macau, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Comunitário, Empowerment, Economia Social, Associativismo.

MACAU - THE TERRITORY'S ADMINISTRATION AND THE DYNAMICS OF COMMUNITY DEVELOPMENT

Susana dos Santos Cabrita Mateus

Masters in Urban Design

Supervised by: Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

ABSTRACT

The Special Administrative Region of Macao was established on December 20, 1999. The liberalization of gambling at the end of 2001 further increased the impressive dynamics of economic growth – between 1999 and 2005, GDP rose by about 96%. The pattern of economic development, together the fact that work relationships are regulated by legislation that deeply penalizes workers, has given rise to social inequalities and speculative and irregular growth.

Despite the improvement actually verifiable in average people's living conditions, the huge population increase (107% between 1981 and 2006) has led to an increasingly greater pressure on human and urban infrastructures thereby worsening the quality of life. This situation may lead to the increase in new types of socio-legal demand, which will entail new responses.

The culture of association is extremely rich and diverse in Macao and derives from the long Confucian tradition in which the groups and relationships of interdependence among people prevail. In the last seven years associations have mushroomed at an impressive speed – on average, 258 associations were established each year, which does not necessarily correspond to a process of empowerment, but rather to an undercover way used by the public sector and the economic groups to elect representatives to the Legislative Assembly through indirect vote.

This research has made it possible to conclude that the democratic deficit within the government, its centralizing action, the leadership attitude of public institutions, the paternalistic attitude of association leaders, the existence of a culture of subservience and the deeply dependence of association structures on state subsidies make it impossible to develop new governance mechanisms and ultimately make Macao Social Economy organizations work in a peculiar way, which curtails the process of the populations empowerment and prevents the appearance of local development initiatives.

This does not mean that a timid process of self-empowerment is not underway. Some community organizations, with a long historic tradition in Macao are the example of this, as well as civic associations, political organizations and popular protest movements, which in recent years have grown more visible and attracted more people.

Key-words: Macao, Local Development, Community Development, Empowerment, Social Economy, Association Culture.

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de agradecer a um conjunto de pessoas sem as quais não me teria sido possível terminar este trabalho. Um primeiro agradecimento ao Professor Roque Amaro pelo apoio na introdução de melhorias e na correcção da fase final do trabalho. Um agradecimento também ao Professor Doutor Moisés Fernandes, pela gentileza e pelos contactos que me possibilitou. O meu muito obrigada à Dr.^a Conceição Gomes, que contactei a propósito deste “Pequeníssimo Dragão” e que, gentilmente, me apresentou (por e-mail) a Professora Leong Leng Sao, a quem agradeço o facto de ter tentado ajudar-me (com o apoio da Dorothy) a contactar as *kaifong*, ainda que sem sucesso.

A todos os que entrevistei e que aceitaram dispensar-me o seu tempo, partilhando comigo opiniões e vivências. Ao Dr. Rui Rocha, administrador-delegado da Fundação Oriente, pela amabilidade em analisar comigo a situação actual da RAEM e pela bibliografia que me facultou. Ao Sr. Liu que, numa conversa muito interessante, me explicou algumas características do associativismo e da cultura chinesa e me apresentou a sua associação. Ao Dr. José Pereira Coutinho, à Dr.^a Rita Santos, ao Dr. Alexandre Correia da Silva e ao Dr. Salles Marques pelo tempo que me disponibilizaram e pelo que partilharam comigo. Ao Dr. António Ng Kuok Cheong pelo importante contributo na análise histórica do associativismo em Macau e pela sua luta pela implementação de um sistema democrático. Ao Dr. Miguel de Senna Fernandes por me ter permitido festejar a existência da Associação dos Macaenses. Ao Sr. Francisco Manhão pela simpatia com que me apresentou a APOMAC, a que se dedica com tanto empenho.

Um agradecimento muito especial à Professora Maria Antónia Espadinha, da Universidade de Macau, pela simpatia com que se dispôs a ajudar-me e por me ter apresentado o Ernesto de Sousa, o Leong Chi Piu (Telmo), o Tai Wai (Diogo), a Lei Si Wan (Micaela), a Chang Lek Ka (Inácia), a Sou Cheng Man (Lídia), a Leong Man Teng (Lídia), o Wong Chi Long (António), a Sin Mei Chan (Sandra), a Chong Chak In (Teresa), a Mak Kuan Weng (Madalena), a Sio Cheok Cheng (Isabel), a Lam Sok I (Olga), a Cheong Weng g (Rafaela), a Lei Lan Lan (Rita) e a Lio Kun Hong (Cristina), alunos do curso de Verão de Língua e Cultura Portuguesa e meus muito aplicados agentes de inquérito, sem os quais não teria sido possível levar a tarefa a bom porto.

Ao Alfredo Conceição e à sua mulher Isabela Chan que tão amavelmente se ocuparam da tradução do inquérito para chinês. Ao Lam Io Fai que “desenhou” algumas palavras em lindos caracteres chineses.

À Mãe Dalila e ao Pai Álvaro, sempre dispostos a ajudar, pelas sugestões, pelo apoio em aspectos mais práticos (fotocópias, encomendas, telefonemas e revisão do texto), pelo incentivo para que continuasse a trabalhar apesar das dificuldades e, principalmente, pelo Amor que só os *Papás* sabem dar (apesar da distância!). À *mãe* Ana pelo afecto, pela disponibilidade e pela ajuda preciosa nas traduções.

Ao Zé Pedro pelo carinho, pelo incentivo, pelo estímulo da opinião e da crítica e pela imensa paciência... Obrigado por seres quem és!

A todos o meu Muito Obrigado. Bem hajam!

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJECTO E CONSIDERAÇÕES BREVES	1
1.2 BIBLIOGRAFIA, FONTES E METODOLOGIA	2
1.3 E OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES A VERIFICAR	4
1.4 PLANO DE TRABALHO	4
2. DELIMITAÇÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS	6
2.1 DESENVOLVIMENTO VS CRESCIMENTO ECONÓMICO	6
2.2 GLOBALIZAÇÃO – DESAFIOS E OPORTUNIDADES. NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO	10
2.3 DESCENTRALIZAÇÃO, GOVERNÂNCIA, CIDADANIA, <i>EMPOWERMENT</i> E PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE-PROVIDÊNCIA. ECONOMIA SOCIAL	22
2.4 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	29
2.5 ASSOCIAÇÕES LOCAIS DE BEM-ESTAR SOCIAL	32
3. MACAU E O PERÍODO DE TRASIÇÃO	36
3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU	36
3.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO	36
3.1.2 BREVE SÍNTESE HISTÓRICA DE MACAU	37
3.1.3 POPULAÇÃO E DEMOGRAFIA	40
3.1.4 CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA	45
3.1.4.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÓMICA DE MACAU	46
3.1.4.2 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS	49
3.1.4.3 O SECTOR DO JOGO E O TURISMO NA RAEM	52
3.1.5 A CIDADE DE MACAU. EVOLUÇÃO URBANA E CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	55
3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL DA RAEM	61
3.3 A RAEM NO CONTEXTO MUNDIAL	64
3.4 EVOLUÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL	68
3.5 POLÍTICAS SOCIAIS - O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES	72
3.6 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DA RAEM	78
4. ACTORES LOCAIS E ESTRATÉGIAS	83
4.1 TRAÇOS DA SOCIEDADE CHINESA. ORIGEM E DINÂMICA DAS ASSOCIAÇÕES	84
4.2 O ASSOCIATIVISMO EM MACAU	88
4.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO RECENTE	88
4.2.2 CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO EM MACAU	91
4.2.2.1 QUANTIFICAÇÃO E PERIODIZAÇÃO	93
4.2.2.2 PERFIL FUNCIONAL	96
4.2.2.3 INFLUÊNCIA SOCIAL	98
4.2.2.4 ORIENTAÇÃO POLÍTICA	99
4.3 ASSOCIAÇÕES – CASOS DE ESTUDO	100
4.3.1 NOTA INTRODUTÓRIA	100
4.3.2 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES - <i>KAIFONG</i>	101
4.3.3 ASSOCIAÇÕES SOCIAIS, DE BENEFICÊNCIA E AJUDA MÚTUA	107
4.3.4 ASSOCIAÇÕES DE MATRIZ PORTUGUESA	110
4.3.5 ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS	114
4.3.6 ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	116
4.3.7 ASSOCIAÇÕES CÍVICAS	118
4.3.8 ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E DE AMIZADE	119
4.3.9 ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS	121
4.4 RELAÇÃO COM O ESTADO	122

4.4.1 DESCONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS – CENTROS DE ACÇÃO SOCIAL E APOIO A ASSOCIAÇÕES.....	123
4.4.2 ANÁLISE DO FINANCIAMENTO ESTATAL ÀS ASSOCIAÇÕES	126
4.5 INQUÉRITO À POPULAÇÃO. AVALIAÇÃO DA REAL IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO EM MACAU	131
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
5. CONCLUSÃO E REFLEXÃO SOBRE AS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	139
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	151

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Evolução da População, entre 1867 e 2006.....	42
Figura 2: Pirâmides etárias total e por naturalidade da população residente, 2001.....	44
Figura 3: População residente nascida fora de Macau por tempo de permanência no Território, em 2001	45
Figura 4: Pop. empregada em função dos escalões de rendimento.....	47
Figura 5: PIB a preços correntes, txs de crescim. reais, 1992-2005	50
Figura 6: Evolução do n.º de visitantes, 1998-2006	54
Figura 7: Evolução Urbana da Península de Macau – 1764, 1796, 1887, 1912, 1936, 1986, 1991 e 2005	57
Figura 8: Aterros realizados/em execução desde 1912.....	58
Figura 9: Redes de interligação - Guanxi.....	87
Figura 10: Distribuição dos inquiridos por grupos etários	133
Figura 11: Tipo de associação em que estão inscritos os inquiridos	134
Figura 12: Importância atribuída às associações.....	134
Figura 13: Razões apontadas pelos inquiridos para não recorrer mais a associações.....	134

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1: Estratégias para o desenvolvimento local.....	19
Quadro 2: Potencialidades e debilidades das iniciativas de desenvolvimento local.....	20
Quadro 3: Mudanças necessárias nos valores e práticas dos parceiros	31
Quadro 4: Evolução da População Residente, entre 1867 e 2006.	41
Quadro 5: População Residente na actual RAEM, por local de nascimento	43
Quadro 6: Evolução da População activa, Taxas de actividade, desemprego e subemprego, 2001 e 2005.	46
Quadro 7: Distribuição da população empregada por grupos de profissões, em 2005.....	47
Quadro 8: Principais indicadores macro-económicos, 1998-2005	51
Quadro 9: População Residente, Área e Densidade Populacional, por freguesia, 1970 a 2001.....	59
Quadro 10: Periodização do registo de associações	95
Quadro 11: Perfil funcional das Associações.....	97
Quadro 12: Exemplos de subsídios atribuídos pela Fundação Macau, 1º e 2º Trimestres de 2007	127
Quadro 13: Somatório dos subsídios recebidos pelas associações analisadas (casos de estudo), entre 2001 e 2007	129
Quadro 14: Montante dos subsídios atribuídos pela Fundação Macau, 2000 a 2006.....	130
Quadro 15: Distribuição percentual dos subsídios concedidos pelas áreas estatutárias da Fundação.....	130
Quadro 16: Zona de residência da população inquirida.....	132

1. INTRODUÇÃO

1.1 OBJECTO E CONSIDERAÇÕES BREVES

O modelo económico de produção em massa levou ao aumento do número de indivíduos dependentes do “fornecimento de trabalho” sem capacidade para o “criar” ou “procurar” e levou também a que as comunidades se vissem dependentes de centros de decisão distantes, tendo pouca intervenção em processos com implicações directas nas suas vidas. A consciência das dificuldades criadas por este modelo induziu o aparecimento de novas respostas e estimulou uma renovada discussão sobre as alternativas ao modelo de desenvolvimento.

Surgiram novas teorizações que colocam a ênfase na escala local e pressupõem a autonomia das comunidades para satisfação das suas necessidades e promoção da melhoria das suas condições de vida, numa perspectiva integrada e à custa das suas próprias capacidades, isto é, mobilizando o seu potencial endógeno. O desenvolvimento “a partir de baixo” é um modelo que se eleva contra “a ditadura das grandes estruturas que esterilizam a imaginação criadora dos actores e dispensam os recursos humanos” (Pecqueur, 1989, p.46).

Conceitos como o de desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1996) convocam para a linha da frente a sociedade civil (conjunto de associações que se encontram à margem das economias estatal e empresarial, mas têm capacidade para se assumirem como centros autónomos de acção), organizada em comunidades independentes onde a tomada de decisão se faz com base numa democracia participativa e na aprendizagem social pela experiência. Trata-se de impulsionar o *empowerment* político e social das comunidades, promovendo a sua inclusão num sistema reestruturado que não as torne redundantes.

Boaventura de Sousa Santos (Santos et. al., 1998) diz-nos que o associativismo em Macau é muito rico e um produto da sociedade chinesa. Mas será possível identificar lógicas de desenvolvimento local na forma como estas organizações funcionam? Estará a sua origem associada à falta de intervenção do Estado (particularmente durante a Administração Portuguesa)... à sua demissão relativamente a responsabilidades que seriam suas? Ou estará associado a factores de exclusão social? Ou ainda ao surgimento de novas formas de governância e de descentralização? Existirão em Macau organizações de economia social?

A sociedade reflecte-se na forma como se organizam e actuam os movimentos sociais e, por sua vez, beneficia da sua evolução, num processo estratégico e interactivo (Comeau, 2004, pp.70-74). **Que tipo de sociedade é a de Macau? Que papel têm afinal as associações? Que dimensões assume o associativismo?** Estas são questões a que esperamos dar resposta com este trabalho. Mais, **queremos perceber que impacte teve (tem) a passagem da administração do Território para a República Popular da China na forma como a sociedade se organiza ao nível comunitário e associativo.** Queremos perceber como é que a sociedade da Região Administrativa Especial de Macau, através das suas organizações comunitárias, respondeu ao novo modelo de crescimento económico e ao novo enquadramento político, económico e administrativo. Nas palavras de Emily

Tran, socióloga, “Em Macau, estamos num ponto histórico de viragem, de superação, de renovação da identidade. Isso é que é importante saber, que novas formas vai tomar”. **Queremos saber que novos rumos levou o associativismo.**

O interesse desta dissertação assume, em nossa opinião, três dimensões: (i) *interesse social* – uma vez que irá permitir aferir a importância deste tipo de organizações numa sociedade como a da RAEM, tendo em conta, não só o contexto cultural e social, mas também a evolução histórica e administrativa do Território; (ii) *interesse político* – já que o tema proposto pode ser útil à compreensão da importância assumida pelo modelo político-institucional e administrativo na como este influencia a sociedade e os seus mecanismos de desenvolvimento, podendo ainda permitir identificar formas de governância úteis noutros contextos; e (iii) *interesse científico* – uma vez que constituirá um pequeno contributo para a compreensão duma importante dimensão da sociedade chinesa, permitindo ainda verificar até que ponto se aplicam a esta realidade e à sociedade chinesa conceitos desenvolvidos noutros contextos (EUA ou América Latina).

Este trabalho é, para nós, um desafio e uma oportunidade. Melhor: um desafio criado pela oportunidade de viver em Macau, pela oportunidade de conviver com uma sociedade tão diferente e com hábitos culturais e sociais tão díspares. Um desafio em termos de enriquecimento pessoal e em termos profissionais que esperamos colha resultados importantes e úteis.

1.2 BIBLIOGRAFIA, FONTES E METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, pudemos consultar uma vasta bibliografia sobre desenvolvimento local e comunitário, bem como sobre temáticas como governância, *empowerment*, economia social, entre outras, consideradas com interesse e que enformam a sua base conceptual. Consultámos ainda literatura importante sobre a transição e evolução política, económica, administrativa e social da RAEM.

No tocante às fontes, além de dados e elementos recolhidos junto de organismos estatais, principalmente da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, mas também da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro e do Instituto de Acção Social, utilizámos algumas informações publicadas nos jornais locais (nomeadamente notícias, entrevistas e declarações de representantes de órgãos oficiais, publicadas em mais do que um jornal de modo a que pudéssemos comparar e confirmar a informação), recorremos a algumas informações divulgadas na Internet (quer em sítios governamentais, quer em sítios particulares, por exemplo, para obtenção de dados relativamente às características dos empreendimentos turísticos e casinos) e realizámos algumas entrevistas. Algum do material das fontes encontra-se em anexo a este trabalho.

A escolha das fontes, mesmo no caso de órgãos oficiais, nem sempre foi fácil – em determinadas situações os dados publicados variam consoante a entidade consultada ou até mesmo quando se trata da mesma entidade, mas de publicações diferentes (é o caso da informação publicada pela DSEC, por exemplo).

Por outro lado, nem sempre a informação fornecida correspondia ao que havíamos solicitado ou era facilitada num formato que permitisse trabalhá-la. Foi o que aconteceu com a listagem das associações inscritas junto dos Serviços de Identificação, como teremos oportunidade de verificar no capítulo 4.

As entrevistas realizadas constituem uma importante fonte de informação no que toca ao associativismo – à forma como se organizam as associações, ao seu funcionamento, às acções empreendidas, ao modo como interagem com organismos governamentais e entidades parceiras, etc.. Obviamente, temos noção de que esta é uma fonte que tem algumas limitações, especialmente numa sociedade “fechada”, às vezes quase “impenetrável”, como é a chinesa. Nem sempre as informações são passadas com o rigor necessário, nem sempre correspondem à leitura que o entrevistador faz delas, particularmente quando há uma diferença cultural entre entrevistador e entrevistado, e, nos casos em que não é falada a mesma língua e é necessário recorrer a intérpretes, nem sempre são traduzidas com a exactidão necessária. Ainda assim, tendo em conta a informalidade da maior parte destas organizações, são a única forma de as *descobrir*. Fizemos um esforço por confirmar as informações ao longo de cada reunião, utilizando apenas as que se nos afiguraram mais plausíveis. Por outro lado, apesar de não ser possível garantir a imparcialidade das leituras dos entrevistados ou a exactidão das informações, as entrevistas, se utilizadas com o devido cuidado, são talvez a melhor forma de apreendermos aspectos que, de outra forma, nos passariam despercebidos.

A escolha dos entrevistados foi realizada tendo em conta a evolução recente do associativismo em Macau e a influência social das instituições. Assim, tentámos garantir a diversidade dos casos de estudo analisados, mas também a sua importância e representatividade no conjunto das organizações associativas de Macau e, particularmente, em cada área de actividade. Infelizmente, nem todas as associações contactadas nos puderam (ou quiseram) receber – é o caso das *kaifong*, de algumas associações cívicas e da Casa de Portugal.

Em praticamente todas as entrevistas realizadas procurámos, não só reunir dados sobre o associativismo, mas também recolher a opinião dos entrevistados sobre a evolução recente da RAEM e das associações e sobre os desafios e oportunidades que se lhes colocam actualmente. Algumas das pessoas contactadas e/ou entrevistadas constituíram-se como observadores neutros uma vez que não tinham qualquer ligação a associações, mas contribuíram com a sua visão sobre a evolução da RAEM e com a sua experiência de vida em Macau. É o caso do Dr. Rui Rocha, da Professora Maria Antónia Espadinha ou da Dr.^a Rita Santos.

Também nós nos constituímos como observadores neutros uma vez que a nossa permanência na RAEM ao longo do período de elaboração deste trabalho, nos permitiu perceber um pouco melhor a realidade de Macau e alguns aspectos que escapam, por certo, a quem visita o Território. Permitiu-nos contactar com uma série de residentes, beber as suas vivências e opiniões, e manter um olhar atento relativamente às notícias que diariamente eram publicadas nos jornais e relativamente aos acontecimentos que iam tendo lugar.

Finalmente, é importante destacar que, para facilitar, nos referimos muitas vezes à Região Administrativa Especial de Macau como “Macau” ou “Território”. Quando nos queremos referir apenas à península de Macau, excluindo a Taipa e Coloane, utilizamos a designação “península de Macau”. Tal como no caso de Macau, a utilização do termo “Hong Kong” refere-se à Região Administrativa Especial de Hong Kong.

1.3 E OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES A VERIFICAR

O objectivo central deste trabalho é o de **conhecer as dinâmicas comunitárias em Macau e perceber que implicações teve a evolução recente, aos mais diversos níveis, na forma como a sociedade funciona e se organiza ao nível associativo**. Especificamente, procuraremos alcançar esta meta cumprindo quatro objectivos específicos:

1. Conhecer a evolução recente de Macau, particularmente após a constituição da Região Administrativa Especial de Macau, verificar as implicações das novas políticas económicas e administrativas e identificar os desafios e oportunidades que se colocam actualmente ao Território.
2. Analisar as dinâmicas comunitárias em Macau, materializadas no movimento associativo, e avaliar a sua real importância.
3. Perceber a evolução recente do associativismo na sua adaptação ao novo contexto político-administrativo e económico, e perceber quais as estratégias em curso por parte dos agentes locais.
4. Confrontar a situação com a evolução do quadro administrativo e político e analisar as possibilidades de expansão.

Para concretização destes objectivos, foram definidas **Hipóteses de Investigação** a ser comprovadas, ou não, no decurso do trabalho. Definimos quatro Hipóteses a Verificar, uma por cada objectivo específico.

1. A evolução político-administrativa e económica teve implicações muito concretas na forma como a sociedade da RAEM se organiza ao nível das suas organizações de base.
2. Há dinâmicas de base local como herança da Administração Portuguesa.
3. Existem actores de desenvolvimento comunitário que se encontram em situação expectante, a aguardar desenvolvimentos e, portanto, sem estratégia definida.
4. Existe um quadro administrativo, com implicações a diversos níveis, que não facilita, nem estimula, a existência e expansão de dinâmicas locais.

1.4 PLANO DE TRABALHO

O nosso plano de trabalho é o seguinte:

No **Capítulo 2** será efectuada uma contextualização teórica dos conceitos que interessam ao desenvolvimento deste trabalho e à compreensão da realidade da Região Administrativa Especial de Macau.

O **Capítulo 3** não pretende constituir uma análise exaustiva da Região Administrativa Especial de Macau, mas antes permitir a sua compreensão através de um conjunto diversificado de dados. A passagem de Macau para a Administração Chinesa, a liberalização do sector do jogo, o conjunto de investimentos privados e públicos entretanto realizados e aqueles que estão previstos, bem como a conjuntura económica internacional, contribuíram sobremaneira para que nos últimos anos se verificasse um crescimento muito considerável aos

mais diversos níveis e para que a sua posição no contexto regional e mundial se tivesse alterado. Este é um capítulo fundamental do trabalho, sem o qual dificilmente seria possível compreender a evolução verificada e as suas implicações na forma como a sociedade vive e se organiza. Mas pode falar-se em desenvolvimento?

O **Capítulo 4** é dedicado ao Associativismo em Macau. Começamos por aflorar algumas características da sociedade chinesa que nos ajudam a perceber melhor a quantidade e (aparente) riqueza das associações em Macau e a forma como funcionam. Seguidamente, procuraremos contextualizar historicamente o associativismo em Macau e perceber como tem sido a sua evolução nos últimos anos, para, então, fazermos uma caracterização do associativismo em Macau – quantificação, periodização, perfil funcional, influência social e orientação política. Com base em entrevistas serão descritas algumas associações tendo em conta a sua área funcional, o seu papel na sociedade, o seu funcionamento e a adaptação ao novo enquadramento político e administrativo. O financiamento estatal às associações será também matéria de estudo. Por último, e para que se possa aferir com algum rigor a importância do associativismo em Macau, bem como algumas das suas características, iremos implementar um inquérito à população.

No **Capítulo 5** são apresentadas as conclusões da dissertação, confirmando, ou não, as hipóteses de investigação que definimos e verificando a aplicação de alguns dos conceitos de base explicitados no Capítulo 2.

2. DELIMITAÇÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS

O cumprimento dos objectivos a que nos propusemos e a verificação das hipóteses de investigação que enunciámos depende da compreensão de um conjunto de conceitos teóricos fundamentais.

Para efeitos da temática abordada, serão analisados os conceitos de: (a) *Desenvolvimento*, principalmente no que se refere à oposição entre crescimento e desenvolvimento, essencial no caso de Macau que tem registado níveis de crescimento muito significativos, mas que, para alguns, não serão acompanhados de níveis de desenvolvimento equiparáveis; (b) *Globalização e novos modelos de desenvolvimento*, em que se pretende perceber em que contexto mundial foi sentida a necessidade de rever os modelos de desenvolvimento face às limitações identificadas no modelo económico vigente, e em que assentam estes novos paradigmas, designadamente no que se refere ao de *desenvolvimento local* e ao de *desenvolvimento alternativo*; (c) *Descentralização, Governância, Cidadania, Empowerment e Participação*, enquanto conceitos essenciais à compreensão e efectivação de estratégias de desenvolvimento local e de desenvolvimento alternativo e à construção de uma sociedade-providência que reivindica um papel activo, que assume responsabilidades e que procura encontrar novas soluções de *Economia Social* para novos e velhos problemas a que o Estado não dá resposta adequada; (d) *Parcerias para o desenvolvimento local*, em que se pretende perceber que mecanismos de cooperação podem ser desenvolvidos entre as entidades civis, públicas e privadas para prossecução das estratégias de desenvolvimento local, para uma melhor afectação de recursos e uma melhor gestão de competências; e (e) *Associações locais de bem-estar social*, cuja acção junto das comunidades locais assume, em Macau, uma importância acrescida, como teremos oportunidade de verificar.

Abordaremos ainda, de forma sumária, outros conceitos como o de *resiliência* ou o de *território*.

Ainda que a definição do campo conceptual se baseie em noções de alguma forma associadas e interdependentes, optamos por apresentar os conceitos de acordo com uma organização que julgamos facilita a sua apreensão.

2.1 DESENVOLVIMENTO vs CRESCIMENTO ECONÓMICO.

O conceito de desenvolvimento é relativamente recente, na medida em que é, essencialmente com o advento da Revolução Industrial, que se vão desenhando diferentes formulações teóricas, em diversos domínios das ciências sociais, que o explicam e concebem. A industrialização, potenciada pelos avanços técnico-científicos que permitiram aumentar substancialmente a produção, possibilitou uma melhoria significativa nos meios de produção e na organização do trabalho, reflectindo-se, obviamente, na estrutura económica, social e política da sociedade.. Rostow refere-se à Revolução Industrial como o “take-off into a self-sustained growth”.

Tendo em conta os objectivos definidos para este capítulo, interessa descrever sucintamente o essencial da teorização em torno do conceito de desenvolvimento.

A *perspectiva clássica* do desenvolvimento surge alicerçada no crescimento económico, materializado no acréscimo duradouro de uma medida económica, simples ou complexa, realizado num contexto de alterações estruturais e sistémicas e acompanhado de progressos económicos variáveis.

Já para os teóricos da *Escola de Modernização*, os aspectos fundamentais do desenvolvimento económico assentam no esforço interno e no apoio externo, sendo o desenvolvimento desencadeado pelos potenciais sócio-demográficos e pela aposta na modernização da estrutura económica e organizativa, em rotura com os elementos tradicionais. A aposta na modernidade permite enfrentar os problemas sociais, aumenta a capacidade de adaptação, a racionalidade e a eficiência. Esta teoria foi alvo de críticas severas pelo facto de minimizar o peso das relações externas, do contexto histórico e da complexidade e diversidade dos países como factores de subdesenvolvimento, que explicava a partir de causas internas (por exemplo, a cultura tradicional). A sua revisão (Eisenstand, 1991) iria resultar na ideia de que à medida que viesse a ocorrer desenvolvimento, as esferas institucionais se tornariam mais interdependentes e complementares no seu funcionamento, tornando mais complicados os problemas de integração. Foi, pois, estabelecida uma diferenciação moderno/tradicional em função da existência de instituições de carácter universalista (conceito de integração), especializadas (conceito de diferenciação) e com flexibilidade estrutural que permitisse fazer frente a novos problemas e solicitações (Figueiredo et al., 1982, p.196).

Já para os teóricos que se encaixam na chamada *Escola da Dependência*, de cariz marxista, o mundo é assumido como um sistema geral – o “sistema capitalista mundial” – em que os países assumem uma de duas posições: *centro* ou *periferia*, em função do seu grau de integração nesse sistema. A *Escola da Dependência* surge na América Latina, em resposta não só ao programa das Nações Unidas de apoio ao desenvolvimento económico nesta região do globo (programa delineado pela Comissão Económica para a América Latina, apoiado em medidas de protecção e baseado na industrialização e que acabou por fracassar, conduzindo a aumentos significativos dos níveis de desemprego, inflação, etc.), mas também à falência da ortodoxia marxista. O advento desta teoria permitiu efectuar uma análise crítica aos fundamentos da teoria da modernização e trouxe a lume a discussão sobre os países subdesenvolvidos.

Mas é, principalmente nas décadas de 50 e 60 do século XX, que surge a verdadeira teorização em torno do conceito de Desenvolvimento. As *Teorias Regionais de Concentração e Difusão* analisam o crescimento económico como um processo que envolve mudanças na estrutura industrial e na estrutura espacial, entre e dentro de mercados de trabalho específicos. Trata-se, ainda, de saber se é provável que as disparidades regionais ao nível do crescimento e desenvolvimento persistam ou piorem na ausência de intervenção pública.

As abordagens economicistas são sustentadas por uma análise dicotómica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que associam o desenvolvimento ao crescimento económico e a lógicas industriais de produção. Neste tipo de abordagens, a industrialização é entendida como o motor de crescimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento, sendo que, na grande maioria (exceptuando as clássicas e neoclássicas) é atribuído ao Estado um papel determinante na prossecução de medidas tendentes ao desenvolvimento. A partir das teorias keynesianas, o Estado é assumido como grande promotor do equilíbrio

entre as forças de mercado, passando a desempenhar, simultaneamente, o papel de regulador e de interventor na Economia (passa a ser encarado como Estado-providência).

É a assumpção de que o desenvolvimento assente no crescimento económico não conduziu a transformações sociais com carácter permanente, e, como tal, não levou a um desenvolvimento global e integrado que leva Robert Flammang (1989) a sustentar que **crescimento** implica um aumento quantitativo, enquanto **desenvolvimento** é um conceito mais qualitativo que implica alterações estruturais. Numa análise a curto prazo, crescimento e desenvolvimento podem competir entre si, mas actuam complementarmente a longo prazo. Com efeito, a longo prazo o crescimento fornece recursos necessários ao desenvolvimento. E o desenvolvimento, por seu turno, cria novos contextos técnicos, organizacionais, comportamentais ou legais que facilitam o crescimento. O crescimento faz aumentar os resultados por mobilizar mais recursos que utiliza de forma mais produtiva, ao passo que o desenvolvimento altera os resultados, ao afectar recursos locais para desenvolver diferentes tipos de trabalho. No curto prazo, desenvolvimento e crescimento são independentes – o crescimento pode atrasar o desenvolvimento ou o desenvolvimento pode registar um decréscimo. Mais, o desenvolvimento pode ocorrer num local à custa dos recursos de outro, e, conseqüentemente, limitando o crescimento e o desenvolvimento neste local.

A distinção entre crescimento e desenvolvimento pressupõe, ainda, que se procurem compatibilizar, em determinadas condições, crescimento económico e desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável subentende que é necessário entrar em linha de conta com a avaliação do impacto do crescimento económico nas pessoas, no ambiente e no tempo.

A importância da compatibilização destas três dimensões (as pessoas, o ambiente e o tempo) é evidenciada por Polanyi (1944) quando comenta que, ao contrário do que se passava nas sociedades tradicionais (pré-capitalistas), que subordinavam a economia às suas políticas e cultura, na sociedade capitalista a economia transforma-se na força social dominante. Assim, sendo os seres humanos e a natureza tratados como recursos, o mercado competitivo, que é afinal um mecanismo eficiente de organização de produtos e mercadorias, transforma-se num mecanismo de destruição. Se as pessoas e a natureza se transformam em recursos do trabalho e da terra, é provável que a economia acabe por prejudicar a sociedade que era suposta servir.

A perigosa confusão entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento económico ilude e condena ao *esquecimento* aqueles que se encontram à margem das médias de crescimento económico. Do ponto de vista prático, a contabilidade do rendimento nacional não fornece quaisquer informações sobre a forma como ele se distribui, quer social, quer territorialmente, não permitindo perceber como as alterações no rendimento agregado afectam os diferentes grupos de pessoas. Mais, a contabilidade do rendimento nacional esconde as reais e fundamentais variações de rendimento produzidas aos níveis meso (regional) e micro (locais), quando se sabe que o crescimento do rendimento está concentrado em apenas algumas regiões nucleares. Finalmente, as contas do rendimento nacional fornecem um quadro enganador da produção relativa ao bem-estar das comunidades, na medida em que: (i) encaram como benefícios aspectos que deviam ser contabilizados como

custos (por exemplo, os danos ambientais); (ii) não exprimem valorações sociais; (iii) não consideram as actividades que se situam fora do âmbito do mercado (produção de bens no sector informal, economia doméstica ou agricultura de subsistência, por exemplo); e (iv) ignoram os custos de produção suportados por terceiros. Desta forma, "cria-se uma falsa concepção da economia: grande parte das condições de vida dos indivíduos torna-se invisível, trabalho claramente produtivo, como o doméstico, não é visto como trabalho mas como uma parte do *consumo*" (Friedmann, 1996, p.46; voltar-se-á a estas questões adiante).

Desenvolvimento é afinal um conceito mais total e mais diferenciado que crescimento. Não podem reduzir-se um ao outro e é importante reter que o desenvolvimento não pode ser resumido a um índice simples. O desenvolvimento só pode ser avaliado segundo um conjunto diverso de critérios, a diferentes níveis e formas de agregação territorial, que permitam determinar se ocorreu ou não desenvolvimento (Nogaard, 1989). Objectivamente, o desenvolvimento requer um processo aberto e participado com intervenção dos cidadãos (aprofundaremos esta questão adiante).

Uma definição possível de desenvolvimento é apontada por Stöhr (1984; 1990, p.31): "*agreement was reached that "development" was to be defined not only in quantitative terms of economic growth such as local product and employment, but also in qualitative and structural terms such as changes in the quality of employment; migration patterns; skills levels; sectoral, size and technological characteristics of plant openings and closures; availability of mechanisms for social conflict resolution and of participatory structures; changes in environmental quality, etc..*".

Com efeito, o desenvolvimento deve ser caracterizado numa perspectiva multidimensional, no sentido de que é dependente de factores externos (por exemplo, integração mundial e regional ou relações estabelecidas com regiões vizinhas) e internos (evolução histórica, aspectos culturais, características da população, recursos naturais existentes, composição e funcionamento da sociedade, etc.). É um processo de mudança integrada que permite a uma dada população, com determinadas características e em certas condições, garantir a sua produção e reprodução e perseguir os seus objectivos. É um resultado da acção colectiva das comunidades e uma função da sua base cultural. É um processo específico de cada região e o resultado dos factores que nela intervêm.

Assim sendo, não existem modelos óptimos, nem soluções universais para o desenvolvimento (Amaro, 1990, p.452-454), mas trajectórias que implicam um processo de transformação social no qual intervêm e se envolvem factores económicos, culturais, políticos, ecológicos, etc.. (Pecqueur, 1989, p.19).. A adopção dos modelos de desenvolvimento de países desenvolvidos pelos países subdesenvolvidos, por exemplo, em que as estratégias não se adaptam à realidade local e em que os problemas não são os mesmos, teve consequências gravosas, tendo sido adoptadas estratégias manifestamente eurocêntricas, industriais, economicistas e etapistas (Amaro, 1990, p.452-454).

Esta noção, bem como as considerações feitas anteriormente, são já consequência da assumpção, na década de 70 do século passado, de que era necessário reinventar os modelos de desenvolvimento. Começaram a surgir novas abordagens de que se dará conta no próximo sub-capítulo, naquilo que interessa a este trabalho.

2.2 GLOBALIZAÇÃO – DESAFIOS E OPORTUNIDADES. NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Antes de 1950, o desenvolvimento económico internacional era associado ao colonialismo, na medida em que implicava a extracção e a exploração dos recursos naturais dos países ocupados para benefício dos países colonialistas. Numa segunda fase, as colónias eram já locais de produção e um dos destinos finais dos produtos. Neste contexto, o desenvolvimento económico podia ser definido como a “difusão e desenvolvimento a partir da produção e troca comercial entre países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos” (Malizia et al., 2000, pp. 12-13). A partir da Segunda Guerra Mundial, mais concretamente depois de 1950 e com a dissolução da maior parte dos impérios coloniais, o desenvolvimento económico passa a ser função do aumento do rendimento per capita e do Produto Interno Bruto. Dá-se um processo de internacionalização contínua das economias, que as tornou cada vez mais dependentes dos recursos provenientes dos governos centrais ou de grandes empresas multinacionais. As comunidades locais viram-se restritas a um papel cada vez mais passivo e dependente.

Efectivamente, o modelo industrial tradicional de produção em massa levou ao aumento do número de indivíduos dependentes do “fornecimento de trabalho” sem capacidade para o “criar” ou “procurar”, mas também levou a que as comunidades se vissem dependentes de centros de decisão distantes, tendo pouca intervenção no que se refere a processos com implicações nas suas vidas (Stöhr, 1990, p. 36). De acordo com Robertson (1987, p. 59), “muitas comunidades locais tornaram-se dependentes de dinheiro proveniente do exterior e para lá encaminhado, sem que circulasse localmente e sem que beneficiasse a estrutura local” (tradução livre).

No início da década de 70 do século passado, tornou-se claro não havia uma correspondência directa entre o desenvolvimento económico registado e a melhoria de vida das pessoas, isto é, nem todos estavam a tirar proveito do processo de desenvolvimento. A recessão que, na década de 80, atingiu os EUA e outros países, conduziu ao aumento da carga fiscal, à diminuição dos apoios aos governos locais, ao aumento das taxas de desemprego e, conseqüentemente, ao acréscimo de procura de serviços sociais. Na Europa, a administração de algumas cidades via-se confrontada com o declínio da actividade industrial e com tensões resultantes de estrangulamentos na oferta de serviços sociais. Nos Estados Unidos a situação seria agravada com a subida da inflação, sendo que o aumento dos níveis de desemprego e a degradação das condições económicas foram acompanhados pela movimentação de muitas empresas para outros países em busca de mão-de-obra mais barata. Algumas cidades americanas assistiram, também, à migração de empresas para os subúrbios ou para cidades periféricas, deixando uma mão-de-obra desfavorecida e menos qualificada a lutar por preencher os poucos postos de trabalho disponíveis no centro da cidade (Walzer et al., 1998, pp. 7-8).

O fenómeno da globalização foi, então, caracterizado por uma abertura crescente das economias nacionais e por um aumento rápido da importância dos factores de produção e consumo no PIB dos diversos países, sendo reforçado pela exploração das inovações tecnológicas e das tecnologias de informação, para uma rápida e mais eficiente coordenação e redistribuição da actividade económica e das relações sociais e políticas (Markusen et al., 2005, p. 118). Um pouco por todo o globo, a integração reforçou o peso dos maiores centros

financeiros e produtivos à custa das cidades de menores dimensões e das regiões periféricas. Surgiram novos pólos de crescimento, designadamente ao longo de “corredores comerciais” ou dos principais portos. Ao mesmo tempo, as economias regionais estagnadas e as zonas agrícolas deprimidas, contribuíram para o adensar dos fluxos de migrantes para as cidades. As disparidades regionais contribuíram para o surgimento de tensões políticas e sociais nalgumas regiões e para uma maior concentração de pobreza, mesmo nas regiões mais prósperas (Markusen et al., 2005, p.121).

Entretanto, as alterações resultantes de uma maior integração económica estão a promover a urbanização - as cidades assumem-se como a forma básica de aglomeração humana, mas também como unidade fundamental da produção económica. Surgem como possuidoras das principais infraestruturas tendo em vista o crescimento económico, mas também uma maior justiça social. Simultaneamente, as cidades são locais de desestabilização, caso os objectivos económicos, sociais e ambientais não sejam alcançados (Clark, 2005, pp. 202-203). “A cidade é, assim, cada vez mais, uma cidade dual, fazendo emergir problemas urbanos específicos e inúmeras desigualdades sociais que coexistem nesse meio” (Guerra, 2001, p.49).

É, com efeito, nas cidades que os efeitos do modelo económico de fazem sentir de forma mais visível. As mudanças na organização do capitalismo, designadamente, o alcance global, a inovação tecnológica e a centralização em empresas e instituições financeiras de grande dimensão, levaram a que um grande número de pobres do mundo se visse excluído da esfera de participação económica e política; na prática estas pessoas tornaram-se redundantes face à globalização na acumulação de capital (Friedmann, 1996, p.15). Ao contrário do que acontecia no passado, em que o aumento do desemprego se devia a desajustes entre o investimento e a procura efectiva, actualmente o desemprego surge associado a uma reestruturação espacial da actividade económica à escala global, decorrente das diferenças existentes nos níveis de inovação entre sectores e regiões do globo, razão pela qual aparece concentrado em determinadas áreas, particularmente nas antigas áreas industriais (Stöhr, 1990, p. 38).

Nas palavras de Isabel Guerra (2001, p.48), “agora temos a certeza de que o paradigma anterior do entendimento do subdesenvolvimento, como uma etapa atrasada da modernização, estava errado. Continuamos a produzir cada vez mais riqueza e, simultaneamente, cada vez mais pobreza”.

Este estado de coisas promoveu o aparecimento de novas respostas, estimulou uma renovada discussão sobre as alternativas ao modelo de desenvolvimento¹, com particular destaque para as questões da sustentabilidade².

¹ É o caso da “Fundação Internacional para Desenvolvimentos Alternativos”, cujo principal projecto - “Third System Project” - coloca o ênfase na escala local e nas comunidades, analisando questões como “a desordem económica internacional” ou a “regeneração económica local”, e dando primazia à pessoas (Elkins, 1986).

² Ainda que, historicamente, se possa atribuir a Platão a primeira referência ao conceito de *desenvolvimento não sustentável*, pode considerar-se que foi em 1972, na conferência de Estocolmo, que surgiu uma primeira abordagem ao conceito de *desenvolvimento sustentável*. Nesta conferência foram abordadas diversas questões sobre o uso dos recursos naturais e a pressão sobre o meio natural resultante do crescimento económico e da poluição industrial. Em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, publicou o protocolo “O Nosso Futuro Comum”, conhecido como o *Relatório Brundtland*. É aqui que nasce, formalmente, o conceito de desenvolvimento sustentável e que se assume a necessidade de efectivar a protecção do ambiente a longo prazo, de forma a não comprometer o desenvolvimento económico e o progresso das gerações vindouras. O longo processo de debate em torno do *Relatório*

Por outro lado, estimulou nos “excluídos” do modelo económico vigente a vontade de resistir, alicerçada em lutas diárias pela sobrevivência (Scott, 1985, 1989), apoiadas em sentimentos de solidariedade (Evers, 1985).

Foram, então, desenvolvidos novos conceitos e novas abordagens. Aqui optámos por analisar duas: *desenvolvimento económico local* e *desenvolvimento alternativo*.

O conceito de **desenvolvimento local** (também designado como desenvolvimento endógeno, comunitário, auto-centrado, etc.) foi desenvolvido na década de 70 do século XX, e, no essencial, é entendido como o processo através do qual uma determinada comunidade local, numa lógica de participação e afirmação da cidadania, consegue satisfazer as suas necessidades e promover a melhoria das suas condições de vida, numa perspectiva integrada dos problemas e das respostas e à custa das suas próprias capacidades, isto é, através da mobilização do seu potencial endógeno. O desenvolvimento “a partir de baixo” é um modelo que se eleva contra “a ditadura das grandes estruturas que esterilizam a imaginação criadora dos actores e dispensam os recursos humanos” (Pecqueur, 1989, p.46).

É necessário considerar quatro aspectos no que concerne ao desenvolvimento local: a origem da iniciativa, dos recursos disponíveis e dos mecanismos de controlo, e o destino dos proveitos. Idealmente, a maioria destes factores deve ser predominantemente local, como vimos: uma iniciativa local que utiliza principalmente recursos locais, sob controlo local e para benefício local, isto é, desenvolvimento local potenciado por forças locais e para proveito local. Na prática, e uma vez que é muito complicado garantir estas condições, é importante acautelar que os benefícios e o controlo sejam maioritariamente locais, mesmo que os recursos e a iniciativa sejam (pelo menos inicialmente) externos, até que possam ser integrados na esfera local (1990, pp. 32-33). Vejamos que Stöhr (1990, pp.39-45) distingue três tipos de abordagens ao desenvolvimento local: as que são iniciadas centralmente (“de cima”), as iniciativas do tipo privado (que operam de acordo com os mecanismos de mercado) e as iniciativas iniciadas local ou regionalmente (“de baixo”). O autor defende que as iniciativas de desenvolvimento podem ser locais na origem, na aplicação ou em ambas.

A emergência de iniciativas locais de desenvolvimento está dependente de um conjunto de factores – externos e internos. Dos factores externos há que destacar o papel a desempenhar pelo governo central, que se pretende passe a privilegiar medidas que permitam melhorar a qualidade da mão-de-obra e flexibilizar a gestão de capital, a inovação tecnológica e a organização (Stöhr, 1990, pp.17-18). Já no que se refere aos factores internos (a que Andersson chama “micro-factores para a inovação local”), podemos destacar: (i) a existência de competências locais, (ii) a existência de sinergias locais e (iii) a existência de instabilidade social (Andersson, 1985; citado por Stöhr, 1990, pp. 49-50), (iv) a existência de actores-chave como mobilizadores

Brundtland conduziria as Nações Unidas a convocar uma nova conferência, que viria a ter lugar no Rio de Janeiro, em 1992 - “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” – Cimeira da Terra. O Plano de Acção estabelecido para esta conferência foi designado como AGENDA 21. A principal conclusão desta cimeira é a de que não se trata apenas de um problema de poluição, é necessário questionar o funcionamento da sociedade e o modelo de desenvolvimento. Ficou marcada pelo estabelecimento de uma relação mais estreita entre a economia e o ambiente, pela maior relevância atribuída às questões sociais e institucionais, pelo reforço da opinião pública e das organizações não governamentais, pelo reforço das dimensões políticas e geoestratégicas e por uma preocupação crescente com os problemas ambientais globais.

da comunicação entre os indivíduos e as diversas áreas de competência, (v) a existência de diversidade cultural, (vi) a existência de “estagnação económica”, (vii) a existência de flexibilidade organizacional e (viii) a existência de redes de informação e comunicação (Törnquist, 1987). Stöhr (1990, p. 50) considera ainda (ix) a criação de modelos de cooperação local entre instituições públicas, entidades privadas e universidades, (x) a existência de processos de tomada de decisão democráticos e (xi) a formação de hierarquias locais flexíveis.

Inicialmente, a maior parte das iniciativas locais eram concebidas tendo por objectivo último a criação de emprego. Contudo, e ainda que os resultados no que se refere ao emprego se mantenham relativamente modestos face aos níveis de desemprego, a importância e o impacto social, económico e institucional destas iniciativas no desenvolvimento é igual ou superior (Stöhr, 1990, p. 48). Em termos de *importância social*, as iniciativas de desenvolvimento local: (i) oferecem objectivos alternativos aos trabalhadores, isto é, novas formas de ocupar o seu tempo extra-trabalho; (ii) possibilitam a existência de instrumentos alternativos para apoiar e valorizar grupos de população com dificuldades de várias ordens, integrando-os em projectos de trabalho; e (iii) permitem encontrar respostas adequadas aos problemas locais. No que se refere à sua *importância económica*, as iniciativas de desenvolvimento local: (i) permitem redistribuir o trabalho formal e complementá-lo com tipos de trabalho informal; (ii) promovem a redução do peso do financiamento público no apoio aos grupos mais carenciados da população, aumentando os seus níveis de confiança e independência económica; e (iii) permitem criar mecanismos alternativos para satisfação de necessidades locais. Finalmente, a sua *importância institucional* resulta da criação de novas formas de cooperação entre indivíduos, grupos sociais, empresas e instituições.

O conceito de desenvolvimento local foi, desde cedo, alvo de críticas que questionavam a sua viabilidade – do ponto de vista económico, estas economias locais não possuíam escala, nem recursos, para potenciar um processo de reestruturação que constituísse uma resposta válida às alterações verificadas mundialmente; do ponto de vista político, os governos locais e regionais possuíam um poder diminuto, sendo totalmente impossível que pudessem fazer frente ao domínio das grandes empresas multinacionais, das instituições financeiras internacionais ou até dos governos centrais; do ponto de vista da informação, não havia registo e não existiam dados concretos que demonstrassem o sucesso de iniciativas locais ou regionais de desenvolvimento (Stöhr, 1990, p.22-23).

Nesta era de rápida integração económica global, o sucesso do desenvolvimento fora das grandes metrópoles surge circunscrito a alguns, poucos, enclaves. E destes, só uma pequena parte é realmente endógena e independente de investimentos externos ou de recursos do governo central. É necessário que os governos centrais e as instituições incentivem a acção e a iniciativa locais; devem ser evitadas as estratégias de “cima para baixo”, normalmente desadequadas às características das localidades e em termos de capital humano (Markusen et al., 2005, pp. 144-145). Stöhr defende que, uma vez que o número crescente, a complexidade e o âmbito dos problemas locais excedem largamente a capacidade de resposta dos organismos centrais, tendencialmente os governos centrais irão apoiar as iniciativas de desenvolvimento local (1990, p. 45).

Contudo, existe um claro perigo em confiar demasiado no desenvolvimento endógeno local ou em assumir que a devolução da responsabilidade pelo desenvolvimento económico aos governos sub-nacionais (especialmente nos casos em que não é devidamente acompanhada por recursos) irá permitir reverter o processo. A maior parte das economias regionais e locais não possui a experiência, as infraestruturas e os recursos que lhes permitam competir com grandes centros metropolitanos ou com cidades emergentes localizadas ao longo de “trade corridors”. Cabe aos governos centrais, guiar as autoridades locais neste processo e dotá-las de recursos adequados (Markusen et al., 2005, pp. 145).

A viabilidade a longo prazo das iniciativas de desenvolvimento local depende, em larga medida, da sua **resiliência**, i.e., da sua **capacidade de adaptação** às alterações que se vão operando. A resiliência depende da existência de mão-de-obra qualificada, de serviços pessoais e empresariais de suporte à inovação, de instituições de investigação e desenvolvimento e de infraestruturas físicas que facilitem a comunicação e o trabalho em rede. Veja-se que, as economias com maior resiliência são aquelas que se apoiam em pequenas e médias empresas que, bem sucedidas ou não, oferecem um crescimento mais estável, porque são mais inovadoras, particularmente as pequenas empresas de alta tecnologia (Albert Shaper, 1981, citado por Malizia et al., 2000, p. 200).

Os fenómenos de desenvolvimento local resultam efectivamente da capacidade de grupos locais em se adaptarem às contrariedades a partir de potenciais de organização que lhes são próprios (Pecqueur, 1999, p.44). Trabalhadores mais qualificados, participam e envolvem-se mais na comunidade, pelo que as economias locais assumem maior resiliência e tornam-se mais diversas se resultarem da acção de pessoas criativas, dinâmicas e que estão dispostas a arriscar. Por outro lado, as estratégias de adaptação às influências exteriores contribuem para o fortalecimento dos actores, pelo que só quando os lugares são totalmente abertos ao exterior, será possível tirar vantagens da proximidade e das ligações de tipo local. O desenvolvimento a partir do potencial local não pode ser efectuado de uma forma fechada, devendo antes reportar, examinar e relacionar-se com os outros níveis – regional, nacional, internacional (tradução própria, Pecqueur, 1989, p.60).

John Friedmann (1996) aborda o conceito de **desenvolvimento alternativo**, que assume como político e como expressão da sociedade civil, aqui entendida como o conjunto de associações que se encontram à margem das economias estatal e empresarial, mas têm capacidade para se assumirem como centros autónomos de acção. O conceito de desenvolvimento alternativo implica directamente as camadas da população esquecidas pelo modelo económico de rápido crescimento cumulativo, associado à industrialização e à degradação do meio ambiente. Pressupõe a autonomia das comunidades organizadas no processo de tomada de decisão, tendo por alicerce uma democracia participativa e a aprendizagem social pela experiência. O autor assume que a mobilização da sociedade civil é mais fácil ao nível da localidade porque é aqui que os problemas se fazem sentir de forma mais intensa e porque é aqui que se criam identidades e sentimentos de pertença, sendo mais fácil convocar a população em torno de temas locais.

O modelo proposto (Friedmann, 1996, pp.56-57) define, pois, como ponto de partida que: o desenvolvimento alternativo “reconhece as interdependências que existem entre a racionalidade do raciocínio económico e as

relações morais que ligam os destinos” das pessoas – parentesco, amizade ou comunidade de vizinhança; o desenvolvimento alternativo valoriza a importância dos “espaços de vida” na “produção das condições de vida” e na sua melhoria continuada, inclusive ao nível ambiental. Além disso, privilegia a articulação entre as “valorações sociais” e as “valorações abstractas do mercado”. Finalmente, baseia-se em princípios de sustentabilidade e de legado para as gerações vindouras.

“A acção local encontra-se severamente constringida por forças económicas globais, estruturas de bem-estar desiguais e alianças de classe hostis. A não ser que estas sejam também modificadas, o desenvolvimento alternativo nunca poderá ser mais que uma acção sustentada para manter os pobres afastados de uma miséria ainda maior e para conter a continuação da devastação da Natureza” (Friedmann, 1996, p. xi). Nesta perspectiva, o objectivo do desenvolvimento alternativo não é substituir a doutrina dominante ou o Estado, mas sim promover a sua transformação para que passem a considerar os estratos carenciados da população.

Ao analisar o desenvolvimento alternativo à luz de Friedmann (1996), há que salvaguardar alguns pressupostos. Ao contrário do que defendem outros autores (Sanyal, por exemplo), Friedmann assume que, num desenvolvimento alternativo, o fortalecimento da acção ao nível local “necessita de um Estado forte”, que se constitua como “o parceiro principal”. Por outro lado, as comunidades não são, em sua opinião, *semelhantes*, como defende Campero (1987), existindo sim diversas linhas de clivagem – religiosas, de classe social, de casta, étnicas, linguísticas, etc.. – que levam a que, numa mesma comunidade, cada um dos vários grupos sociais tenda a analisar uma situação particular segundo a sua perspectiva, lutando pelos mesmos recursos. As comunidades territoriais são, assim, comunidades políticas. Finalmente, a acção comunitária não é em si suficiente para a prática de um desenvolvimento alternativo, pelo que os conflitos não podem ser localmente contidos – a reivindicação de recursos (recursos comuns, limitados e habitualmente controlados pelo Estado) e a eliminação dos aspectos estruturais que contribuem para a precariedade da situação de algumas camadas da população, só pode ser feita pela via política (Friedmann, 1996, pp.7-8).

O desenvolvimento alternativo é, essencialmente, uma ideologia e não um conjunto de indicações técnicas (Sutton, 1998), constituindo uma crítica ao modelo dominante. Trata-se de assumir que o desenvolvimento económico e social deve implicar a melhoria das condições de vida e dos meios ao dispor das pessoas (Karl Polanyi, 1977), negando que “a destruição criativa” (Joseph Schumpeter, 1934-1942) seja uma consequência declarada do progresso humano. “As pessoas têm um direito igual e fundamental a melhores condições de vida e de subsistência” e têm o direito a “ser politicamente activas na sua própria comunidade” (Friedmann, 1996), direitos esses que se baseiam nos Direitos Humanos (Declaração Universal dos Direitos do Homem), nos direitos de cidadania (implicam o reconhecimento formal do estatuto do cidadão e presumem um Estado moderno, democrático, onde os detentores de autoridade prestam contas perante um povo organizado em comunidades políticas) e no conceito de “desabrochar humano” (expressão de Margaret Jane Radin, 1987). A eliminação de diversos factores que inibem o desenvolvimento de um ser humano e o impedem de ser completo vivendo em toda a sua capacidade, conduzirá a um processo de “desabrochar humano”.

O objectivo é “humanizar um sistema que excluiu, conseguindo-o através de formas de resistência diária e de luta política, que insistam nos direitos da população como seres humanos, cidadãos e pessoas, e procurem compreender os seus poderes criativos por dentro. O objectivo central é a inclusão destas pessoas num sistema reestruturado que não os torne redundantes” (1996, p.13), através de “um processo de *empowerment*³ social e político” que permita, a longo prazo, “reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a acção do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável” (1996, pp.32-33). Muito embora se apoie, inicialmente, em localidades, a longo prazo deve transformar a totalidade da sociedade através de uma acção política nacional e internacional. Friedmann defende que “sem este salto do local para o global, o desenvolvimento alternativo” será “incapaz de progredir em direcção ao genuíno desenvolvimento que procura” (1996, p.33).

O processo de inclusão das pessoas através do seu *empowerment* político e social deve beneficiar dos inúmeros exemplos de resistência das populações “excluídas” ao modelo económico proposto: o trabalho informal (trabalho não controlado pelo Estado e que é feito sem enquadramento preciso⁴), as organizações económicas populares (cozinhas comunitárias em que é preparada uma refeição quente por dia para os membros, que compram colectivamente os ingredientes; oficinas artesanais; ou outras) e os movimentos de protesto (são a forma mais básica de resistência civil e, ainda que tenham que vencer a hostilidade, pelo menos inicial, das autoridades estatais, têm habitualmente algum êxito e produzem solidariedade reforçando a coesão social e a cidadania). Com diferentes graus de confronto, estas acções de resistência traduzem-se, por exemplo no caso das organizações económicas populares, na descoberta da importância da ajuda mútua e da cooperação, sendo veículos de *self-empowerment*, na medida em que implicam a aprendizagem de novas competências e transmitem esperança.

O ponto de partida do desenvolvimento alternativo é a unidade doméstica (“um grupo residencial de pessoas vivendo sob o mesmo tecto e comendo da mesma panela”, 1996, p. 33), entendida aqui como unidade elementar da sociedade civil, produtiva e pró-activa. No âmbito de um desenvolvimento alternativo, as unidades domésticas são tratadas como públicas e centradas na produção. “Como processo central, um desenvolvimento alternativo visa o *empowerment* das unidades domésticas e dos seus membros individuais em todos estes três sentidos [social, político e psicológico]” (Friedmann, 1996, p.35). O *empowerment* político exige um determinado nível prévio de *empowerment* social que torne possível a participação efectiva em termos políticos.

³ Na ausência de uma expressão em português igualmente forte e esclarecedora, ao longo do texto será utilizada a palavra *empowerment* (bem como outras palavras derivadas), tendo presente o seu significado – “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (Friedmann, 1996).

⁴ Em países onde o subsídio de desemprego ou a segurança social não existem, ou prestam um apoio quase insignificante, e onde o trabalho formal é incapaz de responder cabalmente aos aumentos crescentes de mão-de-obra urbana, o trabalho informal assume uma importância decisiva, sendo uma das principais fontes de rendimento da população pobre. Por norma, existem formas muito diversas de trabalho informal, que se organiza em pequena escala, sendo as remunerações muito baixas (pagamentos à hora ou à peça). Na generalidade, não existe uma diferenciação clara entre desempregados e trabalhadores informais (Friedmann, 1996, pp. 102-109).

Temos que destacar que um desenvolvimento alternativo não exclui a necessidade de crescimento continuado numa economia mundial dinâmica, mas procura formas mais adequadas de atingir os seus objectivos, inclusive a eficácia no crescimento, através de uma democracia participada e de uma forma descentralizada de tomada de decisão, que não ponha em causa os interesses das gerações futuras. O desenvolvimento não é apenas a melhoria efectiva e duradoura das condições de vida das pessoas, mas uma luta política pelo *empowerment* das unidades domésticas e dos indivíduos (Friedmann, 1996, pp.36-37). É, pois, importante reter que o crescimento económico terá que ser parte de um desenvolvimento alternativo – “sem incrementos do valor *per capita* da produção, *livres de custos sociais e ambientais*, torna-se impossível falar de desenvolvimento genuíno”. A este nível Friedmann (1996, pp.110-111) introduz ainda o conceito de “qualidade do crescimento económico” que “consiste num conjunto de variáveis que, directa ou indirectamente, afectam o acesso das unidades domésticas às bases do poder social e da riqueza produtiva”.

Com efeito, pela sua importância nos processos de inclusão e inserção, a dimensão económica da integração (social) é fundamental, permitindo o acesso a um conjunto alargado de oportunidades – emprego, criação de actividades económicas, rendimento, poder de compra, consumo, etc.. Assim, é essencial actuar com vista ao reforço das competências e capacidades económicas, promovendo, por exemplo, a formação e qualificação profissional, o apoio à procura de emprego, a capacitação empresarial, o empreendedorismo, a adequação aos mercados de trabalho. As acções podem ter um objectivo social dominante ou uma dimensão económica, mas, essencialmente, devem privilegiar a adopção de políticas económicas inclusivas, a promoção de empreendedorismo, de *responsabilidade social* e de *cidadania empresarial* e a adopção de conceitos de desenvolvimento mais adequados, alicerçados em noções de eficiência económica, de rentabilidade e de gestão que contrariem os factores de exclusão social (Roque Amaro, 2000, pp. 37-38).

O projecto alternativo é produzido com a ajuda externa, conhecida na gíria de desenvolvimento comunitário como agentes externos ou, em francês, *animateurs*. Subentende-se que a tarefa destes agentes é “animar”. Devem “produzir a centelha da mudança endógena a partir de dentro e não executar o programa da mudança. Este é da responsabilidade da comunidade organizada” (Friedmann, 1996, p.155).

Em resumo, a política de desenvolvimento alternativo não pode ser tomada como resposta para todos os problemas. Tem que ser adaptada às circunstâncias históricas e culturais (Friedmann, 1996, p.38), podendo seguir diversos caminhos. É importante reter que:

- O desenvolvimento local não é suficiente – os projectos de desenvolvimento local, ainda que tragam melhorias significativas às condições de vida das comunidades, abrangem, com sucesso, apenas uma pequena parte da população mundial e, em algumas situações, actuam para alívio da pobreza, desconsiderando a necessidade de promover o *empowerment* das pessoas;
- O Estado tem de se assumir como o principal parceiro num desenvolvimento alternativo – é preciso trabalhar com o Estado, que deve actuar no sentido de permitir, apoiar e facilitar.

- O papel dos agentes externos (*animateurs*) é essencial – os projectos espontâneos são poucos e de alcance limitado, pelo que é fundamental que entidades externas actuem como impulsionadoras de mudança, privilegiando ainda o estabelecimento de redes de troca de informação.
- Os diversos sectores da sociedade civil têm de alargar a sua autonomia – construir organizações cívicas é um processo social de *empowering*.
- O desenvolvimento alternativo persegue mudanças estruturais ao nível nacional, mas também acções para melhorias locais.

Há uma noção que é transversal aos conceitos propostos pelos diversos autores. A investigação económica abandonou o conceito de “espaço” para passar a recorrer ao de “território”. O conceito de “espaço” não implica o de “sociedade”. Já o conceito de “território” envolve um conjunto de factores e agentes económicos, sócio-culturais, políticos e institucionais com fórmulas organizacionais e reguladoras específicas. O novo paradigma de desenvolvimento considera que todas as organizações sócio-territoriais usam e mobilizam recursos que constituem o seu potencial para o desenvolvimento e têm assim capacidade para liderar este processo (Marin, 2005, p.163).

A dinâmica territorial de inovação é, assim, função das características do lugar (a soma das relações económicas, sociais, políticas e culturais). Através do estabelecimento de comunicações e de redes de troca (comercial ou não, formal ou informal) o lugar gera capacidades territoriais específicas e cadeias de solidariedade. Consequentemente, o passado dos territórios, bem como as suas formas de organização, o seu comportamento colectivo e a maneira como se estruturam, são as maiores componentes da inovação (Aydalot, 1986, citado por Maillat, 1990, p.226). Ora, se a inovação é um produto do lugar, cada lugar é capaz de gerar um processo específico de inovação. Como refere Vachon, “é necessário que o desenvolvimento na sua visão mais ampla seja preparado, pensado e iniciado pelos territórios. O desenvolvimento é algo que irradia a partir do conjunto. As pessoas vão compreender cada vez melhor este fenómeno e apropriar-se dos mecanismos de desenvolvimento dos seus próprios territórios” (2000, p.25).

É de todo o interesse expor a análise feita por Johannisson, uma vez que resume e evidencia algumas das noções já discutidas sobre desenvolvimento local. Johannisson (1990, pp.61-2) compara a **estratégia territorial** (Friedmann) e a estratégia funcional (Johannisson e Spilling), destacando que a *comunidade local* se assume, na primeira, como um actor colectivo que, ao contrário do que se passa no caso “da firma”, não é gerida por uma estrutura de controle uniforme e é coordenada através de um sistema de redes e não com base numa hierarquia. A estratégia territorial pressupõe o envolvimento dos actores como seres humanos e não como percursos de um projecto definido pelo topo da hierarquia. Este aspecto é fundamental para perceber como mobilizar a comunidade – desenvolver expectativas, gerar motivação e procurar envolver e responsabilizar os seus membros.

O principal objectivo de uma estratégia territorial é, afinal, o de construir uma comunidade *sustentável* que integre pessoas, firmas e centros de criatividade. Para tal é necessária diversificação em termos de actividade económica e auto-suficiência em termos de recursos não materiais – determinação, solidariedade e abertura de

espírito (Johannisson, 1990, p.62). Nesta perspectiva é importante reter a noção de “*economies of scope*” (economias de âmbito) – “an awareness of their joint resources widely distributed among actors within the territory (Johannisson, 1987, citado em 1990, p.62).

Quadro 1: Estratégias para o desenvolvimento local

Elementos estratégicos	Estratégia Territorial	Estratégia Funcional
Actores e Objectivos		
Actor	Comunidade local	Firma
Principal Objectivo	Sustentabilidade	Lucro
Ideal de Eficiência	Economias de âmbito	Economias de escala
Processo de desenvolvimento		
Iniciação	Consciência da crise	Opção Estratégica
Agente de Mudança	Empreendedor social	Empreendedor autónomo
Competência Principal	Comunidade cultural	Especialistas profissionais
Dinâmica	Processo dialéctico	Análise de Meios e Objectivos e Implementação
Recursos e Organização		
Recursos Primários	Identidade e criatividade locais	Recursos financeiros e materiais
Organização	Redes Sociais	Redes de produção
Papel da Envolveinte	Co-actores activos	Fornecedores e Legisladores

Fonte: JOHANNISSON, 1990, p.62, tradução própria.

A *tomada de consciência* da situação de crise constitui o resultado de uma alteração evolutiva ou a reacção a uma mudança súbita e radical. Normalmente, esta tomada de consciência é tardia; para que não o seja são necessários actores com iniciativa empresarial, empreendedores atentos e autónomos. A *comunidade cultural* irá reagir ao sentir que a estrutura comunitária está ameaçada. O processo de mudança numa estratégia territorial pressupõe a reaprendizagem dos modelos de organização e comportamento tendo em atenção as experiências anteriores. Numa estratégia funcional, o processo de mudança assenta na aplicação de modelos de planeamento comuns.

O *principal recurso* a mobilizar e organizar pelo empreendedor social são as mais-valias imateriais inerentes à *identidade local* e à *criatividade dos membros da comunidade* (Johannisson, 1990, p.64). Algumas destas mais-valias estão habitualmente relacionadas com a *motivação individual* – disponibilidade para trabalhar períodos longos, ingenuidade e uma atitude positiva perante riscos calculados. Uma forte identidade local irá, ainda, possibilitar uma visão abrangente, necessária a que se atinjam “*economies of scope*”. O processo criativo baseia-se em *redes sociais* que permitem trocas constantes de informação, quer ao nível local, quer ao nível global, fomentando sempre uma atitude de compromisso afectivo e moral dos diversos membros da comunidade. A estratégia territorial considera que as entidades externas devem ser integradas no processo como co-actores, independentemente de serem entidades públicas ou privadas.

Finalmente, Johannisson (1990, p. 67) destaca que a implementação de uma estratégia territorial baseada na autoconfiança e numa atitude de maior independência não pode, de forma alguma, implicar isolamento face ao

contexto social e económico envolvente, nem uma certa limitação aos recursos endógenos e mercados locais. É necessário que seja dada a devida importância ao contexto social de qualquer actividade económica, quer no que se refere a uma firma individual, quer à comunidade local. Isto implica uma atitude pró-activa na procura de possibilidades, não apenas na identificação de conflitos, mas na construção de soluções locais.

O autor identifica, assim, a *cultura e identidade locais* como o principal factor (ainda que possa não ser suficiente) do processo de mobilização da comunidade (1990, pp. 83-84), referindo (pp.86-88) que é necessário promover a integração das diversas esferas da sociedade ao nível local, pois só desta forma será possível colmatar necessidades comuns, desenvolver um projecto que constitua uma mais-valia face à identidade local e ajustar os comportamentos e atitudes em proveito do projecto. Uma verdadeira mobilização local exige que as pessoas se envolvam na definição dos meios e objectivos a alcançar e se responsabilizem pelas suas decisões e acções.

Em síntese, e ainda que exista uma enorme diversidade de iniciativas de desenvolvimento local, vejamos cinco ideias-força que lhes estão subjacentes: (i) são projectos de base territorial; (ii) são projectos que privilegiam a participação e procuram promover e mobilizar a iniciativa e o empreendedorismo das comunidades; (iii) são projectos de base interdisciplinar, que articulam em torno de objectivos comuns diferentes grupos e sectores da sociedade; (iv) são projectos que actuam nas zonas marginalizadas e junto das populações excluídas da sociedade; e (v) são projectos que se baseiam em soluções inovadoras (Amaro, 1998).

No quadro seguinte sintetizam-se algumas potencialidades e debilidades das iniciativas de desenvolvimento local, identificadas por Amaro (1998).

Quadro 2: Potencialidades e debilidades das iniciativas de desenvolvimento local.

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Maior proximidade em relação aos problemas e necessidades das comunidades; - Oportunidade para a construção de um leque mais variado de respostas a situações de marginalização e de crise local, que escapam à leitura "macro"; - Mais fácil identificação e mobilização das capacidades locais; - Oportunidades de reflexão e de acção integradas; - Desafio à cooperação inter-institucional a partir da base; - Reforço das lógicas de parceria; - Melhor base de experimentação e criação de soluções inovadoras; - Integração das dimensões qualitativa e quantitativa do Desenvolvimento; - Adopção de novos mecanismos de regulação; - Desafio ao Estado para que se constitua como um parceiro, e não como um controlador e fiscalizador dos processos; - Ensaio de novas formas de funcionamento económico e social - "economia de parceria" e "sociedade-providência"; etc.. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade em promover a participação das comunidades; - Fraco enraizamento de grupos ou equipas promotores das iniciativas; - Tendência para o "localismo"; - Tendência para um excessivo protagonismo pessoal dos líderes na condução dos projectos; - Falta de Recursos; - Dependência excessiva do exterior (ideias, fundos, recursos humanos, etc.); - Controle excessivo da Administração Pública; - Dificuldade em concretizar um projecto interdisciplinar; - Fraca ligação a grupos e centros de investigação; - Bases económicas e de gestão deficientes; - Inadequação de programas às populações e situações; - Deficit de capacidade de iniciativa; - Inadequação de critérios e indicadores de avaliação; etc..

Fonte: adaptado de Amaro, 1998.

A escala local permite uma maior aproximação aos problemas e necessidades das comunidades, uma maior adequação das respostas construídas (baseadas em soluções mais inovadoras) e uma mais eficiente afectação de recursos, mas levanta algumas dificuldades. A cooperação do Estado, habituado a controlar, a fiscalizar e, não raras vezes, a financiar as instituições, pode ser um patamar difícil de alcançar, resultando num entrave à criação de lógicas de parceria entre instituições estatais e privadas ou civis. Por outro lado, a mobilização da população para a resolução de problemas da comunidade pode ser complicada em alguns contextos culturais onde há uma forte cultura de dependência ou de subserviência. Há ainda que vencer a falta de recursos e o receio de inovar e de arriscar.

Efectivamente, um sério entrave ao progresso de projectos de desenvolvimento local, prende-se com as dificuldades de mobilização da população e com o vencer a **subserviência**. Com efeito, nem mesmo a pressão exercida pelas dificuldades económicas leva a maior participação da população devido a uma tradição de **dependência** em relação ao Estado, muito enraizada na maior parte das populações. Nesta perspectiva, iniciativa individual, disponibilidade para correr riscos, capacidade para trabalhar em conjunto e coragem para procurar novas soluções, são características difíceis de encontrar ou de fomentar nas populações, habituadas a obedecer e a tolerar, mais do que a criticar e a fazer (Scheer e Zobl, 1990, p.302).

Historicamente existe uma tradição de emprego e de cultura económica em que a educação, a formação, a experiência de trabalho e os instrumentos políticos são direccionados, essencialmente, para o trabalho dependente. Os sistemas educacional e de formação não geram capacidades de gestão e empreendedorismo, mas sim pessoas com capacidades técnicas que as vocacionam para o trabalho dependente. Esta cultura de dependência é uma componente essencial da estrutura socio-económica actual e tem um peso decisivo no desenvolvimento de iniciativas locais (Steinle e Moya, 1990, p.378-410). Neste sentido, Steinle e Moya defendem que é importante que a formação se distancie dos padrões habituais. Ela tem que estimular a iniciativa e de motivar os residentes locais a agir no sentido de debelar os problemas de desenvolvimento. Assim sendo, a formação deve adequar o potencial concreto de desenvolvimento local com os recursos humanos disponíveis (e não adequar as pessoas às profissões).

No contexto de **culturas asiáticas**, uma das barreiras mais fortes à participação é o valor dado à lealdade, ao respeito e à obediência aos mais velhos. Simultaneamente, é atribuída muita importância à educação e formação dos funcionários públicos, entendida como mais relevante no desenvolvimento de políticas e de programas públicos de desenvolvimento do que a da maioria da população. Assim, é vital criar um ambiente que privilegie o diálogo, valorizando de igual forma os representantes do Estado e da sociedade (Lauder et al, 2001, p. 68).

Por outro lado, o **isolamento social** dos indivíduos é mais problemático em contexto urbano – é no espaço citadino, pelas suas características físicas (distâncias maiores e maior concentração de pessoas) e pela diversidade de proveniência dos moradores, que a população tende a sentir mais os efeitos do isolamento, particularmente a população pobre, que raramente participa em redes sociais estáveis e integradoras, sentindo mais a marginalização (Hespanha et al, 2002).

Para pôr em prática a máxima “desenvolvimento local, recursos locais e profissionais locais” no desenvolvimento local, é necessário vencer quatro **barreiras**: *barreira psicológica*, já que a comunidade assume que os programas e projectos de desenvolvimento são responsabilidade exclusiva do Governo; *barreira económica*, que resulta da assumpção de que os serviços providenciados pelos sectores formais do Estado são caros e estão fora do alcance da comunidade; *barreira social*, criada pela falta de cooperação entre as pessoas; e *barreira técnica*, uma vez que a comunidade assume que o trabalho produzido com base nas suas competências técnicas irá necessitar de ajuste e melhoria (Baqir, 2001, pp.197-198).

O desenvolvimento institucional ao nível das organizações de base é um processo interactivo e participado, que vive da criação de respostas inovadoras e de apoio a longo prazo, para que possam beneficiar da experiência, cimentar relações de confiança com os parceiros e experimentar diversas alternativas que constituam respostas válidas aos desafios que lhes são colocados. O caminho da sustentabilidade destas instituições e das actividades por elas desenvolvidas passa pelo **fim dos subsídios**, pela criação de **soluções pouco dispendiosas** e pelo **incremento da abrangência da sua capacidade de trabalho** (Baqir, 2001, p. 211).

O que aparentemente mantém a actividade de desenvolvimento local e comunitário é o envolvimento contínuo e o comprometimento daqueles que, ao nível local, têm expectativas e interesse na sua concretização, e não uma política nacional construída a partir de experiências anteriores. Os objectivos a longo prazo do processo de desenvolvimento comunitário são materializados em programas educacionais e em associações locais, mais do que em políticas económicas. Uma maior dependência no financiamento do Estado, conduz as associações de desenvolvimento local a um nível de vulnerabilidade mais alto e reduz significativamente o seu espaço de manobra (Bryden et al., 1990, pp.123-125).

O desenvolvimento local não é uma moda nem um modelo – é uma acção e uma prática (Pecqueur, 1989, p.137). “Não são as coisas, o dinheiro, ou sequer o esforço que, em última análise, fazem o desenvolvimento, mas a nossa razão, a capacidade de inovação, de iniciativa, de liderança, é isso que dá sentido a esses recursos. Ter uma sociedade que apoie o progresso inovador e proteja os mais fracos do tumulto que ele gera é o grande desafio” (César das Neves, 2003, p. 16).

2.3 DESCENTRALIZAÇÃO, GOVERNÂNCIA, CIDADANIA, EMPOWERMENTE PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE-PROVIDÊNCIA. ECONOMIA SOCIAL.

Os modelos de desenvolvimento que abordámos pressupõem o envolvimento das populações na satisfação das suas necessidades e na resolução dos seus problemas. Para que a acção possa ser desenvolvida ao nível local, garantindo uma maior proximidade e a participação das comunidades, em exercício pleno da sua cidadania, há que promover a autonomia local, criando, assim, um novo centro de poder. É essencial promover a **descentralização** administrativa e dos processos de decisão.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas distingue quatro formas de descentralização de competências do governo central, seja para áreas governamentais locais ou sub-nacionais, para organizações públicas semi-autónomas, para autoridades regionais, para ONG ou para organizações privadas: devolução,

delegação, desconcentração e desinvestimento ou descentralização. Cheema e Rondinelli (1983) propõem definições para estas quatro formas de descentralização: (i) *Devolução* – consiste na transferência de responsabilidade, através da criação ou fortalecimento, financeiro ou legal, das unidades estatais sub-nacionais, de actividades que estão fora do controlo directo do governo central; (ii) *Delegação* – refere-se à atribuição de determinada competência de tomada de decisão, ou de determinada capacidade de gestão, a uma organização pública, fora da estrutura burocrática normal do governo central; (iii) *Desconcentração* – consiste na realocização ou transferência da capacidade de decisão ou da responsabilidade ou autoridade administrativa para níveis mais baixos da estrutura governamental central, de ministérios ou de departamentos do Estado; e (iv) *Desinvestimento* ou *Descentralização* – corresponde à transferência de responsabilidade administrativa, de competências de planeamento ou de outras funções públicas, do Governo para entidades ou instituições voluntárias, privadas ou não-governamentais, para benefício directo e com o envolvimento das populações.

A descentralização para o nível local tira partido da coexistência num mesmo plano de diversas estruturas políticas e administrativas, de organizações sociais, de sistemas produtivos, de famílias e de comunidades. Ao nível local, a identidade social e cultural dos indivíduos, famílias e comunidades é expressa de forma mais clara. Nesta medida, a descentralização permite fortalecer a identidade cultural local (Work, 2001, p. 25) o que é vital para a criação de sentimentos de pertença e para uma maior valorização do espaço.

Contudo, a análise do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento permite-nos tirar algumas conclusões importantes e fazer algumas ressalvas: (i) a descentralização não é uma alternativa à centralização – ambas são necessárias, elas complementam-se; (ii) a descentralização implica três desafios: a capacidade de mobilização e alocação de recursos públicos; a capacidade de compreensão da dimensão institucional local; e a capacidade para construir respostas adequadas quando não existe conhecimento empírico suficiente que permita perceber concretamente o que funciona, ou não, em determinados contextos; (iii) a descentralização implica dois pré-requisitos: o comprometimento político da liderança e o consenso da população, na medida em que a descentralização não pode ser imposta e nem sempre podem ser assumidas as vontades populares (Work, 2001, p. 27). É importante ter presente que a descentralização é uma questão política e que nem todas as funções governamentais podem ser descentralizadas – não devem descentralizar-se funções que são essenciais à prossecução de objectivos centrais, que colocam em risco a sua sustentabilidade ao nível local, se não existe capacidade a este nível para as desempenhar, ou se a sua passagem a um nível local não é a solução mais eficiente do ponto de vista financeiro. Paralelamente, há que garantir que é possível desempenhar a função ao nível local com equidade e qualidade, e que é possível manter níveis de participação das pessoas que afecta ou a quem se dirige de modo a que possam ser desenvolvidas soluções criativas adequadas à realidade local (Work, 2001, pp.31-32).

Uma boa **governância**⁵ descentralizada é entendida como “as formas e os procedimentos que permitem à sociedade alcançar objectivos de redução de pobreza, vivência sustentável, regeneração ambiental e equidade entre géneros, ao nível sub-nacional e local” (tradução própria, Stöhr, 2001, pp. 2-3). Além disto, a descentralização desempenha uma função social fundamental na medida em que permite às organizações da sociedade civil novas formas de desenvolvimento, de actuação e de influência, facilita os processos democráticos, permite a existência de diversos tipos de resposta às carências, promove a participação dos indivíduos nas iniciativas locais, induz o surgimento de instituições da sociedade civil e contribui para o fortalecimento da identidade cultural local. Da mesma forma, Dahrendorf (1995) defende que “as comunidades locais [...] podem ser a base do envolvimento individual e da participação, para o fortalecimento do domínio público” isto é, “da sociedade civil”⁶ (tradução própria). O fortalecimento do domínio público é uma forma de integrar a força de trabalho, a comunidade local, as infraestruturas locais de ensino e formação, os serviços, os empresários locais, etc., nos processos económicos e de tomada de decisão.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas define governância como o exercício de autoridade económica, política e administrativa na gestão dos assuntos de um país a todos os níveis, compreendendo os mecanismos, os processos e as instituições através das quais a autoridade é exercida. Deve ser participativa, transparente, fiável e eficiente. Ela promove o respeito pela Lei e garante tratamento igual perante a Lei. É exercida não só pelo Estado, mas também pelo sector privado e pela sociedade civil, sendo que todos têm um papel importante na promoção de um desenvolvimento humano sustentável (Work, 2001, p. 28).

O desafio que se coloca às sociedades é, afinal, o de criar um sistema de governância que promova, apoie e mantenha o desenvolvimento humano realizando o potencial individual de cada um e permitindo o bem-estar de todos, tendo em vista a eliminação da pobreza e de todas as formas de exclusão. Ainda que existam variações relativamente ao conceito, os princípios fundamentais de boa governância são universais e incluem: respeito pelos direitos humanos; respeito pela Lei; abertura política, participação e tolerância; confiança e transparência; capacidade e eficiência administrativa e burocrática (Work, 2001, p.22).

A governância consiste, afinal, na forma como trabalham conjuntamente o sector público, o sector privado e a sociedade civil, na construção de uma economia mais forte e de uma sociedade melhor. É entendida de forma diferente por diversos autores, consoante o factor que consideram fulcral na sua estruturação – alguns consideram que uma sociedade civil vibrante e empenhada é essencial; outros, assumem que o sector privado é o motor do crescimento económico e da prosperidade; outros ainda, assumem que é essencial que o sector público mantenha uma posição privilegiada. Robertson Work define governância de uma forma mais ampla

⁵ O conceito de *governância* tem sido utilizado para descrever formas de governo mais abertas e participadas, e relações de cooperação entre o Estado e parceiros económicos ou cívicos. Já *governabilidade* está associada à legalidade e eficácia dos resultados em função dos objectivos previstos e planeados, na gestão de conflitos de interesses entre o público e o colectivo, entre o privado e o individual, na procura de consensos, na negociação de parcerias e na legitimação de políticas (Portas et al., 2003, pp.196-197).

⁶ O conceito de sociedade civil ganha força nos anos 70 do século XX, assumindo-se como agente fundamental de desenvolvimento, particularmente ao nível local. Friedmann (1996) atribui uma importância crescente à sociedade civil, consequência do advento da globalização e da retracção do papel do Estado. Com efeito, este autor define sociedade civil como “as organizações, as associações e as instituições sociais que existem para lá da esfera directa da supervisão e controle do Estado” (Stöhr, 2001, p. 7; Friedmann, 1996).

distinguindo que esta compreende os mecanismos, os processos e as instituições através das quais os grupos de cidadãos e as comunidades alcançam os seus objectivos, articulam os seus interesses, exercem os seus direitos legais, respondem às suas obrigações e medeiam as suas diferenças. Este autor defende que uma boa governância implica descentralização num sistema de subsidiariedade⁷, i.e., num sistema interactivo de decisão e de planeamento a vários níveis (Stöhr, 2001, p. 4).

O desenvolvimento de sistemas de governância a partir dos seus grupos sociais primários tem que ser efectivado em torno de um aspecto crítico e fundamental da comunidade de forma a galvanizar o grupo em torno da sua resolução; tem que existir um comprometimento sério e efectivo no processo para que ele seja exequível; é necessário que os actores e agentes de desenvolvimento disponham de tempo para se entregar e desenvolver os projectos; e é vital que exista um ambiente que permita um diálogo construtivo, franco e aberto. É, ainda, preciso garantir que o processo permite o tempo necessário para operar uma mudança na atitude dos cidadãos, particularmente naqueles que frequentemente são marginalizados, para que estes se assumam como parceiros e participantes no planeamento das suas comunidades (Lauder et al., 2001, pp.67-68).

Podemos sintetizar como razões fundamentais para a implementação de sistemas de governância descentralizados, as seguintes: (1) garantem uma melhor gestão e uma maior eficiência de cada nível, transmitindo maior confiança; (2) facilitam a participação de novos actores sociais (ONG, organizações de base, associações empresariais, sindicatos, etc.); (3) criam condições para o surgimento de oposição ao nível político; (4) permitem um maior número e uma maior adequação das respostas das entidades estatais aos indivíduos; (5) permitem e facilitam a existência de iniciativa económica local; (6) permitem uma melhor regulação dos mercados e uma melhor distribuição de recursos; (7) desenvolvem mecanismos de gestão e de integração social que reforçam a participação ao nível local; e (8) facilitam a existência de uma sociedade civil activa e participativa.

Frequentemente os governos centrais usam as estratégias de desenvolvimento de “baixo para cima” ou endógeno para justificar a sua “retirada” relativamente a algumas funções que desempenhavam, para justificar a sua própria desresponsabilização no desenvolvimento local ou regional, deixando as localidades e regiões entregues a si próprias. Face ao actual cenário de integração económica internacional, é vital que, quer nos países em desenvolvimento, quer os países desenvolvidos, os governos locais, regionais e nacionais saibam formular as suas próprias políticas de desenvolvimento (Stöhr, 2001, p.46). Autores como Castel (1995, referenciado por Hespanha et al., 2002, p.29) defendem até que a persistência de um largo sector da população, involuntariamente sem trabalho e impossibilitado de ser integrado no mercado de trabalho, põe em causa o modelo da sociedade assente no paradigma do trabalho assalariado. Pertencem a um segmento da população que Castel designa como “supranumerários” e que “parece estar condenado a ser excluído do processo produtivo e a situar-se fora da relação capital-trabalho”.

⁷ A subsidiariedade está relacionada com a estruturação do sistema social a partir de baixo, a partir da família e dos grupos primários que privilegiam o contacto entre os seus membros e se apoiam em estruturas transparentes. Pode entender-se como “a social order, oriented against the totalitarian and centralist state, in which the larger community acknowledges the potentials of the subordinate ones and exercises only those tasks which latter cannot fulfill” (Stöhr, 2001, p.39).

Tendo em conta esta problemática, Friedmann (1996) desenvolve o conceito de desenvolvimento alternativo discutido no sub-capítulo anterior, referindo-se ao que designa por **modelo de (dis)empowerment da pobreza**⁸. Este modelo conjectura que as famílias pobres não têm poder social para melhorar as condições de vida dos elementos que as compõem. Friedmann destaca que a pobreza pode ser *disempowerment* relativamente a determinados aspectos do *poder social*⁹, mas, de outro ponto de vista, a pobreza pode actuar como agente indutor da procura por maior poder social e por melhores condições de vida, animando o empenho das pessoas.

Associada à pobreza está, muitas vezes, a **exclusão social**, definida por Amaro (2000, p.33) como “uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros”. Neste sentido, adianta, “exclusão social pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania”, manifestando-se na ausência de uma ou de todas as seis dimensões seguintes:

- SER (personalidade, dignidade, auto-estima);
- ESTAR (redes de pertença social – família, vizinhança, grupos de convívio – e sociedade em geral);
- FAZER (tarefas realizadas – trabalho remunerado ou trabalho voluntário não remunerado);
- CRIAR (empreendedorismo, iniciativa, etc..);
- SABER (acesso à informação e espírito crítico relativamente à sociedade e ambiente envolvente);
- TER (rendimento, poder de compra, capacidade aquisitiva).

Os factores de exclusão social são de ordem diversa: (i) podem ser factores de ordem macro – de natureza estrutural, estão associados ao funcionamento geral da sociedade (sistema económico, sistema financeiro, modelo de desenvolvimento, valores e princípios sociais, paradigmas culturais, Lei, etc.); (ii) podem ser factores de ordem meso – se consequência de incidências conjunturais, de âmbito mais local (políticas autárquicas, características do mercado local, preconceitos sociais e culturais, estratégias de exclusão de actores locais, etc.); (iii) podem ser factores de ordem micro – se se situam ao nível individual e familiar, estando relacionados com lacunas e fragilidades de raiz individual - capacidades e competências individuais dos indivíduos (Amaro, 2000, pp.33-34).

A eliminação da exclusão social é realizada através de um processo de **integração na sociedade** a dois níveis: através da passagem dos indivíduos a cidadãos plenos (inserção) e através da sociedade que permite e acolhe a cidadania (inclusão), em lógicas de *solidariedade* e *conflitualidade*. Assim sendo, “a integração (social) [...] é o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade, a quem delas estava excluído”, através da eliminação ou minimização dos factores macro e meso de exclusão e da promoção das capacidades e competências individuais e familiares, num processo de *empowerment*, que implica a assumpção e consolidação das seis dimensões propostas acima (Amaro, 2000, pp.35-36).

⁸ Para mais sobre “Pobreza e Necessidades Básicas” ver Friedmann (1996, pp.59-71).

⁹ Para mais sobre “Poder social” ver Friedmann (1996, pp.71-76).

O conceito de **cidadania** surge, assim, associado ao de *(dis)empowerment* da pobreza, na medida em que as pessoas *disempowered* não têm poder social que lhes permita exercer de forma cabal os seus direitos políticos, situação que depende, afinal, da resolução dos seus problemas de subsistência. Como tal, a **democracia participada** é o quadro político de um desenvolvimento alternativo, razão pela qual terá que ser a sua maior reivindicação (Friedmann, 1996, p.81). Mesmo que encorajada, em alguns países pobres, a participação não passa de um acto ritual, em que os grupos que lutam por maior poder político são reprimidos.

Concluindo, a devolução de poder do Estado é uma condição essencial para uma democracia participada. Com efeito, um centralismo excessivo, ao contrário do que se possa pensar, não torna o Estado mais forte, antes conduz ao seu enfraquecimento – formas de administração altamente centralizadas geram máquinas muito pesadas e com maior inércia (perda e distorção de informação, tempos longos de resposta, dificuldade de articulação, etc.) e tendem a ser insensíveis aos problemas dos *disempowered*, uma vez que são fechadas e tomam a comunidade política como uma ameaça. Ora um “Estado mal governado e repressivo acaba por perder legitimidade para se manter no poder”. Muitos optam por recorrer à força, o que consome muitos recursos que poderiam ser melhor aplicados. Uma democracia participada pressupõe um Estado que presta contas à população e que lhe garante um espaço político aberto onde a sociedade civil organizada (incluindo os “muito pobres”) se possa mobilizar e participar na tomada de decisões. O processo de devolução de poderes, por seu turno, contribui efectivamente para o fortalecimento do Estado na medida em que: (a) liberta-o de problemas que mais facilmente se resolvem ao nível local ou regional, (b) cria instituições que constroem respostas mais adequadas às necessidades locais e regionais; (c) estabiliza o sistema político (Friedmann, 1996, p.144). Isabel Guerra (2001, p.53) destaca a indispensabilidade de que a descentralização de competências, poderes e financiamentos se faça de forma efectiva, mobilizando a participação das populações, mas alerta para a necessidade de que a representação das comunidades seja renovada de modo a não originar novas estruturas permanentes de poder, num processo em que as instituições públicas não podem ser demissionárias, mas antes animadoras e garante da representação dos excluídos.

A dinâmica de desenvolvimento local, associada à criação de novas estruturas de governância e ao aumento da participação das pessoas nas suas comunidades e na resolução dos seus próprios problemas, tem levado a que, em vários contextos da sociedade, comecem a surgir movimentos reivindicando uma maior participação e chamando a si funções antes desempenhadas pelo Estado. De facto, em alguns países tem-se assistido a uma gradual transferência das funções do Estado, como resultado da crise de financiamento do Estado-providência, particularmente nos domínios da assistência social, dos cuidados primários de saúde e do apoio a idosos. Estas funções de regulação do Estado têm vindo a ser transferidas para instituições de solidariedade social, procurando, em contextos de maior proximidade relacional, “ampliar as condições de resposta a problemas sociais locais” e “encontrar soluções orgânicas mais vantajosas para o Estado face à densidade absoluta crescente destes problemas” (Oliveira das Neves, 2000, pp.10-11).

“A **economia social** nas suas diferentes vertentes surge como uma forma de resistência ao modelo económico dominante”. O movimento cooperativo e mutualista foi a primeira expressão da economia social que, na adaptação à evolução económica e social contemporânea, manteve o radical de resistência, evidente nas suas

diversas dimensões – empresas de valorização de recursos humanos rejeitados pelo mercado, organizações não-lucrativas votadas à satisfação de necessidades e aspirações não mercantilizáveis, ou entidades de suporte institucional a modalidades de desenvolvimento comunitário (Silva, 2000, p.29).

Manuela Silva corrobora esta dimensão de resistência ao modelo económico dizendo-nos (2000, pp.30-31) que “recorrem à economia social os marginalizados e excluídos das sociedades afluentes como estratégia de sobrevivência”; “recorre à economia social o sector público administrativo responsável pela política social como meio de aliviar a pressão dos custos sociais sobre o erário público”; e “recorre à economia social a sociedade civil confrontada com a falta de resposta pública e mercantil para os múltiplos e graves problemas sociais com que se defronta” e que assim vai “multiplicando as organizações sem fins lucrativos destinadas a operar nos variados domínios das carências sociais”.

A criação e desenvolvimento de organizações de economia social é função: dos recursos humanos, técnicos, institucionais, financeiros e patrimoniais disponíveis na comunidade, bem como do grau de mobilização das populações-alvo. A expansão deste tipo de iniciativas é condicionada pela dinâmica das instituições locais, pela existência, disponibilidade e motivação de líderes e pela existência de uma *cultura de apropriação local* (Ferrão, 2000, p.23).

Estas organizações mobilizam, principalmente, recursos locais para debelar necessidades que são sentidas localmente, razão pela qual a proximidade relacional é um dos seus mais importantes atributos. São produto da cultura local, do contexto em que surgem e se desenvolvem e da comunidade que servem, definindo o grau e o tipo de enraizamento local (“*local embeddedness*”), tendo, no essencial, três funções: (a) promover a *coesão social*, através do combate à exclusão social de uma forma geral; (b) promover a *coesão económica*, através da criação de riqueza; e (c) promover uma *cultura de participação cívica*, induzindo o surgimento de novas formas de governância e minimizando as consequências do recuo dos programas característicos do Estado-providência e do processo de integração económica. A acção destas organizações permite, assim, uma utilização mais inteligente dos recursos disponíveis, a promoção de uma atitude empreendedora e a criação de novas competências, o surgimento de novos postos de trabalho e a diversificação da estrutura económica, a adequação dos serviços às necessidades locais e a criação de novas formas de participação cívica (Ferrão, 2000, p.22).

O facto de serem muito dependentes de lideranças individuais, de exigirem uma visão estratégica de médio/longo prazo, de dependerem sobremaneira de factores como as alterações na sua envolvente imediata, de políticas nacionais, etc., de implicarem uma adequação constante da oferta de serviços à procura latente, irregular e esporádica da população-alvo, são alguns aspectos que explicam a dificuldade em manter e desenvolver estas instituições. É vital que se consiga “quebrar todo o tipo de isolamento” seja através de redes de informação que permitam acesso a novos conhecimentos a diversos níveis (regional, nacional ou supra-nacional), seja no interior da própria organização entre os membros envolvidos, seja com os parceiros, públicos ou privados, ou ainda relativamente à população a servir (Ferrão, 2000, p.25).

“A economia social deve ser assumida como catalizadora de recursos para uma utilidade social que não ignore exigências de rentabilidade económica, mas valorize distintos factores de competitividade, num contexto de promoção do emprego e do desenvolvimento local” (Oliveira das Neves, 2000).

2.4 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

“O mundo tornou-se demasiado complexo e interdependente para uma só instituição ou sector responder eficazmente aos desafios e oportunidades de hoje” (Zadek, Hojenseard, Raynard, 2000).

As dinâmicas de desenvolvimento local e comunitário aconselham ao reforço das **lógicas de parceria**, promovendo uma utilização integrada e equilibrada dos recursos existentes e a construção de respostas mais dirigidas aos problemas identificados.

Na perspectiva da governância, a complexidade crescente e a fragmentação da comunidade e da vida em comunidade exige novas capacidades para a resolução de problemas e novas soluções. O papel do Estado já não é tão importante como no passado. A governância pressupõe a coordenação dos múltiplos actores em diversos enquadramentos institucionais, através de novos mecanismos de negociação. As **parcerias público-privado** são um destes mecanismos, talvez um mecanismo de transição, permitindo mudanças à margem das antigas estruturas políticas e económicas. Estes mecanismos têm que permitir às comunidades actuar estrategicamente, em vez de apenas se irem adaptando às mudanças (Clarke, 1998, p.35), e ampliar as perspectivas de consenso e a capacidade local para actuar, na medida em que permitem um contexto com direitos claros e possibilidades de argumentação (Clarke, 1998, p.35).

Maria do Carmo Nunes (2002, p.61) aborda as **parcerias de desenvolvimento**, chamando a atenção para uma definição apontada pelo *The Copenhagen Center* para o que designa como “novas parcerias sociais – pessoas e organizações dos sectores público, privado e civil, que se comprometem voluntariamente em relações inovadoras e mutuamente benéficas, dirigidas a fins sociais comuns, através da combinação de recursos e competências”.

Um exemplo de organizações não lucrativas que actuam como parcerias público-privado no desenvolvimento e implementação de projectos à escala do bairro/comunidade são afinal as instituições de desenvolvimento comunitário. As parcerias comunitárias locais são importantes porque respondem de forma efectiva às tensões sentidas no interior das comunidades urbanas, conformando-se e constituindo uma solução mais adequada às necessidades e especificidades locais (Clarke, 1998, p.34).

As parcerias são caracterizadas pela convergência de interesses funcionais entre os parceiros da organização, tendo por objectivo criar uma nova capacidade institucional que permita atingir determinados resultados, face a um problema comum ou a uma necessidade partilhada, em que cada um dos parceiros contribui com os recursos considerados necessários. Estritamente falando, “parceria” implica que os membros são iguais, mas, do ponto de vista prático, é comum que uma das partes lidere, mesmo que apenas por um período. A eficácia

da parceria depende da capacidade de cada uma das partes em ceder algum do seu poder e recursos à organização e em ser flexível à mudança (Duffy, 1998, p.145, Clarke, 1998, p.30).

Cada vez mais, o sucesso das políticas a implementar depende largamente do grau a que os governos trabalham efectiva e harmoniosamente com as outras organizações e da forma como se adequam a problemas específicos e localizados. Por outro lado, têm a vantagem de não se restringir às limitações do governo local tradicional e de facilitar novos elos entre agências e departamentos do Estado, sobrepondo-se a fronteiras jurisdicionais e ultrapassando muitos obstáculos burocráticos (Jacobs, 1998, p.75).

O importante papel que é atribuído ao Estado nos paradigmas de desenvolvimento que estudámos é reforçado nestas parcerias em que o governo local, por exemplo, tem de se assumir como o promotor de negociações entre os actores privados e não como o garante de serviços ou o executante de programas nacionais. É vital que sejam promovidos novos mecanismos de governância (Mayer, 1995). Ora, o carácter da *infraestrutura institucional* local, pode ser associado à eficácia das localidades em responder às alterações na realidade económica, com base no conceito de “solidez institucional” – refere-se ao número e diversidade de instituições, suas interacções, estratégias de colaboração e ao seu nível de percepção e acção. Quanto mais sólido o tecido institucional, mais provável é que a estrutura local seja apoiada em factores que habitualmente são conducentes ao crescimento e desenvolvimento na era global: estabilidade institucional, conhecimento e qualificação, flexibilidade administrativa, capacidade de inovação, confiança e reciprocidade. A “solidez institucional” pode ser uma condição necessária, mas não é suficiente. A densidade da rede institucional e o nível até onde esta penetra e influencia os recursos económicos, sociais e políticos, pode acabar por ser menos significativo do que uma capacidade institucional local discreta. O encorajar de iniciativas organizacionais e de redes mais individualizadas pode contribuir para a fragmentação das instituições locais, em vez de promover a sua coerência (aumentando os custos de transacção).

Paralelamente, o confiar da governância às parcerias acarreta alguns problemas: por um lado, estas encorajam uma maior coordenação espacial e uma política mais coerente, mas, por outro, estão frequentemente circunscritas a alguns interesses empresariais dominantes (Healy, 1995) e a elites governamentais mais interessadas em construir e comercializar alguns projectos locais do que em desenvolver uma estratégia de longo prazo. Neste sentido é importante aumentar a participação pública através de acordos para a partilha de riscos e benefícios (Mayer, 1994).

O conceito de *empowerment*, que analisámos atrás, aplica-se às parcerias de desenvolvimento, às organizações nelas envolvidas e, obviamente, aos seus destinatários. Esta noção parte da constatação de que é vital aumentar o nível de participação e de responsabilização da sociedade, muito em particular daqueles que são habitualmente excluídos, não tendo oportunidade de influenciar as acções que os afectam. Do ponto de vista operacional, o *empowerment* ao nível das parcerias implica o envolvimento de todos os parceiros no desenvolvimento dos projectos e na tomada de decisão, através da cooperação dos seus colaboradores, num processo democrático, dialogante e flexível, inclusive em relação às estruturas institucionais montadas, que

envolva a sociedade civil, na sua própria legitimação e na legitimação dos projectos. A parceria só funciona enquanto tal, se não se tornar tão simplesmente o somatório linear dos projectos individuais de cada parceiro.

Maria do Carmo Nunes (2002, p.68) sistematiza num quadro as mudanças nos valores e práticas que se exigem aos pares numa verdadeira parceria de desenvolvimento:

Quadro 3: Mudanças necessárias nos valores e práticas dos parceiros

Tipo de parceiros	Valores e práticas tradicionais	Valores e práticas em parceria
Organismos públicos	- Rigidez e segmentação, - Enfoque nos "processos", - Papel centralizador e de controlo, - Fechamento em relação à envolvente externa.	- Flexibilidade e abordagem sistémica dos problemas, - Enfoque nos resultados/respostas às necessidades e expectativas do utilizador/cliente, - Papel de facilitador e de cooperação/entrosamento com a acção de outras entidades ao nível local, - Abertura ao exterior; saber ouvir e reconhecer os outros.
Organizações sem fins lucrativos	- Cultura de subsídio-dependência, - Atitude paternalista e caritiva face aos públicos, - Abordagem muitas vezes "top-down" na concepção de respostas e soluções.	- Afirmação no "mercado" e auto-sustentação financeira, - Atitude de autonomização e responsabilização dos públicos; partilha dos "seus" públicos com outras organizações, - Audição e envolvimento dos públicos-alvo.
Empresas	- Enfoque na competitividade tendo por base o menor custo e não a qualidade, - Acções pontuais de responsabilidade social de cariz filantrópico.	- O "bem comum" (responsabilidade social, respeito pelo ambiente, satisfação dos colaboradores) faz parte dos objectivos empresariais, - Reconhecimento das vantagens económicas das suas intervenções sociais e do trabalho em parceria.

Fonte: Nunes, 2002, p.68.

A leitura do quadro, bem como as considerações que foram feitas anteriormente, permitem-nos distinguir alguns factores-chave na garantia do **sucesso das parcerias** de desenvolvimento (Nunes, 2002, p.69):

- Clareza dos objectivos principais da parceria de desenvolvimento, bem como do papel a desempenhar por cada parceiro;
- Grau de interacção dos parceiros;
- Eficácia, transparência e grau de partilha permitidos pelo sistema de gestão, de organização e de comunicação interna da parceria;
- Existência de capacidade de liderança;
- Nível de *empowerment* de parceiros e colaboradores;
- Competências dos actores;
- Manutenção do enfoque nos resultados e nos utilizadores.

2.5 ASSOCIAÇÕES LOCAIS DE BEM-ESTAR SOCIAL

Por último, e porque sabemos que esta é uma componente importante da acção local e comunitária em Macau, fazemos ainda uma breve análise das associações de desenvolvimento local.

As **associações de desenvolvimento local** (ADL) actuam em prol do desenvolvimento das comunidades locais, através: do apoio a grupos sociais desfavorecidos, do envolvimento em programas nacionais e comunitários virados para a promoção da inserção e coesão sociais, do lançamento de iniciativas de ordem social, económica e cultural, da promoção da empregabilidade, do incentivo à participação e ao *empowerment*, da acção conjunta com os poderes locais, etc.. (Monteiro¹⁰, 2004, p.53). Constituem-se como Associações de Desenvolvimento Local na sua acção na comunidade local, mobilizando pessoas e agentes locais em intervenções mais alargadas, promovendo a análise dos recursos e potencialidades locais, dinamizando iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, etc., implementando projectos de educação e formação ou gerindo programas nacionais (Brás, 2000, citado por Monteiro, 2004, p.54). A abrangência da acção destas associações leva a que o movimento associativo local seja muito diverso, sendo composto por entidades com posturas e objectivos distintos e com diferentes graus de aproximação às comunidades.

Relativamente à *base social*, as ADL podem constituir-se como resultado do empenhamento individual, tendo por suporte os cidadãos envolvidos em processos de cidadania através da participação em contextos de desenvolvimento, ou como resultado de uma vontade institucional que tem como base fundadora entidades colectivas públicas e/ou privadas, associadas em parceria. José Portela (1999, p. 57, citado por Monteiro, 2004, p.55) designa as primeiras como “militantes” e as segundas como “institucionais”.

Alcides Monteiro (2004, pp.56-62) debruça-se sobre as orientações que sustentam e justificam as estratégias de intervenção adoptadas pelas ADL, definidoras dos seus princípios e condicionadoras da sua acção, estabelecendo *quatro grandes tipos de ADL*: (1) Associações de carácter instrumental – Têm como objectivo central a maximização das competências técnicas e sociais, em detrimento da afirmação de um projecto político e ideológico autónomo, na medida em que aceitam o Estado enquanto instância reguladora. São criadas para dar resposta a um problema social concreto, para dar continuidade ou consolidar institucionalmente acções já iniciadas ou para apoiar a acção das instituições de administração local nas áreas da luta contra a pobreza e exclusão social. Com uma intervenção menos burocrática e mais flexível, capaz de identificar as reais necessidades das comunidades, mobilizando recursos adequados, as associações de *carácter instrumental* estão mais atentas às oportunidades, mantendo uma atitude inovadora no desenhar de novas soluções. O Estado assume-se como “animador”, sendo desejável que apoie as acções empreendidas através de financiamento, da produção de directivas e do desenvolvimento de parcerias. A relação desenvolvida com os grupos sociais é do tipo “participação-incorporação”, uma vez que o envolvimento das populações não passa pela estruturação de medidas e projectos. (2) Associações de orientação parapública – Não possuem

¹⁰ Artigo publicado na revista “Cidades. Comunidades e Territórios” em que são recuperadas algumas conclusões da tese de doutoramento do autor, com o título “Associativismo e novos Laços Sociais. As iniciativas de Desenvolvimento Local em Portugal”, e que se julgou pertinente abordar no âmbito deste estudo.

um projecto político interno e autónomo, sendo constituídas para dar resposta a uma solicitação do poder local ou de outro nível de administração para dar resposta a um processo de candidatura a financiamento ou programa de apoio. A base societária é quase exclusivamente composta por instituições, maioritariamente da administração central e local. Os objectivos passam pelo apoio à acção e implementação das orientações programáticas delineadas pelos poderes públicos (são “auxiliares da administração”). As parcerias resultam, na sua quase globalidade, de exigências definidas pelos programas a executar. No geral, são desvalorizados os princípios de comunidade e participação, tal como é diminuída a dimensão política da acção, reduzida a um exercício técnico e de gestão. (3) Associações de orientação autónoma – Pautadas pela discussão sobre os valores e princípios de um conceito de desenvolvimento alternativo, estas associações reclamam e defendem a promoção de dinâmicas de desenvolvimento local e de combate à exclusão social, apoiadas em exercícios democráticos, solidários e abertos. O Estado assume um papel de incentivo, mas não cria condições para a efectiva colaboração e concertação de esforços na definição de objectivos e orientações, assumindo uma posição de “constrangimento” e ausência de parceria. As associações, por seu turno, reclamam do Estado uma atitude de parceiro, procurando o estabelecimento de compromissos (inclusive contratuais) que reconheçam a importância das associações no fortalecer dos laços sociais. As estratégias de intervenção são resultado de um debate aberto que toma em linha de conta as comunidades, suas necessidades e solicitações, incentivando e promovendo o *empowerment* e autonomização das comunidades. As parcerias são conduzidas em função de acções concretas, com base no diálogo franco e aberto e numa lógica de sinergias baseadas em recursos, saberes e poderes distintos. A construção de um projecto político autónomo é baseada em lógicas alternativas de intervenção em concertação com outras opções e métodos seguidos por outros actores. (4) Associações de orientação militante – A intervenção destas associações remete para os modelos sindicais e para os movimentos sociais dos anos 60 e 70 do século XX, ainda que com as devidas adaptações aos contextos e realidades actuais. São visíveis traços fundamentais de um empenhamento mais *militante*, assumidos numa orientação auto-centrada que procura dar resposta a necessidades e problemas específicos de um determinado grupo social, que, em simultâneo, constitui o essencial da base societária da associação. Os principais objectivos da acção, conduzida através de um projecto político próprio baseado em princípios de solidariedade, democracia e autonomia, prendem-se com a maximização das oportunidades de empregabilidade e de integração na esfera económica do grupo social representado. Rejeitam uma postura tutelar por parte do Estado, procurando a sua independência financeira e oscilam entre a contestação do modelo dominante e a abertura a mecanismos de parceria e negociação com o Estado. A participação efectiva dos associados é tida como fundamental.

No essencial, as diferenças parecem resultar de variações relativamente a três aspectos – relação com o Estado, relação com a comunidade e forma como se estrutura (ou não) um projecto político próprio. De acordo com Alcides Monteiro, ainda que prevaleçam traços de *convicção militante* nos discursos de algumas associações, essa atitude tem vindo a ser substituída pela concertação ou pela aceitação de uma “autonomia tutelada” em que o poder público define as orientações e políticas e a ADL é responsável pela execução e planificação locais. Noutros casos, a ADL poderá optar pela partilha da capacidade de decisão adoptando formas mais solidárias de regulação social, materializadas em parcerias. Como nota Martine Barthélemy, citada

por Alcides Monteiro (2004, p.63), a perda de importância da dimensão política das associações, reflectida na ausência de um projecto político próprio e na aceitação de um programa delineado pelo Estado, “funda uma das novas fragilidades do mundo associativo”.

Muitas vezes as ADL encontram-se relacionadas em sistemas associativos locais. Como refere Yvan Comeau (2004, p.65)¹¹, após o início da industrialização, começaram a surgir **sistemas associativos locais de bem-estar** que, pelo facto de se encontrarem relacionados com serviços públicos e privados e com outros sistemas associativos locais, contribuíram para a formação de agrupamentos territoriais e sectoriais de maior alcance. Comeau define um sistema associativo de bem-estar como “o conjunto das associações vocacionadas para a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos residentes de um determinado território, através de actividades variadas, orientadas para o interesse geral” (tradução própria, 2004, p.66). O autor começa por distinguir que os sistemas associativos locais de bem-estar promovem actividades de carácter social, educativo, preventivo e de saúde, contribuindo para a produção de riqueza financeira e não financeira (Viveret, 2001, citado por Comeau, 2004, p.65), sendo as actividades direccionadas para as problemáticas identificadas – questões económicas, de inserção social, etc.. Giddens acrescenta que as associações orientadas para o bem-estar social formam um sistema, no sentido em que constituem um conjunto organizado de práticas e relações sociais (1997, citado por Comeau, 2004, p.65). Estes sistemas assumem diversas configurações: uns demonstram uma maior abertura à inclusão de diversos actores, outros gerem recursos mais consideráveis, outros ainda desenvolvem condições de trabalho mais interessantes.

Os sistemas associativos locais são caracterizados por uma grande diversidade, quer do ponto de vista individual, quer das relações que estabelecem entre si, e que advém das características do território, das oportunidades por ele geradas e das respostas construídas para cada tipo de problema, num dado momento e por uma dada organização de actores, em função dos quadros de interpretação alcançados e da dinâmica social que constroem (Benford e Hunt, 2001, citados por Comeau, 2004, p.66).

Comeau **descreve os sistemas associativos locais em função de duas dimensões** (2004, pp.66-70): (a) Institucional – diz respeito às relações entre actores, nomeadamente ao nível das pressões políticas que se exercem sobre e no interior das organizações, pelo que esta dimensão tem uma componente interna, associada aos regulamentos, à missão, às redes estabelecidas e aos processos de tomada de decisão, e uma componente externa, relacionada com a posição assumida pelo Estado, com as forças de mercado e com a atitude da sociedade civil. Dos factores que têm implicações no plano institucional há a referir: (i) o estatuto jurídico; (iii) a participação de mulheres; (iv) o acesso aos canais de participação por parte dos utilizadores dos serviços; (v) as condições de trabalho oferecidas. (b) Organizacional – esta dimensão é influenciada pelos meios disponíveis para alcançar os objectivos traçados e pela forma como se organizam as instituições. Assim sendo, depende de factores internos, como sejam os recursos humanos e financeiros, a coordenação de actividades e o desenvolvimento e financiamento de serviços e bens. A dimensão organizacional é influenciada por um conjunto de factores, de entre os quais se destacam: (i) adequação da resposta à missão da

¹¹ Artigo baseado em dados empíricos da província do Quebec, no Canadá.

organização ou a uma população específica; (ii) colmatação de carências nos serviços prestados pelo Estado; (iii) menor exigência em termos de mão-de-obra disponível; (iv) presença de mulheres; (v) promoção da inclusão e autonomia dos trabalhadores na organização do trabalho; (vi) sofisticação; (vii) financiamento do Estado – grande parte dos recursos dos sistemas associativos locais de bem-estar provêm de uma subvenção do Estado, que tem maior importância do que as doações e contribuições benévolas. Já na nova economia social, as organizações geram receitas autónomas; (viii) margem de manobra financeira – a falta de receitas autónomas, associada a planos anuais rígidos, ao apoio financeiro do Estado e a mão-de-obra reduzida, conduz a dificuldades de gestão e à redução da margem de manobra financeira das associações locais.

Assim, destacam-se dois tipos de **fenómenos que contribuem para a diversidade das associações**: (1) Fenómenos Estruturais (de ordem política, económica e organizacional, impõem-se na estruturação de um sistema associativo de bem-estar, condicionando o seu desenvolvimento e a sua acção) - o território (as características e o tipo de dificuldades da população), a idade dos organismos (condiciona não só a missão da organização, mas o tipo de serviços prestados, o peso do financiamento público, o nível de institucionalização e a flexibilidade), a dimensão (associado ao crescimento da instituição, isto é, ao aumento do número de trabalhadores, a um orçamento mais significativo e a um número importante de associados, evidenciando um processo de institucionalização relativamente à delimitação de instâncias para participação e à existência de uma política escrita) e a natureza e frequência das actividades e serviços prestados. (2) Fenómenos Estratégicos (associados às relações entre os actores e ao peso institucional que cada actor tem na organização) - relações entre os organismos do Estado, a direcção e o pessoal das associações.

Os sistemas associativos locais são afinal mecanismos sociais criados pela sociedade civil para solucionar as irregularidades entre as aspirações e as necessidades não satisfeitas e as regras impostas pela sociedade. **A sociedade reflecte-se na forma como se organizam e actuam os movimentos sociais e, por sua vez, beneficia da sua evolução, num processo estratégico e interactivo** (Comeau, 2004, pp.70-74).

Por último, Comeau destaca a importância da capacidade de inovação dos sistemas associativos locais de bem-estar que nela se legitimam e encontram justificação, ao complementar o sistema público numa abordagem diferenciada que beneficia as populações marginalizadas. A noção de **inovação social** evidencia a forma distinta como concorre para a resolução de questões e problemas sociais, transformando a forma de actuar, as estruturas sociais, as relações sociais, as formas de decidir, etc.. De acordo com o autor, a inovação social envolve risco (associado à incerteza) e o estabelecimento de redes. Com efeito, a inovação social desafia as instituições e ameaça a ordem estabelecida, constituindo um desafio na medida em que suscita maiores incertezas. Por isso, é essencial que sejam estabelecidas redes de comunicação, que permitam reduzir o risco e a incerteza, possibilitando que cada instituição tire partido dos processos de experimentação das outras.

3. MACAU E O PERÍODO DE TRASIÇÃO

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Como referimos no Plano de Trabalho (Introdução), este capítulo não pretende fazer uma análise exaustiva da evolução recente da RAEM, mas sim, através de um conjunto diversificado de dados, abordar as questões essenciais à compreensão da dinâmica que se vive no Território e das implicações do enquadramento político, económico e administrativo na sociedade e nos desafios que se colocam a Macau na actualidade.

Iremos aflorar a evolução histórica do Território, analisar a população residente e a demografia, fazer uma breve caracterização da estrutura económica da RAEM, analisando também a evolução verificada ao nível dos indicadores macroeconómicos e a importância que os sectores do jogo e do turismo assumem actualmente. Tendo o crescimento populacional em mente, faremos uma análise da cidade de Macau, nomeadamente do seu desenvolvimento urbano, das alterações ao uso do solo, das transformações verificadas ao nível da morfologia e da tipologia de ocupação e das implicações nalguns indicadores de qualidade de vida, referindo ainda os projectos previstos. Antes de analisar a evolução jurídico-institucional da RAEM, tentaremos compreender que papel lhe pertence no seu contexto regional e no seio da República Popular da China, bem como ao nível mundial. As políticas sociais da administração do Estado e os mecanismos de protecção social da população também serão abordados. Finalmente, depois de contextualizada a situação actual da RAEM, procuraremos perceber para onde caminha, que opções se desenham no seu horizonte e que desafios se colocam ao seu desenvolvimento.

Relativamente às fontes utilizadas, recorreremos, em boa medida, aos dados estatísticos publicados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), disponibilizados através do seu Centro de Documentação. Procurámos efectuar uma análise comparativa que abarcasse os três últimos períodos censitários, ou, pelo menos, as duas últimas décadas censitárias, isto é 1981, 1991 e 2001 ou 1991 e 2001. Sempre que possível e/ou pertinente, recorreremos aos dados do Anuário Estatístico de 2005 (ou a dados mais recentes, quando disponíveis) para actualizar a informação e para melhor perceber em que sentido se evoluiu nas dimensões com interesse para este estudo.

3.1.1 Enquadramento geográfico e administrativo

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) está situada na orla meridional da China (Anexo I – Planta n.º 1 – Enquadramento da RAEM), na margem Oeste do delta formado pelo rio das Pérolas e pelo rio do Oeste, junto à província de Guangdong. Situada a uma distância de, aproximadamente, 60 Km de Hong Kong e 145 Km de Cantão, a RAEM confronta com a cidade de Zhuhai.

A península de Macau está ligada ao continente chinês por um istmo estreito e à ilha de Taipa por três pontes – ponte Governador Nobre de Carvalho, ponte da Amizade e ponte de Sai Van. As antigas ilhas de Taipa e

Coloane estão hoje ligadas por meio de um istmo criado artificialmente a partir de aterros – o COTAI (“Co” de Coloane e “Tai” de Taipa). Existe ainda uma ligação à província de Guangdong através da Ponte Flor de Lótus.

Interessa referir que a Península de Macau está dividida em cinco freguesias – Nossa Senhora de Fátima, Santo António, São Lázaro, Sé e São Lourenço. Já as *ilhas* da Taipa (freguesia de N.ª Sr.ª do Carmo) e Coloane (freguesia de S. Francisco Xavier), bem como o COTAI, correspondem a unidades administrativas individualizadas (Anexo I – Planta n.º 2 – Divisões Administrativas).

3.1.2 Breve síntese histórica de Macau¹²

Macau, apesar de já ocupada por pescadores que aqui se fixaram e estabeleceram a sua actividade, não se terá desenvolvido enquanto aglomerado urbano senão com a chegada dos portugueses e o seu estabelecimento nesta área (Cónim et al., 1998, pp. 22-24). Com efeito, ainda que se julgue que a ocupação já se tinha verificado anteriormente, uma vez que as rotas comerciais já estavam implementadas, só por volta de 1557 (Conceição, 1988, p.8) seria autorizada a fundação de uma feitoria em Macau.

Até 1685, os portugueses serviram como intermediários comerciais entre a China e o Japão (troca de seda da China por prata do Japão), a Índia, Málaga, Sião e a Europa, mantendo em Macau um dos mais importantes portos comerciais da época. Durante o domínio filipino (em que Macau se manteve fiel a Portugal, razão pela qual foi chamada de “*Cidade do Nome de Deus, Não há outra mais leal*”) inicia-se um período de declínio - a crise económica que deixa quase a descoberto a defesa militar dos territórios no ultramar, conjuntamente com o deteriorar das relações políticas e comerciais com algumas nações, acabou por levar a que, em meados do século XVII, Macau perdesse o seu papel de destaque enquanto entreposto comercial, situação que se agravaria com o desenvolvimento do porto e da própria cidade de Hong Kong pelos ingleses¹³ (o porto de Macau, com sérios problemas de assoreamento, era incapaz de rivalizar com as águas profundas do porto de Hong Kong; por outro lado, Macau possuía uma oferta de serviços mais fraca do que a de Hong Kong), assim como com a assinatura de diversos tratados para exploração dos portos na costa da China (1842).

A China sempre olhou para Macau como um território chinês ocupado por portugueses, situação tolerada devido ao comércio. E assim sendo, nunca a ocupação foi reconhecida expressamente e a China sempre interveio no Território, numa clara afirmação de soberania. Ora, durante os três anos de governação de Ferreira do Amaral desenvolveu-se uma estratégia pouco conciliadora e até de confronto com as autoridades chinesas, procurando tirar partido da fase de vulnerabilidade que a China atravessava (revolta dos *Taijping* e assinatura dos chamados *Tratados Desiguais*) e afirmar a soberania portuguesa sobre Macau. Nesta perspectiva, em 1862, foi celebrado o Tratado de Tianjin, que, contudo, nunca foi ratificado pelas autoridades chinesas. Em 1886, iniciou-se novo período de negociações, que culminou com a assinatura, a 26 de Março de 1887, em Lisboa, de um protocolo preliminar (o *protocolo de Lisboa*) que viria a dar origem ao Tratado de Pequim

¹² Esta Breve Síntese Histórica de Macau é complementada com a Cronologia apresentada no Anexo II.

¹³ Conflitos e tensões surgidas em torno do comércio e da cultura da papoila viriam a culminar na I Guerra do Ópio da qual a China sai derrotada. O Tratado de Nanking, em 1842, leva à fundação da colónia de Hong Kong.

(assinado em 1887 e ratificado a 24 de Abril de 1888), onde foram confirmadas a “perpétua ocupação” e administração de Macau por Portugal, com a promessa portuguesa de que o Território (Península, Taipa e Coloane¹⁴) nunca seria alienado sem o prévio consentimento da China.

Em finais do século XIX assiste-se ao começo das actividades ligadas ao jogo, sendo ainda restabelecido (sob atenta fiscalização) o comércio do ópio (que viria a ser novamente extinto já a 31 de Dezembro de 1945). Em 1877, o jogo do *fantan*, de azar e de carteadado é declarado livre em Macau. Neste período, os rendimentos provenientes dos impostos sobre o jogo (*fantan* e lotarias chinesas) e do ópio eram as pedras basilares do equilíbrio financeiro do Território, correspondendo a entre 60 e 80% das receitas arrecadadas¹⁵.

Durante a Segunda Guerra Mundial, e a invasão nipónica (que abrange Guangzhou e Hong Kong), Macau manteve uma posição neutral, determinada pela posição oficial portuguesa, tornando-se um dos únicos portos com relativa segurança no Extremo Oriente, pelo que passou a constituir um refúgio seguro, especialmente para chineses e naturais de Hong Kong. A população terá aumentado substancialmente neste período (julga-se que terá rondado o meio milhão de habitantes) e o Território gozou de alguma prosperidade económica.

No final dos anos 40, a vitória da Revolução leva o Partido Comunista Chinês ao poder, proclamando, a 1 de Outubro de 1949, a República Popular da China. Inicia-se uma nova fase nas relações entre Portugal e a China, que é fortemente crítica da política colonial de Lisboa, e com quem Portugal só estabelecerá relações diplomáticas em 1971. O *Tratado de Pequim* é incluído no lote de *Tratados Desiguais* e é considerado inválido, ainda que Pequim tenha optado por manter *o status quo* até que fosse oportuno lidar com esta questão.

Entre 1966 e 1968, desenvolve-se a Revolução Cultural Chinesa, instituída por Mao Tse-Tung, e apoiada por alguns sectores da população em Macau (por exemplo, a população estudantil) pelo que, em Outubro de 1966, se desencadeou uma grave crise, instalando-se um clima de instabilidade e de revolta da população chinesa contra a Administração Portuguesa, que culminou nos acontecimentos do “1, 2, 3” que puseram em causa a autoridade portuguesa no Território e o seu estatuto.¹⁶

Ainda que a exploração do jogo em Macau se tenha iniciado em 1896, o maior impacte na economia do Território foi sentido com a atribuição de um contrato de concessão à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), em 1962. A STDM introduziu em Macau o estilo ocidental de jogos, tendo modernizado e

¹⁴ O controlo das ilhas de Taipa e Coloane foi efectivado entre 1847 e 1864. A Ilha Verde seria integrada no território em 1890.

¹⁵ Num Relatório do Governo de 1911, assinado por Álvaro de Mello Machado, Governador Interino (Cónim e Teixeira, 1998, p. 433), pode ler-se: “Para se ajuizar bem o abismo para que esta província caminha [...], é preciso ter em consideração a difícil situação política que nas relações com a China criamos ou deixamos criar, o desenvolvimento de outros portos próximos de Macau [...] e a certeza de que não podemos continuar [...] confiando indolentemente os destinos da colónia aos [...] recursos que o jogo e o ópio anual e generosamente atiram aos cofres da Fazenda.”

¹⁶ Com efeito, no dia 3 de Dezembro de 1966, chega a ser decretado o estado de emergência e imposta a lei marcial, numa tentativa de controlar os conflitos entre a comunidade chinesa e a polícia. A administração portuguesa acabaria por chegar a acordo com os representantes da comunidade chinesa, acedendo à publicação de uma nota que dava satisfação às reivindicações, em negociações que envolveram o Governo Provincial de Cantão, e deixaram clara a fragilidade e dependência da Administração Portuguesa face à China (Sousa et al., 1998, pp. 47-49; Moisés Fernandes, entrevista difundida pela Rádio Macau a 3 de Dezembro de 2006).

reestruturado o sistema de transporte de jogadores entre Hong Kong e Macau. Com uma validade inicial de 5 anos, o contrato de concessão seria alvo de uma primeira revisão findo este período, desta feita com a validade de 25 anos. O Jogo cedo ganhou terreno, tornando-se um dos maiores empregadores do Território, induziu o desenvolvimento de infraestruturas e equipamentos, e impulsionou o sector hoteleiro.

Entre 1974 e 1975, e na sequência da revolução do 25 de Abril, verifica-se o processo de descolonização dos territórios no ultramar. Mas tal processo não abrange Macau, uma vez que o Território nunca fora assumido pela China como colónia portuguesa.¹⁷ A nova ordem política saída da Revolução em Portugal permitiu “a aproximação das posições dos dois países relativamente à *questão de Macau*”. Uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros a 6 de Janeiro de 1975, “reconhecia a RPC como único representante do povo chinês” e Taiwan como parte integrante do território chinês, afirmando ainda que “o território de Macau poderá ser motivo de negociações no momento que for considerado apropriado pelos dois Governos”. Apesar da atitude da RPC no sentido da manutenção da situação¹⁸, a posição portuguesa seria confirmada por dois documentos - o Estatuto Orgânico de Macau (17 de Fevereiro de 1976), que atribui ao Território amplos poderes de autonomia, e a Constituição de 1976 que deixa de considerar Macau como território português (Santos et al., 1998, p.52).

As negociações para a transferência de Hong Kong foram iniciadas em 1982, tendo a Declaração Conjunta Sino-Britânica sido assinada dois anos mais tarde. Relativamente a Macau, só em 1985, se viriam a iniciar os contactos entre Portugal e a China para transferência da administração de Macau, cujo processo formal teve início em 1986. A 13 de Abril de 1987 foi assinada a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, que previa a devolução do exercício da soberania à China, em 1999, através da criação da Região Administrativa Especial de Macau. Iniciava-se assim a primeira fase do período de transição, cujos principais objectivos passavam por definir a estrutura político-institucional da futura RAEM, pela administração de Macau de acordo com o quadro da Declaração Conjunta e pela preparação de uma transição estável e pacífica em 1999.

Na década de 90 do século XX, assistir-se-ia a um novo impulso económico em Macau, sustentado pelos investimentos realizados ainda durante a administração Portuguesa (aeroporto internacional, nova ligação entre Macau e a Taipa, execução de um porto de águas profundas em Ka Ho, sistema de saneamento básico, etc.), mas também pelo desenvolvimento das Regiões Económicas Especiais de Zhuhai e Shenzhen (criadas em 1980). Finalmente, no dia 20 de Dezembro de 1999, foi criada a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), cujo diploma constitucional corresponde à Lei Básica, e que assenta num princípio de continuidade.

¹⁷ Como aliás refere o Professor Adriano Moreira (1999, pp. 491-500): “Algures notou Mao que a presença de Portugal na China se diferenciava das outras presenças ocidentais por não ter sido imposta. É certo que durante o longo e difícil processo da ONU sobre a descolonização portuguesa, a China, que teve o mesmo procedimento em conferências internacionais sobre o tema, nunca consentiu que Macau fosse considerado uma colónia, e que pudesse ser incluído nos territórios a autonomizar. Daqui decorre que a presença pelo consentimento parece ser uma premissa a não esquecer [...]”

¹⁸ Só em 1982, a RPC viria a definir o quadro constitucional que iria permitir orientar as negociações para a transferência da soberania de Hong Kong e, mais tarde, de Macau, afirmando que “O Estado pode estabelecer, quando necessário, regiões administrativas especiais. Os sistemas a aplicar nessas regiões são estipulados em leis pela Assembleia Nacional segundo a situação concreta” (Art.º 31º da Constituição da RPC de 1982).

Em Maio de 2001, a UNESCO classifica o centro histórico de Macau, celebrando assim a sua importância enquanto testemunho do encontro do Ocidente com o Oriente durante quatro séculos de história e contribuindo para a diversificação da oferta turística em Macau e para a valorização do património construído. Em Novembro deste mesmo ano, a China entra para a Organização Mundial do Comércio. Finalmente, a 31 de Dezembro termina o contrato de concessão que havia sido assinado com a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, cessando assim a situação de monopólio criada em 1962.

Estes foram momentos decisivos no que se refere à construção da situação actual da RAEM, mas não foram os únicos. Um outro factor que veio impulsionar a economia da RAEM, tão dependente do turismo/jogo, foi o facto da RPC ter autorizado a concessão de vistos individuais para Macau na China Continental. De facto, a partir de 2003, assistiu-se a um aumento exponencial do número de visitantes, só permitido com a abertura de um novo posto fronteiriço terrestre.¹⁹

Num cenário de fortíssimo crescimento económico é importante perceber que futuro se desenha no horizonte da RAEM. Os sub-capítulos seguintes propõem-se analisar o passado recente do Território e avaliar o impacto que as novas transformações tiveram, têm e terão sobre ele.

3.1.3 População e Demografia

Macau foi, desde sempre, palco de uma forte recomposição social e demográfica. Macau sempre foi uma cidade de imigração. Uma forma de facilmente o percebermos, é analisando a evolução populacional no Território. Note-se, no entanto que os dados devem ser observados com algum cuidado: primeiro, porque, em termos históricos, os estatutos legais de residência, nacionalidade, naturalidade, etc., foram variando; segundo, porque nem sempre foi possível realizar recenseamentos da população (recorrendo-se a estimativas ou a fontes alternativas de cariz qualitativo); e, finalmente, porque os valores não se referem necessariamente à mesma área geográfica (nos primeiros recenseamentos não era considerada a população das ilhas). Apesar disto, é possível perceber de que forma o território de Macau foi sentindo os acontecimentos internos e externos e de que forma a massa populacional se foi alterando.

No passado, a **evolução populacional** de Macau foi condicionada por factores como a autorização ou proibição da presença de chineses, a existência de conflitos internos na China e por situações como o tráfico de escravos ou a comercialização de ópio. Os Anexos II – Cronologia e III - Evolução da população entre 1555 e a actualidade, permitem perceber que factores influenciaram a evolução da população ao longo de 450 anos, bem como identificar os principais episódios históricos ocorridos na China, em Portugal e em Macau, e que influenciaram o Território. A análise destes elementos extravasa o conteúdo deste trabalho, pelo que apenas será analisada, de forma breve, a evolução ocorrida a partir de 1867.

¹⁹ Este factor compenhou o impacto do fim do sistema de quotas imposto à China relativamente à sua exportação têxtil (Dezembro 2004). Apesar da crise registada no sector industrial (que, aliás, já se fazia sentir, tendo sido agravada uma vez que a RAEM passou a rivalizar com a indústria têxtil da zona do delta do rio das Pérolas), o crescimento económico manteve-se em níveis muito significativos potenciado pelos sectores do Turismo e do Jogo, como se terá oportunidade de verificar.

O ano de 1867 marca o início da realização de Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, ainda que, só a partir de 1910, fosse relativamente estabilizado o intervalo entre cada recenseamento. Nesta nova fase dos recenseamentos já é considerada a população chinesa (Cónim et al., 1998, p. 112). O primeiro recenseamento da população identifica 81252 pessoas (recenseamento realizado na península e estimativa da população nas ilhas). Com a redução e posterior proibição do comércio de *cules*²⁰ inicia-se uma fase de declínio populacional, que atinge o seu mínimo em 1878 – cerca de 68086 habitantes.

Quadro 4: Evolução da População Residente, entre 1867 e 2006.

Ano	População Total	Tx. Cresc. Médio Anual	Ano	População Total	Tx. Cresc. Médio Anual
1867	81525	-	1940	374737	52,8%
1871	81403	0,0%	1950	188896	-5,0%
1878	68086	-2,3%	1960	169299	-1,0%
1896	78627	0,9%	1970	248118	4,7%
1910	74866	-0,3%	1981	241729	-0,2%
1920	83984	1,2%	1991	355693	4,7%
1927	157175	12,4%	2001	435235	1,0%
1939	245194	4,7%	2006	502000	3,0%

Fonte: Cónim et al., 1998, 90-93. Recens. da População 1867-2001; Resultados Preliminares dos Intercensos 2006, DSEC.

Sensivelmente até 1920, a evolução do quantitativo populacional apresenta traços de estagnação, chegando a registar um decréscimo no recenseamento de 1910, resultado de uma epidemia de peste bubónica e de uma série de conflitos com a China. A partir do início da década de 20, verifica-se um aumento bastante substancial e consistente de população, até 1940. Como consequência da tomada de posição de Portugal na 2ª Guerra Mundial, Macau mantém-se neutral, tornando-se um dos poucos locais de acolhimento de refugiados nesta região do mundo. Milhares de pessoas afluem a Macau, provenientes, principalmente, de Guangdong e Hong Kong. A população terá então atingido perto de meio milhão de habitantes.

O fim da Segunda Grande Guerra, a situação económica vivida nos primeiros anos do pós-guerra, os conflitos internos verificados na China, diversas situações de conflito verificadas entre a China e a administração portuguesa e a extinção da Administração do Ópio, levam a que se dê uma perca de população muito acentuada. Em 1960, são recenseadas 169299 pessoas.

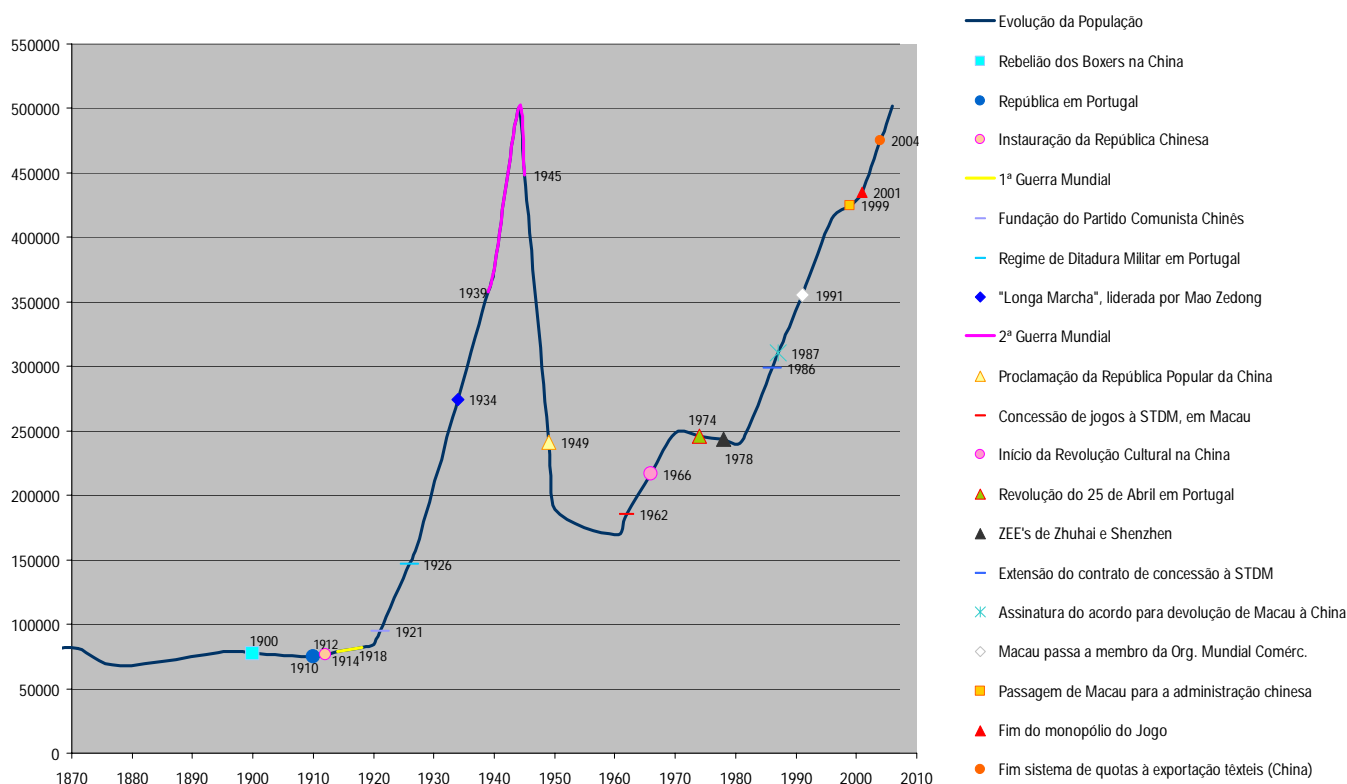
Dois anos mais tarde, Standley Ho desloca-se a Lisboa para assinar o primeiro contracto de concessão de jogo (em regime de exclusividade), ainda que estivesse já em funcionamento um casino provisório, junto ao Tap Seac (no local onde viria a ser construído o Hotel Estoril, que albergou o primeiro casino). Em Maio desse mesmo ano seria constituída a Sociedade de Turismo e Jogos de Macau (STDM). Este é um episódio decisivo na história de Macau e que levaria a um conjunto de transformações, estimulando o crescimento da população. De facto, no final da década de 1960 é registado um aumento de 46.6% na população residente. Esta tendência

²⁰ Referência ao sistema de “emigração de *chinas contratados*” ou “*cules*” e que constituía um fenómeno com raízes idênticas à da escravatura.

de crescimento mantém-se até à actualidade, apenas com um leve rebate na década de 70, resultado, principalmente, do período de instabilidade vivido na sequência da Revolução Cultural.

A partir da década de 80, a tendência de crescimento da população manteve-se muito forte. Entre 1981 e 1991, a população aumentou 47.1% (113964 pessoas), sendo que entre as duas últimas acções censitárias (1991 e 2001) houve um acréscimo de 22.4% (79542 habitantes)²¹ na população. É de prever que a taxa de crescimento da população aumente neste período censitário (2001-2011), uma vez que as necessidades de mão-de-obra na RAEM são muito significativas.

Figura 1: Evolução da População, entre 1867 e 2006.



Fonte: Cónim et al., 1998; Censos 1981, 1991 e 2001; Anuário Estatístico 2005; Estimativas 2006.

Relativamente aos movimentos migratórios, é de destacar que, em 2005 (Anuário Estatístico 2005, DSEC), **dos 50159 indivíduos autorizados a permanecer em Macau no final do ano** (incluindo pedidos de entrada e permanência, assim como pedidos de residência), 3.9% vinham das Américas, 4.9% eram provenientes da Europa e 90.1% eram originários da região Ásia e Pacífico (33.3% eram de Hong Kong e 45.4% eram naturais da China). Comparando com os valores publicados para o final de 1998 (Anuário Estatístico 2000, DSEC), verifica-se o aumento em cerca de 57 vezes (em 7 anos) dos indivíduos provenientes da China Continental.

²¹ Note-se que a taxa de crescimento natural (relaciona a diferença entre o n.º de nascimentos e o n.º de óbitos com a população total) assumia, em 2001, um valor de, sensivelmente, 4%, evidenciando assim a importância assumida pelas migrações na evolução da população. Veja-se ainda que, de acordo com os dados da DSEC, entre 1998 e 2005, foram registados 28418 imigrantes legais vindos da China Continental. Neste mesmo período 16634 imigrantes ilegais foram repatriados.

Sendo Macau um território de imigração, multi-cultural, é de todo o interesse caracterizar a sua população residente. De acordo com os dados dos Censos 2001 (DSEC), 95.2% (414200 pessoas) da população residente em Macau nesse ano possuía **nacionalidade** chinesa, 2.0% (8793 pessoas) tinham nacionalidade portuguesa, 1.2% (5334 pessoas) possuíam nacionalidade filipina, 0.2% (733 pessoas) eram nacionais da Tailândia e 0.3% (1217 pessoas) dos residentes eram cidadãos norte-americanos.

Ora, uma vez que, quando se deu a transição da administração do território, foi permitido aos cidadãos macaenses optar por manter a nacionalidade portuguesa, é fácil perceber que 2% dos residentes na RAEM tenham esta nacionalidade. A análise dos dados relativos à **naturalidade** permite verificar que, na realidade, o peso da população nascida em Portugal é de apenas 0.4% (1616 habitantes)²². Em 2001, perto de 50% da população residente em Macau tinha nascido na RPC, suplantando os nascidos em Macau (43.9%).

Quadro 5: População Residente na actual RAEM, por local de nascimento

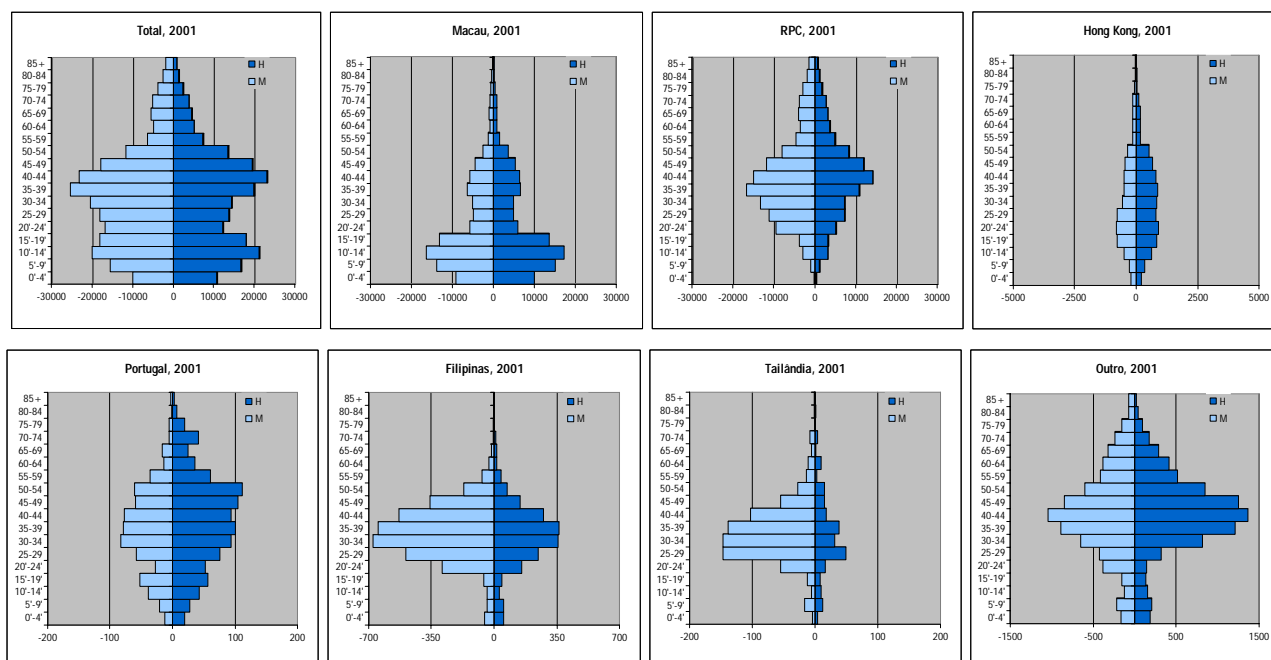
Ano	Macau		China Continental		Hong Kong		Portugal		Filipinas		Tailândia		Outro	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1981	96117	39,8	118177	48,9	13118	5,4	1037	0,4	-	-	-	-	13280	5,5
1991	142697	40,1	179028	50,3	12192	3,4	3625	1,0	1965	0,6	1998	0,6	14188	4,0
2001	191139	43,9	206384	47,4	14436	3,3	1616	0,4	5311	1,2	988	0,2	15361	3,5

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001, DSEC.

Analisando agora os dados fornecidos no que se refere à distribuição da população por nacionalidades, na figura abaixo são apresentadas as **pirâmides etárias total e por naturalidade**, em 2001 (Censos 2001, DSEC). As conclusões são importantes e esclarecedoras: (a) Há uma preponderância dos estratos de população activa, com excepção da pirâmide relativa aos naturais de Macau (em que têm maior peso os estratos de população jovem, até aos 19 anos de idade, uma vez que muitos dos imigrantes acabam por ter filhos no Território), evidenciando o peso da imigração. (b) Ao contrário do que se passa nas pirâmides das restantes nacionalidades, há uma perda de população quando se passa do estrato 15-19 para o estrato 20-24 anos na pirâmide relativa aos naturais de Portugal e de Macau (abarcando possivelmente os cidadãos de nacionalidade portuguesa), justificada pelo facto de muitos portugueses manterem os seus filhos no Território até que concluem o 12º ano, aproveitando assim o contingente especial para entrada nas Universidades Portuguesas. (c) No que se refere à relação de masculinidade, há uma preponderância das mulheres na população chinesa (56%), filipina (66%) e, principalmente, tailandesa (76%), sendo nos dois últimos casos explicada pelo domínio da língua inglesa (empregadas domésticas autorizadas a residir no Território quando contratadas por quem não fale chinês). Os indivíduos do sexo masculino têm maior peso nas populações naturais de Portugal (60%), de Hong Kong (56%) e de outros locais (54%), sendo que a maioria destes indivíduos, dá resposta a necessidades de trabalho qualificado. No total, a relação entre sexos é de 48% de Homens para 52% de Mulheres.

²² Dos 8793 Portugueses referenciados em 2001 (Censos 2001, DSEC) 703 tinham ascendência chinesa, 3974 indivíduos tinham ascendência chinesa e portuguesa, 301 tinham ascendência portuguesa, chinesa e outra, 501 tinham ascendência chinesa e outra, 2787 tinham ascendência portuguesa, 373 tinham ascendência portuguesa e outra e 154 tinham outra ascendência.

Figura 2: Pirâmides etárias total e por naturalidade da população residente, 2001.



Nota – A escala referente ao eixo das abcissas foi adequada à população em análise.
 Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, DSEC.

Relativamente à **evolução da população residente em Macau por grupo etário**, entre 1970 e 2001, ocorreu uma diminuição sucessiva do peso dos grupos etários mais jovens (0-14 e 15-24 anos). O peso da população com 14 anos ou menos passou dos 37.6%, em 1970, para os 21.6%, em 2001. Já os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, assumiam, em 2001, um peso de 14.9%, quando, em 1970, este se situava nos 24.8%. Simultaneamente, tem-se verificado um ganho de importância dos estratos de população activa (em 1970, 32.9% da população tinham entre 25 e 64 anos, mas em 2001 este grupo representava já 56.1%) e de população mais idosa (se em 1970, 1.3% da população tinha idade superior a 75 anos, em 2001, este valor situava-se já nos 2.9%). Note-se que a tendência de envelhecimento (associada ao decréscimo da taxa de natalidade, ao aumento da esperança de vida, mas também à entrada de muitos indivíduos em idade activa) é muito evidente se se analisarem os **índices de estrutura**²³ da população. O índice de dependência de jovens passou dos 65%, em 1970, para os 30.5%, o que indicia uma muito considerável perda de importância dos estratos mais jovens da população e influencia de forma decisiva o índice de dependência total que, entre 1970 e 2001, passou dos 73.1% para os 40.7%. Significa isto que, em 2001, existiam na RAEM 40 indivíduos dependentes por cada 100 activos, sendo que destes 30 eram jovens e 10 idosos. Já relativamente ao índice

²³ *Índice de dependência de jovens* - relaciona a população do grupo etário dos 0-14 anos com a população activa – 15-64 anos. *Índice de dependência de idosos* - relaciona a população do grupo etário dos 65 e mais anos com a população activa. *Índice de dependência total* – relaciona a população das faixas etárias dependentes, ou seja, que não produzem riqueza, nomeadamente os idosos e as crianças e jovens não activos, com a população activa. *Índice de envelhecimento* – relaciona o número de idosos (população com mais de 65 anos) com o número de jovens.

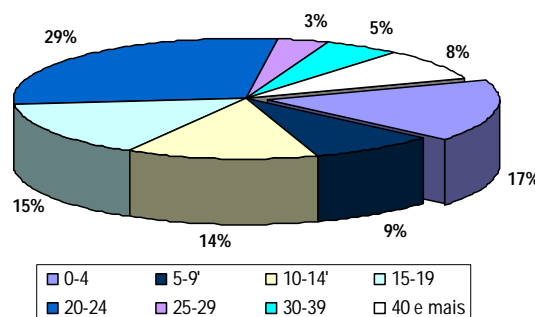
de envelhecimento, de 12.5%, em 1970, passou-se para 33.6%, em 2001, o que significa que, em 2001, se tinham perto de 34 idosos por cada 100 jovens.

No que se refere à **dimensão média familiar**, em 2001, foram recenseados 134965 agregados familiares e um total de 435235 indivíduos, pelo que se tinham 3.2 pessoas/agregado. Simultaneamente, existiam **131321 alojamentos** (dos quais 87.6% tinham quatro ou mais assoalhadas, 11.1% tinham duas assoalhadas e 1.3% apenas uma divisão assoalhada), pelo que, em média, existiam 3.3 pessoas/alajamento.

Um outro aspecto que interessa analisar diz respeito à **língua corrente**. Em 2001, dos indivíduos com idade igual ou superior a três anos, 87.9% falavam cantonense em casa. Os indivíduos que falavam mandarim ou outro(s) dialecto(s) chinês(es) correspondiam, respectivamente, a 1.6% e 7.6%. O português era a língua corrente de 0.7% da população, sendo que a população que utilizava o inglês na sua comunicação diária representava também 0.7%. Além da língua corrente, 30.6% dos residentes falavam outra língua, sendo a mais comum o mandarim (45.2%).

Relativamente ao **tempo total de permanência em Macau**, em 2001, 39% da população da área terrestre eram naturais de Macau. A população residente nascida fora da RAEM representava 56% (242826 pessoas) sendo que a sua distribuição em função do tempo de permanência na RAEM está representada na Figura. Repare-se que 17% da população residia na RAEM há menos de 5 anos por altura da realização do Censo de 2001, 9% tinham permanecido por um período compreendido entre os 5 e os 9 anos, 29% por um período compreendido entre os 20 e os 24 anos, e apenas 8% dos indivíduos residiam em Macau há mais do que 40 anos. Esta informação permite distinguir as últimas duas décadas e meia como um período de forte afluxo de população, o que é consentâneo com a evolução da população apresentada atrás.

Figura 3: População residente nascida fora de Macau por tempo de permanência no Território, em 2001



Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, DSEC.

3.1.4 Caracterização Socio-económica

A Caracterização Socio-económica da RAEM será efectuada em três dimensões distintas: em primeiro lugar procuraremos analisar a Estrutura Económica de Macau, particularmente no que se refere à evolução dos sectores de actividade, à distribuição da população residente por profissões, à caracterização do emprego, aos escalões de rendimento dos trabalhadores e à qualificação e nível de escolaridade da população; de seguida, faremos uma breve análise de alguns indicadores macroeconómicos, atendendo particularmente à evolução verificada nos últimos anos, para depois enquadrar os sectores do jogo e o turismo, analisando a sua responsabilidade neste desenvolvimento.

3.1.4.1 Análise da Estrutura Económica de Macau

De acordo com os resultados dos Censos de 2001, a população residente com idade superior ou igual a 14 anos (população em idade activa) era de 349745 indivíduos, sendo que destes, 231266 (66%) correspondiam a **população activa**²⁴ (dos quais 53.5% eram homens e 46.5% mulheres), verificando-se assim um acréscimo de 16.3% (32496 pessoas) em relação a 1991. Da população activa, 215059 pessoas (93%) estavam empregadas e 16207 encontravam-se sem emprego. Já a **população sem actividade económica** correspondia a 118479 pessoas, das quais 65.5% eram do sexo feminino. No grupo etário da população com mais de 65 anos a percentagem de população inactiva era de 89.8%. Do total de população inactiva, 31.6% eram estudantes, 37.3% eram domésticas, 20.8% eram reformados e 10.4% correspondiam a outra situação (Censos 2001, DSEC).

O Quadro apresentado ilustra aquela que terá sido a evolução recente em matéria de actividade da população. De acordo com as estimativas de 2005, é de prever que a taxa de actividade tenha diminuído. Ainda que a taxa de desemprego tenha passado de 6.4% para 4.1%, entre 2001 e 2005, e que a taxa de subemprego tenha diminuído de 3.6% em 2001, para 1.4% em 2005, deve assinalar-se que nem todas as situações de subemprego são declaradas.

Quadro 6: Evolução da População activa, Taxas de actividade, desemprego e subemprego, 2001 e 2005.

Item	Censos 2001	Anuário 2005
População Idade Activa	349745	411839
População Activa Empregada	215059	237800
População Activa Desempregada	16207	10200
Taxa actividade (%)	64,8	63,1
Taxa desemprego (%)	6,4	4,1
Taxa subemprego (%)	3,6	1,4

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001 e Anuário Estatístico de 2005 (estimativas), DSEC.

No que se refere à **população activa empregada** (215059 pessoas), os dados de 2001 permitem concluir que 88.7% eram trabalhadores por conta de outrem, 6.1% trabalhavam por conta própria, 4.1% eram empregadores e, finalmente, 0.9% eram trabalhadores familiares não remunerados. Ainda a este nível, os dados constantes do Anuário Estatístico de 2005, apontam para o crescimento dos trabalhadores por conta de outrem (89.5%) à custa da diminuição do peso dos trabalhadores por conta própria (5.3%).

A distribuição da população empregada por grupos de profissões, está patente no quadro seguinte. Destaque para a importância assumida, quer em 2001, quer em 2005, pelos Grupos 4 e 5, cujo peso se situa, em qualquer dos casos, próximo dos 20%. A evolução recente e o peso assumido pelo Grupo 9 (de 16.5% em 2001, terá passado para os 17.3%, em 2005), relativo aos *Trabalhadores Não Qualificados*, associado à cada vez mais fraca representatividade do Grupo 2 (Especialistas de profissões intelectuais e científicas) e do Grupo 3 (Técnicos profissionais de nível intermédio), levanta algumas preocupações no que se refere à robustez da estrutura económica da RAEM e levanta algumas dúvidas sobre o tipo de mão-de-obra que a RAEM está a importar e sobre o futuro destas pessoas num Território tão precisado de mão-de-obra qualificada.

²⁴ População activa – Conjunto de indivíduos com idade igual ou superior a 14 anos que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Abrange a população empregada e desempregada.

Quadro 7: Distribuição da população empregada por grupos de profissões, em 2005.

Grupos de Profissões (2005)	2001		2005	
	N	%	N	%
Grupo 1 – Memb. órgãos legisl., quad. sup. ad. púb., direct. e quad. dirig. empresas	13948	6,5%	16032	6,7%
Grupo 2 - Especialistas de profissões intelectuais e científicas	7177	3,3%	7486	3,1%
Grupo 3 - Técnicos profissionais de nível intermédio	20545	9,6%	21270	8,9%
Grupo 4 - Empregados administrativos	39824	18,5%	50488	21,2%
Grupo 5 - Pessoal dos serviços, vendedores e trab. similares	42677	19,8%	48452	20,4%
Grupo 6 - Trabalhadores qualificados agricultura e pesca	2482	1,2%	1222	0,5%
Grupo 7 - Trabalhadores prod. industrial e artesãos	26114	12,1%	25002	10,5%
Grupo 8 - Operadores instalações e máquinas, condutores e montadores	26842	12,5%	26765	11,3%
Grupo 9 - Trabalhadores não qualificados	35450	16,5%	41097	17,3%
TOTAL	215059	100,0%	237814	100,0%

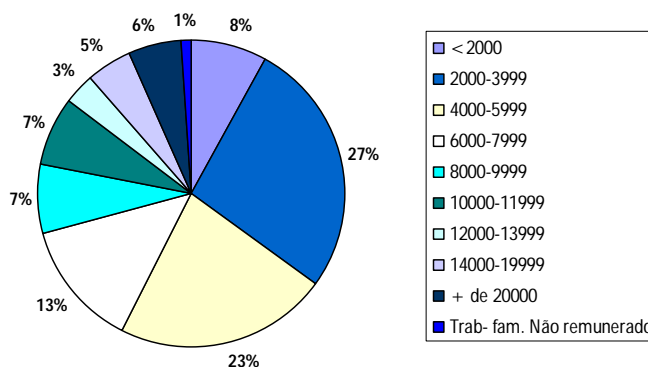
Fonte: Anuário Estatístico de 2005, DSEC.

Na distribuição da população empregada por ramos de actividade económica (2005), destacam-se as “Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais” com um peso de 17% (correspondia a 11.6%, em 2001), resultado da importância assumida pelo sector do jogo e actividades afins, logo seguidas pelo “Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos e bens de uso pessoal e doméstico” que ocupa perto de 15% da população empregada (tal como em 2001), sendo igual peso assumido pelas “Indústrias Transformadoras” (perda de 5% face a 2001). Com efeito, nos últimos anos verificou-se uma diminuição do peso da indústria transformadora, associada, principalmente, ao sector têxtil e de vestuário e à transferência de muitas unidades fabris para a região do Delta do Rio das Pérolas na mira de salários mais baixos. São indústrias com baixa incorporação tecnológica, centradas em produtos internacionalmente desvalorizados, com baixa competitividade e produzidos com baixos custos salariais.

A análise da duração normal da semana de trabalho (Anuário Estatístico de 2005, DSEC) permite perceber que 38.4% das 237814 pessoas empregadas trabalha entre 45 e 49 por semana, 16% trabalha mais de 60 horas/semana, 14% labora entre 40 e 44 horas semanais, 10.2% trabalha entre 55 e 59 horas por semana e 5% (12280 pessoas) trabalham menos de 35 horas/semana.

Quanto aos escalões de rendimento²⁵, 50% da população empregada (106752 indivíduos, dos quais a maioria pertence aos Grupos 6 a 9) auferia um rendimento situado entre 2000 e 5999 MOP (entre os 194 e os 584 euros, sensivelmente), só 6% (12012 indivíduos, muitos

Figura 4: Pop. empregada em função dos escalões de rendimento



Fonte: Recenseamento Geral da População 2001, DSEC.

²⁵ 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 Euros (23-03-2007).

deles pertencentes aos Grupos 1, 2 e 3) recebiam um salário superior a 20000 MOP (1940 euros, sensivelmente), sendo que 8% da população empregada (17177 pessoas, das quais 51% pertenciam aos Grupos 8 e 9) levava para casa no final do mês menos de 2000 patacas (194 euros, aproximadamente).

A **população desempregada** perfazia 16207 pessoas, em 2001, das quais 2227 (13.7%) procuravam o primeiro emprego e 13980 (86.3%) pretendiam novo emprego. Já de acordo com o Inquérito ao Emprego de 2005, nesse ano estavam desempregados 10192 indivíduos, dos quais 1173 (11.5%) procuravam primeiro emprego e 9019 (88.5%) buscavam novo emprego, numa evolução positiva relativamente a 2001.

Relativamente ao nível de escolaridade²⁶, se por um lado, nos que buscavam o 1º emprego, 29.3% tinham um curso superior universitário e 37.4% haviam concluído o ensino secundário complementar, já nos que procuravam novo emprego, 13.6% não tinham qualquer nível de ensino e 35.4% possuíam o ensino primário.

Os indivíduos que procuravam o 1º emprego em 2005 tinham idades compreendidas entre os 14 e os 29 anos. Dos desempregados que procuravam novo emprego, 24.2% tinham entre 14 e 29 anos, 19.8% tinham entre 30 e 39 anos, 35% tinham entre 40 e 49 anos e 21% tinham mais de 50 anos de idade.

São os trabalhadores dos Grupos 5 (*Pessoal dos serviços, vendedores e trabalhadores similares*) e 9 (*Trabalhadores não qualificados*) aqueles que maior peso têm na população desempregada à procura de novo emprego, representando, respectivamente, 26.2% e 23.7%. Seguem-se os *Empregados Administrativos* (14%), os *Operadores de instalações e máquinas, condutores e montadores* (13.7%) e os *Trabalhadores da produção industrial e artesãos* (13%).

Dos 3438 indivíduos em situação de **subemprego** (59% homens), 23% trabalhavam 10 ou menos horas por semana, 27.3% trabalhavam entre 11 e 20 horas semanais, 25% entre 21 e 25 horas, 9.7% entre 26 e 30 horas e 15% trabalhavam entre 30 e 34 horas/semana.

Nos últimos anos, e particularmente com a abertura constante de novos casinos, tem-se verificado um aumento das situações de **mudança de emprego**, motivadas, em grande parte, pelos salários competitivos que as empresas de entretenimento e jogo oferecem. Segundo o Inquérito ao Emprego, em 2005 terão mudado de emprego cerca de 17200 pessoas (54.5% mulheres) – 89.3% pela primeira vez, 8.2% pela segunda vez e 2.5% já, pelo menos, pela terceira vez. As razões que levaram à mudança de emprego são diversas, mas a principal (47%) prendia-se com a insatisfação com as condições remuneratórias. Em cerca de 18% dos casos a mudança era consequência da extinção do estabelecimento ou empresa, de despedimento, de fim de emprego temporário ou de cessação de contrato, 11% alegava antipatia com a natureza do emprego e 15% declarava-se insatisfeito com as condições do trabalho. Em 61.2% dos casos, as pessoas mudaram de actividade - sectores como as *Indústrias transformadoras, Comércio a grosso e a retalho, Alojamento e restauração ou transportes, Armazenagem e comunicações* perderam activos para a *Administração Pública, defesa e seg. social, Educação, Saúde e Acção Social* (cerca de 2970 pessoas) e para *Outras actividades e serviços colectivos*,

²⁶ A idade específica para o nível pré-escolar é dos 3 aos 5 anos, para o ensino primário é dos 6 aos 11 anos, para o secundário é dos 12 aos 17 anos e para o superior é dos 18 aos 22 anos.

sociais e pessoais (cerca de 530 pessoas). Com a mudança de emprego, a mediana do rendimento mensal passou de 4271 MOP para 5032 MOP²⁷.

O **nível de escolaridade** da população é de uma importância vital para a solidez da estrutura económica, contudo a evolução recente tem sido timidamente positiva. Com a entrada de novos habitantes na RAEM, com melhores qualificações, e a conclusão de alguns níveis de ensino por parte de alunos residentes, verificou-se uma leve diminuição do peso da população com o ensino primário e com o ensino secundário geral (31% em 2005). Simultaneamente, aumentou a importância da população com curso superior universitário (31116 indivíduos, em 2005). Contudo, há um longo caminho a percorrer em termos de escolarização e qualificação da população residente – 8% (20229 pessoas) da população activa não possui qualquer nível de escolaridade e 23% (57058 indivíduos) possui apenas o ensino primário, o que constitui um problema grave a que urge dar resposta. Acontece que, atraídos pelos salários pagos pelos casinos, por exemplo, muitos alunos abandonam a escola - dos 111879 **alunos** inscritos no princípio do ano lectivo 2004/2005, 2907 alunos desistiram de estudar, tendo apontado como principal razão “Emprego” (referenciado por 27.6%).

Tendo em conta as deficiências encontradas no que se refere ao grau de escolaridade da população, situação que se reflecte nos níveis de desemprego e subemprego, o Executivo tem vindo a assumir estas questões com preocupação, levando a cabo iniciativas de **formação profissional** dirigidas a pessoas de meia-idade excluídas do mercado de trabalho. Infelizmente, não terão alcançado os objectivos previstos, sendo alvo de fortes críticas no Território. Os primeiros cursos versavam sobre temáticas desadequadas tendo em consideração que se dirigiam a pessoas com ensino primário (Línguas e História, por exemplo), e uma vez que eram financiados, acabavam sendo assumidos como meio de subsistência. No novo programa de formação subsidiada para adultos (desempregados, essencialmente, mas também empregados que queiram “actualizar os seus conhecimentos e acrescentar competências”), é prevista uma frequência mínima de 70% das aulas, tendo sido revistos os conteúdos leccionados («Hoje Macau», 4-07-2007).

Seguidamente, serão analisados os indicadores macroeconómicos da RAEM, permitindo assim perceber a evolução económica recente do Território, à luz dos acontecimentos que a condicionaram.

3.1.4.2 Evolução dos Principais Indicadores Macroeconómicos

Neste sub-capítulo serão analisados alguns indicadores com vista a uma breve análise da evolução macroeconómica da RAEM, entre 1998 e 2006 (Estimativas do PIB, de 2000 a 2005). Além de um quadro geral, será elaborada uma breve caracterização, destacando os principais acontecimentos que condicionaram a evolução económica de Macau, quer ao nível mundial, quer das opções internas.

²⁷ Para fazer frente à falta de mão-de-obra qualificada, os casinos oferecem remunerações mais altas e um ambiente de trabalho menos exigente do que o do meio industrial, por exemplo, o que tem induzido à perda de trabalhadores qualificados verificada em empresas como a CEM e a Hovione (Fonte: contactos informais).

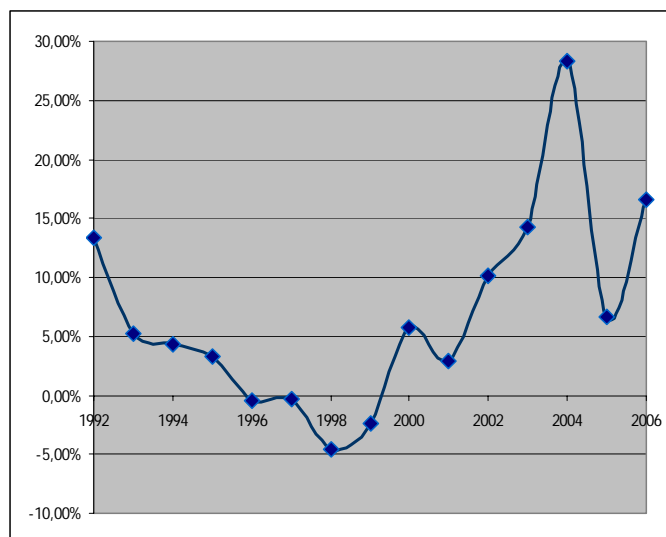
Se até 1998, o Produto Interno Bruto²⁸ (taxa de variação homóloga de preços) apresentou uma tendência decrescente, iniciada em 1992 e que culminaria no mínimo atingido nesse ano (-2.4%), resultado, essencialmente, dos fortes investimentos públicos realizados nos últimos anos de Administração Portuguesa, a partir de **1999** o PIB registaria uma evolução muito positiva. Logo no ano **2000**, o acréscimo acentuado das receitas brutas do jogo (22.4%), o crescimento significativo do número de visitantes (+23%) e o crescimento nominal de 15.9% na exportação de mercadorias (essencialmente têxteis destinados à EU e aos EUA), ditaram um acréscimo do PIB em 5.7%.

Já em **2001**, e sofrendo os efeitos do abrandamento da economia mundial, o ritmo de crescimento do PIB da RAEM atenuou, registando 2.9% (taxa de variação homóloga, PIB a preços constantes). Este valor é resultado da influência negativa das economias externas e da descida do investimento em construção privada. Contudo, estes factores foram compensados positivamente pelo acréscimo de 13.7% nas receitas do jogo, pelo crescimento de 12.2% no número de visitantes e pelo crescimento do investimento privado. Registou-se o aumento do peso do sector terciário, associado de forma muito consistente ao Jogo (32.2% do PIB).

Sob o impulso do sector do turismo e do jogo o PIB da RAEM atingiu os 54.8 mil milhões de Patacas em **2002**. O crescimento económico neste ano ficou a dever-se, principalmente, à elevada receita anual do jogo (+16.9%), ao aumento do número de visitantes, ao facto da exportação de mercadorias ter aumentado 2.4% face a 2001, e ao aumento no investimento global público aplicado à construção. O sector terciário assumia um peso de 92.7% na formação do PIB, consequência do fortalecimento dos sectores do turismo e do jogo (33.3% do PIB).

O primeiro semestre de **2003** foi marcado pelo início da Guerra no Iraque e pelo surto da Síndrome Respiratória Aguda Severa, sendo que a economia da RAEM viria a ressentir-se já no segundo trimestre para recuperar novamente no terceiro à custa do aumento dos visitantes chineses, com o início da

Figura 5: PIB a preços correntes, txs de crescim. reais, 1992-2005



Fonte: Anuário Estat., 1998-2005; Estimativas PIB, 2000-2005, DSEC.

²⁸ Produto Interno Bruto (PIB) - Este agregado pode ser calculado segundo três ópticas: a óptica da despesa, a óptica da produção e a óptica do rendimento. Segundo a óptica da despesa, o PIB resulta do somatório da despesa de consumo privado, da despesa de consumo final do Governo, da formação bruta de capital fixo, da variação de existências e das exportações de bens e serviços deduzidas as importações de bens e serviços sendo, assim, decomposto segundo os seus empregos, o que possibilita o conhecimento da importância relativa das parcelas destinadas ao consumo, ao investimento e à exportação. O cálculo a preços constantes permite eliminar os efeitos das variações de preços, reflectindo directamente, assim, as variações em volume dos bens e serviços produzidos.

atribuição de vistos individuais pela República Popular da China. Globalmente, o comportamento da economia em 2003 foi satisfatório, verificando-se o crescimento do PIB, que se cifrou nos 63,6 mil milhões de Patacas.

Em **2004**, o sector do jogo e o turismo mantiveram uma evolução positiva, contribuindo sobremaneira para o crescimento económico registado (28.3%, em termos reais anuais) - aumento das receitas globais do sector do jogo (43.5% face a 2003); acréscimo do número de visitantes (+ 40.2% face a 2003); e incremento de 36.8% no investimento global, em termos reais. O jogo representava agora 38.7% do PIB.

Quadro 8: Principais indicadores macro-económicos, 1998-2005

Ano	PIB (10 ³ MOP)	PIB Tx. Var. Homol. preços const.	Exportações (10 ³ MOP)		Importações (10 ³ MOP)		Saldo Comercial
			N	Variação (%)	N	Variação (%)	
1998	49 360 446	-	17 083 616	-0,3	15 596 446	-6,1	1 487 170
1999	47 287 433	-2,4%	17 579 981	2,9%	16 300 195	4,5%	1 279 786
2000	48 972 396	5,7%	20 380 421	15,9%	18 097 560	11,0%	2 282 861
2001	49 704 405	2,9%	18 472 949	-9,4%	19 170 363	5,9%	-697 414
2002	54 818 745	10,1%	18 925 409	2,4%	20 323 390	6,0%	-1 397 981
2003	63 566 339	14,2%	20 700 105	9,4%	22 097 226	8,7%	-1 397 121
2004	82 899 311	28,3%	22 561 083	9,0%	27 904 015	26,3%	-5 342 932
2005	92 590 984	6,7%	19 823 342	-12,1%	31 340 294	12,3%	-11 516 952

Ano	N.º Visitantes	Taxa Desemprego (%)	Taxa Subemprego (%)	Taxa Actividade (%)	Mediana Global do Rendimento	Índice Global Preços Consumidor	Taxa Inflação Geral (%)
1998	6 948 535	4,6	1,5	66	5050	104,46	-
1999	7 443 924	6,3	1,3	65,5	4920	101,12	-
2000	9 162 212	6,8	3	64,3	4822	99,49	-1,61
2001	10 278 973	6,4	3,6	64,8	4655	97,52	-1,99
2002	11 530 841	6,3	3,4	62,3	4672	94,94	-2,64
2003	11 887 876	6	2,7	60,9	4801	93,46	-1,56
2004	16 672 556	4,8	1,9	61,9	5165	94,38	0,98
2005	18 711 187	4,1	1,4	63,1	5765	98,53	4,4

Fonte: Anuário Estatístico, 1998 a 2005; Estimativas do PIB, 2000 a 2005, DSEC. Instituto do Oriente, 2004.

Em **2005**, a RAEM manteve um crescimento considerável, registando um PIB de 95.6 mil milhões de Patacas (taxa de crescimento real de 6.7%), relacionado com: (i) subida do investimento global (jogo e turismo); (ii) crescimento das receitas do Jogo (+ 8.3%); (iii) aumento do número de visitantes em 12.2%; e (iv) melhoria da situação do emprego, aumento do rendimento dos residentes e conseqüente acréscimo do consumo privado. A abolição do regime de cotas aos produtos têxteis e vestuário e a fragilidade económica da EU levaram a uma queda de 12.1% nas exportações. A contribuição do jogo na formação do PIB cifrava-se agora nos 34.6%.

As informações analisadas, permitem perceber que, após a abertura do mercado do Jogo pelo Governo da RAEM em 2002, a economia de Macau cresceu a um ritmo acelerado e a sua estrutura económica registou alterações significativas. Ainda que não disponhamos de dados completos que permitam preencher devidamente o quadro de indicadores relativamente a **2006**, sabe-se que a economia de Macau foi estimulada

pela política de “visto individual” da RPC e pela valorização do Reminbi, originando um aumento significativo no volume de turistas (perto de 22 milhões). O PIB registou um aumento de 16.6%, em termos reais.

Note-se que, apesar da evolução dos indicadores macroeconómicos ser bastante animadora, inclusivamente no que se refere à Mediana Global do Rendimento, a partir de 2003 o Índice Global de Preços tem vindo a aumentar, com consequências ao nível da taxa de inflação que, em 2005, se cifrava nos 4.4%²⁹.

Por outro lado, a taxa de desemprego, ainda que tenha apresentado uma tendência decrescente nos últimos anos, é assumida como um problema estrutural, resultante, em grande medida, do fim das quotas de exportação de têxteis impostas à China, e que não abarcavam a RAEM (o Saldo Comercial passou dos $1.487.170 \times 10^3$ MOP, em 1998, para $-11.516.952 \times 10^3$ MOP, em 2005). Os desempregados têm, como vimos, baixas qualificações e uma idade avançada, o que dificulta a sua reintegração no mercado de trabalho.

3.1.4.3 O sector do jogo e o turismo na RAEM

O **jogo** é legal em Macau desde 1850. Até à introdução de jogos de estilo ocidental, que só ocorreu no século XX, a actividade era dominada por jogos tradicionais, muito concretamente o *fantan*. A primeira concessão de jogo, em regime de monopólio, foi atribuída à *Tai Xing Company*, em 1937, empresa tida como conservadora na medida em que não terá explorado as potencialidades da actividade no Território. Em 1962, seria concedida à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), sendo estendida, em 1986, por mais 15 anos. A sociedade, actualmente pertença de Standley Ho, perderia o monopólio em 2002, com a atribuição de novas concessões e sub-concessões de jogo à *Sociedade de Jogos de Macau* (subsidiária em 80% da STDM), à *Wynn Resorts*, à *Las Vegas Sands*, à *Galaxy Casino*, à sociedade entre Pansy Ho Chiu-kinge e a *MGM Mirage* e à sociedade entre a *Melco* e a *PBL (Australia's Publishing and Broadcasting Limited)*.

A liberalização do sector do jogo (que compreende jogos de casino, corridas de cavalos e corridas de galgos) foi consagrada na Lei n.º 16/2001, aprovada em 30 de Agosto pela Assembleia Legislativa, e previa a atribuição de três licenças para operação de casinos (número que passaria a seis, com a inscrição de três sub-concessões) e o aumento da tributação directa das receitas dos casinos de 31.8% para 35%. As licenças foram atribuídas por um período de 20 anos prorrogável por períodos de cinco, a concessionárias locais e estrangeiras (desde que estas estabelecessem sociedades anónimas com o fim de operarem casinos).

“O jogo é a actividade económica mais importante do Território” (Instituto do Oriente, 2004, p. 57), como facilmente se percebe uma vez que tem um peso de, sensivelmente, 35% na formação do PIB, ainda que esta percentagem tenha variado no passado em função do crescimento do jogo na Internet, ou como consequência da passagem da administração de Macau para a RPC. A 6 de Janeiro de 2007, o semanário «Expresso» publicava uma notícia (<http://semanal.expresso.clix.pt/2caderno>) segundo a qual as estimativas mais recentes apontam para que, no final da década, o sector do jogo possa gerar receitas brutas de 10 mil milhões de euros,

²⁹ De acordo com os dados publicados no Anuário Estatístico de 2005, 27% da despesa dos agregados familiares era referente a “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” e 21% dizia respeito aos pagamentos de “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis”, despesas essas que apresentam tendência a aumentar o seu peso na estrutura da despesa de consumo.

destacando que “Macau já superou *Las Vegas* e nos próximos anos deverá consolidar-se como a capital mundial do jogo”. Com efeito, o sector “encerrou o ano de 2006 com receitas brutas de 5700 milhões de euros, um aumento de 23% em relação a 2005”, e rematou o primeiro semestre de 2007 com um acréscimo de 46.3% nas receitas face ao mesmo período de 2006 (mais 41.6% do que o lucro registado em Las Vegas).

De acordo com os dados publicados pela DSEC, o Jogo é, de facto, a principal componente das receitas do Estado. Entre 1998 e 2005, as receitas de concessão de exclusivos relativas ao jogo passaram de 5117670×10^3 MOP (48.9% das receitas do Estado) para 17318564×10^3 MOP (76.1% do valor total de receitas do Estado). Ainda de acordo com o artigo publicado pelo «Expresso» (6-01-2007), “em impostos (directos e indirectos) os operadores vão pagar ao Governo cerca de 2200 milhões de euros”.

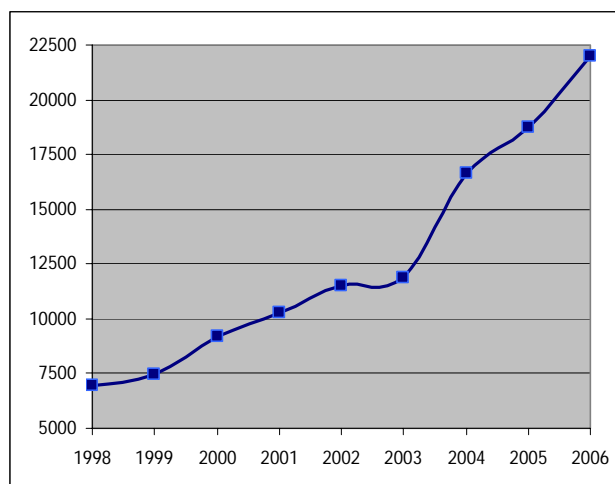
Actualmente, estão em funcionamento 26 casinos e está prevista a abertura de mais seis. No Anexo IV – Jogo, são apresentados os dados dos diversos operadores e respectivos casinos, de forma detalhada. Os dados publicados pela Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (1-02-2007, www.dicj.gov.mo) a receita bruta de todos os tipos de jogo passou de 19.541 milhões de patacas, em 2001, para 55.884 milhões de patacas em 2006 (um aumento de 185%), sendo que os jogos de fortuna e azar (casinos) representam 98% do total de receitas de 2006. De um total de 339 mesas de jogo e 808 máquinas, em 2001, passou-se para uma oferta de 2762 mesas e 6546 “slot machines”, em 2006, o que é muito significativo.

Os novos casinos trazem abordagens inovadoras relativamente aos que foram implementados pela STDM. Não só possuem maior número de mesas de jogo e de “slot machines” (grosso modo, os casinos mais antigos, tinham em média cerca de 30 mesas e 80 “slots”, ao passo que os casinos construídos, ou previstos, após a liberalização, possuem entre 100 e 800 mesas e disponibilizam várias centenas, quando não milhares, de “slot machines”), como prevêem uma resposta efectiva quer aos jogadores de base, com menores recursos, quer aos grandes apostadores, consubstanciada em mesas de jogo privadas. Paralelamente, há uma preocupação muito evidente em diversificar a oferta de serviços, apostando em áreas comerciais muito significativas, em espaços de entretenimento, lazer e cultura e em infraestruturas para acolher turismo de convenções. Não pretendem apenas cativar o turista para jogar, mas alargar o seu período de permanência no Território, garantindo uma oferta abrangente de actividades que satisfaça os diferentes perfis de turistas. Kwan Fung, coordenador do curso de economia da Universidade de Macau (Instituto do Oriente, 2004, p. 70), explica esta nova abordagem dizendo que “se até aqui a actividade turística tinha como base o jogo, os novos operadores, apesar de terem igual interesse na operação de casinos, irão introduzir um tipo de gestão inteiramente novo, com uma forte aposta na indústria do entretenimento e da promoção de conferências internacionais”, sendo que “esta diversificação do turismo de Macau irá reduzir gradualmente a dependência do sector turístico das receitas das mesas de jogo e consolidará a economia local”.

O **turismo** não fica, obviamente, indiferente à dinâmica do jogo. Com efeito, “o actual figurino da concessão de jogos tem gerado, nos últimos tempos, um forte impulso em segmentos de comércio e serviços e tem contribuído para um aumento exponencial dos fluxos de turismo regional” (Instituto do Oriente, 2004, p. 16).

A Figura apresenta a evolução do número de visitantes por ano na RAEM, entre 1998 e 2006. Se entre 1998 e 1999, o crescimento no número de visitantes se cifrou nos 7.1%, já com a passagem da administração da RAEM para a RPC, o número de visitantes aumentou 23%. Entre 2000 e 2003, manteve-se a tendência de crescimento do número de visitantes, ainda que, no global, a um ritmo relativamente constante, apenas contrariado em 2003 pelo impacte da Síndrome Respiratória Aguda Severa. Com o início da emissão de vistos individuais pela República Popular da China³⁰ no final de 2003, o ano de 2004 regista um aumento do número de visitantes de 40.2%. E o número de visitantes não pára de aumentar. Veja-se que, de acordo com os indicadores do turismo (DSEC, Dezembro de 2006³¹), ao longo desse ano entraram em Macau 21998112 visitantes (mais 17.6% do que em 2005), apontando as estimativas deste organismo para que, em 2007, o número de visitantes se situe entre os 24 e os 25 milhões.

Figura 6: Evolução do n.º de visitantes, 1998-2006



Fonte: Estatísticas do Turismo, 1998 a 2006, DSEC.

Em 2005 (DSEC), e ainda relativamente ao turismo, vale a pena reter algumas noções: (1) no que se refere à via de entrada em Macau, 58.5% dos visitantes entraram por via terrestre, 35.9% por via marítima e 5.6% por via aérea; (2) quanto à origem dos visitantes, 95.4% eram residentes em países da Ásia Oriental, sendo que destes 55.9% eram provenientes da China Continental, 30% eram residentes de Hong Kong e 7.9% habitavam em Taiwan; (3) relativamente ao tempo de permanência, em média um turista permanece no Território 1.1 dias (51.4% dos visitantes são excursionistas, pelo que não passam sequer uma noite em Macau); (4) no que concerne aos estabelecimentos hoteleiros, registou-se um aumento de 2551 camas entre 1998 e 2005, sendo que, no princípio de 2007, estavam em construção no território 23 hotéis, encontrando-se o Governo a analisar a possível construção de 34 novas unidades hoteleiras (mais 38300 quartos, «Hoje Macau», 22-2-2007).

O desenvolvimento dos sectores do Jogo e do Turismo, bem como de actividades a eles associadas, é um facto incontornável. Sheldon Adelson, presidente da *Las Vegas Sands*, destaca que “a indústria do jogo de Macau está a duas horas de distância de avião de mais de mil milhões de potenciais apostadores e apenas a duas horas de carro de um mercado de 60 milhões de pessoas”, razão suficiente para que, em 2006, as receitas do sector do jogo em Macau tenham ultrapassado as da sua congénere americana em cerca de 1954 milhões de patacas (254 milhões de dólares) («Ponto Final», 13 de Fevereiro de 2007).

³⁰ A RPC tem vindo a alargar o leque de províncias abrangidas pela política de visto individual muito gradualmente, controlando desta forma o volume de entradas e garantindo a expansão natural do mercado do jogo em Macau.

³¹ Esta publicação não apresenta uma caracterização completa de todos os indicadores, pelo que se recorre aos dados publicados no Inquérito ao Turismo de 2005 como referência para esta análise.

A evolução do sector levanta, no entanto, algumas preocupações. Uma prende-se com a falta de mão-de-obra qualificada nas empresas em geral e nos casinos, a que alguns, como é o caso do *Sands Macau*, puseram cobro contratando estrangeiros («Hoje Macau», 26 Julho de 2006). Outra questão está relacionada com o surgimento de concorrência, a longo prazo. De acordo com Tsang Chong Luk, docente do Instituto Politécnico de Macau, “é apenas uma questão de tempo até o Japão liberalizar o sector do jogo”. Quer Macau, quer Singapura têm sido objecto de estudo por parte do Japão. E ainda que estudos realizados assumam que o sector do jogo no Japão terá como principal mercado os cidadãos nacionais, não afectando os mercados de Singapura ou da RAEM, é impossível saber se Macau conseguirá manter o número de apostadores nos níveis previstos para os próximos anos («Hoje Macau», 28 Julho de 2006). Também Dominic Sio Chi Wai, Presidente do Centro de Pesquisa Estratégica para o Desenvolvimento de Macau, evidenciava alguma preocupação: “Como todos sabemos, Macau arrisca-se a perder a sua grande vantagem económica. Em breve deixará de ser o único sítio em praticamente todo o Extremo Oriente onde se pode jogar em casinos legais. Singapura, Tailândia e Taiwan já caminham [...] para a legalização do jogo [...]. Suponhamos que a nossa indústria [...] se vem a revelar incapaz de competir com as suas congéneres [...] vamos competir com o quê, então? [...] em tudo o resto nós já sabemos que não é possível competir, não temos outras armas”. O Presidente deste gabinete estatal justificava assim a necessidade de expandir o sector do Jogo, lançando obras estruturantes, “sob pena de sermos ultrapassados muito antes do que julgamos possível” («Hoje Macau», 27-07-2006).

O sector do jogo é essencial à autonomia económica da RAEM, muito embora seja complementado pelo turismo, e em muito menor escala, pela indústria de transformação, pelo sector imobiliário e de construção civil e pelas finanças e seguros. A dependência relativamente ao jogo constitui uma fragilidade, uma vez que a economia não está directamente dependente da inovação tecnológica ou do crescimento da produtividade, mas sim da prosperidade de outras economias asiáticas, muito directamente da da RPC e da de Hong Kong. Veja-se por exemplo que o controle na emissão de vistos individuais imposto em algumas províncias da RPC teve um impacto muito significativo no n.º de visitantes e no lucro dos casinos, levando a Melco PBL a recuar na implementação de um empreendimento, no sentido de rever a sua estratégia.

3.1.5 A Cidade de Macau. Evolução Urbana e Caracterização do Espaço

Antes da chegada dos portugueses a Macau, existiam na península três pequenos aglomerados, habitados por diferentes grupos de pescadores – Barra, Patane e Mong Há (Durão, 2001, pp. 117-118). Mas, segundo os registos existentes, em 1557, Macau já era uma cidade, cujo crescimento foi induzido pelo importante papel que desempenhava no comércio marítimo estabelecido pelos portugueses. Durante quase três séculos, isto é, até a colonização de Hong Kong, em 1842, a localização estratégica de Macau, na foz do Rio das Pérolas, conferia à cidade uma posição de destaque.

A expansão portuguesa no Oriente assentou no desenvolvimento de cidades-feitoria, de pequena dimensão, não metrópoles, hábeis no aproveitamento das características naturais do terreno e expostas a Sul e ao mar. Macau é uma destas cidades, marcada pela ligação entre o local de negócio, de trabalho e de armazenagem, e o lugar simbólico, onde se situavam o Forte e a Igreja, rodeada de casas nobres (Tavares, 2001, pp. 237-238).

Grosso modo, podemos dizer que a cidade se estruturava segundo o eixo que se desenvolve desde o Largo da Barra/Templo de A-Má, através da Rua da Barra, passando pelo Largo do Lilau (primeiro assentamento de portugueses em Macau) e pela Igreja de S. Lourenço, para chegar ao Largo de Santo Agostinho, de onde segue pela Rua Central³² ou pela Rua dos Mercadores (que ainda hoje “desenha” um troço de muralha), até à Praça da Sé, no primeiro caso, ou até à Praça do Senado e à Praça de S. Domingos, no segundo. Daqui, as Ruas de S. Paulo e de Santo António permitem alcançar o Colégio Jesuíta de S. Paulo, de que só restam as ruínas da fachada, e, finalmente, a zona do Jardim Camões. Este pode considerar-se o *percurso* (apresentado segundo a sequência temporal da sua ocupação) que, em simultâneo com um número bastante significativo de imóveis, sítios e conjuntos notáveis, foi classificado como **Património Mundial pela UNESCO** (ver Anexo I - Planta n.º 4 – Património), constituindo o resultado da simbiose entre a natureza espontânea e orgânica da estrutura urbana de raiz portuguesa e os conceitos tradicionais chineses de organização do espaço (incluindo geomância), da troca cultural que emprestou elementos tradicionais chineses à arquitectura colonial e da adaptação à vivência local dos espaços públicos de natureza mediterrânica (um conceito introduzido).

Até ao século XIX, Macau manteve-se uma península comprida e estreita, com a Ilha Verde separada da cidade. Neste século seriam executados os primeiros aterros (*Culture of Metropolis in Macau*, 2001, p. 46), que são já evidentes na planta de 1912 (Figuras seguintes), onde surgem também os primeiros sinais de um plano formal (malha rectilínea) numa antiga área agrícola a Norte (Karakiewicz et al., 1997).

Na planta de 1936, encontra-se já representado o aterro da Praia Grande, assim como o ZAPE (Zona de Aterros do Porto Exterior) e o aterro que permitiu a junção da Ilha Verde à península. Surgem áreas que, mantendo a escala do tecido antigo, são sustentadas em traçados mais rígidos. A expansão sobre as áreas agrícolas remanescentes foi efectuada segundo o traçado de grandes avenidas e numa nova escala (Karakiewicz et al., 1997). Até aos anos 70 pouco se alteraria a imagem de Macau.

De acordo com Karakiewicz e Kvan (1997), nos anos 80 são iniciados diversos projectos que conduzirão ao crescimento e desenvolvimento do Território, cujo impacte era já visível na planta de 1991, e foi substancialmente aumentado durante os anos 90. Com efeito, é durante a década de 90 que é implementado o projecto do NAPE (Novos Aterros do Porto Exterior).³³ O outro projecto de reclamação de terras iniciado na década de 80 incidiu no Porto Exterior/Praia Grande, onde foram criados dois grandes lagos e uma ilha, ligada ao NAPE e à zona da Barra através de duas vias em arco invertido. O novo aterro da Baía da Praia Grande, entretanto realizado, viria alterar a configuração de baía mantida pelo projecto anterior.

³² O eixo formado pela Rua da Barra, Rua do Padre António e Rua Central corresponde à tradicional “Rua Direita” dos aglomerados urbanos de génese portuguesa, apoiada na linha de cumeada. No Anexo I – Planta n.º 3, é apresentada uma Planta de 1887 que, apesar de já datar dos finais do século XIX, constitui uma representação fiel e detalhada da estrutura urbana (que, no essencial, se mantinha inalterada), identificando alguns edifícios notáveis. A Planta n.º 1 tem indicada parte da toponímia referenciada neste sub-capítulo.

³³ O plano ortogonal, foi desenvolvido com o intuito de criar um tecido moderno, que permitisse melhorar a imagem da cidade, falhando nos seus fins ao criar uma estrutura rígida, austera e monótona que, desde cedo, ganhou a antipatia da população que, durante muito tempo, se mostrou renitente em ocupá-la (Karakiewicz et al., 1997).

Figura 7: Evolução Urbana da Península de Macau – 1764, 1796, 1887, 1912, 1936, 1986, 1991 e 2005



Fonte: Mapas de 1764, 1796, 1887, 1912, 1936, 1986 e 1991 retirados de Mapas Macau Histórico <http://memory.loc.gov/ammem/gmdhtml/macau/macau.html>, 24-7-2006. Imagem da Península retirada de Google Earth.

Em 2005 (fotografia aérea), o aterro do NAPE encontrava-se já terminado e parcialmente ocupado (os blocos habitacionais inicialmente previstos a Oeste irão actualmente dar lugar a novos hotéis e casinos, ainda em construção). Os aterros de fecho dos lagos Nam Vam e Sai Van surgem também concluídos, ainda que o projecto não tenha sido cumprido na íntegra, nomeadamente no que se refere à implantação de edifícios. É também visível a reclamação de terras que permitirá a criação do “Fisherman’s Wharf”, a Nascente do NAPE.

Num território de reduzidas dimensões, onde a pressão urbanística é tão considerável, o recurso a aterros tem sido uma constante. Em 1912 (altura em que foi realizada a primeira medição do território), a actual RAEM tinha 11.6 Km², mas, em 2006, contava já com 28.6 Km², o que corresponde a um aumento de 40%.³⁴

Para que melhor se possa avaliar a importância da reclamação de terras na expansão urbana de Macau e das ilhas durante o século XX e princípio do século XXI, atente-se na Figura 8. A construção da Ponte Governador Nobre de Carvalho, a primeira a ligar a Península de Macau à ilha da Taipa, inaugurada em 1974, permitiu criar uma alternativa à península em matéria de áreas residenciais (aliviando a pressão que aqui se fazia sentir) e tirar partido do aterro da baixa da Taipa. Novos aterros e um imenso volume de investimento de empresas imobiliárias de Hong Kong e da RPC levaram ao desenvolvimento de novas áreas residenciais, em altura e com elevadas densidades habitacionais na Taipa, transformando-a num *subúrbio* da península. Entretanto foram já executados diversos aterros, sendo que o mais importante é, sem dúvida, o que permitiu a construção do aeroporto internacional.

³⁴ As áreas apresentadas são da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro e diferentes das que foram publicadas pela DSEC (disponibilizadas até 2005 e utilizadas neste capítulo), apesar de serem valores aproximados.

Finalmente, o COTAI. O aterro situado entre a Taipa e Coloane é actualmente um imenso *estaleiro*, para o qual, à excepção dos *resorts/casinos* em construção, não se conhece um plano formal e definitivo, mas apenas imagens disponibilizadas na Internet, sabendo-se que está ainda em discussão a atribuição e, conseqüentemente, futura ocupação de alguns lotes (ver Anexo V).

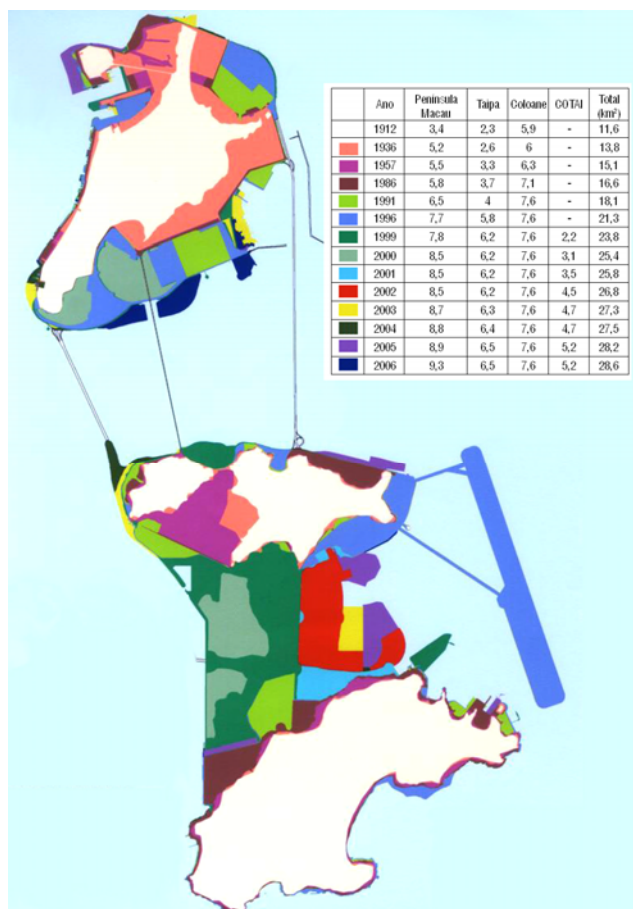
Em Macau não há história de execução e implementação de planos tendentes ao ordenamento do uso do solo, sendo que, habitualmente, a atribuição de um qualquer uso depende de negociações individuais. Poucos são os planos realizados, não havendo sequer base legal que os sustente na sua implementação. Não raras vezes, as directrizes e as utilizações definidas no plano são alteradas na sua implementação, pelo que “pode considerar-se que a política de planeamento de uso do solo em Macau é *ad hoc*” (Edmonds, et al., 2001, pp.239-258). Mais, esta situação facilita e torna mais céleres os processos de aprovação de projectos pelo que, num território sujeito a fortes pressões imobiliárias e com uma economia dinâmica, como é o caso da RAEM, as alterações ao **uso do solo** são muito substanciais, rápidas e têm, no geral, uma acção muito directa sobre a qualidade de vida da população³⁵.

Macau alia um passado histórico e cultural de encontro entre o Ocidente e o Oriente ao desenvolvimento típico de uma cidade asiática, com a particularidade de ser um território mínimo com uma das mais altas densidades populacionais do planeta. Os dados seguintes permitem analisar a forma como se **distribui a população pelo território**³⁶. Em 2001, a freguesia mais populosa era a de N. Sr.^a de Fátima com 180499 habitantes, sendo que S. Francisco Xavier (correspondente a toda a ilha de Coloane) era a que tinha menor quantitativo populacional – 2904 habitantes. As duas freguesias mais populosas - N.Sr.^a de Fátima e Santo António, correspondem a áreas de construção em altura, pelo que é compreensível que juntas detenham cerca de 65% da população total.

³⁵ A este respeito, optou-se por incluir em anexo (Anexo V – Evolução do Uso do Solo entre 1983 e 1994) alguns dados e conclusões de um estudo elaborado por Richard Edmonds e William Kyle (2001, pp.239-258) sobre a evolução do uso do solo entre 1983 e 1994.

³⁶ Recorremos, neste caso, aos resultados dos Censos 2001, uma vez que as actualizações entretanto publicadas não disponibilizam esta informação com desagregação à freguesia.

Figura 8: Aterros realizados/em execução desde 1912



Nota: As áreas apresentadas nesta figura, da responsabilidade da DSCC, não são iguais às publicadas pela DSEC (até 2005).
Fonte: Sítio da DSCC, <http://www.gis.gov.mo>, Jan. 2006.

Quadro 9: População Residente, Área e Densidade Populacional, por freguesia, 1970 a 2001

Item	Unidade Territorial	1970	1981	1991	2001	2005
Área (Km ²)	MACAU	5,4	5,4	6,7	8,5	8,9
	Santo António	0,9	0,9	1	1,1	1,1
	São Lázaro	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
	São Lourenço	0,8	0,8	0,9	0,9	1
	Sé	1	1	1,4	2,9	3
	N.ª Sr.ª de Fátima	2	2	2,7	3	3,2
	TAIPA (N.ª Sr.ª Carmo)	3,5	3,5	4,1	6,2	6,5
	COLOANE (S. Franc. Xavier)	6,9	6,9	7,2	7,6	7,6
	COTAI	-	-	-	3,1	5,2
	TOTAL		15,8	15,8	18	25,8
População Residente (habitantes)	MACAU	226489	223581	342548	388647	-
	Santo António	83717	78581	108654	104217	-
	São Lázaro	16406	21236	32622	26914	-
	São Lourenço	38265	39105	45814	42841	-
	Sé	47413	26189	29234	34176	-
	N.ª Sr.ª de Fátima	40688	58470	126224	180499	-
	TAIPA (N.ª Sr.ª do Carmo)	5352	4510	7168	41786	-
	COLOANE (S. Franc. Xavier)	1871	2574	3146	2904	-
	POP. MARÍTIMA	14406	11064	2831	1898	-
	TOTAL		248118	241729	355693	435235
Densidade Populacional (hab./Km ²)	MACAU	41942	41404	51203	45723	-
	Santo António	93019	87312	107578	94743	-
	São Lázaro	23437	30337	50972	44857	-
	São Lourenço	47831	48881	50345	47601	-
	Sé	47413	26189	20443	11785	-
	N.ª Sr.ª de Fátima	20344	29235	46750	60166	-
	TAIPA (N.ª Sr.ª do Carmo)	1529	1289	1748	6740	-
	COLOANE (S. Franc. Xavier)	271	373	437	382	-
	TOTAL		15704	15299	19772	16870

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1970 a 2001. DSEC.

A Península de Macau registou, entre 1991 e 2001, um acréscimo de 13.5% na sua população, justificado pelo crescimento verificado nas freguesias da Sé (aumenta em 16.9% a sua população e em 1.9 Km² a sua área - resultado da implementação do NAPE) e N. Sr.ª de Fátima (que cresceu cerca de 1 Km² e ganhou cerca de 122000 habitantes, entre 1981 e 2001). No total, a Península de Macau possuía, de acordo com os dados de 2005, 8.9 Km². Ora com a conclusão dos novos aterros passará a 9.3 Km². A Taipa (freguesia de N. Sr.ª do Carmo), que havia perdido população na década de 70, ganhou 37276 habitantes entre 1981 e 2001 (aumento de 827%), com um crescimento mais acentuado na última década censitária (34618 pessoas, 483%, entre 1991 e 2001), consequência do desenvolvimento de novos planos de expansão da área urbana, consubstanciados em edifícios em altura. Com uma área de 3.5 Km² em 1981, a Taipa possuía, em 2005, 6.5 Km², aumento associado, particularmente, à construção do Aeroporto Internacional e do aterro do Pac On.

Coloane (São Francisco Xavier), a maior freguesia da RAEM (7.6 Km²), viu aumentada a sua área em apenas 0.7 Km², entre 1981 e 2001, espaço dedicado, essencialmente, ao Parque Industrial da Concórdia. A população, que aumentou 22% entre 1981 e 1991, diminuiu 7.7% (242 pessoas), entre 1991 e 2001, resultado da existência de áreas menos qualificadas e/ou da sua condição periférica, pouco competitiva em relação às novas áreas urbanas da Taipa.

As variações registadas na **densidade populacional**, particularmente no caso da Península de Macau, com reflexos na densidade populacional total, encontram justificação nas ampliações que vão sendo executadas por meio de aterros. A Península de Macau tinha 47723 hab./Km², em 2001, o que a situa como um das áreas mais densamente povoadas do mundo. Já a freguesia de N. Sr.^a do Carmo (Taipa) passou dos 1289 hab./Km² em 1981, para os 6740 hab./Km², em 2001.³⁷

O rápido desenvolvimento económico tem tido implicações sérias no Território, inclusivamente na pressão que é exercida no ambiente e, em última análise, na **qualidade de vida** dos seus habitantes. De acordo com os dados publicados no Relatório do Estado do Ambiente da RAEM de 2005 (Conselho do Ambiente), nos últimos anos tem aumentado o número de dias com qualidade do ar considerada “insalubre”, situação que se deve ao aumento da concentração média de poluentes, a um acréscimo na concentração de partículas inaláveis em suspensão (poeiras das obras, p. ex.) e a factores meteorológicos. Mesmo o método aplicado em Macau para tratamento dos resíduos sólidos – a incineração –, apesar de ser conveniente pela falta de espaço e relativamente eficaz, tem o seu impacte na qualidade do ar. O aumento de veículos³⁸ tem resultado em diversos problemas que passam pelas dificuldades de circulação, mas também pelo aumento dos níveis de poluição sonora e atmosférica. Com efeito, as principais fontes de ruído ambiente e perturbação sonora identificadas são o tráfego e a construção civil, a que se seguem a vida social e actividades comerciais. Em 2004, os valores diurnos de ruído oscilaram entre 68.2 e 76.7 dB(A) na península de Macau, o que é manifestamente muito alto³⁹. A capitação de zonas verdes atingiu, em 2004, os 12.8 m² (era de 13.2 m² no ano anterior). É um valor baixo⁴⁰ e que não tem correspondência na Península de Macau, uma vez que é influenciado pela área verde contabilizada na Taipa e, principalmente, em Coloane.⁴¹ Por outro lado, edifícios de 5 pisos vão sendo

³⁷ Valores tão altos de densidade populacional numa área pequena como a de Macau, só podem ser justificados com a preponderância de edifícios em altura. Com efeito, se, em 1970, só 0.1% dos edifícios existentes tinham dez ou mais pisos, em 2001, a situação era substancialmente diferente. Ainda que não exista uma contabilização de edifícios por número de pisos nos Censos de 2001, é possível constatar que, dos 11578 edifícios contabilizados, e ainda que 59% (6887) tivessem dezanove ou menos unidades de alojamento familiar (fogos), 252 edifícios (2.2%) tinham entre 100 e 149 fogos, 220 (2%) tinham entre 150 e 299 fogos e 37 (0.3%) tinham mesmo mais de 300 fogos. Uma vez que, de 16048 edifícios recenseados em 1970, se passou a 11578 em 2001, e, simultaneamente, se assistiu a um aumento de 75% na população e 562% no número de alojamentos, cada edifício tem agora mais alojamentos. No Anexo VI são apresentadas fotografias panorâmicas da Península de Macau (1940, 1998 e 2007) que evidenciam bem a evolução verificada.

³⁸ Em 1991, circulavam em Macau 52749 veículos (32783 automóveis e 19966 motocicletas). Já em 2006, foram contabilizados 77506 automóveis e 85368 motocicletas (162874 veículos), o que corresponde ao triplo face a 1991.

³⁹ A título de exemplo, veja-se que, de acordo com a Norma Portuguesa NP1730, a categoria que equivale aos maiores níveis de ruído, é o escalão LAeq > 70 dB(A).

⁴⁰ De acordo com a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a capitação para a estrutura verde principal em Portugal é de 30 m²/hab..

⁴¹ Ver Anexo I – Planta n.º 5 – Recreio, Lazer e Cultura.

substituídos por outros com cêrceas que rondam os 30 andares, contribuindo para o empobrecer da imagem da cidade e criando situações de conflito difíceis de resolver – as ruas foram desenhadas para as cêrceas existentes de cinco, seis pisos, pelo que a construção de torres altas cria dificuldades acrescidas à saída e entrada de veículos das garagens e cria problemas sérios no que se refere à iluminação dos pisos mais baixos.

Em Macau, as decisões de investimento, sejam elas governamentais ou privadas, são, então, tomadas de forma muito rápida. Assim sendo, não é fácil acompanhar o evoluir dos processos de decisão no que se refere aos **projectos** que vão sendo desenvolvidos no Território, nem tão pouco às alterações que estes vão sofrendo. Contudo, em anexo (Anexo VII – Projectos previstos) foram incluídas uma listagem e uma breve descrição das medidas e projectos, públicos e privados, em curso ou previstos, uma vez que são também indicadores da dinâmica que se vive no Território e das prioridades que vêm sendo definidas. Aqui, é de referir apenas que os investimentos privados nos sectores do jogo e do turismo têm impulsionado investimentos estatais muito consideráveis (ampliação do aeroporto internacional, construção do terminal marítimo na Taipa, novas infraestruturas rodoviárias e de transporte colectivo, etc.), estando ainda previstos investimentos muito importantes que envolvem Hong Kong e a própria RPC. Na ausência de um plano urbanístico formal em Macau, vão-se sofrendo as consequências de políticas avulsas e projectos, não raras vezes, conflituantes. Os planos de requalificação urbana tardam, multiplicando-se os problemas de degradação nos bairros mais (e até menos) antigos. A ausência de uma estratégia de protecção do património com interesse tem levado a perdas irreversíveis e à viabilização de projectos que comprometem os imóveis e os espaços históricos.

3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL DA RAEM

Macau está integrado na próspera província de Guangdong, cujo nível de desenvolvimento foi, simultaneamente, razão e consequência da definição, em 1980, das três Zonas Económicas Especiais (ZEE) aqui localizadas - Shenzhen, Zhuhai e Xiamen.⁴² As ZEE foram implementadas pelo Governo Chinês para promover a cooperação económica externa, atrair e absorver tecnologia e capital estrangeiro e impulsionar o programa socialista de modernização da economia. Para alcançar estes objectivos foi posto em prática um conjunto de medidas que incluíam a redução de impostos, a criação de oportunidades de negócio, a redução dos custos de utilização do solo e a oferta abundante de mão-de-obra a custos competitivos (Chu, Wong, 1992, p. 4; Instituto do Oriente, 2000, p.39). No caso de Shenzhen e Zhuhai, as razões da sua definição como ZEE passam ainda pela sua proximidade a Hong Kong (HK) e Macau, procurando tirar partido da ligação privilegiada destas cidades aos mercados internacionais, pelas excelentes condições oferecidas pelo porto de Hong Kong e pela necessidade de a República Popular da China fortalecer as relações com Hong Kong e Macau, iniciando assim o processo de retorno destes territórios à administração chinesa (Macao Foundation, 2000, pp. 169-213).

O Delta do Rio das Pérolas (DRP) é um centro autónomo, que corresponde a 26% da área da província de Guangdong, na qual está integrado. De acordo com Mário Murteira, o DRP é uma região chinesa crítica no

⁴² Foi ainda definida uma quarta ZEE - Shantou, situada fora da província de Guangdong.

sentido de que a sua evolução futura terá consequências no rumo da economia chinesa, mas também no da macro-região Ásia-Pacífico. É útil à análise das relações entre os níveis supra-regional, regional e local (Macao Foundation, 2000, pp. 126-127). É um ponto focal de desenvolvimento económico rápido, apoiando e induzindo o progresso das regiões vizinhas, com níveis cada vez maiores de integração no mercado global (Instituto do Oriente, 2000, pp.14-15; Macao Foundation, 2000, p. 128).

Para simplificar, podemos dizer que o delta assume uma forma triangular (ver Anexo I – Planta n.º 1 – Enquadramento da RAEM), tendo como ponto mais a Norte Guangzhou e como os dois vértices a Sul, Zhuhai, à esquerda (adjacente a Macau), e Shenzhen, à direita (próximo de HK). O lado Este do triângulo tem registado, globalmente, um maior crescimento, uma vez que está apoiado numa economia mais desenvolvida – a de Hong Kong. Shenzhen é, aliás, palco experimental de muitas das políticas de “porta aberta” da RPC, tendo sido o primeiro local a ser exposto às influências de uma economia de mercado. Com uma economia orientada para as novas tecnologias, é um importante centro regional. Já o lado Oeste, enfrenta maiores dificuldades e regista níveis de crescimento menos importantes. Definida pela sua proximidade a Macau, a ZEE de Zhuhai cedo teve que encontrar um caminho diverso do da economia de Macau, praticamente limitada à indústria do jogo. Apostou no desenvolvimento industrial como base para o estabelecimento de uma economia orientada para as exportações, mas o sector industrial mais importante – têxteis e vestuário – está em crise, sendo incapaz de rivalizar com os baixos salários pagos no DRP (Macao Foundation, 2000, p. 178).

A passagem da Administração de Hong Kong, em 1997, e de Macau, em 1999, para a República Popular da China (RPC) permitiu, além da integração militar e política, o acelerar de um processo de maior integração económica. O Professor Lei Qiang (Macao Foundation, 2000, p. 235) aponta como principais vantagens da integração de Macau e de Hong Kong no Delta do Rio das Pérolas: (i) a existência de espaço disponível a custos reduzidos, bem como de mão-de-obra acessível, que permitem que Hong Kong e Macau mantenham uma posição de baixo custo no sector industrial com maiores níveis de crescimento; (ii) o desenvolvimento e sucesso atingido pela indústria no DRP têm permitido o surgimento de novas actividades com alto valor acrescentado, que desempenham funções de apoio ou outros serviços, a indústrias em desenvolvimento em Hong Kong e Macau; e (iii) a ligação permitida por Hong Kong e Macau entre o DRP e o resto do mundo.

Mário Murteira (1996, p. 122) defende que Shenzhen e Hong Kong evidenciam maior interdependência do que Zhuhai e Macau, ainda que Hong Kong acabe por influenciar também Zhuhai e toda a província. Shenzhen suplanta Zhuhai em quase todos os aspectos – a estrutura económica é mais forte, está assente em actividades industriais, a rede de infraestruturas é mais desenvolvida e o sistema administrativo é mais eficiente, mais credível e menos burocrático, fomentando o investimento.

Contudo, segundo Virginia Trigo (Instituto do Oriente, 2000, pp. 115-116), do lado Poente situam-se zonas industriais com muito potencial e a população ronda os 10 milhões de habitantes. Nesta perspectiva, a autora considera que Macau, aqui entendido como território *semi-periférico*, tem condições para se transformar no intermediário entre Hong Kong, o ponto *central*, e Zhuhai, o pólo de desenvolvimento da zona Oeste. Nesta relação, Macau depende das sinergias criadas por Hong Kong, mas é simultaneamente responsável por

encaminhar o capital aí gerado para Zhuhai, criando assim dinâmicas sub-regionais⁴³. O papel de Macau como agente indutor de desenvolvimento é engrandecido, em certa maneira, pelo facto de a administração do Território ter vindo a adoptar uma estratégia que alia a convergência de capital local governamental, com a de capital estrangeiro e a de capital local privado. Resta saber que impacte terá a construção da ponte HK-Macau-Zhuhai nesta relação, uma vez que vai aproximar em definitivo as duas margens do Delta.

O DRP funciona como a principal base de produção dos produtos da Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK), onde se situam as empresas prestadoras de serviços. Neste sentido, o DRP é como que um prolongamento da economia de Hong Kong. Macau não possui qualquer capacidade para suplantar ou para funcionar como extensão da economia da RAEHK na medida em que já não produz para Hong Kong, nem partilha as suas funções de centro financeiro, de transporte e de informação (Macao Foundation, 2000, p. 249). A existência de economias de escala pelos níveis elevados de modernização e internacionalização, a oferta abundante de capital, resultado da sua actuação nos mercados internacionais, a existência de uma governação transparente e eficiente e a existência de boas infraestruturas, são aspectos apontados por Lei Qiang (Macao Foundation, 2000) como fundamentos para justificar que Hong Kong actue como líder na cooperação económica do DRP. O autor destaca, no entanto, que, com a implementação das políticas de “porta aberta”, o desenvolvimento, quer da região do DRP, quer de outras cidades chinesas (de que é exemplo Xangai), e a cada vez maior integração da China na economia mundial, se vem assistindo à perda de importância de HK como investidor estrangeiro, como localização preferencial para as áreas comerciais e de ligação ao cliente (que as empresas optam por situar junto às unidades de produção no DRP) e como entreposto (pelos elevados custos de operação praticados e pelas melhorias introduzidas noutros portos do delta).

O Professor Lei Qiang (Macao Foundation, 2000, p. 245) distingue Macau como um típico sistema micro-económico, cuja posição no Delta do Rio das Pérolas sai enfraquecida “pela pequena escala da economia, associada à débil estrutura económica”. Destaca que a importância de Zhuhai tem aumentado nos últimos anos, em parte pela proximidade a Macau, mas principalmente porque não compete com a RAEM, tendo objectivos e uma estrutura económica distintos.

Nos últimos anos têm sido estabelecidos alguns acordos e postas em prática medidas com vista ao estabelecimento de parcerias e projectos de cooperação aos mais diversos níveis, entre Macau, Zhuhai, o DRP e outras cidades/regiões chinesas, dos quais vale a pena destacar: (i) a implantação do parque industrial transfronteiriço Macau-Zhuhai (que compreende duas áreas individualizadas e de gestão independente, interligadas por uma ponte e que, no total, abrangem uma área de 400000 m²); (ii) a participação da RAEM no Fórum de Cooperação do Rio Grande das Pérolas com o objectivo de alcançar um nível de maior integração

⁴³ Repare-se que esta relação existe já, ainda que, obviamente, haja lugar ao seu fortalecimento. Com efeito, Hong Kong mantém-se em segundo lugar no que se refere ao fluxo de investimento directo do exterior em Macau, logo a seguir aos Estados Unidos da América (cujo investimento se centraliza fortemente no sector do jogo e turismo). Em 2004 (dados disponíveis), dos 4.00 mil milhões de patacas investidos, 60% eram provenientes dos EUA e 23% eram originários de Hong Kong (do total investido, 57% foram investimentos em actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços). O investimento directo no exterior foi de 3.92 mil milhões de patacas, sendo que 1.49 mil milhões foram encaminhados para Hong Kong, 1.25 mil milhões para a China Continental e 600 milhões para Portugal.

regional através da sua vocação internacional, e que permitiu o estabelecimento de plataformas de cooperação em vertentes distintas que vão desde as infraestruturas, à indústria, à cultura, passando pelas tecnologias de informação, pelo comércio, pela agricultura ou, ainda, pela educação. Com efeito, Macau está inserido no denominado “bloco 9+2” (nove províncias e duas RAE), assumindo um papel muito importante ao nível da importação de matéria-prima proveniente de países africanos lusófonos para a indústria têxtil do Delta, que se vem afirmando como o mais competitivo sistema de produção têxtil de todo o mundo e cujo aumento de produção em resultado do fim do sistema de cotas imposto à China, levou a maiores necessidades de matéria-prima (Instituto do Oriente, 2004, pp. 75-76); (iii) a intensificação das relações de cooperação, designadamente ao nível do turismo, educação, trocas comerciais e investimento, entre Macau e diversas cidades, regiões e províncias chinesas.

3.3 A RAEM NO CONTEXTO MUNDIAL

A internacionalização constitui, a par da integração sub-regional, um dos pilares do desenvolvimento sustentado de Macau, que deverá assentar na “consolidação dos mecanismos da economia de mercado, na modernização do tecido empresarial, na aposta na terciarização, na complementaridade DRP-HK-Macau, no reforço dos laços com a União Europeia, na aposta em infraestruturas de comunicação, no investimento na educação, [...] e na racionalização dos sectores produtivos” (Instituto do Oriente, 2004, p. 14).

Com uma economia de pequena escala, fortemente dependente dos sectores do jogo e turismo, pouco inserida no seu contexto regional, a RAEM, enquanto “território internacionalizado, deve ser integrada na estratégia de afirmação da RPC no plano externo”, aproveitando a sua condição de espaço inter-cultural e de uma das mais *“freest and most open regions in the world in terms of trade and investment policies”* (Relatório da OMC, em 2001). As vantagens de Macau, tendo em conta as suas particularidades amplamente discutidas atrás, estão relacionadas com a existência de instrumentos políticos e económicos facilitadores da sua integração na economia global e da sua assumpção como *“back office”* do crescimento tecnológico do Delta do Rio das Pérolas. “A vocação de Macau como ponto de intercepção “glocal” só será completamente tangível se funcionar como um dos portões da China para o exterior, mas caracterizado pela liberdade individual, pelo pluralismo e diversidade cultural, por uma elevada mobilidade social e por uma sociedade civil dinâmica” (Instituto do Oriente, 2004, p.17).

De acordo com António Leça⁴⁴ “[...] a economia do Território é extremamente vulnerável e dependente da conjuntura regional. A capacidade exportadora de Macau é cada vez mais limitada, tendo o sector industrial pouca margem de desenvolvimento no Território [...]”, na medida em que “Macau não tem dimensão suficiente para atrair investimento estrangeiro [industrial], pois não dispõe de um porto de águas profundas”.

Os níveis de crescimento económico alcançados pela República Popular da China são impressionantes e não deixam indiferentes os restantes países ou regiões do Globo, entusiasmando investidores e potenciais parceiros de negócio ocidentais a quem a RPC oferece condições vantajosas (mão-de-obra barata, custos de instalação

⁴⁴ Antigo presidente do *World Trade Center de Macau* e coordenador regional da WTC Association (Instituto do Oriente, 2004, p.79).

competitivos e um mercado de consumo de 1.3 mil milhões de pessoas) – “Se em Janeiro de 2005 a China ocupava nos rankings de avaliação da economia mundial o sétimo lugar, [...] o forte crescimento registado em 2005 coloca a economia chinesa à frente da francesa e mesmo da inglesa, ficando – por enquanto – em terceiro lugar, atrás das economias alemã, japonesa e norte-americana” (Rebelo, 2006, p.118). Este crescimento é resultante, entre outros factores, do incremento do consumo interno (associado ao aumento do peso do sector privado na economia) e de uma evolução positiva no sector dos serviços. Pondo em prática a sua estratégia de abertura e integração mundial, a China tem criado relações de cooperação a diversos níveis e procurado parcerias com diversos países ou regiões, em que a participação da RAEM foi assegurada - o CEPA - Closer Economic Partnership Arrangement, visa reforçar a ligação económica entre a República Popular da China, a RAEM e outros países e regiões, através da redução ou eliminação progressiva das barreiras tarifárias e não-tarifárias, da liberalização do comércio, de serviços e da facilitação do investimento.⁴⁵

Macau, sendo um território não soberano, possui um grau de autonomia que lhe permite um determinado nível de internacionalização, mantendo relações com diversos países e regiões do mundo. Na totalidade, cerca de uma centena de países mantém laços de relacionamento com a RAEM, o que, atendendo à dimensão limitada e à reduzida projecção mundial do Território, é bastante considerável (Instituto do Oriente, 2004, pp.160-161). Destes relacionamentos bilaterais, julga-se pertinente analisar os mais importantes, em que Macau se pode potenciar como plataforma (i) para troca de serviços e bens com a Europa, podendo actuar como suporte logístico e de base para investimentos europeus na China, mas também no facilitar à RPC o acesso aos mercados europeus, e como plataforma (ii) de ligação entre a China, Portugal e os países de língua portuguesa (Instituto do Oriente, 2000, pp.113-114; Instituto do Oriente, 2004, p.15).

A RAEM, a China e a União Europeia – A União Europeia (UE) “é actualmente um parceiro privilegiado da China em áreas de cooperação diversas, assim como um grande parceiro comercial, com um elevado volume de comércio bilateral”. É conhecida a intenção da UE de intensificar relações com países asiáticos com economias emergentes cujos mercados possam absorver empresas europeias (Rebelo, 2006, p. 119).

A 15 de Julho de 1992, Macau e a União Europeia acordaram na extensão à RAEM do Acordo para o Comércio e Cooperação existente, após passagem da administração em 1999. O acordo prevê a cooperação em diversas áreas, como por exemplo o comércio, a indústria, a ciência e a tecnologia, as telecomunicações, a energia, a protecção ambiental, os transportes e, mais recentemente, a área jurídica. A União Europeia tem acompanhado de perto a evolução da RAEM através do seu escritório em Hong Kong. Desde 2001, tem publicado relatórios anuais sobre a RAEM, em que atentamente verifica a aplicação da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e do princípio “um país, dois sistemas”.

⁴⁵ Dois dos princípios que presidem a este acordo são o respeito pelo princípio “um país, dois sistemas”, bem como o cumprimento das regras da Organização Mundial de Comércio. Este acordo representa a abertura de um mercado de 1300 milhões de pessoas aos empresários locais, permitindo ainda que “empresários estrangeiros usem Macau como plataforma de entrada no mercado chinês” (Instituto do Oriente, 2004, p. 72; GOVERNO RAEM – Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau www.economia.gov.mo/page/portugues/cepa_p.htm).

Em Abril de 2001 foi aprovada uma proposta da Comissão Europeia ao abrigo da qual os titulares de passaporte da RAEM ficam isentos de visto para entrada na UE. Foi criado um Comité Misto Macau-UE para a discussão e monitorização de iniciativas e actividades de cooperação, que já reuniu doze vezes (seis das quais após a passagem da soberania para a RPC), tendo a última reunião sido realizada a 6 de Fevereiro de 2007. Finalmente, a UE prevê estabelecer em Macau, até ao final de 2007, um centro de cooperação que permita o reforço da colaboração nos domínios acordados («Hoje Macau», 21-3-2007).

Macau assume-se, pois, como plataforma para a troca de serviços e bens com a Europa, actuando como suporte logístico de base quer para investimentos europeus na China, quer para facilitar o acesso dos mercados europeus à República Popular da China. O Governo da RAEM tem delegações para representação económica e comercial em Portugal, em Bruxelas (sede da União Europeia) e em Genebra (onde se situa a sede da Organização Mundial do Comércio).

A RAEM, a RPC e Portugal – Ainda que Portugal mantenha um Consulado em Macau, e que algumas empresas portuguesas tenham permanecido na RAEM ou decidido aqui investir nos últimos anos, “não pode, no entanto, deixar de se ter em conta que as relações entre o Território e Lisboa têm notado um significativo abrandamento, particularmente ao nível do investimento de empresas nacionais no território [...]” (Instituto do Oriente, 2004, p. 169). O valor das trocas comerciais entre Macau e Portugal caiu 11% desde 2000. Teresa Moreira, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, publicou um estudo em que destaca que “consumada a entrega de Macau à China, são insignificantes o comércio bilateral e os investimentos entre Portugal e aquele território, ainda que o elevado crescimento daquela economia nos últimos anos [...] constitua um incentivo determinante”; “Portugal perdeu, de alguma forma, a oportunidade de se afirmar como um parceiro comercial sólido no Sul da China”. A autora destaca que o potencial de “cooperação regional com vizinhos como o Japão, Singapura, Hong Kong e o Taipé Chinês, está longe de ter sido totalmente explorado, e oferece hoje novas oportunidades de acesso privilegiado a economias dinâmicas, muito viradas para o exterior”, mas “esta oportunidade exigirá de Portugal a clara assunção desta prioridade [...] e uma contribuição activa no âmbito do Fórum de Cooperação Económica e Comercial, integrando as associações empresariais e incentivando as empresas portuguesas a aproveitarem o espaço lusófono para desenvolverem negócios com a China” (<http://www.ieei.pt/post.php?post=139>, 12-06-2007).

O Acordo Quadro de Cooperação entre a RAEM e a República Portuguesa (Aviso do Chefe do Executivo n.º 34/2001, publicado no Boletim Oficial n.º 27/2001, 1ª Série) prevê que a colaboração se faça nos “domínios económico, financeiro, técnico, científico, cultural, da segurança pública interna e judicial, os quais poderão ser objecto de acordos especiais celebrados no âmbito do Acordo”. A Comissão Mista prevista pelo Acordo deve reunir de dois em dois anos para avaliar, aprofundar ou desenvolver a execução do Acordo, bem como analisar novos possíveis domínios de cooperação.

As relações entre Portugal e a China continental têm vindo a autonomizar-se, desenvolvendo-se Acordos e Pactos, que não passam pela RAEM, nem a incluem especificamente, apesar de ser assumida oficialmente, de parte a parte, a importância do Território no fortalecimento e facilitação das ligações entre os dois países.

Mantendo já relações bilaterais de cooperação no plano judicial, da saúde, sanitário, cultural, da educação e da investigação, em 2005, Portugal e a China celebraram um Acordo sobre Cooperação Económica (Decreto n.º 17/2006, de 27 de Junho, publicado no D.R. n.º 122, Iª S-B) cujo objectivo é o de incrementar uma “parceria estratégica”. No âmbito da visita que o Primeiro-Ministro português realizou à RPC em Fevereiro de 2007, foram ainda assinados dois tratados, dois memorandos para cooperação financeira e para criação de um grupo de trabalho sobre investimento bilateral, um acordo para estabelecimento do Instituto Confúcio em Lisboa para ensino do mandarim, um acordo cultural entre a Fundação Oriente e o Museu de Xangai e cerca de três dezenas de acordos empresariais.

A RAEM, a China e os Países Lusófonos – Por iniciativa do Governo da República Popular da China, a RAEM tem vindo a assumir uma posição de relevo no estreitamento de relações entre a RPC e, especialmente, os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), mas também o Brasil. Se durante décadas a China sustentou a sua relação com os PALOP no apoio à luta que travavam pela independência, actualmente são razões essencialmente económicas que justificam a necessidade de aproximação, numa nova fase da estratégia chinesa que passa, já não só pela atracção de investimento, mas pelo investimento no estrangeiro. Consolidando a sua política diplomática e económica, a China tem vindo a estreitar as suas relações com os países africanos em geral, designadamente no que concerne a exploração de recursos naturais africanos e a integração em novos mercados.

A China é actualmente um dos maiores consumidores de petróleo, tendo fortes necessidades de outras matérias-primas essenciais ao desenvolvimento de infraestruturas e de algumas das suas principais actividades económicas – os minérios, como o níquel, o aço (aplicado na construção), o carvão (base da produção energética da RPC) ou o chumbo (utilizado em inúmeras indústrias); ou matérias-primas como o algodão, essenciais à indústria têxtil do Delta do Rio das Pérolas. Paralelamente, estes países permitem que a China possa escoar as suas exportações já que, apesar da fraca representatividade dos seus mercados de consumo, “a importação de produtos *low cost*, mesmo de baixa qualidade, é bem aceite nos mercados africanos e não se encontra concorrência” (Rebelo, 2006, p. 121).

Em 2000, foi criado o Fórum de Cooperação China-África (FCCA), que reúne de três em três anos, e cujas actividades têm sido dominadas por questões económicas. Além de uma presença cada vez mais importante ao nível da cooperação aos mais diversos níveis (agricultura, construção de infraestruturas, comércio, investimento, ajuda ao desenvolvimento, etc.), a China reduziu e perdoou dívidas a inúmeros países africanos, preparando-se para, até 2009, “duplicar a sua *ajuda* a África, mediante a concessão de empréstimos no valor de cerca de cinco mil milhões de dólares” (anunciado na III Cimeira do Fórum Sino-Africano). Paralelamente, tem vindo a aumentar o volume comercial entre as duas partes, bem como o investimento chinês em África

(ainda que daqui não resulte criação de emprego, “pois, em muitas [...] situações, as autoridades chinesas entregam o trabalho a mão-de-obra chinesa, deslocada [...] para esse efeito⁴⁶” (Rebelo, 2006, p. 121).

Os países africanos de expressão portuguesa, o Brasil e Timor-Leste possuem reservas consideráveis de recursos naturais que incluem gás natural, carvão, minérios e petróleo, além de produtos agrícolas, florestais, e outros. No último ano e meio, “a China elegeu Portugal como parceiro estratégico, reduziu a dívida externa dos países africanos da CPLP, triplicou a ajuda a Timor-Leste e disponibilizou cerca de 8.2 milhões de dólares em empréstimos sem juros aos membros desta comunidade” («Diário Económico», 30-1-2007, <http://www.diarioeconomico.com>)⁴⁷.

Tendo um passado histórico-cultural e a língua portuguesa em comum, bem como enquadramentos administrativos e legais semelhantes, os países de língua portuguesa têm em Macau uma plataforma privilegiada para a ligação à China. A instalação em Macau da sede do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Expressão Portuguesa, bem como o facto de Macau ter requerido estatuto de observador junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mostra que este papel de pivot entre a China continental e os países lusófonos é já uma realidade.

3.4 EVOLUÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

A assinatura da Declaração Luso-Chinesa (Pequim, 1987) deu início a um processo de preparação para a passagem da administração de Macau. O sistema legal sofria de sérios problemas, nomeadamente a existência de leis ultrapassadas e desadequadas da realidade local e a falta de tradução da Lei para chinês. Com efeito, a legislação em Macau era fruto da transposição de diplomas publicados em Portugal, muitas vezes aplicando princípios e soluções tipicamente portuguesas. Ainda que os diplomas vigentes em Portugal fossem já fruto de uma evolução da cultura legal, em Macau ainda eram aplicados, com pequenos ajustes, o Código Penal de 1886, o Código do Processo Penal de 1929 e o Código Comercial de 1888 (Instituto do Oriente, 2000, p.167).

Esta situação era agravada pelo facto de se manter uma enorme dependência da comunidade legal local relativamente a Portugal, quer do ponto de vista da elaboração de Leis, quer no que se refere aos profissionais

⁴⁶ Algumas vozes críticas, acusam já a RPC de uma atitude de “exploração de África e não de ajuda ao Continente”, seguindo o mesmo caminho da Europa (Daniel Ribeiro, activista da ONG moçambicana *Justiça Ambiental*, em declarações à imprensa em Macau («Hoje Macau», 22-05-2007).

⁴⁷ A título de exemplo veja-se que, no final de 2006, Angola tornou-se o maior parceiro comercial da RPC em África, superando a África do Sul, tendo as trocas bilaterais ascendido aos 7.18 mil milhões de dólares, associadas, principalmente, ao fornecimento de crude. Moçambique terá reservas de gás natural e petróleo por extrair, o que explica o aumento do investimento directo estrangeiro da China neste país em 8.5 milhões de dólares, aumentando também o volume de empréstimo concedido. O Brasil, não só possui petróleo, mas interessa à China pelo urânio, de que precisa para a operação de centrais nucleares. Em Timor-Leste a *Petrochina* vai realizar um estudo sísmico para avaliar a viabilidade das reservas terrestres de gás natural e petróleo e a possível edificação de oleodutos (informações retiradas do artigo publicado no Diário Económico a 30 de Janeiro de 2007, consultada em <http://www.diarioeconomico.com> a 23 de Fevereiro de 2007). Mesmo Cabo Verde, nação detentora de poucos recursos naturais, tem procurado uma maior proximidade à RPC, fazendo-se valer da sua economia estável, para propor que Cabo Verde acolha uma das Zonas Económicas Exclusivas que o governo chinês quer criar em África. Uma notícia publicada a 22 de Março de 2007 (“Hoje Macau») dava conta de que as transacções comerciais entre os Países de Língua Portuguesa e a China aumentaram 46.9% em 2006, cifrando-se nos 34080 milhões de dólares.

(os magistrados do Ministério Público e os Juízes eram nomeados em Lisboa pelo Supremo Tribunal e os advogados vinham, na sua maioria, de Portugal).

Colocava-se ainda um outro problema no que respeita à transição do sistema legal – a questão dos Direitos Humanos (entendidos na perspectiva constitucional). Sendo do conhecimento internacional a existência de “atropelos” aos Direitos Humanos na China, o facto de ter sido dada a Portugal a oportunidade de garantir a protecção dos Direitos Humanos em Macau, tem uma importância primordial para a comunidade local, mas também pelo impacte que possa vir a ter na evolução do regime legal e político na China (Instituto do Oriente, 2000, p.167). Ainda que a maior parte dos pressupostos constitucionais relativos a Direitos Humanos se encontrassem já em actos legislativos e normas aplicáveis, ficaram definitivamente consagrados na Lei Básica (Art.ºs 24º a 44º - Direitos e deveres fundamentais dos residentes) e foram transpostos para outros diplomas (o Código Penal, no n.º 1 do Art.º 39º, por exemplo, proíbe expressamente a pena de morte e a prisão perpétua). Além disso, a RAEM é abrangida por diplomas de Direito Internacional.

A localização dos códigos legais, procurando manter o respeito da Lei perante a vida, consagrando um sistema de direitos, liberdades e garantias, teve, portanto, como princípios orientadores a necessidade de adequação à realidade local e de modernização e a urgência de efectivar a tradução para chinês. Era preciso garantir ainda a autonomia do sistema legal a três níveis – código legal, organização judicial e comunidade legal.

Para responder à necessidade de criar um corpo de profissionais na área do Direito, com conhecimento da Lei de Macau e das línguas portuguesa e chinesa, e assim estabelecer uma comunidade legal, foi criado em 1988 um curso universitário. Mas só em 1996 seria criado um curso universitário de Direito em chinês.

Assistiu-se assim a uma verdadeira “reconstrução do código legal de Macau”, cujo processo está ainda em desenvolvimento (Instituto do Oriente, 2000, p. 176). De facto, de acordo com Noronha Silveira (1999), o sistema legal em Macau é “frágil [...] porque é jovem e ainda não teve tempo para se consolidar”. Cumulativamente, a Lei de Macau, sendo uma Lei ocidental que reflecte ideias e valores diferentes da Lei chinesa, está sujeita a fortes pressões, correndo o risco de ser *absorvida*⁴⁸.

O ponto 4 do n.º 2 da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, previa a continuidade do sistema legal (“Os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respectiva maneira de viver; as leis vigentes manter-se-ão basicamente inalteradas.”), o que implicava um certo grau de autonomia para o Território da RAEM, materializado na atribuição de poderes executivo, legislativo e judicial independentes.

⁴⁸ Ainda que a Lei Chinesa se encontre em revisão e que este processo tenha considerado como modelos as leis europeia e dos EUA, a sua aplicação é afectada pelo contexto local, particularmente por interesses locais, e pela comunidade jurídica chinesa. O Estado tem inclusivamente uma visão instrumentalista do Direito, considerando que a Lei serve para alcançar objectivos políticos, e não, como acontece no Ocidente, para limitar o poder do Estado (Pitman B. Potter, citado em Instituto do Oriente, 2000, p. 177, rodapé). Nas palavras de Eduardo Cabrita (1997, tradução própria), “não seria realista pensar que uns milhares de caracteres chineses são o suficiente para tornar um sistema legal autónomo, uma possibilidade viável. É muito importante, longo e difícil o caminho a seguir e que possibilitará que a versão chinesa das leis em Macau vingue”.

Seriam, contudo, introduzidas algumas inovações, de que se destacam a nomeação dos juízes pelo Chefe do Executivo⁴⁹ e a consagração de um tribunal de última instância (existem três instâncias).

A permanência de um sistema legal europeu continental (com raiz no "*jus romanus*" ou "*jus civile*" - modelo romano-germânico), além do modelo anglo-saxónico vigente em Hong Kong e do sistema legal em aplicação na China continental, é de toda a importância. Num momento em que o sistema legal da RPC está a atravessar uma fase de modernização e de adequação das leis aos padrões internacionais, os dois sistemas em aplicação nas RAE de Macau e Hong Kong poderão competir para influenciar o desenvolvimento da Lei Chinesa. Aliás, o facto de o novo sistema legal chinês integrar a família continental europeia é uma vantagem no estabelecer de um elo de ligação mais forte entre a RPC e Macau (Instituto do Oriente, 2000, p.166).

O diploma constitucional vigente no Território da RAEM é, então, a **Lei Básica**, aprovada pela 1ª sessão da VIII Legislatura da Assembleia Popular Nacional (vigora desde 20 de Dezembro de 1999), documento que expõe as políticas básicas definidas pelo Estado para a RAEM, fixa os sistemas a aplicar e o enquadramento da governação do Território para os 50 anos seguintes à passagem da administração para a China.

De acordo com a Lei Básica, a RAEM está autorizada pela Assembleia Popular Nacional da RPC a "exercer um alto grau de autonomia [que exclui assuntos de defesa] e a gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independentes, incluindo o de julgamento em última instância" (Art.º 2º), sendo que à RAEM "não se aplicam o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes" (Art.º 5º)⁵⁰.

O dirigente máximo da RAEM é o Chefe do Executivo que "deve ser cidadão chinês com pelo menos 40 anos de idade, que seja residente permanente da Região e tenha residido habitualmente em Macau pelo menos vinte anos consecutivos" (Art.º 46º). O Chefe do Executivo "é nomeado pelo Governo Popular Central, com base nos resultados de eleições ou consultas realizadas localmente" (Art.º 47º), para um mandato de cinco anos (Art.º 48º), estando prevista a sua possível recondução. Das competências do Chefe do Executivo há a destacar as seguintes: Dirigir o Governo e definir as políticas; Submeter ao Governo Popular Central, a indigitação, para efeitos de nomeação, ou a exoneração, dos titulares dos principais cargos, designadamente os Secretários, o Comissário contra a Corrupção, [...], o principal responsável pelos serviços de polícia e o principal responsável pelos serviços de alfândega; Nomear parte dos deputados à Assembleia Legislativa; Nomear e exonerar os membros do Conselho Executivo; Nomear e exonerar, com observância dos procedimentos legais, os presidentes e juízes dos tribunais das várias instâncias e os delegados de Procurador; Indigitar, com

⁴⁹ Não existe assim uma concreta divisão de poderes uma vez que a mais alta função executiva é exercida pelo Chefe do Executivo que é quem nomeia e distribui magistrados, o que põe em causa o princípio da independência dos tribunais.

⁵⁰ As leis nacionais da República Popular da China não se aplicam no território da RAEM, salvo as indicadas no Anexo III da Lei Básica e que correspondem a: (i) Resolução sobre a Capital, o calendário, o Hino Nacional e a Bandeira Nacional; (ii) Resolução sobre o Dia Nacional da RPC; (iii) Lei da Nacionalidade; (iv) Regulamentos relativos a privilégios e imunidades diplomáticas e consulares; (v) Lei da Bandeira e do Emblema da RPC; (vi) Lei das Águas Territoriais e Zonas adjacentes; (vii) Lei da Zona Económica Exclusiva e a Plataforma Continental da República Popular da China; (viii) Lei do Estacionamento de Tropas na RAEM, e (ix) Lei sobre a imunidade relativa à aplicação de medidas judiciais coercivas ao património de bancos centrais estrangeiros.

observância dos procedimentos legais, o candidato ao cargo de Procurador para ser nomeado pelo Governo Popular Central; Fazer cumprir as directrizes emanadas do Governo Popular Central em relação às matérias previstas nesta Lei; etc.. Tem o direito de vetar os diplomas emanados da Assembleia Legislativa (Art.º 51º) e pode dissolver este órgão, uma vez em cada mandato, nas condições previstas no Art.º 52º.

O Conselho Executivo é o órgão destinado a coadjuvar o Chefe do Executivo na tomada de decisões (Art.º 56º), cujos sete a onze membros são “designados pelo Chefe do Executivo de entre os titulares dos principais cargos do Governo, os deputados à Assembleia Legislativa e as figuras públicas” (Art.º 57º).

O poder executivo na RAEM é exercido pelo Governo (Art.º 61º) que reporta directamente ao Chefe do Executivo e dispõe de Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões (Art.º 62º).

O órgão legislativo da RAEM é a Assembleia Legislativa, que é constituída por doze deputados eleitos por sufrágio directo, dez deputados eleitos por sufrágio indirecto e sete deputados nomeados (Anexo II da Lei Básica), sendo que cada legislatura tem uma duração de quatro anos (Art.º 69º).

O poder judicial é exercido pelos Tribunais, como se referiu, em três instâncias distintas – Primeira, Segunda e Última Instância (Art.º 19º e Art.º 84º). “Os juizes dos tribunais das diferentes instâncias [...] são nomeados pelo Chefe do Executivo, sob proposta de uma comissão independente constituída por juizes, advogados e personalidades locais de renome. A sua escolha baseia-se em critérios de qualificação profissional, podendo ser convidados magistrados estrangeiros em quem concorram os requisitos necessários” (Art.º 87º).

Do ponto de vista económico é de destacar que a RAEM mantém finanças autónomas, não pagando quaisquer impostos à RPC (Art.º 104º). No Território é aplicado um sistema fiscal independente (Art.º 106º) e não se aplica a política de controlo cambial (Art.º 109º). A RAEM é porto franco, não cobra quaisquer direitos alfandegários (salvo nos casos previstos na Lei), segue a política de comércio livre e garante o livre fluxo de produtos, bens e capitais (Art.º 111º), sendo ainda território aduaneiro separado.

Em matéria de relações externas, “a RAEM pode, com a denominação de «Macau, China», manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países e regiões ou organizações internacionais interessadas nos domínios apropriados, designadamente nos da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto” (Art.º 136º). A aplicação de acordos internacionais em que a RPC participa, é decidida pelo Governo Popular Central, conforme as circunstâncias e segundo as necessidades da Região Administrativa Especial de Macau e após ouvir o parecer do Governo da RAEM (Art.º 138º). “Os acordos internacionais em que a RPC não é parte, mas que são aplicados em Macau, podem continuar a vigorar, sendo que o Governo Popular Central autoriza ou apoia, conforme as circunstâncias e segundo as necessidades, o Governo da RAEM a fazer arranjos apropriados à aplicação na Região Administrativa Especial de Macau de outros acordos internacionais com ela relacionados” (Art.º 138º). A RAEM pode estabelecer “missões económicas e comerciais oficiais ou semi-oficiais em países estrangeiros, comunicando o seu estabelecimento ao Governo Popular Central” (Art.º 141º),

e pode receber missões oficiais ou semi-oficiais ou postos consulares estrangeiros, mediante aprovação do Governo Central (Art.º 142º).

Para finalizar, uma breve referência à mais importante diferença entre as Leis Básica da RAEM e da RAEHK – ainda que, em ambos os casos, quer o Chefe do Executivo, quer a Assembleia Legislativa, sejam alvo de nomeação (no primeiro caso, nomeação directa pelo Governo Central, no segundo, nomeação de alguns membros pelo Chefe do Executivo), a Lei Básica de Hong Kong, nos Art.ºs 45º e 68º, estipula que a situação de nomeação se deve manter até que seja possível progredir, de forma gradual e ordeira, para o sufrágio universal, o que não se passa na Lei Básica da RAEM.⁵¹

3.5 POLÍTICAS SOCIAIS - O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES

Sou Man lan, especialista do Instituto Politécnico de Macau na área da assistência social (entrevistado pelo jornal «Hoje Macau» a 12 de Fevereiro de 2007), alerta para a necessidade de que se analise a situação actual da RAEM para além dos números que descrevem o crescimento económico do Território, destacando que “há ainda muitos problemas de pobreza à espera para ser resolvidos”. O professor Sou Man lan afirma que o desenvolvimento económico de Macau atrai mais investimento e tem reflexos positivos em muitas áreas da sociedade, havendo, inclusivamente, empregos “mais bem pagos”. Mas, por outro lado, também há facções da sociedade (as camadas mais jovens, ou a população menos qualificada) que se estão a ressentir com o aumento do preço dos bens de consumo, inclusive dos preços praticados no sector da habitação.

Mas para que melhor se perceba a real situação social da RAEM, há que analisar não só as características particulares da legislação do Trabalho e o tipo e qualidade do apoio prestado pelo Estado aos trabalhadores e à população em geral, mas também a acção das instituições de apoio e solidariedade e as políticas sociais.

A legislação do Trabalho em Macau sofre de algum atraso relativamente ao que é praticado noutros países. As relações de trabalho na RAEM são regidas através de diplomas diversos, quer se trate de funcionários do Estado ou não. O Decreto-Lei n.º 24/89/M de 3 de Abril, que regulamenta as **Relações de Trabalho em Macau** de uma forma genérica⁵², estipula, por exemplo, que: “Nenhum trabalhador deve normalmente prestar mais do

⁵¹ Aliás, a população de Hong Kong tem vindo a exigir a democratização do sistema político de forma muito consistente. O Prof. Herbert Yee, afirma que em Hong Kong “as pessoas saem à rua a pedir reformas políticas e democracia. Em Macau isto não acontece”, concluindo que “se não houver mudanças em Hong Kong não haverá mudança em Macau”, mas, mais importante, “enquanto não houver mudanças na China Continental, não haverá mudanças em Macau”, no sentido de que “Macau está absolutamente dependente do que acontecer na China continental”, uma vez que a Lei Básica da RAEM não pressupõe esta transição (“Hoje Macau», 26-3-2007).

⁵² Entretanto foi aprovada pelo Conselho Executivo uma proposta de revisão deste diploma, que foi apresentada à Assembleia Legislativa no início de Junho, tendo sido alvo de forte contestação por parte de alguns deputados. Não foram ainda agendadas a discussão e a votação na generalidade. Referência ainda para o D.L. n.º 43/95/M, de 21 de Agosto, que estabelece as regras a observar na suspensão das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores, bem como na redução dos horários de trabalho (indústrias de fabricação de produtos para exportação), e para o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (Decreto-Lei n.º 62/98/M de 28 de Dezembro), que prevê um conjunto de alterações à lei geral, aplicáveis aos funcionários da Administração Pública, designadamente: “os trabalhadores com mais de 1 ano de serviço efectivo ininterrupto têm direito a 22 dias úteis de férias em cada ano civil” (Art.º 80º); é prevista a falta justificada (Art.º 89º), mediante comprovativo (Casamento, Maternidade, Paternidade, Adopção, Falecimento de familiares, Doença, Acidente em serviço, Dádiva de sangue, Formação académica, profissional e linguística, Situação de bolseiro,

que oito horas de trabalho por dia e quarenta e oito por semana, devendo o período normal de trabalho ser interrompido por um intervalo de duração não inferior a trinta minutos, de modo a que os trabalhadores não prestem mais de cinco horas de trabalho consecutivo”, ainda que possam “admitir-se durações de trabalho superiores a 48 horas semanais em resultado de prestação de trabalho extraordinário” (Art.º 10º); “Os trabalhadores têm direito a seis dias úteis de descanso anual, sem perda de salário, em cada ano civil” (Art.º 21); “Todos os trabalhadores têm o direito a gozar, em cada período de sete dias, um período de descanso de vinte e quatro horas consecutivas, sem prejuízo da correspondente retribuição” (Art.º 17º); “As mulheres grávidas, cuja relação de trabalho tenha uma duração superior a um ano, têm direito a trinta e cinco dias de licença por ocasião do parto, com garantia do posto de trabalho e sem perda de salário”, salário esse que é “assegurado pelo empregador, mas apenas até ao limite de três partos por cada trabalhadora” (Art.º 37º). Não existe qualquer referência a licença de casamento, de paternidade ou por falecimento de familiar ou a faltas justificadas⁵³.

Rita Santos, presidente da Assembleia da Associação dos Trabalhadores da Função Pública (declarações aos órgãos de comunicação portugueses no Território, 1 de Março de 2007), refere que, devido à situação económica, “os jovens tendem a não ter filhos ou a ter um menor número de filhos, e a legislação não ajuda a inverter a tendência”. A questão da **licença de maternidade** devia ser alterada “dando mais tempo à mulher para tratar dos filhos após o nascimento”. A representante da Associação dos Trabalhadores da Função Pública destaca, ainda, aquelas que julga serem graves **violações aos direitos dos trabalhadores** na RAEM – despedimentos sem justa causa, más condições para os trabalhadores não locais e ausência de uma lei sindical que estipule o direito à greve ou defina especificamente o direito à negociação colectiva. No caso das mulheres, a situação é grave – em regra estas ganham menos do que os homens e, não existindo a fixação de salário mínimo, os salários são, frequentemente, muito baixos. Por outro lado, é recorrente o despedimento em caso de gravidez, facilitado pela fraca protecção legal (Santos et al., 1998, p.14).

Efectivamente, a RAEM não fixou ainda um **salário mínimo**, apesar de Shuen Ka Hung, director da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, ter dito à comunicação social que o Governo mantém a hipótese em aberto, medida que será “precedida de um amplo debate público” («Hoje Macau» e «Ponto Final», 11-7-2006). Em Novembro de 2006, o Chefe do Executivo adiantava a hipótese de passar a ser pago um salário mínimo aos

Prestação de provas em concurso, Cumprimento de obrigações legais, Exercício de actividade sindical; Com perda de vencimento, Prisão preventiva, Não imputáveis ao trabalhador); “as trabalhadoras têm direito a faltar 90 dias por motivo de parto” (Art.º 92º), sendo que “o pai tem direito a faltar 5 dias úteis ao serviço” (Art.º 93º); são previstas licença por casamento (10 dias), licença por falecimento de familiar (7 ou 2 dias, em função do grau de parentesco) e falta por doença (Art.º 97º), como referido acima.

⁵³ De acordo com um esclarecimento prestado pelo Departamento de Inspeção do Trabalho (e-mail datado de 8 de Junho de 2007), e uma vez que o Regime Jurídico das Relações de Trabalho (RJRT) não regulamenta estas licenças e as faltas justificadas, “estas matérias devem ser tratadas em conformidade com o acordo celebrado por ambas as partes” uma vez que “[...] as condições previstas no RJRT são apenas condições gerais mínimas, não excluindo a possibilidade de ambas as partes acordarem outras condições de trabalho mais favoráveis”.

trabalhadores dos serviços de limpeza e segurança contratados pelo Estado, situação que o Governo espera poder implementar até Junho de 2007.⁵⁴

Também Katsuhino Sato, secretário-geral da federação dos Serviços Públicos Internacionais para a Ásia/Pacífico, alerta para o cenário preocupante que se vive, não só em Macau, mas também nos países do Leste Asiático, em que “**não há direitos sindicais plenos**”. Ora, como os direitos sindicais implicam o “direito à associação, à negociação colectiva e à greve”, a consequência mais gravosa será o facto dos trabalhadores terem que aceitar as imposições dos empregadores sem direito a discussão prévia (entrevista publicada no jornal «Hoje Macau» a 2 de Março de 2007).⁵⁵

O *regime de aposentação e sobrevivência* dos funcionários e agentes da Administração Pública e o *regime de previdência* dos trabalhadores dos serviços públicos são geridos e executados pelo **Fundo de Pensões** (Regulamento Administrativo n.º 16/2006). Existem ainda planos de pensões e fundos de pensões de direito privado, cuja constituição, funcionamento e extinção são regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 6/99/M de 8 de Fevereiro, com as alterações impostas pela Lei n.º 10/2001.

O **Fundo de Segurança Social**⁵⁶ resulta das contribuições das entidades empregadoras e dos trabalhadores (trabalhadores por conta de outrem, residentes em Macau, incluindo os contratados para o desempenho de tarefas concretas, ocasionais ou sazonais, e trabalhadores por conta própria constantes do anexo ao Despacho do Chefe do Executivo n.º 234/2004), das receitas correntes efectivamente apuradas em cada exercício do Orçamento Geral da RAEM (1%) e dos rendimentos de investimentos privados. Todas as entidades empregadoras têm a responsabilidade da inscrição e do pagamento de contribuições para os seus trabalhadores, podendo estes gozar dos benefícios previstos na lei, como as pensões de velhice e invalidez e os subsídios de desemprego e doença, etc., com excepção dos trabalhadores com pagamento voluntário de contribuições e dos trabalhadores por conta própria. O regime de segurança social compreende as seguintes modalidades de prestações: pensões de velhice e social, prestações suplementares das pensões, subsídios de desemprego, doença, casamento e funeral e prestações por pneumoconioses. O que sobretudo caracteriza

⁵⁴ Nas reuniões realizadas entre empregadores e trabalhadores não foi ainda possível chegar a um consenso. Os trabalhadores (representantes da Associação Geral dos Operários de Macau - AGOM) defendem que a definição de um “salário mínimo ajudará a eliminar a pobreza e a dar condições de vida básicas aos trabalhadores”. Já Hoi Sai lun, representante dos empregadores e presidente da Associação Comercial de Macau, ainda que concorde com os trabalhadores e portanto com a definição de um horário de trabalho de oito horas e de um salário mínimo que corresponda a entre 40 e 60% do salário médio, destaca que isto “não pode implicar que outros negócios em Macau devam passar a aplicar” estas regras, pois “se isto acontecer será um sério entrave para as empresas [...] e afectará seriamente o ambiente de negócio” (“Hoje Macau», 15 de Março de 2007). Entretanto a AGOM e as associações dos trabalhadores da limpeza e segurança prevêm exigir ao Governo que o salário mínimo estipulado seja de 4800 patacas (perto de 470 Euros) e que o horário de trabalho não vá além das oito horas diárias (“Hoje Macau», 20-3-2007).

⁵⁵ Não existe Lei Sindical na RAEM apesar da Lei Básica, no seu Artigo 27º, o prever: “Os residentes de Macau gozam da liberdade de expressão, de imprensa, de edição, de associação, de reunião, de desfile e de manifestação, bem como do direito e liberdade de organizar e participar em associações sindicais e em greves”; na RAEHK este diploma existe.

⁵⁶ O regime de segurança social aplicável aos trabalhadores por conta de outrem só entrou em vigor em 1993, através do D. L. n.º 58/93/M de 18 de Outubro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/98/M), na sequência da criação, em 1989, de um regime contributivo de segurança social – o Fundo de Segurança Social – pelo D.L. n.º 84/89/M de 18 de Dezembro.

estas pensões é o baixo valor dos quantitativos a pagar aos beneficiários - as pensões de velhice e invalidez cifram-se, actualmente, nas 1450 MOP/mês⁵⁷ e a pensão social corresponde a 950 MOP/mês⁵⁸.

No caso dos idosos, e de acordo com um estudo encomendado pelo Instituto de Acção Social ao Instituto de Enfermagem Kiang Wu (Jornal «*Ou Mun*», 1 Janeiro de 2007), a maioria depende dos filhos, do fundo de segurança social e de outros subsídios do Governo. Apenas 23.2% dos idosos conseguem viver das suas poupanças ou da reforma. Os dados deste estudo revelam ainda que os rendimentos mensais de dois terços dos idosos entrevistados são inferiores a 3000 MOP, “o que levanta preocupações em caso de doença prolongada”. Finalmente, o estudo sugere que sejam criados fundos obrigatórios ou seguros de saúde que permitam à população assegurar a sua velhice. Dang Yuk Wa, presidente da Associação de Segurança Social de Macau, defende que o regime de previdência dos trabalhadores da Função Pública deve ser alargado a todos os trabalhadores, destacando que é necessário aumentar mais os apoios social e a idosos, uma vez que estes mantêm uma base muito baixa, o que, devido ao aumento do índice de preços, não permite uma melhoria efectiva das condições de vida («*Hoje Macau*», 7 de Agosto de 2006). A mesma reivindicação faz o Presidente do Departamento de Acção Social da União das Associações de Moradores (*kaifong*), Hong Wai Yong, já que “alguns cidadãos que recebem cerca de 3000 patacas por mês iam conseguindo sustentar as suas famílias, mas com o rápido desenvolvimento económico, esta quantia deixou de ser suficiente [...] e a qualidade de vida decresceu” («*Hoje Macau*», 5 de Fevereiro de 2007). Além do aumento da pensão de velhice, que, aliás, defende dever ser estendida aos desempregados com idades compreendidas entre os 60 e os 64 anos, este representante dos *kaifong* julga necessário aumentar o rendimento mínimo de sobrevivência⁵⁹ de modo a que seja, pelo menos, 33% do valor do salário médio – 2200 patacas⁶⁰.

⁵⁷ 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 euros (23-03-2007).

⁵⁸ A *pensão de velhice* é atribuída, mediante requerimento, aos beneficiários do Fundo de Segurança Social com idade superior ou igual a 65 anos, residentes no território há, pelo menos, 7 anos, e que tenham contribuído durante, pelo menos, 60 meses para o Fundo de Segurança Social. A *pensão de invalidez* é atribuída, mediante requerimento, aos beneficiários do Fundo de Segurança Social com idade igual ou superior a 18 anos, que residam no Território há, pelo menos, 7 anos, que tenham contribuído durante, pelo menos, 36 meses para o Fundo de Segurança Social e que sejam declarados permanente e absolutamente incapazes para todo e qualquer trabalho remunerado pela junta médica do Fundo de Segurança Social. A *pensão social* é atribuída, mediante requerimento, aos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos ou, nos casos de invalidez, igual ou superior a 18 anos, que residam no Território há, pelo menos, 7 anos, que não exerçam qualquer actividade remunerada nem tenham direito à pensão de velhice ou invalidez, e tenham assim falta de meios de subsistência para satisfazer as suas necessidades essenciais.

⁵⁹ O rendimento mínimo de sobrevivência é função do número de pessoas do agregado familiar e, actualmente, tem como base 1300 MOP para 1 pessoa, indo até 6500 MOP para sete ou mais indivíduos (Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 6/2004). 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 euros (23.03-2007).

⁶⁰ As estatísticas referentes ao ano de 2004 (DSEC, estatísticas disponíveis), indicavam que a cobertura das pensões rondava os 26%. Estimava-se, ainda, que apenas 30% dos idosos de Macau recebessem subsídios de apoio, pelo que 65% viviam sem qualquer tipo de protecção social. Em 2004, o salário médio era de 5165 patacas, o que situava a linha de pobreza relativa nas 2583 patacas. Uma vez que 57.4% dos idosos recebiam 2500 patacas mensais, ou menos, esta era a percentagem de idosos a viver em condições de pobreza. Recebendo 1500 patacas de rendimento mínimo de sobrevivência, 41% dos idosos surgiam referenciados como vivendo em pobreza extrema. No segundo semestre de 2006, as pensões de velhice e o fundo de apoio social representavam 22.5% e 24.9%, respectivamente, do salário médio. Em 2006, a média global do rendimento mensal situava-se já nas 7318 patacas, para uma média de 47.1 horas de trabalho semanais.

A assistência e a segurança social na RAEM têm duas características fundamentais: há um predomínio da assistência social sobre a segurança social – “as prestações sociais até muito recentemente não eram feitas com a participação contributiva dos cidadãos, nem estes as recebiam com a consciência de a elas terem direito [...] e continua a existir um défice grande de direitos sociais” (Santos et al., 1998, p.311); e a assistência social surge tradicionalmente associada a organizações privadas, sendo que o Estado só gradualmente tem vindo a assumir responsabilidades sociais⁶¹. A acção social é hoje, maioritariamente, da competência de duas entidades – o Instituto de Habitação e o Instituto de Acção Social.

O **Instituto de Habitação (IH)**, criado em 1990⁶², está sujeito à tutela do Chefe do Executivo e tem por principais atribuições colaborar na definição da política de habitação da RAEM, participar na criação ou revisão dos instrumentos legais reguladores do sector, executar programas e medidas definidos para a habitação social (pressupõe arrendamento) e económica (pressupõe compra), prever as necessidades e providenciar fogos para habitação social e económica, monitorizar e gerir o parque habitacional e coordenar e apoiar as entidades responsáveis pela administração dos edifícios. A sua acção passa por três áreas distintas a que correspondem três departamentos – Dep. de Assuntos de Habitação Pública, Dep. de Assuntos de Gestão de Edifícios e Dep. de Estudo, Informática e Apoio. Neste momento o IH debate-se com alguns problemas no provimento atempado de habitação pública adequada às necessidades da população, apesar de, de acordo com as informações oficiais, estarem em construção 3000 casas de renda económica na Ilha Verde e 880 em Coloane.

De acordo com os dados publicados pela DSEC (Estatísticas da Construção, 2005), em 2005 existiam 30650 fracções autónomas destinadas à Habitação Pública em que 20% eram destinadas a habitação social e 80% a habitação económica. Do total de fracções disponíveis em 2005 (30650), só 1278 (4%) foram construídas entre 2002 e 2005, sendo que 73 correspondiam a fogos sociais e 1205 a fogos de renda económica.

Ao contrário do que estes valores parecem indicar, o facto de menos unidades de habitação pública estarem a ser disponibilizadas não resulta da melhoria económica da população, que assim teria passado a poder adquirir ou arrendar casa no mercado imobiliário, mas de alguma incapacidade do Governo em providenciar habitação social e económica adequada às solicitações e necessidades da população. Com efeito, e como referimos atrás, a melhoria da situação económica da RAEM tem feito disparar os preços dos bens essenciais (situação que se vai reflectindo na subida da taxa de inflação), inclusivamente da habitação, criando novas situações de

⁶¹ Das organizações privadas que primeiramente prestaram assistência social destacam-se a Santa Casa da Misericórdia, fundada em 1569, a Associação de Beneficência Tong Sin Tong, oficialmente fundada em 1983, a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu (ainda hoje a mais importante organização chinesa de solidariedade - 1871) e a Cruz Vermelha (1912). A providência estatal foi introduzida a partir da década de 30 do século XX, mas apenas para responder a situações de emergência ou catástrofe (tufões, incêndios, inundações) e para responder a situações de carência extrema. Entre 1960 e 1980, surgem novas formas de providência estatal (subsídios de educação, apoio à velhice, habitação social, cantinas), mas com níveis de apoio baixos. A partir de 1980, e com a criação do Instituto de Acção Social, deu-se uma melhoria qualitativa no apoio prestado pelo Estado, que se tornou mais profissionalizado, mais voltado para o desenvolvimento comunitário e mais articulado (Santos et al., 1998, pp.311-312).

⁶² Até 1990, a habitação social por arrendamento e a habitação económica eram da competência de dois organismos distintos – a primeira era do foro do Instituto de Acção Social, e a segunda era da competência dos Serviços de Programação e Coordenação de Empreendimentos.

carência que abrangem, não só a população com rendimentos mais baixos (abaixo do limiar de rendimento definido pelo Governo), mas também as classes médias que se vêem impedidas de aceder ao mercado livre. O deputado Au Kam San, que é também representante da Associação Novo Macau Democrático, refere que “as políticas do Governo não têm ido no sentido de criar mais habitação social ou casas de renda económica [...], o que é perceptível pelo aumento da procura de casa e pelos valores disparatados do imobiliário que neste momento se verificam em Macau”⁶³, alertando assim para a necessidade de que “o Governo disponibilize mais terrenos para a construção de habitação social e de renda económica de maneira a dar resposta às reais necessidades [...] e ao alto nível de procura de habitação que se regista neste momento” («Hoje Macau», 12 de Março de 2007). De acordo com dados do Instituto de Habitação, existiam, em Março de 2007, cerca de 13400 candidaturas a habitação pública a aguardar vaga⁶⁴.

O **Instituto de Acção Social (IAS)** tem como objectivo prestar serviços de acção social qualificados, apoiar os indivíduos, as famílias e as comunidades na resolução e prevenção dos seus problemas, supervisionar e prestar apoio a instituições particulares de solidariedade social e associações de mútuo auxílio com vista à promoção e à melhoria qualitativa dos serviços sociais, garantir o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da área de serviço social através da promoção de acções de formação, e promover a investigação na área social, colaborando na definição e execução duma política de âmbito social. A acção do Instituto de Acção Social desenvolve-se em cinco áreas de intervenção: (i) Serviço de Apoio a Indivíduos e Famílias (apoio financeiro, serviço de aconselhamento, apoio em caso de sinistro, serviço de refeições, subsídio para idosos, etc.); (ii) Serviço de Apoio a Crianças e Jovens (adopção, apoio aos tribunais, etc.); (iii) Serviço de Reabilitação (presta apoio a “pessoas com deficiência motora, visual, auditiva, mental, da linguagem ou outras deficiências do foro psíquico”); (iv) Serviço de Apoio a Idosos (centro de convívio, cuidados domiciliários, lares de idosos, concessão de subsídios, etc.); e (v) Serviços de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (serviço de educação e prevenção, actividades de educação preventiva, centros de reabilitação, etc.). Além de uma acção directa sobre estes sectores, o IAS é ainda responsável pelo licenciamento e financiamento de equipamentos colectivos, bem como pelo possível financiamento de actividades por eles desenvolvidas.

⁶³ Os dados relativos ao preço do metro quadrado de área útil das fracções autónomas residenciais transaccionadas apontam para um aumento de 60% no valor praticado que, assim, passou de 6261 MOP, em 2002, para 10024 MOP, em 2005 (1Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 euros, 23-03-2007).

⁶⁴ A situação da habitação pública tem contornos complicados – algumas famílias apesar de estarem dentro dos requisitos para atribuição de habitação social ou de renda económica sofrem com a incapacidade do Estado em disponibilizar fogos em número suficiente; outras famílias têm rendimentos acima do limite máximo previsto, mas não têm capacidade para comprar ou arrendar habitação no mercado livre; outras famílias ainda, apesar de muito carenciadas, não são elegíveis porque não residem em Macau há tempo suficiente. À parte disto, subsistem ainda situações de sobreocupação (partilha de apartamentos, já de si exíguos – não raras vezes não têm mais de 40 m² -, por duas ou três famílias, através do arrendamento de quartos ou espaços) – dos 131321 fogos contabilizados nos Censos de 2001, 1456 eram habitados por duas famílias e 744 por três ou mais agregados familiares; e de unidades familiares desadequadas – em 2001, dos 131321 fogos, 599 eram improvisados, 916 eram em edifício não destinado à habitação e 370 eram móveis.

Em 1986, foram criados serviços descentralizados do Estado com vista à aproximação da assistência social à população, materializados em quatro Núcleos de Atendimento e Coordenação Local. Entretanto foram implementados mais dois e designam-se, actualmente, como Centros de Acção Social.

Além da intervenção dos Centros de Acção Social (a que voltaremos adiante), o IAS adoptou uma política de maior articulação entre o público e o privado, apostando na cooperação com instituições privadas, designadamente com organizações particulares de solidariedade social. De acordo com Boaventura Sousa Santos (et al., 1998, pp. 315-316), a cooperação significa, em primeira análise, uma economia orçamental, no sentido em que a providência comunitária permite a utilização de trabalho voluntário, cumprindo o fim último de colmatar as lacunas da providência estatal; em segundo lugar, o carácter multi-cultural e multi-étnico torna complicada a penetração da Administração nas diversas comunidades; finalmente, a cooperação com as estruturas comunitárias é vista como um mecanismo de legitimação política, tanto das instituições do Estado, como das próprias organizações comunitárias. A articulação do trabalho de providência social entre o Estado e as associações comunitárias será desenvolvida no Capítulo 4.

3.6 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO E DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DA RAEM

Os números são claros. Nos últimos anos a RAEM registou níveis de crescimento económico invejáveis – entre 1999 e 2005, o PIB da RAEM cresceu 96%, a taxa de desemprego diminuiu dois pontos percentuais, a mediana do rendimento aumentou. Mas pode falar-se em desenvolvimento? Parece plausível admitir que o nível de vida global da população chinesa melhorou com a passagem da Administração para a República Popular da China. Teoricamente, diminuiu a distância entre a população e a Administração, o acesso à informação é mais fácil, fala-se a mesma língua, os salários estão mais altos. Pode então falar-se em desenvolvimento? Para onde caminha a RAEM?

Vale a pena recordar que o **desenvolvimento** tem que ser definido, não apenas em termos quantitativos de crescimento económico, mas também em termos qualitativos e estruturais, considerando mudanças na qualidade do emprego, padrões de migração, níveis de qualificação, existência de mecanismos de resolução de conflitos sociais e de estruturas de participação, mudanças na qualidade ambiental, etc.. (adaptado de Stöhr, 1990, p.31). Como se distribui o rendimento em Macau? Como evoluíram as condições de trabalho e os níveis de qualificação? Que impacte tem o modelo de desenvolvimento no ambiente e na qualidade de vida das pessoas? Que papel cabe aos cidadãos de Macau na definição do seu futuro?

Em traços gerais, vimos que 56% da população recenseada em 2001 tinha nascido fora da RAEM e que destes 17% residia em Macau há menos de cinco anos. Simultaneamente, todos os anos entram milhares de pessoas no Território em busca de melhores condições de vida e de trabalho, engrossando os estratos de população activa. A semana de trabalho é muito longa (mais de 60 horas) para 16% da população activa empregada e 38% trabalha entre 45 e 49 horas semanais. Apesar do esforço, 50% dos trabalhadores recebia entre 194 e 584 euros e 8% não ganhava mais do que 194 euros mensais.

Contudo, e ainda que se tenha registado um aumento relativamente significativo da Mediana Global do Rendimento e uma diminuição do Índice de Preços ao Consumidor entre 1999 e 2005, o que é facto é a inflação tem vindo a escalar. Em 2005, situava-se nos 5%, tendo aumentado entretanto, situação que tem tido repercussões sérias quer para as classes mais desfavorecidas, quer para a classe média, antes remediada, de funcionários públicos, por exemplo, que se vêm agora incapazes de dar resposta ao aumento de preços no mercado imobiliário. Como vimos, multiplicam-se os pedidos de habitação económica, mas também as vezes que exigem uma política de habitação anti-especulativa.

Dos cerca de 10000 desempregados identificados em 2005, 85.5% procuravam novo emprego. Destes, 35.4% haviam completado apenas o ensino primário e 56% tinham mais de 40 anos de idade. Ainda que os empreendimentos turísticos e hoteleiros, bem como os casinos, tenham absorvido uma parcela muito importante da mão-de-obra industrial, é vital que “as políticas de criação de emprego se mantenham na mais alta prioridade das estratégias governativas” (Instituto do Oriente, 2004, p. 82).

Não existem mecanismos políticos democráticos, nem processos que facilitem a participação da população na tomada de decisão de medidas que a influenciam directamente. O Estado limita-se, na generalidade, a informar. Raramente são promovidos processos de auscultação da população e quando tal acontece, é difícil perceber que peso tem a opinião dos cidadãos na decisão tomada.

As relações de trabalho são reguladas por um diploma profundamente ultrapassado (situação que a proposta de revisão em análise não resolve) e penalizador dos trabalhadores. Sem um quadro mínimo de direitos e garantias, sem lei sindical, sem salário mínimo, as violações aos direitos dos trabalhadores são correntes, as condições de trabalho precárias e o recurso a imigrantes ilegais mal pagos cada vez mais comum⁶⁵.

Por outro lado, o regime de segurança social prima por pensões com prestações muito baixas que não garantem condições de sobrevivência digna aos seus beneficiários.

A formação dos trabalhadores parece ser uma das preocupações do Executivo uma vez que, ano após ano, surgem vertidas nas Linhas de Acção Governativa (LAG). O Chefe do Executivo aponta como prioridade desenvolver acções de formação para a população desempregada (p. ex. LAG 2001) e gerir com sensibilidade a entrada de mão-de-obra no Território (LAG 2001 e seguintes), identificando como debilidade o facto das mais-valias humanas da RAEM não corresponderem às necessidades de desenvolvimento da sociedade, isto é, a qualidade dos recursos domésticos não estar em condições de responder às exigências (LAG 2004, 2005 e 2006), o que “irá colocar Macau num estado de grande vulnerabilidade” (LAG2003). Mais, o sistema de ensino tem merecido a atenção do Executivo, que diz ser necessário “ajustar os métodos de ensino, incentivando a

⁶⁵ O Presidente da União de Trabalhadores de Macau, Ho Heng Kuok, alertava para estimativas da sua associação e de outras congéneres, segundo as quais o número de trabalhadores ilegais em Macau ronda as cinquenta a setenta mil pessoas. A situação destes trabalhadores é preocupante uma vez que “são explorados por patrões e redes de emigração ilegal, ganhando salários baixíssimos e alimentando uma profícua lista de ilegalidades, para além de constituírem um factor de concorrência desleal”. Os donos dos empreendimentos, por seu turno, fecham os olhos, porque estes trabalhadores são o garante de que conseguem inaugurar os projectos a tempo («Hoje Macau», 13-04-2007).

criatividade e pensamento inovador” (LAG 2002)”, “reequacionar os modelos de ensino, promovendo métodos que ajudem à formação de capacidade de raciocínio” (LAG 2003), “combater as razões do abandono escolar” (LAG 2004), contrariar o domínio insuficiente de línguas estrangeiras que é apontado como “o elo fraco da [...] estratégia de progresso social” (LAG 2005), etc..⁶⁶ Apesar de se verificarem tímidas melhorias ao nível da qualificação da população, a situação é preocupante também pela fraca qualidade do ensino, reconhecida pelo Executivo como vimos, e pelo abandono escolar, uma vez que muitos jovens não completam o ensino secundário geral, atraídos pelas remunerações pagas pelos casinos.

Boaventura Sousa Santos (Santos et al., 1998) afirma que, do ponto de vista económico, Macau é, basicamente, uma “**economia de casino**”⁶⁷, o que levanta sérias preocupações ao nível da solidez e funcionamento da estrutura económica (fortemente especializada⁶⁸ e, portanto, mais vulnerável ao possível surgimento de concorrência noutros países asiáticos), pelas dificuldades geradas com o desenvolvimento de projectos na já densa área de Macau, mas também no que se refere segurança e ao equilíbrio social (além do crime organizado, são cada vez mais frequentes os problemas de jogo compulsivo registados pelos três centros de apoio existentes - *Macau Industrial Evangelistic Fellowship, Centro de Apoio ao Jogador Compulsivo Yat On e Casa da Vontade Firme*).

No que diz respeito à actividade industrial, a RAEM mantém a sua estrutura de produção associada a sectores de produção desvalorizados ao nível da economia mundial (é o caso do têxtil e do vestuário), e não soube ainda melhorar a sua especialização produtiva (através de produções com grande incorporação tecnológica).

Simultaneamente, o padrão de desenvolvimento económico tem-se traduzido no aumento das desigualdades sociais e num crescimento especulativo e desordenado. O colossal aumento populacional (107%, entre 1981 e 2006) gerou uma pressão maior sobre os equipamentos e infraestruturas urbanas, deteriorando a qualidade de

⁶⁶ Os casinos têm tido alguma dificuldade em contratar mão-de-obra qualificada que responda às suas necessidades. Por exemplo, o Venetian Macau (a inaugurar na segunda metade de 2007) tem algumas ofertas de emprego por preencher há mais de um ano (*job list*, consultada em www.venetianmacau.com, em Junho de 2007).

⁶⁷ Com um carácter quase infinito do consumo de jogo, este tipo de economia tende a produzir lucros especulativos, assumindo, tendencialmente, um papel cada vez mais importante. Nesta perspectiva, o capital nela investido tende a ter um acesso privilegiado aos recursos políticos e administrativos do Estado, aumentando o seu poder político e social. Ora, em virtude da elevada rentabilidade do capital investido, é renhida a concorrência pelo licenciamento da exploração e/ou pelo seu controle, tornando vital a necessidade de vigilância da sua segurança quando obtidos. “Tanto a concorrência como a vigilância não são em geral possíveis sem o recurso a meios ilegais. Por isso, as economias de casino convivem sempre com o crime organizado”, que constitui, na prática, uma ordem jurídica paralela que actua à margem do direito oficial e quase sempre impunemente, pelas infiltrações que mantém no aparelho do Estado. Finalmente, a economia de casino é caracterizada por uma grande circulação turística (com períodos de estadia curtos) – no caso de Macau, são habituais as “migrações pendulares” de fim-de-semana dos chineses de Hong Kong, que em Macau usam um sistema de cama quente que permite descansar o mínimo para jogar durante mais tempo (Santos et al., 1998, p. 153). Em 2006, a RAEM recebeu 22 milhões de visitantes. Uma nota final para destacar que os dados do Ministério Público divulgados a 14 de Agosto de 2007, apontam para um aumento dos crimes penais, da criminalidade juvenil, da económica e dos crimes ligados a seitas.

⁶⁸ Vale a pena lembrar que a contribuição do sector do Jogo para o PIB era de 34.6%, em 2005, correspondendo o sector a 76.1% das receitas do Estado. Nas LAG de 2002, o Governo afirmava que a nova estrutura económica “será encabeçada pelos sectores do jogo e turismo, assentes no sector dos serviços”, assumindo que seriam áreas a desenvolver, “apostando continuamente na elevação da competitividade do sector do jogo” (LAG 2003 e 2006).

vida. Apesar de não existir um plano formal e uma estratégia estruturada tendentes à melhoria da qualidade de vida, nas LAG de 2002, o Chefe do Executivo comprometia-se a combater a poluição atmosférica e sonora e a promover a limpeza da cidade. Nas LAG de 2004 era dada a garantia de que o Executivo iria “intensificar os trabalhos de planeamento urbano [...], aperfeiçoar as infraestruturas e instalações complementares nos novos bairros e incluir na sua agenda o plano de reconstrução dos bairros antigos”.

A construção em altura e a reclamação de terras, com níveis de ocupação altos, têm levado a que a imagem da cidade se altere e a que alguns espaços nobres fiquem “afogados” entre as novas construções, cujas volumetrias e cêrceas são muito distintas. A forma rápida e pouco articulada como os novos projectos têm sido implementados, tem contribuído para o enfraquecimento de noções como *património*, *comunidade* e *localidade*, ou para a diminuição dos sentimentos de *pertença* e *autenticidade*. “A preservação do equilíbrio entre as necessidades de crescimento e desenvolvimento e o impacte gerado no tecido social e no meio ambiente, é vital na projecção de uma imagem de um meio cosmopolita de qualidade [...]” (Instituto do Oriente, 2004, p. 16).

Tendo estas problemáticas em atenção, que cenários de desenvolvimento é possível desenhar para a RAEM?

Mário Murteira (Macau Foundation, 2000, p. 131) estabelece três cenários possíveis para o futuro de Macau: (1) Montecarlo (ou *Las Vegas*); (2) Ponte económica (com a União Europeia); ou (3) Pólo cultural. O autor assume que a conjuntura será um misto destes três cenários, ainda que o primeiro seja o dominante, o que significa, entre outras coisas, que a *dimensão escondida* da economia de Macau continuará a ser a base fundamental da estrutura económica. O autor prevê que a integração económica de Macau se faça, quer no sentido de Hong Kong, quer na direcção de Zhuhai (ainda que admita que a intenção de conciliar as estratégias seguidas por Macau e Zhuhai não passa disso mesmo, uma intenção, uma vez que estes territórios sempre tiveram interesses distintos e trajectórias independentes). O cenário *pólo cultural* assume que, em campos diversos como a investigação e desenvolvimento, as instituições de ensino superior e as actividades culturais, Macau tem um valor específico que pode e deve ser preservado e promovido.

O Professor Lei Qiang (Macau Foundation, 2000, pp. 247-253), numa antevisão da relação futura entre Macau e Hong Kong, aponta a unificação do sistema económico como o caminho a seguir, destacando que, atendendo à diferença de escala existente entre as duas economias, só o simples facto de se alocarem a Macau parte das actividades de Hong Kong, seria suficiente para sustentar a prosperidade de Macau. Projectos como a ponte Zhuhai-Macau-Hong Kong irão permitir o acelerar do processo de integração económica entre Hong Kong e Macau (migração de empresas, população e mão-de-obra qualificada).

Cui Guanjie (1994) defende que a estratégia de Macau devia passar pela diversificação da estrutura económica e, muito concretamente, pelo desenvolvimento de indústrias *high-tech*, apoiado pela China. Na opinião do autor, a luta pela supremacia no século XXI processar-se-á ao nível da alta tecnologia. Macau deve aproveitar o impulso de outros países ou regiões asiáticas, designadamente de Hong Kong, bem como beneficiar da sua posição privilegiada enquanto elo de ligação da Ásia Oriental e, mais concretamente, da China, com a União Europeia (a RAEM constitui uma das “janelas” da China para o mundo, caracterizada por liberdade individual,

pluralismo e diversidade cultural, grande mobilidade social e uma sociedade civil interventiva, tudo acepções do “segundo sistema”). Para Cui Guanjie é urgente que Macau procure colmatar algumas carências e anular debilidades que o tornam extremamente vulnerável, nomeadamente: a existência de um baixo número de universidades e colégios de investigação científica; a fraca adequação dos cursos e curriculum leccionados às suas necessidades de mão-de-obra e de desenvolvimento industrial; a falta de mão-de-obra qualificada; a falta de competências da população trabalhadora; e a fraca dimensão e o baixo nível técnico das empresas industriais, geridas segundo moldes ultrapassados. Todas estas debilidades e a forte especialização da economia da RAEM, dependente não da sua própria capacidade de produção e inovação, mas do desempenho de outras economias asiáticas, condicionam a **resiliência** da estrutura económica aos desafios que lhe são colocados pelos sistema económico global, colocando-a numa posição de alguma fragilidade.

O desenvolvimento económico e social é um processo complexo e dinâmico, em que os factores que o apoiam e motivam estão em constante transformação. Quando esta transformação é contraditória e desconexa surgem novos problemas sociais e novas carências, que penalizam principalmente os grupos sociais mais carenciados e fazem prever o surgimento de novos tipos de procura sócio-jurídica. Para os satisfazer será necessário criar novas instituições vocacionadas para uma actuação inovadora ou transformar as instituições tradicionais (Santos et al., 1998, p. 216). Ainda que tenha sido registado um decréscimo da participação da população nas actividades associativas, a importância da acção destas instituições junto da população é reconhecida pelo Governo que tem incentivado e apoiado “as actividades desenvolvidas pelas associações comunitárias de natureza voluntária” (LAG 2001 e 2006).

Aquilo que vamos procurar perceber no capítulo que se segue é em que medida se alterou o panorama associativo de Macau? Que novas áreas de procura sócio-jurídica existem actualmente e que estruturas foram criadas para lhe dar resposta? Que implicações tiveram o crescimento económico e o modelo de administração na forma como se organiza a população e na forma como trabalham as suas estruturas de base?

4. ACTORES LOCAIS E ESTRATÉGIAS

Este capítulo é, como referimos no Plano de Trabalho (Introdução), dedicado ao Associativismo em Macau.

Vimos que o associativismo em Macau é um produto da sociedade chinesa (Santos et al., 1998). Como tal, a nossa análise tem que começar por aqui – temos que procurar perceber, em traços gerais, sem pretender elaborar um estudo aprofundado sobre o assunto, de que forma a organização e o funcionamento da sociedade influenciam o aparecimento deste tipo de organizações. Esta abordagem inicial irá, por certo, ajudar-nos a perceber melhor a quantidade e (aparente) riqueza das associações em Macau e a forma como actuam.

Seguidamente, procuraremos contextualizar historicamente o associativismo em Macau e compreender como tem sido a sua evolução nos últimos anos, para, então, fazermos a sua caracterização – quantificação, periodização, perfil funcional, influência social e orientação política. Nesta caracterização iremos recorrer em larga medida ao estudo efectuado por Boaventura Sousa Santos e Conceição Gomes (Capítulos 15 e 16 de “Macau, o Pequeníssimo Dragão”). Ainda que tenha sido publicado em 1998, o trabalho de campo decorreu em 1991, com actualizações até 1996, tendo sido apoiado por um “informador privilegiado, chinês” (Santos et al., 1998, p.411). Se no caso da quantificação das associações, da sua periodização e da análise do seu perfil funcional conseguimos obter informações com vista à actualização dos resultados do estudo, já no que se refere à influência social sabemos apenas o que nos disseram alguns entrevistados. No tocante à orientação política, e tendo em conta a sensibilidade desta questão, não pudemos obter qualquer tipo de informação, socorrendo-nos dos resultados de Santos e Gomes.

Com base em entrevistas serão descritas algumas associações, constituindo-se nos casos de estudo deste trabalho, escolhidos tendo em consideração a sua área funcional, o seu papel na sociedade, o seu funcionamento e a adaptação ao novo enquadramento político e administrativo. Nem sempre foi possível obter informações concretas sobre as formas de adaptação encontradas após a transferência da Administração ou o funcionamento das estruturas internas das organizações, como, aliás, teremos oportunidade de referir adiante.

Por outro lado, não conseguimos chegar a todas as associações que pretendíamos contactar – no caso das *kaifong*, solicitámos ajuda a três pessoas diferentes (Dr.^a Rita Santos, Dr. Salles Marques e Prof.^a Leong Sao Leng), mas nenhuma delas conseguiu marcar uma entrevista (já não temos em nossa vantagem o facto da Administração ser portuguesa e de haver interesse em manter com ela boas relações, como aconteceu com Santos e Gomes); no caso das associações cívicas, a barreira da língua impôs-se nos primeiros contactos e não foi possível vencê-la; e no caso da Casa de Portugal, apesar das inúmeras tentativas de contacto, não conseguimos sequer chegar à fala com um dos dirigentes.

A relação das associações com Estado será também objecto de análise neste capítulo, designadamente no que se refere a duas dimensões em especial: à intervenção dos Centros de Acção Social no apoio às associações e ao financiamento estatal a estas organizações. Ainda que existam outras áreas de ligação entre o Estado e as associações, estas parecem-nos ser as mais relevantes tendo em conta a temática deste trabalho.

Por último, e para que se possa aferir com algum rigor a importância do associativismo em Macau, bem como algumas das suas características, iremos apresentar os resultados do inquérito à população que realizámos.

4.1 TRAÇOS DA SOCIEDADE CHINESA. ORIGEM E DINÂMICA DAS ASSOCIAÇÕES

A China é um país imenso e de uma diversidade impressionante, patente não só nas paisagens, mas principalmente na existência de 56 grupos étnicos e de 200 dialectos ainda em utilização.

Apesar desta diversidade, existe um nível de unidade admirável que se deve à predominância de um grupo étnico – os *Han* – que constitui 90% da população, ao facto dos 200 dialectos terem apenas uma única forma escrita e, principalmente, devido a uma longa tradição confucionista que tem governado a nação chinesa quase continuamente ao longo da História (Chen, 2001, p.3). Uma vez que a filosofia confucionista se ocupava do funcionamento da sociedade, que pretendia organizada e hierarquizada, facilmente assimilava as culturas dos povos invasores, razão pela qual existe há mais de 2500 anos. O confucionismo regula todas as relações sociais, desde as familiares às sociais (Chen, 2001, pp.3-4).

Os aspectos essenciais do confucionismo no formar da psicologia social chinesa são: (i) o homem existe através das suas relações com os outros e é definido por elas; (ii) estas relações são estruturadas hierarquicamente; (iii) a ordem social é alcançada quando cada parte interessada cumpre os requisitos do papel que desempenha (Bond, 1989, p.216).

Na cultura tradicional chinesa, a família constitui a base e unidade de todas as organizações, desde clubes sociais a instituições educativas, passando por partidos políticos. Mesmo actualmente, a família empresarial é a extensão da tradição histórica e cultural que sempre promoveu o núcleo familiar como a unidade social fundamental ao nível organizacional e de trabalho. Uma vez que a China era um Estado agrário, a unidade familiar, através da sua capacidade para gerir e partilhar recursos limitados, constituía uma medida de protecção contra as adversidades de uma vida de subsistência (Chen, 2001, p.21).

Ao contrário das sociedades ocidentais, o Estado confucionista é composto não por “indivíduos” por si, mas pelas interdependências e relações que estes estabelecem entre si. O pensamento confuciano atribui um papel social a todas as pessoas e assume o indivíduo como um elo numa rede social, estabilizado e cimentado num princípio de *compaixão filial* (Chen, 2001, p.21).

Na China antiga, todos os filhos tinham direitos iguais à herança (ao contrário do que se passava, por exemplo, no Japão), uma prática que estendia as obrigações económicas a toda a família. Quando estas interdependências sociais e económicas se começaram a estender a parentes mais distantes, o resultado foi o desenvolvimento do clã chinês como organização social. É por esta razão que nalgumas aldeias na China Continental os habitantes partilham todos o mesmo apelido. O forte elo de ligação entre famílias alargadas continua a ter implicações profundas na sociedade chinesa actual (Chen, 2001, p.21).

De acordo com Blackman (tradução própria, 1997, p.4) a sociedade chinesa é baseada em desigualdades e numa competição feroz entre os diferentes grupos. Com efeito, a organização social quer na China, quer na

diáspora é caracterizada pela pertença a grupos exclusivos. O uso de dialectos é fundamental a esta pertença, uma vez que identifica naturais da mesma cidade ou aldeia. À parte dos grupos de dialecto, há muitos outros “clubes” exclusivos como *lao tongxue* (associações de alunos) ou grupos de beneficência (p.10). Os grupos formados a partir da cidade natal ou do dialecto falado constituem a base das redes comerciais, por exemplo.

No mundo chinês, são as relações entre os indivíduos, e não a Lei, que promovem a segurança das pessoas (Blackman, 1997, p.10). Ao invés de esperar que as regras e a Lei sejam aplicadas de forma igual para todos, na China deve esperar-se que o poder individual se sobreponha às regras e aos regulamentos. A tradição na negociação, por exemplo, é entendida como a única forma de conseguir vantagens para si próprio e para o seu grupo (Blackman, 1997, p.4).

As relações familiares são também extremamente importantes. Hofstede (citado por Blackman, 1997, p.10) identifica como princípios orientadores da organização social o individualismo e o colectivismo que assumem pesos diferenciados nas sociedades mundiais. Os chineses são colectivistas. Acreditam, portanto, que as decisões tomadas em grupo têm mais valor do que aquelas que são de responsabilidade de um só indivíduo, seguindo as atitudes, crenças e normas do seu próprio grupo (Blackman, 1997, p.11). Estes grupos são obviamente fechados e pouco permeáveis a estranhos.

Os chineses têm um ditado “cada pessoa varre a neve no seu próprio caminho mas ignora o gelo que está no telhado do vizinho” o que evidencia a forte identificação com o grupo e a frieza das relações com grupos ou indivíduos estranhos (tradução própria de Blackman, 1997, pp.13-14). A lealdade do grupo é considerada extremamente importante como se pode verificar pelas afirmações de Confúcio “Considera a lealdade e a fidelidade como fundamentais. Não tenhas amigos que não sejam tão bons como tu próprio” (tradução própria de Analects 1:8).

Nas sociedades ocidentais as pessoas são ensinadas a dizer o que pensam, a dar a sua opinião, a expressar as suas ideias com franqueza, o que resulta numa forte tradição de debate. Os indivíduos são encorajados a falar com verdade, independentemente do que os outros pensam (Blackman, 1997, pp.17-19). Já os chineses são ensinados a ser cautelosos ao expressar das suas opiniões pessoais, principalmente se são críticas em relação aos outros ou ao que os outros pensam. As crianças são ensinadas a não contrariar os pais. Esta questão é particularmente importante em público, já que os chineses são especialmente sensíveis ao que deles é dito publicamente. Um forte respeito pela hierarquia fortalece a reputação de um indivíduo na China, isto é, o respeito que os outros lhe têm – *a face*. Na China as pessoas devem dirigir-se de forma adequada aos outros em função do seu nível, mostrando respeito aos cidadãos mais velhos e àqueles que se encontram em posição de chefia.

O entendimento ocidental relativamente à amizade é completamente antagónico em relação ao chinês: para um ocidental a amizade é entendida como um sentimento; para um chinês está relacionada com os “favores” que permite. A amizade envolve dar e receber, um favor por um favor, atribuindo sempre maior importância aos factores pessoais do que aos objectivos e institucionais. Quem não age assim, perde a face (Blackman, 1997, p.16).

Guanxi significa literalmente “uma relação” entre objectos, forças ou pessoas. Quando a expressão é usada para descrever uma relação entre pessoas pode ser aplicada à relação entre a mulher e o marido, a uma relação de afecto, a uma relação de amizade ou a relações sociais. Relações que implicitamente são baseadas em interesses e benefícios mútuos. Uma vez estabelecido *guanxi* entre duas pessoas, elas passam a poder pedir favores uma à outra, sabendo de antemão que o favor poderá ser pago no futuro.

Guanxi refere-se, assim, a conexões que são definidas por reciprocidade e obrigação mútua. De uma forma ideal, estas conexões também devem ser apoiadas em sentimentos de boa vontade e afeição pessoal, o que nem sempre acontece. *Guanxi* depende largamente de laços familiares e de experiências partilhadas (Chen, 2001, p.46).

“*Guanxixue* [o estudo das interligações ou a arte de *guanxi*] is doing favors for people. Everyone uses their *guanxi* network. You ask a friend for a favour, if he can't do it, he asks someone else. In this way the lower strata can connect up with the higher levels” (Mei-Hui Yang, 1994, p.4). No fundo trata-se de uma cadeia de favores. Uns prestam favores aos outros sabendo que estes lhes ficam a dever e que, um dia, se necessário, lhes irão pagar.

Guanxixue envolve a troca de presentes, favores e banquetes; envolve o cultivo de relações pessoais e redes de dependência mútua; envolve a criação de relações de obrigação e dívida. Estas práticas são construídas a partir da primazia e do poder de ligação das relações pessoais e da sua importância na satisfação das necessidades e desejos do dia-a-dia. Esta concepção é partilhada por todos os chineses, na República Popular da China, em Taiwan e em países estrangeiros (Mei-Hui Yang, 1994, p.6).

De acordo com Hwang (citado por Bond, 1989, p.223) as relações interpessoais na sociedade chinesa podem ser classificadas em três categorias principais: *laços expressivos*, que se referem aos laços mais importantes, os familiares; *laços instrumentais*, são laços temporários e relações anónimas estabelecidas com outras pessoas apenas como forma de atingir objectivos pessoais; *laços mistos*, referem-se a relações mais pessoais em que estão envolvidos jogos de poder (*guanxi*).

Ming-Jer Chen (2001, pp.47-49) aponta três tipos de *guanxi*: (1) *jiaren* – diz respeito às relações mais próximas o que, no contexto social chinês, se refere às relações no interior da família alargada (inclui pessoas com ou sem “ligações de sangue”, desde que sejam entendidas como família. (2) *shuren* – envolve as pessoas que não fazem parte da família alargada, mas com as quais existe uma relação muito próxima. No contexto chinês pode ser alguém da mesma aldeia, pode ser um antigo colega de escola, um parceiro de associação, um amigo de amigos, etc.. (3) *shengren* – corresponde aos estranhos. Na perspectiva chinesa, uma vez que pouco se sabe relativamente a pessoas que se acabaram de conhecer, não é possível aferir se são pessoas dignas de confiança, razão pela qual são habitualmente olhadas com uma certa suspeição.

A figura esquematiza o funcionamento das redes de *guanxi*. Os círculos concêntricos representam hierarquicamente a família imediata, a família alargada e amigos próximos e as relações exteriores à família. Os

círculos ténues representados ao redor dos primeiros representam as conexões que permitem a terceiros o acesso aos níveis mais íntimos de *guanxi*.

Assim, mesmo sendo um *shengren* relativamente a uma determinada rede de *guanxi*, é possível conseguir uma ligação que permita o acesso a um círculo interior através de uma destas redes de interpenetração. É até possível ser um *shengren* numa rede, um *shuren* noutra e um *jjaren* numa terceira. Qualquer pessoa ocupa na sociedade chinesa um determinado nível de *guanxi*, dependendo da forma como se relaciona com uma determinada rede, podendo, no entanto, relacionar-se com outras redes ou níveis.

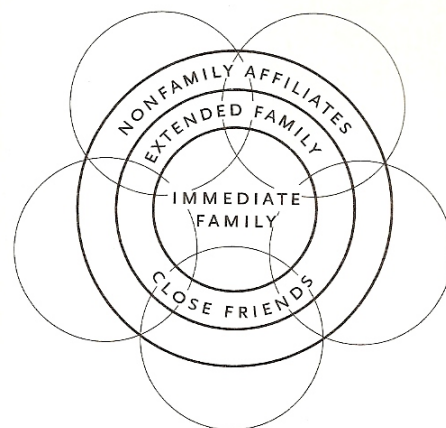
Renqing é um conceito essencial à compreensão de *guanxi* uma vez que é utilizado para expressar as “dívidas ou favores por saldar”. Pode ser traduzido literalmente como “empatia humana” ou “relação humana” mas é actualmente usado para designar “favor” ou “oferecer presentes”. Assim sendo, as obrigações relacionadas com *renqing* envolvem redes de relações através de ofertas recíprocas de presentes ou favores, levando a dívidas mútuas que percorrem infinitamente as redes e constituem a base do *guanxi* (Chen, 2001, p.49).

As obrigações de *renqing* têm sempre que ser satisfeitas, mas não há propriamente uma margem temporal para retribuir o favor, e a dívida pode manter-se por um largo período de anos, ou até passar de geração em geração. É precisamente o facto de não existir um prazo definido que obrigue ao pagamento destes favores que torna as obrigações de *renqing* tão importantes no manter de relações, tão duradouras e tão *ubíquas*. Os chineses confiam na sua boa memória e retribuem favores à família dos seus benfeitores anos, até gerações, mais tarde, particularmente quando os favores foram prestados em momentos de adversidade. Finalmente, a troca de favores não tem que ser equitativa o que leva a que as interacções e as relações de obrigação se mantenham durante anos ou ao longo de diversas gerações (Chen, 2001, p.49).

Vista de fora, a sociedade chinesa é um mundo onde as relações pessoais determinam a forma como as coisas se desenrolam, onde cada indivíduo tem a sua própria rede de conhecimentos e ligações e onde a rede de cada pessoa está envolvida por milhares de outras redes de relações com intensidades variáveis que se intersectam (Chen, 2001, p.50). Ao contrário do que se passa no Ocidente em que a identidade pessoal é baseada na noção de individualidade, na sociedade chinesa são as relações familiares e, por conseguinte, as relações sociais, estruturadas numa hierarquia de papéis, que definem os indivíduos. Veja-se, por exemplo, que tradicionalmente é o nome de família que aparece primeiro (Chen, 2001, p.68).

São precisamente estes princípios que norteiam o aparecimento e o funcionamento dos organismos associativos em Macau, e é deles também que resulta a sua importância. Com excepção de algumas associações mais recentes, ou de centros de apoio que resultam de um processo de desconcentração do

Figura 9: Redes de interligação - Guanxi



Fonte: Chen, 2001, pp.48-49.

Estado, a maior parte das associações em Macau são resultado de uma longa tradição confucionista que privilegia o grupo e as relações de interdependência entre as pessoas. Como se verá, algumas destas organizações são fechadas e pouco permeáveis, funcionando segundo lógicas internas próprias, num forte respeito pela hierarquia e pelas decisões tomadas pelo grupo.

Em entrevista ao Sr. Liu Moe Jiap (21-06-2007, Anexo IX – Entrevistas) foi possível perceber que, na sua grande maioria, as associações em Macau foram fundadas por grupos de pessoas com alguma coisa em comum e para servir um grupo restrito de indivíduos. Existem inúmeras associações apoiadas no dialecto falado ou na proveniência das pessoas. Outra situação relativamente comum corresponde à criação de associações *chapéu* - por exemplo uma grande *Associação Geral das Pessoas Naturais de determinada província* que agrega as associações individuais das cidades dessa província. Uma pessoa pode pertencer a diversas associações ao mesmo tempo em função dos seus interesses particulares. Assim se constroem interligações e pontes entre as diversas associações – a base do *guanxixue*. Frisando esta interdependência entre associações que permite a criação e manutenção de redes de *guanxi*, o Dr. Rui Rocha (Administrador-delegado da Fundação Oriente em Macau, entrevistado a 18-06-2007, Anexo IX – Entrevistas) destacava que “a comunidade chinesa funciona em círculos concêntricos onde os indivíduos e grupos se movimentam exercendo a sua influência. As associações são a formalização deste sistema. Estes círculos tocam-se e relacionam-se entre si, na medida em que uma pessoa pertencente a uma associação (*Associação das Pessoas com apelido Leong*) pode pertencer a outra(s) (*Associação dos indivíduos que fazem ginástica no jardim X*, ou *Associação dos funcionários públicos*, etc.)”.

Nos capítulos seguintes faremos uma análise do associativismo em Macau, abordando os principais acontecimentos históricos que influenciaram a sua evolução, estudando as suas principais características, examinando também o financiamento. Analisaremos com maior detalhe algumas associações, em função do âmbito da sua actividade, particularmente no que se refere ao seu funcionamento e evolução recente. Por último, apresentaremos os resultados do inquérito à população que, esperamos, permita compreender um pouco melhor este aspecto tão importante da cultura cívica e social de Macau.

4.2 O ASSOCIATIVISMO EM MACAU

4.2.1 Contextualização Histórica e Evolução Recente

“O associativismo em Macau é, acima de tudo, um produto da sociedade chinesa e o seu desenvolvimento esteve sempre condicionado pelo modo como, em diferentes períodos, a sociedade chinesa se sentiu atingida por acontecimentos políticos” (Santos et al., 1998, p. 419).

De acordo com o Dr. António Ng Kuok Cheong (entrevista integrada no Anexo IX – Entrevistas, e que apoiou, em parte, a contextualização histórica que se segue) é principalmente a partir da década de 40 do século XX, em resultado do forte surto de imigração a que já se fez referência, que surgem as primeiras associações em Macau, fundadas com base em grupos familiares ou em afinidades geográficas, uma vez que é precisamente

nestes contextos que as pessoas procuram apoio primário e porque o estabelecimento de grupos facilita a criação de redes sociais e comerciais.

As associações tinham dois tipos de influência – *Kuomintang* ou Partido Comunista Chinês, organizações que, na altura, apoiavam a sua instituição. O apoio prestado pelas organizações associativas ia desde ajuda social, à regularização de documentos, ou à defesa de interesses junto da Administração Portuguesa, etc..

Em 1967, as associações com ligação ao *Kuomintang* desapareceram em resultado das perseguições encetadas aos seus líderes que acabariam capturados ou refugiados em Hong Kong ou Taiwan. Nesta altura, as associações passam a apoiar a nova China e diversificam a sua acção – surgem associações para apoio específico à juventude, associações para defesa dos interesses profissionais e comerciais e, mais tarde, as *kaifong*.

Até 1979, as organizações eram manifestamente contra a Administração Portuguesa, mas a partir desse ano a República Popular da China inicia uma reforma económica liderada por Deng Xiaoping, baseada numa nova política de “porta aberta”. O impulso de ligação económica ao mundo dita mudanças também em Macau, onde passa a haver uma atitude de cooperação com a Administração Portuguesa. A situação de atrito entre as associações locais e a administração é pacificada e as associações passam a usufruir de apoio financeiro, situação que se mantém até hoje.

Grosso modo, pode dizer-se que entre os anos 40 e a década de 80 do século XX os imigrantes se fixavam em Macau principalmente por razões políticas. Traziam toda a família e tinham laços comunitários mais fortes. Associavam-se em organizações laborais, de mulheres, de conterrâneos ou nas *kaifong* (Associações de Moradores). De raiz tradicional, estas organizações conseguiam mobilizar mais a população em torno das suas actividades e das necessidades do seu grupo de associados.

A década de 80 é marcada por uma nova fase económica em Macau: assiste-se ao desenvolvimento da indústria na zona Norte da península e ao crescimento do sector do jogo na zona Sul. O sector do jogo desenvolve-se muito com a afluência significativa de turistas de Hong Kong, possibilitada pelas melhores condições económicas desta população, que lhes permitiam visitas regulares aos casinos de Macau. Com efeito, neste período Macau entra, ainda que com menor importância relativamente aos restantes, numa frente económica liderada por Hong Kong, Singapura e Taiwan. Macau lucra especificamente com o facto de não ser abrangido pelas quotas de exportação de têxteis impostas a outros países e com o desenvolvimento económico de Hong Kong (António Ng Kuok Cheong, Anexo IX – Entrevistas).

As alterações políticas ocorridas no final da década de 80 conduziram a modificações sérias no sistema económico mundial, implicando um recuo das economias de Hong Kong, Singapura e Taiwan e levando a uma necessidade de ajustamento das suas estratégias económicas. Hong Kong acabaria por se assumir como grande praça financeira. Já Macau manter-se-ia numa situação de estagnação e expectativa, ainda sob administração portuguesa, mas já a aguardar a devolução à RPC.

A fase de transição iniciada com a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa (1987) levou à multiplicação de organizações e associações cívicas, com um crescente desenvolvimento da dinâmica interna, de carácter corporativo, mutualista e cultural (Instituto do Oriente, 2004, p.12).

Algumas das associações de cariz político, como é o caso da *Associação Novo Macau Democrático* que teremos oportunidade de analisar, são criadas nesta altura, com o Território ainda sob administração portuguesa, para concorrer nas eleições indirectas à Assembleia Legislativa (esta questão será desenvolvida adiante).

A partir de 1999, a República Popular da China procura promover condições que permitam impulsionar novamente a economia de Macau, tirando daí proveito. Os sectores do jogo e do turismo tornam-se as pedras basilares da estrutura económica da RAEM e a indústria da manufactura perde terreno gradualmente, até se tornar quase residual com o fim das quotas de exportação de têxteis impostas à China. De 7500 visitantes em 1999, Macau passa a receber 22 milhões de turistas em 2006.

Na nova cidade pós-industrializada, os imigrantes da manufactura, agora com 45-55 anos, não encontram lugar, engrossando as listas de desempregados. Tal como os novos imigrantes, que chegam a Macau por razões meramente económicas, estes cidadãos têm com as associações uma relação bem mais funcional e prática – procuram apoio na resolução de problemas laborais e de diferendos com as suas entidades patronais e na defesa dos seus direitos. Procurando responder a estes novos tipos de procura, as novas associações têm uma atitude diferente – são mais reivindicativas. Em consequência, há uma clivagem muito significativa entre as associações tradicionais e as organizações mais recentes. Com efeito, as associações tradicionais condenam a acção política das novas organizações⁶⁹. Sem estruturas democráticas de base que permitam aos cidadãos da RAEM exercer de forma plena a sua cidadania e individualmente fazer valer as suas opiniões e direitos, estas organizações parecem, contudo, ter um papel fundamental no caminho para o *empowerment* da população, deixada à margem pelo modelo de crescimento económico ou fragilizada por situações de trabalho precário.

Note-se que, no entanto, as associações tradicionais mantêm a sua importância junto da população. Dos deputados eleitos por sufrágio directo, Leong Heng Teng é representante da *Associação Geral das Associações de Moradores*, Kwan Tsui Hang e Leong Lok Wa pertencem à *Associação Geral dos Operários de Macau* e Wong Weng Ian pertence em simultâneo a uma associação pró-democrática moderada (*Associação das Senhoras Democráticas de Macau*) e a uma das associações de beneficência com maior tradição e influência no Território – a *Tong Sin Tong*. Dos outros três deputados, dois pertencem à *Associação Novo Macau Democrático* (Ng Kuok Cheong e Au Kam San, ambos eleitos já por diversos mandatos) e o outro à *Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau* (Dr. José Pereira Coutinho). Com excepção da Associação

⁶⁹ Por exemplo, condenam o papel desempenhado pelas novas associações na mobilização da população em acontecimentos como a manifestação do 1º de Maio de 2007, em Macau. Nos últimos dois anos, a manifestação do 1º de Maio tem reunido um número muito significativo de pessoas, sendo que a última contou com a participação de 10000 manifestantes segundo a organização, 2500 segundo a polícia. Foi condenada pelo Executivo e pelas associações tradicionais, tendo sido fortemente reprimida pela polícia que disparou tiros para o ar, ferindo um transeunte («Hoje Macau», 2 e 3 de Maio de 2007).

Novo Macau Democrático que é, obviamente, uma organização política, nas restantes o facto dos seus dirigentes desempenharem também cargos políticos pode contribuir para o condicionar da sua acção e comprometer a independência das associações.

A Região Administrativa Especial de Macau conta com perto de sete anos de existência, sendo notória uma evolução positiva ao nível da consciência cívica dos cidadãos, patente no aparecimento de inúmeras associações de âmbito político, pró-democráticas ou não, de associações de defesa do património construído e cultural, de associações de defesa ambiental e até de associações de protecção dos animais, envolvidas na reivindicação de um melhor quadro de direitos para os habitantes de Macau, de melhorias na sua qualidade de vida e de medidas de protecção do seu património histórico e cultural, o que deixa perceber uma maior consciência cívica e a constituição de *comunidades políticas* (Friedmann, 1996) que reclamam a sua inclusão na estrutura da sociedade. Mesmo as associações mais tradicionais e conservadoras sentiram necessidade de criar estruturas paralelas, promovendo uma maior aproximação a alguns grupos da população e adequando o seu discurso, estratégias de adaptação que deixam perceber algumas transformações na população-alvo e visam reverter o processo de perda de associados/participantes na actividade das organizações.

A consolidação do papel da RAEM como plataforma de ligação à República Popular da China potenciou o surgimento de inúmeras associações comerciais e de relações exteriores com diversos países. O trabalho desenvolvido especificamente pelo *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre as China e os Países de Língua Portuguesa* contribuiu para o reactivar ou surgir de associações amizade Macau-Países Lusófonos, como é o caso da *Associação Angola-Macau*, da *Associação Amizade Macau-Cabo Verde*, da *Associação dos Amigos de Moçambique*, etc.. (entrevista à Dr.ª Rita Santos, coordenadora do *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre as China e os Países de Língua Portuguesa* – Anexo IX - Entrevistas).

Finalmente, as associações com ligação mais forte ao Partido Comunista Chinês ou ao próprio Governo da República Popular da China, foram assumidas nos últimos anos como parceiros estratégicos pelo Executivo de Macau, mantendo ou alargando a sua influência política. São as associações que obedecem ao princípio “Amar a Pátria, Amar Macau”. O Governo assume inclusivamente a importância destas organizações e a sua responsabilidade em explicar à população as decisões e projectos pensados pelo Executivo (entrevista de Dominic Sio Chi Wai, presidente do Centro de Pesquisa Estratégica para o Desenvolvimento de Macau, ao jornal «Hoje Macau» a 27 de Julho de 2006). Teremos oportunidade de verificar que são estas as estruturas associativas mais influentes em Macau.

4.2.2 Caracterização do Associativismo em Macau

“As formas de organização comunitária são extremamente diversificadas, tão diversificadas quanto os tipos de acção colectiva. Podem ser amplas ou restritas, funcionalmente específicas ou gerais, efémeras ou duradouras, abertas ou fechadas, legais ou ilegais, formais ou informais, etc. [...] A acção comunitária pode ter lugar a um nível de quase total informalidade (por exemplo, se resulta de relações de vizinhança, de amizade ou se desenrola no seio familiar)” (Santos et al., 1998, p. 406). É este tipo de acção comunitária, a informal,

que em Macau é mais comum, particularmente em áreas de maior estabilidade residencial, onde são mais duradouras as relações sociais de vizinhança (por vezes tecidas antes da vinda para Macau, cuja formalização é feita através das organizações de conterrâneos). O associativismo comunitário organizado do ponto de vista formal pertence a um conjunto mais amplo e diversificado de acção comunitária (Santos et al., 1998).

A implantação do recreativismo cultural e da assistência social no movimento associativo é indicadora de que uma parte significativa da procura sócio-jurídica no domínio da cultura, da educação, dos tempos livres, da assistência e da acção social é orientada para as associações, encontrando resposta adequada. A acção comunitária resulta do inter-conhecimento, da necessidade de ajuda mútua, da identificação cultural, da necessidade de protecção contra o exterior, podendo desenrolar-se de modo quase informal.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, Macau é extremamente rica em acção comunitária informal, sobretudo nas zonas Sul e Centro da península de Macau. Na zona Norte o familismo (forma mais tradicional e mais forte de agregação de interesses na sociedade chinesa, particularmente importante em momentos de crise ou de desintegração de outros meios de acção concertada) tem uma importância especial, resultado de um maior nível de desestruturação permanente de outros tipos de acção comunitária. Nesta área, as relações de vizinhança são, muitas vezes, anteriores à vinda para Macau ou fruto de características comuns (mesma naturalidade, por exemplo), tendo uma relevância acrescida (Santos et al., 1998, pp. 406).

Em áreas como o ambiente e a qualidade de vida a procura sócio-jurídica é ainda diminuta, apesar de, nos últimos anos, terem surgido novas organizações que dão resposta a este tipo de procura. Já em domínios como os direitos sociais ou as relações laborais tem-se assistido ao aparecimento de diversas organizações profissionais e políticas, bem como ao multiplicar de reivindicações por melhorias na lei do trabalho e pela implementação de uma lei sindical, e ao avolumar de protestos públicos e manifestações de rua. Claramente, o papel das associações em Macau não se esgota na prestação de serviços sociais e de apoio directo às comunidades. Algumas destas organizações assumem-se, pois, como associações cívico-políticas, cuja influência e popularidade se prendem com a sua acção, é certo, mas também com a ausência de instituições políticas de facto, e com fenómenos de injustiça social causados pelo rápido crescimento económico.

Desta forma, uma vez que se mantém um determinado nível de afastamento entre a Administração e a população no que se refere à resposta dada a alguns tipos de procura (entrevista ao Dr. Pereira Coutinho, Anexo IX), e porque, como se teve oportunidade de referir, a população chinesa resolve, preferencialmente, os problemas no seio da sua “família alargada”, é compreensível que “parte da procura sócio-jurídica global circule no interior da sociedade-civil e seja captada por instâncias formais e informais, legais ou ilegais” com capacidade autónoma de resposta ou servindo de intermediários relativamente ao Estado (Santos et al., 1998, pp. 405-406).

Calcula-se que existam perto de 3530 associações⁷⁰, sejam elas cívico-políticas, comunitárias ou assistenciais, corporativas ou profissionais, culturais ou recreativas, religiosas, desportivas, de protecção ambiental, ou de outras áreas, por vezes difíceis de classificar⁷¹. Actualmente, parte considerável das associações de carácter cívico-político apresentam, individualmente ou em conjunto, listas de candidatos às eleições (por sufrágio directo e indirecto) para a Assembleia Legislativa da RAEM⁷². A lista de Associações fornecida pelos Serviços de Identificação da RAEM permite perceber o dinamismo e a riqueza do movimento associativo em Macau, ainda que muitas associações tenham sido constituídas sem que nunca tenham sido registadas e que a data de registo de muitas destas organizações não coincida exactamente com o início das suas actividades (é o caso, por exemplo, da Associação Geral dos Operários de Macau que surge registada em 1983, mas comemorou o seu 50º aniversário em 2000). Por outro lado, a lista não fornece informações sobre a extinção das associações.

Na caracterização do associativismo de Macau que se segue, na impossibilidade de identificar as associações que entretanto tenham sido extintas e atendendo às limitações da informação disponibilizada que já referimos, quando necessário tomaremos como base o estudo realizado por Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes (Santos et al., 1998), actualizando a informação, sempre que possível.

4.2.2.1 Quantificação e Periodização

Até ao dia 4 de Abril de 2007, haviam sido registadas 3530 associações pelos Serviços de Identificação da RAEM. Se assumirmos que todas as associações registadas se encontram em funcionamento, tem-se uma média de uma associação por cada 142 pessoas, o que é realmente muito considerável. Por certo, muitas terão sido extintas ou não estarão activas.

Em Março de 1991 constavam desta mesma listagem 747 associações que foram, então, objecto de análise por parte de Santos e Gomes (Santos et. al, 1998). Assumindo que todas as associações se encontravam em funcionamento, ter-se-ia uma associação por cada 535 habitantes, uma média muito alta. Acontece que o estudo foi apoiado em informações recolhidas por um “informador privilegiado, chinês, [...] com experiência

⁷⁰ Recorremos aqui à Lista de Associações fornecida, em papel, pelos Serviços de Identificação da RAEM e que, além do nome da associação (nem sempre em português, inglês ou *pinyin* – chinês romanizado), referencia apenas a data de publicação em Boletim Oficial e o n.º do Boletim Oficial em que foi publicada. Não é feita a distinção da actividade principal de cada associação.

⁷¹ Optámos por não integrar em anexo a listagem das associações existentes na RAEM, uma vez que é muito extensa. Exceptuando associações como as de condóminos ou as fundações, existe um leque muito abrangente de associações em Macau. Vejam-se alguns exemplos: *Associação da Arte do Chá de Macau*, *Associação Fraternal de Praticantes da Ginástica Matutina de Macau*, *Associação de Caligrafia Ngai Lam de Macau*, *Associação de Estudos da Revolução de «Xinhai» e da Doutrina de Dr. Sun Yat Sen de Macau*, *Associação dos Familiares de Apelido Liu de Macau*, *Associação dos Conterrâneos de Hoi Luk Fung*, *Associação de Ecologia de Macau*, *Associação de Beleza da Pele de Macau*, *Associação das Mulheres Oriundas de Fukien de Macau*, *Associação de Beneficência Tong Sin Tong*, *União Geral das Associações dos Moradores de Macau*, *Associação de Auxílio Mútuo de Vendilhões de Macau*, *Associação de Protecção dos Direitos de Peões*, *Associação de Xing Yi Quan*, etc..

⁷² A Lei n.º 2/99/M de 9 de Agosto define o Regime Geral do Direito de Associação, bem como o regime específico das Associações Políticas.

na análise do associativismo de Macau” (p.411), o que permitiu singularizar 108 associações que, na altura, se encontravam já extintas. Desta forma, a média passaria para uma associação para 626 habitantes.

Se assumirmos que além das 108 associações identificadas como extintas em 1991, outras terão sido extintas ou deixado de ser activas a partir desta data e na mesma proporção, ter-se-iam actualmente qualquer coisa como **3000 associações activas**, o que é, de facto, revelador do alcance do movimento associativo - **uma associação por cada 170 pessoas**, sensivelmente.

No que se refere à periodização do associativismo em Macau, Santos e Gomes distinguem seis períodos (1885 a 1918, 1919 a 1939, 1940 a 1962, 1963 a 1967, 1968 a 1978 e 1979 a 1990), mas no âmbito deste estudo optámos por ajustar as fases consideradas em três casos – no primeiro, para isolar os anos da Segunda Guerra Mundial, que, como vimos, foram um período de forte imigração, em que a população terá rondado o meio milhão de habitantes; no segundo, para distinguir a Revolução Cultural na China que, como verificámos na análise histórica, teve um impacte muito significativo no Território; e, finalmente, na terceira situação para considerar o período entre a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e a passagem da Administração à RPC. Desta forma, isolamos os sete anos de RAEM. Temos, assim, oito períodos, a saber:

- De **1885 a 1918**. São registadas muito poucas associações, talvez porque não houvesse necessidade de proceder ao seu registo ou porque o nível de associativismo formal fosse muito baixo. O estudo aponta nove associações inscritas neste período, mas na nossa listagem contabilizámos onze. De acordo com as informações da análise de Santos e Gomes, só duas das associações referenciadas neste período estarão activas – a *Associação de Beneficência Tong Sin Tong* e a *Associação para a Instrução dos Macaenses*.
- De **1919 a 1939**. Compreende o período entre as duas Grandes Guerras, em que são registadas 48 associações de acordo com a análise efectuada por Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes, ainda que tenhamos contabilizado mais três (51).
- De **1940 a 1945**. Período que abarca a Segunda Grande Guerra em que a posição neutral assumida por Portugal no conflito promove uma forte onda de imigração. A população terá atingido perto de 500000 habitantes, o que, num Território tão pequeno e com um nível de infraestruturação baixo, levou a sérias carências. São constituídas 26 associações (desportivas, de conterrâneos e de beneficência).
- De **1946 a 1965**. Neste intervalo de dezanove anos são criadas 76 associações, o que revela algum dinamismo, talvez associado ao facto de se terem deteriorado as relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, proclamada na sequência da subida ao poder do Partido Comunista Chinês. Portugal não reconhecia a RPC e a China condenava a política colonial de Lisboa, situação que talvez tenha levado à mobilização da população.
- De **1966 de 1976**. Neste intervalo, que encerra a Revolução Cultural na China, são registadas 61 associações, comparativamente mais do que no período anterior. Como tivemos oportunidade de verificar, durante a Revolução Cultural a relação entre a população chinesa e a Administração Portuguesa sofre sérios problemas, que chegam a pôr em causa a autoridade portuguesa no

Território. Do total de associações averbadas neste período, 69% são registadas como “desportivas”, o que deixa algumas dúvidas sobre a conformidade da sua classificação.

- De **1977 a 1987**. Neste período são iniciados os contactos com vista à assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e à devolução da Administração do Território à RPC. São criadas 353 associações em 10 anos, situação que se deve a um maior rigor na formalização destas organizações, mas também a uma importante mobilização das pessoas na preparação da fase de transição da administração.
- De **1988 a 1999**. É uma fase de explosão do associativismo em que são registadas 1148 associações. Além do aumento da população, diversificou-se a actividade económica, ampliaram-se os interesses, diferenciou-se a composição social da população. A par destas alterações, deu-se uma mudança nas relações entre a Administração e a sociedade, com incremento da intervenção social, o que induziu a que a população se organizasse para poder beneficiar, em melhores condições, dessa intervenção. Finalmente, e talvez mais importante, foi instituído, ainda pela Administração Portuguesa, um sistema de eleições indirectas à Assembleia Legislativa, em muito responsável pelo acréscimo de associações. Já voltamos a esta questão.

Quadro 10: Periodização do registo de associações

Períodos	N.º de associações registadas	Média anual (associações/ano)
1885-1918	11	0,3
1919-1939	51	2,6
1940-1945	26	5,2
1946-1965	76	4,0
1966-1976	61	6,1
1977-1987	353	35,3
1988-1999	1148	104,4
2000-2007	1804	257,7
TOTAL	3530	28,9

Fonte: Listagem de associações, Serviços de Identificação.

- De **2000 a 2007**. A última fase, corresponde aos (quase) sete anos de existência da RAEM, em que se intensificou o processo iniciado na fase anterior. A população continuou a aumentar, a sociedade tornou-se mais diversa, os objectivos políticos e económicos alteraram-se substancialmente, o investimento público aumentou e os projectos de investimento privado tornaram-se mais audazes. O sistema eleitoral manteve-se (quase) inalterado. Nunca tantas associações foram criadas.

O quadro apresenta o número de associações criadas em cada um dos períodos considerados, mas, mais importante talvez, mostra o número médio de associações inscritas por ano. A assinatura da Declaração Conjunta permitiu triplicar o ritmo de inscrição de associações, mas foi após a transição da administração que se deu uma verdadeira revolução – nestes sete anos foram **inscritas 258 associações/ano**. Contudo, esta

situação não parece ser resultado de uma maior consciência cívica e da vontade de participar da população de Macau, mas antes a forma encontrada para eleger, por sufrágio indirecto, deputados à Assembleia Legislativa.

A Lei Eleitoral da RAEM (Lei n.º 3/2001) define no seu Art.º 2º que a “capacidade eleitoral” para eleição de deputados para a Assembleia Legislativa é atributo das “pessoas singulares, residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau, [...] maiores de 18 anos”, no caso das eleições directas, e das “pessoas colectivas representativas dos interesses sociais respectivos, que tenham adquirido personalidade jurídica há, pelo menos, três anos e estejam registados na Direcção dos Serviços de Identificação”. O Art.º 21º estipula que “são eleitos por sufrágio indirecto, secreto e periódico, dez Deputados em representação dos interesses sociais organizados”, interesses esses que estão divididos em colégios (Art.º 22º): “Colégio eleitoral dos interesses empresariais - a que correspondem quatro Deputados; Colégio eleitoral dos interesses laborais - a que correspondem dois Deputados; Colégio eleitoral dos interesses profissionais - a que correspondem dois Deputados; Colégio eleitoral dos interesses assistenciais, culturais, educacionais e desportivos - a que correspondem dois Deputados.” Os quatro colégios eleitorais são constituídos pelas associações e organismos que tenham como objecto a representação dos interesses sociais respectivos e se encontrem recenseados nos termos da lei. Cada associação ou organismo tem direito a um número máximo de onze votos, exercidos por outros tantos votantes com capacidade eleitoral activa, escolhidos de entre os membros dos respectivos corpos sociais ou gerentes, e que estejam em exercício na data da marcação das eleições.

Desta forma, e segundo nos explicaram algumas das pessoas entrevistadas no âmbito deste trabalho (ver Anexo IX – Entrevistas – Dr. Pereira Coutinho, Dr. Ng Kuok Cheong, Dr. Salles Marques), têm sido criadas inúmeras associações que, não tendo actividade, procuram cumprir o estipulado por Lei de modo a poder participar nas eleições indirectas de deputados à Assembleia Legislativa. Quantas mais associações forem controladas pelos grupos *políticos*, através da sua criação, de redes de influência ou de apoio financeiro, maiores as probabilidades de eleger um deputado. Com doze deputados eleitos por sufrágio directo e sete nomeados pelo Chefe do Executivo, o garantir de que a maioria dos dez deputados eleitos por sufrágio indirecto fica mais próxima do modelo de governação, é essencial.

4.2.2.2 Perfil Funcional

A diversidade de associações em Macau dificulta sobremaneira a sua classificação funcional. As associações de conterrâneos (com uma raiz semelhante à das associações de pessoas com o mesmo apelido) por exemplo, prestam serviços e organizam actividades muito variadas, que as colocam no âmbito das relações comerciais, da assistência social, mas também da cultura e lazer, da educação, do desporto e ou da acção cívica (a pluralidade na acção destas associações será tratada na análise dos casos de estudo). Como tal, os dados apresentados são, de certa forma, indicativos.

Em primeiro lugar, analisemos a abordagem de Santos e Gomes (Santos et al., 1998), realizada com base na lista fornecida em 1991 pelos Serviços de Identificação de Macau, através da qual os autores estabeleceram

uma classificação funcional, em seis grandes áreas⁷³, a partir da identificação da actividade principal indicada na dita listagem (este trabalho terá sido actualizado até 1996). O estudo conclui que o grupo mais importante é o das associações desportivas (30%), a que se seguem as associações recreativas (24.3%), as profissionais (16.1%), as assistenciais (14%), as associações religiosas (9.6%) e, finalmente, as associações económicas (6.1%). Como se percebe, só uma classificação por actividade principal poderia colocar as associações assistenciais em quarto lugar, quando uma larga maioria das associações exercem funções deste tipo. As actividades assistenciais e as desportivas são aquelas que têm maior tradição em Macau.

A limitação resultante da classificação das associações em função da sua principal actividade (que se mantém no registo, mesmo que se altere com o passar do tempo) permanece nos dados mais recentes. As informações que apresentamos de seguida referem-se aos dados publicados na Imprensa Oficial da RAEM (<http://pt.io.gov.mo>, Junho de 2007) após inscrição junto dos Serviços de Identificação, em que as associações surgem agrupadas por área principal de actuação. Note-se que a soma das associações aqui listadas é de apenas 3433 (menos 97 do que as que surgem na listagem dos Serviços de Identificação, uma vez que ainda não foi publicada a sua constituição apesar de já ter sido iniciado o processo).

Esta informação permite confirmar que a associações desportivas se mantêm como o grupo mais representativo com 22%. Algumas associações assistenciais surgem classificadas como “Serviços Sociais” (9%), mas também em “Trabalhadores” (5%, é o caso das Associações de Mútuo Auxílio dos Pescadores de Macau ou dos Operários da Taipa, ou da APOMAC).

As associações recreativas (24.3%, em 1991), surgem agora classificadas em “Arte e Cultura” (16%), Educação e Juventude (8%) ou “Ocupação dos Tempos Livres” (8%).

O grupo relativo aos “Serviços Sociais” representa 9% do total de associações inscritas e inclui inúmeras associações de beneficência, de mútuo auxílio, de apelidos e de conterrâneos, que teremos oportunidade de analisar com maior detalhe.

As associações classificadas como “Indústria, Comércio e Serviços” (9%) e “Profissionais” (4%) integrariam, em 1991, o

Quadro 11: Perfil funcional das Associações

Actividade Principal	Peso
Arte e Cultura	16%
Ciência e Tecnologia	1%
Condóminos	4%
Desporto	22%
Direito	0%
Educação e Juventude	8%
Fundações	1%
Indústria, Comércio e Serviços	9%
Ocupação de Tempos Livres	8%
Profissionais	4%
Protecção do Ambiente	1%
Religião	6%
Saúde	3%
Serviços Sociais	9%
Trabalhadores	5%
Outras	3%

Fonte: Imprensa Oficial (<http://pt.io.gov.mo>)

⁷³ **Associações religiosas;** **Associações desportivas;** **Associações assistenciais** (onde foram integradas, além das de assistência social, as associações de conterrâneos e de apelidos); **Associações económicas** (onde foram incluídas as associações de empresários, de trabalhadores autónomos e de consumidores); **Associações profissionais** (onde foram agregadas todas as associações de ocupações e profissões em geral, exercidas por conta de outrem); e **Associações recreativas** (que inclui as associações explicitamente recreativas, as associações educacionais e culturais e as associações de moradores, “dada a polivalência da sua actividade”).

grupo das associações económicas (6.1%). As associações listadas como de “Trabalhadores” (5%) foram classificadas como “Profissionais” por Santos e Gomes (16.1%).

O descritivo “Outras” abrange uma diversidade enorme de associações, estando aqui integradas as organizações políticas (*Centro Democrático de Macau* ou *Associação Comunista de Macau*), organizações cívicas (*Associação de Protecção dos Direitos de Peões*, *Instituto para Ambiente Verde* ou *Associação dos Embaixadores do Património de Macau*) e todo um leque de instituições difícil de classificar.

Finalmente, uma referência para as associações de “protecção do ambiente” que, no registo da Imprensa Oficial, somam 26 entradas (ainda que nem todas, aparentemente correspondam a associações de defesa do ambiente, como é o caso da *Associação de Tecnologia e Segurança de Combustível Gasoso de Macau*), evidenciando, não só uma maior consciência cívica das gentes de Macau, mas também, atrevemo-nos a propor, uma maior preocupação da população com a óbvia degradação do ambiente e da qualidade de vida na cidade.

4.2.2.3 Influência Social

No que se refere à influência social das associações recorremos ao estudo desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes (trabalho de campo efectuado em 1991 e actualizado até 1996), com base nas “avaliações” efectuadas pelo “informador” (Santos et. al, 1998, p.415) local, uma vez que não foi possível desenvolver a sua actualização.

As associações foram classificadas em três grupos - associações com grande, média ou pequena influência/poder social. Foram distinguidas 2% como muito influentes, 26.6% como sendo medianamente influentes e 71.5% como sendo pouco influentes. Foram consideradas muito influentes: Associação Atlética do Sul da China em Macau, Ass. de Artes Marciais Chinesas de Macau, Ass. de Beneficência Hospital Kiang-Wu, Ass. de Beneficência Tong Sin Tong, Ass. Comercial de Macau, Ass. de Construtores Cívicos e Empresas de Fomento Predial de Macau, Ass. Geral dos Operários de Macau, Ass. Ho Song I Tong (a associação de apelidos mais importante), Ass. dos Industriais de Macau, Ass. dos Trabalhadores da Função Pública, Fundo de Beneficência dos Leitores do Jornal “*Ou Mun*», Grémio dos Industriais de Macau e União Geral das Associações de Moradores de Macau (*kaifong*).

Um dos aspectos desta análise que interessa realçar é o facto de, apesar do baixo peso assumido face às restantes (6.1%), as associações económicas representarem 30.8% das associações mais influentes. Igual situação era apontada para as associações assistenciais – com um peso total de 11.9% em 1991, representavam 30.8% das associações mais influentes. A relação entre as associações económicas e as assistenciais é um facto incontornável no associativismo em Macau⁷⁴ – muitos dos líderes de associações económicas, são-no também em assistenciais. Esta situação em que há um “desdobramento do económico

⁷⁴ A título de exemplo veja-se que, para se ser director da *Associação de Beneficência Tong Sin Tong* é necessário ter-se algum poder económico que permita contribuir generosamente para os fundos da Associação. Ainda que a uma escala diferente, o mesmo se passa na *Associação dos Conterrâneos de Mei Zhou*, que analisaremos adiante.

em assistencialismo é tão importante que confere à estrutura de influência social em Macau uma característica especial que poderíamos designar de *plutocracia paternalista*" (Santos et al., 1998, p.416).

Com base nas entrevistas que realizámos e nas conclusões do estudo que nos serve de base, atrevemo-nos a propor que a influência das associações é, essencialmente, função da sua implantação junto da população, da sua importância junto dos órgãos da administração da RAEM, da sua proximidade à República Popular da China ou ao Partido Comunista Chinês e do seu poder económico. Com efeito, a Dr.^a Rita Santos (Anexo IX - Entrevistas), coordenadora do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos, destacava como mais influentes na actualidade a *Associação Comercial*, a *União Geral das Associações de Moradores*, a *Associação Geral dos Operários de Macau*, a *Associação dos Trabalhadores da Função Pública* e a *Associação de Conterrâneos de Fukien*. Também o Dr. Salles Marques (Anexo IX – Entrevistas) destacava três associações que considera essenciais e com maior peso junto da Administração – as *Kaifong* (o parceiro social por excelência), a Associação Geral dos Operários de Macau e a Associação Comercial.

4.2.2.4 Orientação Política

Por razões óbvias, recorreremos, mais uma vez, ao estudo desenvolvido por Santos e Gomes (Santos et al., 1998, pp.417-418) que classificou as associações listadas em 1991, com base "na confiança que [lhes] mereceu a avaliação do [...] informador privilegiado" chinês (nunca identificado), em três grupos: (1) associações de orientação comunista, controladas pela RPC ou colaboracionistas dos interesses da RPC em Macau; (2) associações independentes e críticas do sistema comunista e da RPC; (3) associações não políticas, i.e., sem orientação política identificável.

A análise efectuada conclui (assumindo o risco inerente a uma tarefa como esta) que as associações não políticas são a grande maioria – 56.4% do total, a que se seguem as associações de origem ou colaboração comunista – 28.7% –, e, finalmente, as associações independentes com 14.8%.

Os autores destacam ainda a aparente correlação entre orientação/colaboração comunista e influência social – 84.6% das associações mais influentes são de orientação/colaboração comunista e apenas 14.2% das menos influentes tem a mesma orientação/colaboração. Concomitantemente, esta análise permitia concluir que as associações independentes estavam a implantar-se no tecido social, ainda para mais atendendo a que todas foram fundadas no último período considerado (1979-1990) – 41.1% eram tidas como medianamente influentes.

A relação entre o sector de actividade e a orientação política permitia a Santos e Gomes concluir que: 66.5% das associações desportivas (que são 56.4% do total) são associações não políticas; as associações de orientação/colaboração comunista estão distribuídas por todos os sectores de actividade; 36% das associações assistenciais são de orientação/colaboração comunista (a sociedade-providência tem uma identificação maior ou menor com a presença da RPC em Macau); as associações independentes (14.8% do total) são 24% das associações assistenciais, 25% das desportivas e 22.8% das recreativas.

É importante lembrar que o associativismo em Macau é produto da acção da sociedade chinesa, na medida em que a intervenção social do Estado é um fenómeno relativamente recente (só nos finais da década de 80 do século XX a administração portuguesa viria a “aproveitar” a ligação à população permitida por estas associações), apoiado nos serviços comunitários prestados pela população e desde há muito implantados no tecido social. Esta questão será abordada adiante.

4.3 ASSOCIAÇÕES – CASOS DE ESTUDO

4.3.1 Nota Introdutória

Estudar as associações em Macau não é tarefa fácil. A maior parte destas organizações, e muito particularmente as chinesas, são estruturas muito fechadas e pouco permeáveis, olhando com desconfiança estranhos e, principalmente, estranhos ocidentais. Pode dizer-se que foi necessário recorrer a algumas ajudas e “penetrar” em autênticas redes de *guanxi* para conseguir contactos que permitissem aceder às associações analisadas. Assim sendo, acabámos por ficar um pouco aquém dos objectivos inicialmente traçados ao não conseguir contacto com dois tipos de associação – as *kaifong* e as organizações cívicas – e ao não poder integrar na nossa análise associações de mútuo auxílio ou de apelidos (apesar das tentativas de contacto com a Associação das Pessoas de Apelido Leong, por exemplo), tendo presente que a barreira da língua vai, aqui e ali, servindo de “desculpa” (até porque nos propusemos sempre a recorrer a um intérprete) à falta de vontade de participar e à desconfiança que levanta um estudo como este. Contudo, procurámos garantir a diversidade, o interesse e a representatividade da amostra analisada - quisemos estudar as associações tradicionais, de que são exemplo as *kaifong* (em que voltamos a recorrer à análise de Santos e Gomes, actualizando a informação possível) e as associações de conterrâneos, as associações de matriz portuguesa e as associações de formação recente, no caso presente as associações políticas, as associações profissionais, as associações cívicas (organizações de defesa do património e ambiente, por exemplo) e as associações comerciais e de amizade.

Para garantir uma caracterização semelhante de todas as associações, foi elaborado um *Guião de Recolha de Informação* incidindo em dez pontos:

1. **Origem da Organização** – Razões associadas à origem da organização; Contexto histórico da sua fundação; Existência de apoio financeiro na fundação; Natureza da entidade fundadora (individual – vontade de cidadãos; colectiva – entidades colectivas públicas e/ou privadas, ou vontade institucional; política ou social, etc.).
2. **Objectivos da Organização** – Existência de um programa/plano de acção próprio; Clareza dos objectivos da associação.
3. **Caracterização da população-alvo** – Origem, idade, género, qualificação, bairro ou área geográfica, etc..
4. **Recursos Disponíveis** – Recursos Humanos (qualificação dos trabalhadores; trabalho voluntário ou remunerado; etc.); Recursos Materiais (instalações, equipamentos e meios disponíveis; recursos materiais

próprios ou fruto de apoios estatais); Recursos Financeiros (provenientes de financiamento e em que medida; existência de recursos financeiros próprios e peso no orçamento total).

5. **Tipo de serviços prestados/Actividades desenvolvidas** – Tipo de serviços prestados para cada população-alvo; Descrição do serviço/actividade; Frequência dos serviços/actividades; Recursos implicados em cada actividade; Adesão da população.
6. **Ligações exteriores** – Identificação das entidades parceiras (públicas ou privadas); Peso dos parceiros na organização (peso institucional, nas votações, no financiamento, etc.); Frequência dos contactos entre os parceiros.
7. **Liderança** - Rotatividade; Existência de mecanismos democráticos de eleição; Representação em órgãos políticos; Representação da sociedade-civil; Capacidade de intervenção e de tomada de decisão da população-alvo junto dos órgãos decisores da associação; Avaliação do nível de altruísmo da organização (para proveito da comunidade ou para benefício da sua liderança).
8. **Capacidade de Adaptação da Organização** – Existência de mecanismos de monitorização e avaliação dos projectos desenvolvidos e do grau de adequação dos serviços prestados; Frequência e eficácia da avaliação efectuada; Capacidade de adequação e modernização; Flexibilidade de gestão e de actuação.
9. **Monitorização e Avaliação do Sucesso** – Grau e frequência da auscultação dos intervenientes e população-alvo; Adequação dos recursos mobilizados aos objectivos; Adequação das actividades e programas aos problemas e às comunidades envolvidas e Avaliação do seu sucesso; Identificação das dificuldades sentidas pela organização (evolução do número de associados; análise da liderança ao trabalho desenvolvido); Identificação de constrangimentos pelos associados.
10. **Estratégias de adaptação à evolução política e social da RAEM** – Mudanças percebidas na população-alvo da organização; Mudanças percebidas na sociedade e na relação com os órgãos do Estado; Estratégias de adaptação postas em prática.

O guião é um pouco ambicioso na medida em que procura considerar todos os âmbitos com interesse. Obviamente, não se obtiveram respostas para todos os pontos e em algumas áreas as informações não são muito concretas, nomeadamente no que se refere ao último ponto – pela desconfiança com que éramos olhados pelos dirigentes de organizações de matriz chinesa e pelo grau de comprometimento e dependência de algumas associações face aos organismos do Estado.

4.3.2 Associações de moradores - *kaifong*

Infelizmente, não foi possível conseguir uma entrevista com um representante de uma das *kaifong* ou da União Geral das Associações de Moradores de Macau, apesar das inúmeras tentativas junto de diversas pessoas, que já referimos. A breve caracterização do trabalho das *kaifong* que apresentamos abaixo foi retirada, no essencial, do estudo efectuado por Boaventura de Sousa Santos e Conceição Gomes (trabalho de levantamento efectuado em 1991, actualização da informação até 1996 e publicação em 1998). Ainda que ao nível da União Geral das Associações de Moradores se tenham verificado algumas alterações, a que faremos referência, sabemos que

as estruturas individuais são muito conservadoras, pelo que é muito provável que o funcionamento e o tipo de intervenção se mantenham. Procurámos actualizar alguma informação e destacar as intervenções mais recentes das *kaifong*.

As Associações de Moradores (*kaifong*) destacam-se pela maior importância histórica e pela maior capacidade de intervenção junto das comunidades e na representação dos seus interesses. Em Macau, e ao contrário do que se passou em Hong Kong⁷⁵, as *kaifong* mantiveram por mais tempo a sua autonomia e desempenham, ainda hoje, uma função comunitária importante.

A intervenção social comunitária é a principal actividade das *kaifong*, estando associada à sua origem. Numa primeira fase, subsequente à sua fundação nos anos 50 do século XX, a acção destas associações orientava-se para o auxílio mútuo em situações de emergência (tufões, inundações e incêndios), tendo evoluído, durante a Revolução Cultural (em resultado da degradação nas relações entre Portugal e a RPC que resultaram nos acontecimentos do “123”), para uma vertente de enquadramento político-administrativo das populações chinesas.

Na década de 70 do século XX a Administração Portuguesa passa a intervir mais na gestão de situações de emergência e são estabelecidas relações diplomáticas entre Portugal e a China, altura em que as *kaifong* recebem *instruções* para se concentrarem nas actividades sociais e recreativas (ainda que a dimensão política tenha, obviamente, permanecido, o que, ainda hoje, faz das *kaifong* um dos grupos associativos com maior influência social e representatividade junto da população).

Nos anos 80, a Administração Portuguesa, que controlava já as situações de emergência, ampliou o seu intervencionismo social através da criação do Instituto de Acção Social (IAS) e da promoção da colaboração com as *kaifong*. Em 1984 é criada uma estrutura de cúpula, a União Geral das Associações de Moradores, cujo Conselho Directivo é constituído por representantes de todas as associações.

Na década de 90 do século XX, contrariando a tendência que parecia desenhar-se para um certo declínio, as *kaifong* assumiram maior relevo, resultado do enfraquecimento da autoridade portuguesa em Macau (prestes a “passar a pasta”) e, muito particularmente, ao nível comunitário⁷⁶. Até à actualidade, mais competências têm

⁷⁵ De acordo com Boaventura Sousa Santos (Santos et al., 1998, p. 423) “Em Hong Kong, uma cidade hiper-urbanizada e com uma razoável experiência de interfaces não repressivas entre a Administração e as comunidades chinesas, as *kaifong* foram, num primeiro momento, cooptadas pela Administração e, posteriormente, esvaziadas de funções sociais, mediante a criação de estruturas comunitárias paralelas de iniciativa oficial.” A reestruturação da acção estatal comunitária levada a cabo pela Administração teve por objectivos “integrar, superar e controlar o trabalho comunitário que era realizado pelas *kaifong*” (na sequência de atritos ocorridos em 1966, a Administração percebeu que o seu não intervencionismo social estava a dar espaço e importância às *kaifong*, espaço esse que era preciso conquistar). A acção das associações de moradores acabou por ser substituída pela de instituições oficiais.

⁷⁶ O Dr. Salles Marques (Anexo IX – Entrevistas) foi Presidente da Câmara Municipal de Macau durante oito anos e meio (2 mandatos), antes da transferência da Administração. Na altura, o Presidente da Câmara e o Vereador a tempo inteiro eram nomeados directamente pelo Governador, de forma a garantir uma certa continuidade e a identificação de todos com as políticas desenvolvidas. A Assembleia Municipal elegia então de entre os seus pares, o Vice-Presidente e dois Vereadores a tempo parcial. Estes três elementos eram, normalmente, representantes das *kaifong* e da Associação dos Operários. A bem do trabalho desenvolvido, era necessário criar

vindo a ser assumidas pelo IAS que, contudo, mantém na actuação das *kaifong* e de outras associações com intervenção junto das comunidades, uma das formas de contacto com a população. Este assunto será desenvolvido no sub-capítulo 4.4.1 *Desconcentração dos serviços sociais – Centros de Acção Social e apoio a associações*.

Existem, então, 24 associações de moradores, organizadas, desde 1984, numa estrutura de cúpula, a União Geral das Associações de Moradores de Macau (UGAM), que se mantém como uma das mais influentes e interventivas organizações de Macau, com uma preponderância política clara. Actualmente a presidência desta organização é ocupada por Leong Heng Teng, também deputado à Assembleia Legislativa. Obviamente, nem todas as associações se sentem representadas nesta estrutura com a mesma força e algumas reclamam, não só o distanciamento a que estão da *organização-chapéu*, mas também o facto desta concentrar o grosso dos apoios estatais, atribuindo-os às associações individuais com quem mais se identifica politicamente, isto é, às associações de carácter mais tradicional e conservador. Aliás, mesmo a selecção de directores a figurar na UGAM tende a privilegiar as pessoas de perfil tradicional, comprometendo a diversidade de posições das diversas *kaifong*. Ainda assim, a existência desta estrutura federativa não é posta em causa por nenhuma associação. É criticada, sim, a forma como ela funciona (Santos et. al, 1998, p.467-469).

A **actividade** das *kaifong* faz-se em três áreas principais – (a) intervenção social comunitária, (b) certificação e documentação de situações e (c) identificação, encaminhamento e eventual resolução de problemas individuais ou colectivos.

Actualmente, as *kaifong* prestam serviços à comunidade, numa perspectiva assistencial, nas suas actividades do quotidiano – centros de dia para idosos, escolas, clínicas de medicina chinesa, oferta de presentes em ocasiões especiais, cursos de dança e ginástica, jantares de convívio, organização de espectáculos de ópera cantonense, excursões na RAEM ou na China, etc.. De uma forma geral, a intervenção social pode dividir-se em três categorias: intervenção social quotidiana (centros de dia, centros para jovens, escolas, clínicas, etc.), intervenção social de festa (jantares, convívios festivos, excursões, etc.) e intervenção social de emergência (organização de funerais, controle de incêndios, etc.).

Apesar de cada *kaifong* apresentar diferenças no **modo de funcionamento** e **organização**, existem algumas características comuns.

Habitualmente o presidente da organização é uma pessoa influente e rica que contribui financeiramente e zela pela associação. Nem sempre o benfeitor da associação é o seu presidente. A direcção da associação é constituída por um grande número de directores, usualmente situado entre as duas e as quatro dezenas. Na generalidade, além da direcção, existe um comité permanente, responsável pela direcção executiva da associação e que, nalguns casos, está dividido em departamentos (na Associação de Moradores de San Kio,

consensos entre todos. Havia um trabalho conjunto, não podia ser de outra forma. Como tal, é normal que nos anos que antecederam a passagem da Administração, as associações mais representativas tenham assumido uma posição relevante.

por exemplo, existem: secretaria, assistência social, recreativo e tesouraria; na Associação de Moradores de Fai Chi Kei, existem: centro de idosos, centro juvenil, clínica, centro de prevenção de incêndios, centro recreativo).

Em todas as associações de moradores são realizadas eleições regulares de dois em dois, ou de três em três anos, ainda que isto não signifique uma mudança na direcção.

O número de sócios varia consoante as características sociais e económicas da zona onde a associação está implantada. Em 1991, oscilava entre os 200 e os 1000, tendo diminuído nos últimos anos, ao nível de cada organização comunitária individual. Com efeito, o jornal «Ponto Final» noticiava a 12 de Janeiro de 2007, que as *kaifong* projectavam gastar cerca de 10 milhões de patacas na modernização e diversificação dos serviços, como forma de atrair a população mais jovem que possa “assegurar o desenvolvimento dos trabalhos”.

O financiamento das associações de moradores é assegurado por quatro tipos de contribuição: as quotas pagas pelos associados, os donativos de benfeitores, os subsídios do Instituto de Acção Social e da *Tong Sin Tong* e as actividades lucrativas realizadas. As quotas dos associados têm valores muito baixos (na globalidade, menos de 5 patacas por mês), mas, na generalidade, os sócios não as pagam a menos que sejam contactados nesse sentido.

Não é fácil saber quem são os benfeitores das associações e há-os a diversos níveis. A maioria serão pessoas com boa posição económica, não raras vezes ligadas a outras organizações (económicas e comerciais, por exemplo). Existem outros benfeitores, moradores com melhores condições económicas, que contribuem com donativos também significativos ou com apoios de outro tipo (por exemplo, a associação de moradores T'ai Ó está sediada em instalações cedidas gratuitamente por um morador).

Os subsídios atribuídos pelo IAS são de dois tipos: eventuais, para uma qualquer actividade especial (excursões, festas, concursos, etc.), e regulares, para apoio aos equipamentos sociais tais como creches, escolas, lares de idosos, etc..

Algumas, poucas, *kaifong* têm actividades lucrativas próprias, mas o seu peso é diminuto. É o caso da San Kio (Três Candeeiros) que arrenda os espaços onde existem um restaurante (no jardim da sede) e uma mercearia (onde são vendidos produtos típicos da cozinha chinesa). Também T'ai Ó tem uma mercearia.

Muitas associações de moradores têm ainda um sistema de comparticipação nos serviços fornecidos ou nas actividades organizadas, por exemplo nos serviços médicos prestados habitualmente numa pequena clínica por um médico chinês, ou nas festas em que é cobrado um bilhete mais barato a sócios.

Relativamente à evolução verificada, vejamos o exemplo de algumas *kaifong* (Santos et al., 1998, com a actualização possível – observação directa e acompanhamento da imprensa escrita).

A *kaifong* de Mong Há foi fundada para apoiar os residentes mais desfavorecidos e contribuir para a melhoria das suas condições de vida, mas actualmente tem uma intervenção social quase insignificante, limitando-se à organização de festas, de actividades culturais e dos funerais dos sócios. Esta situação é consequência da

melhoria da qualidade de vida e, muito particularmente, do facto das pessoas que aqui residiam em barracas e edifícios em más condições terem sido realojadas, já há muitos anos, noutras zonas de Macau. Esta era, em 1991, uma das associações de moradores que se queixava de algum afastamento relativamente à associação de cúpula que, inclusivamente, atraía para si os apoios antes distribuídos pelas diversas associações (Santos et. al, 1998).

A **Associação de Moradores de San Kio** (Três Candeeiros) tem uma relação mais próxima das classes populares do bairro, já que a classe média que reside nos edifícios mais recentes está mais distante da actividade da *kaifong*. A intervenção comunitária é bastante diversificada, ocorrendo normalmente ao redor da praça/jardim. Nesta zona da cidade há um normal convívio de rua das pessoas vêm fazer compras ao mercado ou dos idosos que se sentam pelos largos a conversar ao final de tarde, pelo que é fácil mobilizar a população residente para as actividades e festas organizadas pela associação. Esta *kaifong* tem um centro de idosos e organiza jantares, festas de aniversário, excursões, etc..., reconhecendo que houve uma quebra na frequência e variedade das actividades.

A **Associação de Moradores de Sam Ma Lo** (área da Av. Almeida Ribeiro) foi criada na sequência dos acontecimentos do “123” com o objectivo de congregar a população perante a “atitude hostil e colonialista” da Administração (Santos et. al, 1998, p.439). A zona geográfica abrangida é uma área comercial por excelência, sendo que a associação tem procurado zelar pela segurança dos comerciantes, frequentemente alvo de assaltos. A população debate-se com dificuldades relativamente à idade e estado de degradação do edificado. A intervenção social de festa é a mais importante – festivais chineses, excursões, etc. (Santos et al., 1998, p.439).

A **kaifong da Ilha Verde** foi criada com o intuito de promover intervenção social de emergência, na sequência de um forte incêndio, tendo ganho maior importância a seguir aos acontecimentos do “123”. Os problemas ao nível da habitação mantêm-se na agenda da associação (ver Anexo VIII – Fotografias), assim como a segurança relativamente a situações de emergência. Ainda hoje se aguarda a implementação de um plano de habitação económica que permitirá acabar com as habitações de madeira em condições precárias e com os edifícios de habitação social já em avançado estado de degradação que albergam parte da população desta zona da cidade. Uma das entidades parceiras desta *kaifong* é o Fundo de Beneficência do Jornal *Ou Mun* (Santos et al., 1998, p.437), com a ajuda do qual organiza acções de assistência, uma vez que esta população é bastante carenciada. A intervenção social de festa tem um peso diminuto nas actividades da associação, que gostaria de ampliar as suas valências de intervenção social quotidiana (Santos et al., 1998, p.438).

O Bairro do **Fai Chi Kei** é resultado das iniciativas de realojamento que foram levadas a cabo. A zona continua a ser habitada por operários, operadores industriais e trabalhadores da construção civil. Há uma presença forte de naturais de Fukien, mais afastados da associação uma vez que têm hábitos culturais diferentes e falam um dialecto que não facilita a comunicação. No que se refere a intervenção social quotidiana, a associação tinha (1991-96) um centro de idosos, um centro juvenil, uma clínica e um centro recreativo, e mantinha ainda activa

uma brigada de prevenção contra incêndios cuja acção era articulada com a das entidades estatais (Santos et al., 1998, p.440).

A **Associação de Moradores de Iao Hon** tem a sua intervenção ligada a actividades festivas, além de manter intervenção social de emergência. A associação garante, ainda, apoio diário aos estudantes na preparação dos seus trabalhos de casa (Santos et al., 1998, p.444).

A **Associação de Sa Lai Tao** (Porto Interior) está implantada numa zona onde a população tem algumas carências, tendo sido levadas a cabo diversas operações de realojamento. As acções desta *kaifong* têm tido o apoio da Tong Sin Tong e do Fundo do Jornal *Ou Mun* (Santos et al., 1998, p.444). Com uma intervenção social comunitária rica, as valências disponibilizadas por esta *kaifong* incluem uma creche, um centro de idosos, uma clínica de medicina chinesa e uma escola primária. A intervenção social de emergência (funerais) e a intervenção social festiva são semelhantes às de outras *kaifong*.

Estas descrições pretendem apenas dar a perceber o tipo de intervenção das *kaifong*, existindo, obviamente, situações são muito diversas - associações com intervenção reduzida e outras com uma acção organizada e extensa.

A actividade das *kaifong* é reconhecidamente importante em áreas muito diversas que vão desde: a **certificação e documentação de situações**, que lhes confere um carácter oficial que legitima a sua presença na comunidade e lhes permite assumir “uma posição dupla e dúplice [...] de poder emanado da comunidade e de poder exercido sobre a comunidade” (Sousa et. al, 1998, p.445), contribuindo com os seus registos (por exemplo, o registo de sinistrados num incêndio) para atestar a residência de determinada pessoa em Macau há vários anos, e cooperando com a Administração na certificação de situações de pobreza; à **mediação de conflitos** entre moradores e construtores, por exemplo, ou que envolvam moradores, sempre que é reconhecida autoridade à *kaifong* pelas duas partes para resolver o conflito ou, caso tal não seja possível no encaminhar da situação; ou à **intermediação entre os interesses dos moradores e a Administração**, razão pela qual foi criada a União Geral das Associações de Moradores procurando desenvolver uma estrutura com maior representatividade.

A importância social e política da União Geral das Associações de Moradores é indiscutível. A maior parte dos entrevistados (Anexo IX – Entrevistas, Dr. Pereira Coutinho, Dr.^a Rita Santos ou Dr. Salles Marques) refere a UGAM, a par da Associação Geral dos Operários de Macau e da Associação Comercial, como a mais influente organização associativa do Território.

Com uma matriz tradicional e conservadora, a União Geral das Associações de Moradores (UGAM) é habitualmente uma das entidades convocadas para discutir as questões mais relevantes e os projectos previstos, assumindo-se como um parceiro da Administração por uma maior “harmonia social” («Hoje Macau», 18-7-2006). Em declarações aos órgãos de comunicação da RAEM, a 18 de Julho de 2006, e na sequência de um momento de maior crispação política em que o Executivo estava a ser alvo de inúmeras críticas, a UGAM surge em defesa da Administração, destacando que “[o] modelo [de desenvolvimento

proposto pelo Executivo] funcionará desde que haja mais tolerância, mais comunicação, apoio mútuo e que todos [trabalhem] no mesmo sentido". A influência desta associação é visível também nos cargos políticos que tradicionalmente os seus membros ocupam nos órgãos de Macau. Leong Heng Teng, Presidente das *kaifong* eleito a 10 de Janeiro de 2007, é, como vimos, deputado à Assembleia Legislativa, tal como o é José Chui Sai Peng, um dos vice-presidentes da organização. Além disto, grande parte dos dirigentes estão associados a outras organizações, designadamente de cariz económico.

Contudo, a União Geral das Associações de Moradores não deixa de "apontar o dedo" a alguns problemas vividos no Território ou a estratégias de desenvolvimento que considera erradas, assumindo um papel essencial na defesa dos cidadãos em situação de carência, para quem reivindicam melhores condições de vida, e na procura de um modelo de desenvolvimento sustentável e equilibrado. Por exemplo, foi feito um alerta ao Executivo que, na opinião dos dirigentes das *kaifong*, "deve prestar muito mais atenção aos perigos e riscos sociais decorrentes de uma economia centrada no jogo", desenvolvendo uma legislação mais rígida no que se refere à localização dos espaços e promovendo a diversificação económica da RAEM («Hoje Macau», 11-7-2007). O vice-presidente da UGAM, Leonh Hing Kao, alertava para o aumento dos problemas sociais (famílias em situação de carência económica devido a dívidas contraídas no jogo) e dos problemas de criminalidade. Outra questão apontada, desta feita pelo Comité Juvenil da União Geral das Associações de Moradores, prende-se com o facto da capacidade dos jovens para adquirir ou arrendar casa em Macau estar seriamente comprometida com a escalada de preços no sector imobiliário. Um estudo realizado pelo próprio comité, levanta sérias preocupações e alerta para a necessidade da "criação de esquemas especiais de empréstimo para a habitação jovem" e outras medidas de apoio à população carenciada («Hoje Macau», 3-5-2007). Estes são apenas dois exemplos da intervenção frequente das *kaifong*.

As *kaifong* assumem, com preocupação, a necessidade de promover a renovação quer dos seus dirigentes, quer dos seus associados. Nas últimas eleições, o número de vice-presidentes foi elevado para dez, elegendo assim novos membros "o que poderá ajudar a revitalizar a estrutura e ajudá-la a passar a mensagem às novas gerações" («Hoje Macau», 10-01-2007). Entretanto foram criados internamente grupos ou organizações paralelas numa clara tentativa de aproximar a actuação e o discurso a populações específicas mais afastadas das estruturas tradicionais. É o caso do referido Comité Juvenil da União Geral das Associações de Moradores. Outra medida anunciada prendia-se com a modernização das valências disponibilizadas, através da integração de informação e alguns serviços na Internet e da conclusão de um novo complexo de serviços sociais, procurando assim atrair novos associados («Hoje Macau», 2-1-2007).

4.3.3 Associações sociais, de beneficência e ajuda mútua

Além das associações de beneficência e das associações de mútuo auxílio, as associações de apelido (destinadas a ajudar os descendentes do mesmo antepassado) ou as associações de conterrâneos (habitantes de Macau que provêm da mesma região ou cidade) são outras que se podem considerar *assistenciais*, ainda que constituam também a base das redes comerciais. A Imprensa Oficial regista a existência de cerca de 270

associações de “assistência social”, ainda que algumas associações de conterrâneos e de apelido, cujos propósitos passam também pela assistência social, surjam listadas noutras categorias.

Existem inúmeras associações de beneficência, algumas mais antigas e de maior dimensão, outras mais pequenas e mais limitadas em termos de capacidade económica. Das associações de beneficência mais importantes podem destacar-se três: (i) A *Associação de Beneficência Tong Sin Tong*, a que já fizemos referência, foi fundada oficialmente em 1893, ainda que já antes tivesse iniciado actividade. Das valências disponibilizadas contam-se uma escola primária, uma clínica (onde são efectuadas consultas externas prestando cuidados de saúde primários, de forma gratuita, várias creches (Bairro Tamagnini Barbosa, Bairro San Kio, etc.), uma secção de assistência social, entre outras valências (ver Anexo X – Listagem dos Equipamentos existentes na RAEM). Em 2006, estabeleceu um protocolo de cooperação, através dos seus Serviços de Saúde Oral, com os Serviços de Saúde da RAEM. É, possivelmente, a mais influente associação de beneficência do Território (Anexo IX – Entrevistas, Dr.^a Rita Santos); (ii) A *Associação de Beneficência Hospital Kiang Wu* existe desde 1871, muito embora só tenha sido registada oficialmente em 1942. A Unidade n.º 2 de Consulta Externa, financiada pela Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e pelo Governo, presta anualmente assistência médica gratuita a mais de 80.000 pacientes. Na escola de enfermagem (Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau) são ministrados cursos de bacharelato, licenciaturas e cursos de formação; (iii) O *Fundo de Beneficência do Jornal Ou Mun* existe desde 1984 e dá apoio a um conjunto bastante alargado de instituições e organiza anualmente a “Marcha de caridade por um milhão”, cujas receitas têm vindo a aumentar.

Existem inúmeras associações de mútuo auxílio (ou *assistência mútua*, ou *auxílio mútuo*) em Macau, algumas já com um funcionamento muito reduzido ou sem actividade. Da listagem publicada na Imprensa Oficial foi possível contabilizar cerca de trinta associações deste tipo.

Tal como se teve oportunidade de verificar em capítulos anteriores, é na origem das pessoas ou no dialecto falado que radica a fundação de muitas das associações tradicionais em Macau, sendo que, na realidade, as associações de apelido têm um papel semelhante às de conterrâneos. Muitas destas estruturas existiam já, informalmente, antes da sua fundação oficial (publicitação em Boletim Oficial).

No caso das associações de apelido, as mais importantes em Macau são as de apelido *Ho* (o apelido do Chefe do Executivo) e de apelido *Leong*. Já no que se refere às associações de conterrâneos, as mais influentes e representativas são as de Fukien (esta é das comunidades mais relevantes em Macau, existindo cerca de doze associações dos naturais desta província, com âmbitos muito diversificados), Zhongshau, Chiu Zhao, Zhuhai e Pun Yu. Existem cerca de nove dezenas de associações de apelidos e de conterrâneos registadas na Imprensa Oficial de Macau (Santos et al., 1998).

No âmbito deste estudo, será analisada a Associação Geral dos Conterrâneos de Mei Zhou, mais pequena do que as que foram referidas, mas representativa do seu funcionamento e do seu papel junto da comunidade.

A **Associação Geral dos Conterrâneos de Mei Zhou** (AGCM) surgiu, em 2002, da iniciativa de um grupo de pessoas naturais desta área da China continental. Surge sem qualquer apoio financeiro externo, tendo uma natureza, principalmente, social e de integração dos seus associados na RAEM (este papel é particularmente importante devido à barreira da língua), funcionando também como estrutura de base para contactos comerciais entre os naturais de Mei Zhou, uma vez que garante aos dirigentes mais visibilidade.

A Associação tem como população-alvo os naturais de Mei Zhou, na China Continental, que, no total, congrega oito cidades. É uma associação com forte cariz social, que se esforça por integrar os seus associados, apoiando-os na sua chegada a Macau e organizando actividades.

A associação não recebe subsídios do Estado - vive das contribuições dos seus associados. Aliás, este é um motivo de orgulho para o Sr. Liu (membro da direcção da associação) que afirma que o “chinês não gosta de pedir dinheiro” e não gosta que se gabem de o terem ajudado. “Tem vergonha, não pede dinheiro” (Anexo IX – Entrevistas, Sr. Liu Moe Jjiap).

A gestão da associação é feita de maneira bastante informal, em função das necessidades. Não existe qualquer programa de acção. O seu objectivo primário é dar apoio aos cerca de 300 associados e suas famílias, apoio esse que toma diversas formas: apoio à legalização de indivíduos em Macau (preenchimento e reunião de documentos), apoio económico e social a associados em dificuldades, organização de festas/festividades, organização de excursões, apoio a idosos, organização de actividades culturais, funerais, apoio escolar, etc.. Podem ser criadas novas acções em função de pedidos particulares. Habitualmente, os pedidos de apoio são também informais e, não raras vezes, feitos através de intermediários ou de pessoas próximas que identificam uma necessidade particular.

O financiamento das actividades da associação é feito a partir das contribuições dos associados, em algumas situações dos seus dirigentes/benfeitores, sendo, ocasionalmente, solicitados apoios a departamentos do Estado na facilitação de determinada actividade ou de instalações. As quotizações são função da sua situação económica – se a contribuição for materializada numa quantia considerável, pode constituir-se numa quota vitalícia; se a situação financeira do associado não permitir, temporária ou permanentemente, não são pagas quotas (a debilidade financeira do associado é verificada); pode ser definida uma quota anual de 100 MOP, por exemplo, a ser paga por um associado comum. A inscrição dos associados é feita de forma simples, tendo apenas que ser apresentado um comprovativo da naturalidade.

A associação dispõe apenas de uma sala de reuniões e as pessoas envolvidas nos apoios prestados ou na organização de actividades trabalham voluntariamente.

Não foi possível identificar outras entidades parceiras além da Fundação Oriente que terá investido 150000 patacas para a construção de duas escolas em Mei Zhou (para 500 alunos), por intermédio da AGCM. Existe um sentimento de gratidão muito forte relativamente à Fundação Oriente, até porque esta entidade não publicita (segundo o Sr. Liu) os apoios que vai concedendo. São organizadas com regularidade visitas às escolas, para as quais a associação costuma convidar representantes da Fundação Oriente. As entidades parceiras não

participam nos processos de tomada de decisão e na gestão da associação, sendo contactadas em função das necessidades.

Não existem mecanismos democráticos de eleição dos órgãos dirigentes da associação. Os seus líderes são os fundadores da associação, situação que é regular, aceite por todos e comum neste tipo de organização, que funciona, afinal, de forma fechada e conservadora, à luz dos princípios confucionistas que impõem o respeito pelas hierarquias (sejam elas profissionais, familiares ou económicas).

A associação não sentiu necessidade de ajustar as suas actividades ou modo de funcionamento nos últimos anos, até porque responde a uma população-alvo específica que, na maior parte dos casos, a procura pela intervenção social de festa (ainda que pontualmente existam situações em que é prestada assistência social, como a do natural de Mei Zhou que faleceu num acidente na obra em que trabalhava e deixou mulher e filhos que a Associação se encarregou de ajudar).

4.3.4 Associações de matriz portuguesa

Foram analisadas duas associações que são muito importantes e activas junto da comunidade macaense, quer do ponto de vista prático, quer da sua identidade cultural, e uma terceira associação, que sendo também de matriz portuguesa, tem objectivos e projectos completamente diferentes. O nosso objectivo era, não só perceber como funcionam estas associações e que actividades e serviços disponibilizam aos seus associados, mas, essencialmente, perceber que alterações se operaram nas instituições em si e na forma como elas se posicionam face à sociedade e aos órgãos governativos na actualidade.

A Associação para a Instrução dos Macaenses (APIM) foi fundada em 1871, por um grupo de dezanove cidadãos influentes e abastados de Macau, em resposta à ordem dada por Portugal para expulsão de todos os professores estrangeiros das escolas de Macau. O impacte desta medida, contrariada sem sucesso, é devastador e leva então à instituição, por escritura pública, de uma sociedade por quotas, exclusivamente vocacionada para a educação.

A efectiva criação da escola comercial, objectivo principal da APIM, demorou alguns anos e foi um processo complicado. A escola viria a ser inaugurada a 8 de Janeiro de 1878 como Escola Comercial Pedro Nolasco Silva, um agradecimento ao grande impulsionador da sua criação.

Após 120 anos de existência sob responsabilidade da APIM, a escola comercial seria substituída pela Escola Portuguesa. A APIM mantém-se ligada a este estabelecimento escolar, como vice-presidente da Fundação da Escola Portuguesa. Entre outras acções educativas, a APIM é responsável pela gestão e funcionamento do jardim-de-infância D. José da Costa Nunes.

A Associação para a Instrução dos Macaenses tem como finalidade principal promover a educação integral da juventude de Macau, tarefa que cumpre: (i) participando na instituição e gestão da Escola Portuguesa de Macau; (ii) promovendo e difundindo a língua e cultura portuguesas e chinesas; (iii) promovendo a realização de cursos extracurriculares e de formação artística e técnico-profissional; (iv) assegurando os serviços de uma

cantina escolar; (v) facultando material escolar e desportivo aos estudantes mais carenciados; e (vi) concedendo bolsas de estudo, além de outras iniciativas em prol da juventude local.

Com um número de sócios que não ultrapassa os 100 elementos, o financiamento da APIM passa pelas quotas pagas pelos sócios, por doações que foram feitas à associação no passado e que, através de aplicações financeiras, sustentam o seu normal funcionamento, e por apoios concedidos pelo Governo, normalmente através da Fundação Oriente, para actividades específicas. Note-se, contudo, que as propinas que são pagas pelos alunos no jardim-de-infância têm valores muito baixos, pelo que este equipamento é um dos encargos fixos da APIM.

Em termos de recursos materiais, a APIM está instalada numa sede que foi cedida pelo Governo, ainda durante a Administração Portuguesa. Muito embora o terreno onde está implantada a Escola Portuguesa seja do Governo, o edifício faz também parte dos recursos materiais da APIM.

Os diversos órgãos da APIM funcionam com base em trabalho voluntário, mas a associação conta ainda com três funcionários administrativos, fora os funcionários do jardim-de-infância.

As actividades da APIM passam pela organização, de dois em dois anos, em Macau e habitualmente em cooperação com os membros do Conselho das Comunidades Macaenses⁷⁷, do Congresso dos Macaenses, pela esporádica realização de conferências e pela organização de alguns eventos sociais.

As entidades parceiras da associação são, no caso do jardim-de-infância, o Ministério da Educação português e a Fundação Oriente, e, no caso da APIM em si, os diversos membros do Conselho das Comunidades.

Relativamente a projectos a desenvolver futuramente, o Dr. Salles Marques (Anexo IX – Entrevistas) diz que a APIM está ainda numa fase de definição – há que definir que novas vertentes se devem desenvolver, em que moldes e para quem. Assim sendo, à excepção de algumas iniciativas pontuais, não há projectos pensados. As questões da cultura e identidade macaense levaram à fundação do Conselho das Comunidades Macaenses e há um interesse da própria República Popular da China em garantir a preservação desta cultura que é própria de Macau, materializado, inclusivamente, em incentivos e apoios directos que não passam pelo Governo da RAEM. Mas saber como se deve construir a estratégia da APIM e que rumo se lhe deve desenhar é uma questão muito complicada, segundo o seu dirigente.

A **Associação dos Macaenses** (ADM) foi criada a 30 de Setembro de 1996, data em que são publicados os seus estatutos. Ao contrário do que aconteceu com outras instituições, esta não existia efectivamente antes

⁷⁷ Quer a Associação para a Instrução dos Macaenses, quer a Associação dos Macaenses, quer, ainda, a APOMAC, fazem parte, conjuntamente com cerca de duas dezenas de entidades, do Conselho das Comunidades Macaenses (CCM), “uma instituição de direito privado, criada por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, que congrega as organizações não governamentais de macaenses existentes no mundo e as pessoas que, não fazendo parte dessas organizações, pretendam participar no acompanhamento das finalidades do CCM” (n.º 1 do Art.º 1º dos Estatutos do Conselho das Comunidades Macaenses). O Conselho das Comunidades Macaenses tem por principal objectivo contribuir para o reforço dos laços que unem as comunidades macaenses entre si e a RAEM e para a promoção de actividades específicas relativas às diversas comunidades.

desta data. O Artigo 3º dos estatutos (que a actual direcção pretende rever) refere que “a associação é uma instituição sem fins lucrativos que se propõe estabelecer e promover a solidariedade entre os macaenses, defender a identidade cultural e dignificar a presença da comunidade macaense, no Território e fora dele, bem como a realização de acções de beneficência”.

A ADM tem como principal actividade a organização de eventos e festas para a comunidade macaense. No entendimento da actual direcção, esta é a melhor forma de promover a coesão da comunidade e garantir que mais sócios participam nas actividades organizadas. A última grande festa foi preparada na Escola Portuguesa pela ADM e pela APOMAC (Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau) para comemorar o S. João (antigo padroeiro da cidade). Nesta festa foi realizada uma rifa que rendeu 48000 patacas, posteriormente doadas a uma organização de beneficência.

A associação organiza também visitas a lares de idosos e ao estabelecimento prisional onde se encontram membros da comunidade. Uma actividade que a ADM pensa retomar são as aulas de culinária, ou, outra hipótese, um concurso de nova cozinha macaense que envolva as diversas associações que unem a comunidade. Estão também a ser equacionadas outras possibilidades, como um *workshop* de “patuá” (dialecto macaense). Dadas as dificuldades económicas da associação, não existem medidas concretas de apoio social, ainda que a associação tente sempre encaminhar as pessoas para as instituições públicas responsáveis. Finalmente, a associação tem em funcionamento um restaurante que serve almoços por apenas 35 patacas para não sócios e 23 patacas para sócios, e aluga quartos a sócios e amigos.

Anteriores direcções organizavam colóquios e palestras sobre a cultura macaense, bem como cursos de português subsidiados pela Fundação Oriente, mas a participação era muito reduzida, pelo que a actual direcção se concentra em actividades com que os sócios se identificam.

O financiamento da ADM é feito através das quotas pagas pelos sócios (240 patacas anuais) e de financiamentos pontuais da Fundação Macau ou do próprio Executivo (de acordo com o Presidente, Dr. Miguel de Senna Fernandes, há uma grande dificuldade em conseguir apoios porque a Fundação Macau é muito *selectiva* na atribuição de financiamento). Neste momento a associação está a tentar atrair antigos sócios que deixaram de participar nas actividades e de pagar as suas quotas.

Em termos de recursos, a ADM está instalada numa sede que foi cedida ainda pela Administração Portuguesa em Dezembro de 1999. Trabalham na associação um funcionário administrativo, cerca de meia dúzia de pessoas entre a cozinha e o pessoal de sala do restaurante, além do pessoal de limpeza para apoio aos quartos.

No que se refere a entidades parceiras, podem apontar-se os membros do Conselho das Comunidades Macaenses, mas, muito concretamente, a APOMAC. Futuramente, talvez venham a ser organizadas actividades que envolvam a Casa de Portugal e o Instituto Internacional (está a ser equacionada uma homenagem a Luíz Gonzaga Gomes).

A **Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau** (APOMAC) foi criada em Março de 2001 e tem por objectivos (i) Representar e defender os interesses dos seus associados; (ii) Estudar todas as questões que interessem aos associados e procurar soluções para elas; (iii) Promover e organizar acções conducentes à satisfação das justas reivindicações dos seus associados; (iv) Prestar aos associados todo o auxílio possível, incluindo a assistência jurídica, quando tal se mostrar necessário; e (v) Fomentar iniciativas de natureza social, cultural ou outras visando a valorização dos associados (Art.3º dos Estatutos).

A criação da associação remonta a 1998 e está associada, essencialmente, à necessidade de resolver algumas questões dos pensionistas e reformados em Macau junto das entidades portuguesas, durante e após a passagem da Administração, tendo em conta, não só o distanciamento físico, mas também, para muitos, a barreira da língua.

Em 2001, a associação torna-se uma realidade e fixa-se em instalações cedidas para o efeito por um empresário de Macau. Durante os primeiros dois anos a APOMAC não ultrapassou os 250 associados, mas foram solucionados diversos problemas – pedidos de pensões de sobrevivência que se encontravam sem resposta levando alguns associados a situações económicas muito complicadas, descontos de IRS em Portugal, realização de prova de vida para recebimento das pensões, etc..

A mudança de instalações (possibilitada pelo Governo da RAEM) permite à associação ganhar notoriedade. Actualmente conta com 1200 associados, tendo sido suspensos os processos de aceitação de sócios de modo a não comprometer a qualidade dos serviços prestados.

A associação disponibiliza um leque muito abrangente de serviços e valências, em parte facilitados pela recente ampliação da sede (autorizada pelo Chefe do Executivo) – um centro gimno-terapêutico, que conta com três máquinas de ginástica, uma sala com três cadeiras para massagens aos pés e duas salas de massagens corporais; um gabinete médico com sala de tratamentos, onde são efectuadas consultas externas (gratuitas, sendo os medicamentos comparticipados), testes de diabetes, electrocardiogramas, testes de colesterol, medições de tensão e tratamentos em geral; bar/cantina; dois balneários individuais; sala de leitura e de jogos; e carrinha de transporte. Na generalidade, é pedido um pagamento simbólico por estes serviços, para que sejam valorizados pelos sócios. Por exemplo, um almoço na cantina custa 23 MOP (preço para sócios), um tratamento de fisioterapia custa 50 MOP e trinta minutos de bicicleta ficam por 10 MOP⁷⁸.

A APOMAC continua a garantir o encaminhamento dos seus sócios para as entidades públicas sempre que necessário e a tratar dos processos junto das entidades portuguesas. São realizadas excursões com alguma regularidade, estando previsto para breve um passeio por Macau, Taipa e Coloane, dirigido, especialmente, aos sócios que estão mais isolados e não têm oportunidade de passear de outra forma.

⁷⁸ 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 Euros (23-03-2007).

Finalmente, a APOMAC faz visitas domiciliárias aos associados que se encontram mais isolados ou em condições mais precárias, procurando fazer o acompanhamento destas situações (este ano estão previstas para Outubro).

Em termos de recursos humanos, a APOMAC emprega uma médica, uma fisioterapeuta, um enfermeiro, quatro administrativos, um motorista e uma empregada da limpeza. A cantina foi concessionada, sendo este um dos meios de financiamento da associação. Os dirigentes da associação trabalham voluntariamente.

O grosso do financiamento provém do subsídio anual e de apoios pontuais dados pelo Governo da RAEM, já que as quotas pagas pelos associados são de 20 patacas e pelos pensionistas de 10 patacas. O financiamento do Governo é de uma importância extrema e é o garante do bom funcionamento da associação.

A associação não tem entidades parceiras, até porque prefere organizar as suas actividades sozinha. “Obviamente não se isola”, pelo que recentemente aceitou o convite da Associação dos Macaenses para organizar conjuntamente a festa de S. João. A festa correu bem, mas teria sido organizada de outra maneira e com mais tempo se tivesse sido pensada pelos dirigentes da APOMAC (Sr. Manhão, Anexo IX – Entrevistas).

O trabalho da associação tem contribuído, na opinião do seu Presidente, para dar maior segurança às pessoas relativamente ao recebimento das suas pensões e aos serviços prestados. No que se refere à evolução recente, as associações de matriz portuguesa terão sofrido um pequeno rebate inicial com a passagem da Administração. Actualmente, e particularmente no caso da APIM, atravessam um problema identitário, que se coloca na definição do tipo de valências a providenciar e do perfil a assumir (assistencial, cultural, recreativo, etc.). É sentida também a necessidade de renovação, mas não foram identificadas formas para cativar pessoas mais novas (Sr. Manhão, Anexo IX – Entrevistas).

A Associação dos Macaenses não alterou o seu posicionamento ou os seus objectivos, assumindo-se numa perspectiva recreativa e cultural que não põe em causa a permanência e a participação dos seus associados.

A APOMAC mantém boas relações com o Governo e o Chefe do Executivo, de quem tem recebido diversas ajudas. O facto de ter objectivos muito concretos e de servir uma população específica, distancia esta associação dos problemas identitários identificados pela APIM, por exemplo.

4.3.5 Associações políticas

Com os dados disponíveis é praticamente impossível aferir quantas associações políticas existem. Na realidade, grande parte das associações em Macau alinha numa determinada direcção política (simpatizantes do Partido Comunista Chinês, ou de raiz democrática, etc.) o que, aliás, é relativamente fácil de determinar pelos cargos desempenhados pelos seus líderes (vimos atrás que cerca de 45% das associações têm alguma orientação política).

Na listagem de associações publicada na Imprensa Oficial, estas associações surgem classificadas como “Outras” – é o caso da Associação Comunista de Macau, da Associação da Nova Era de Macau, do Centro Democrático de Macau ou da Aliança para o Desenvolvimento de Macau.

Apesar de terem sido dirigidos pedidos de entrevistas a todos os deputados eleitos por sufrágio directo, além do deputado Pereira Coutinho (associação profissional), só o deputado António Ng Kuok Cheong da Associação Novo Macau Democrático respondeu.

A **Associação Novo Macau Democrático** (New Macau) foi criada em 1992 para concorrer às eleições directas. A sua instituição foi financiada pelos cerca de 40 sócios fundadores.

Os objectivos da associação passam por (1) implementar uma tradição democrática em Macau em que o cidadão tenha direito à sua opinião e a criticar o governo de Macau, (2) garantir que os cidadãos de Macau têm o direito de criticar livremente o Governo da República Popular da China, e (3) conseguir a aceitação dos democratas em Macau, para que consigam conquistar o seu espaço e construir um sistema democrático. Estes objectivos foram definidos ainda durante a administração portuguesa e mantêm-se válidos.

Uma vez que é totalmente autónoma do ponto de vista financeiro, situação que é o garante da sua independência política segundo o deputado António Ng Kuok Cheong, a associação parece ser gerida de modo informal (não foi possível conseguir dados concretos). Os recursos financeiros provêm dos salários dos deputados António Ng Kuok Cheong e Au Kam San, de quotizações e de apoios pontuais.

Em termos de recursos humanos, a associação conta com o trabalho voluntário dos seus associados.

Os recursos materiais da *New Macau* consistem, principalmente, na sede da organização, situada num apartamento do edifício Ka Wa Kok, na Calçada de Santo Agostinho.

A associação tem por principais acções (1) fiscalizar, verificar e apoiar o trabalho dos deputados António Ng Kuok Cheong e Au Kam San; (2) apoiar na elaboração de propostas de Lei, etc., a apresentar pelos deputados na Assembleia Legislativa; e (3) apoiar a população interessada na organização de medidas de protesto pela defesa dos seus interesses.

A associação tem menos de 50 associados, sendo que os seus órgãos dirigentes são eleitos entre eles através de mecanismos democráticos. Os associados são na generalidade mais jovens do que o que é normal noutro tipo de associações.

O sucesso das acções da associação é difícil de medir uma vez que, apesar do trabalho desenvolvido e do seu possível mérito, os deputados não conseguem reunir consenso em torno das suas propostas na Assembleia Legislativa, onde estão em posição muito minoritária. Ainda assim, o impacte da manifestação realizada no dia do Trabalhador, é já um sinal, não só do descontentamento da população, mas da capacidade de mobilização da *New Macau* (entrevista ao Dr. António Ng Kuok Cheong integrada no Anexo IX).

Apesar das dificuldades que o sistema político-administrativo implica para uma associação como esta, a Associação Novo Macau Democrático tem tido um papel essencial (permitido pelos deputados que conseguiu eleger por sufrágio directo para a Assembleia Legislativa) na mobilização das pessoas em acções de protesto que, em última análise, constituem exemplos de *resistência* (Friedmann, 1996) ao modelo económico e, a pouco e pouco, vão tendo algum impacte no nível de *empowerment* político e social das comunidades. A participação da população chinesa em acções de protesto públicas é fortemente criticada pelas estruturas de poder, quer em Macau, quer na RPC. Por esta razão, parece-nos que a forte mobilização que se verificou na última manifestação do 1º de Maio (ainda que alguns rumores garantam a participação de residentes de Hong Kong, ou até que alguns dos manifestantes terão recebido somas de dinheiro em troca da sua presença no protesto) é um indicador de que, timidamente e um pouco à custa da existência de níveis de instabilidade social mais elevados para algumas camadas da população, a cultura de subserviência vai dando lugar à reivindicação de melhores condições de vida.

4.3.6 Associações profissionais

As associações profissionais são, essencialmente, produto das duas últimas fases da periodização que elaborámos atrás. Existem em Macau cerca de 120 associações classificadas como “Profissionais” e, aproximadamente, 160 classificadas como de “Trabalhadores”.

A **Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau (ATFPM)**, é a maior e mais influente organização deste tipo (Anexo IX – Entrevistas, Dr. Pereira Coutinho, Dr.^a Rita Santos), sendo possivelmente a razão pela qual foi eleito como deputado à Assembleia Legislativa um cidadão macaense com nacionalidade portuguesa.

A Associação foi criada em 1987 para representação dos funcionários da Administração Pública, a partir da vontade de um grupo de funcionários públicos e de alguns representantes de partidos políticos portugueses em Macau. É, portanto, fruto de uma vontade colectiva e tem raiz político-social. A associação defende os interesses dos funcionários públicos no activo, independentemente do seu vínculo laboral, dos pensionistas, dos aposentados ou dos que se encontram a aguardar aposentação, bem como de trabalhadores do sector privado que solicitem adesão.

A actividade da ATFPM é regulamentada nos Estatutos da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau que, no seu Art.º 4º estabelece a independência da associação relativamente ao Governo ou a quaisquer associações, estipulando que não pode enveredar em qualquer actividade política, partidária ou religiosa.

A associação tem por principais objectivos: “(1) Representar e defender os interesses socioprofissionais dos seus associados; (2) Promover a defesa dos princípios de deontologia profissional; (3) Estudar todas as questões que interessem aos associados e procurar solução para elas; (4) Defender a justiça e a legalidade, [...] no acesso à função pública, nas nomeações e promoções dos trabalhadores [...] lutando contra qualquer forma de discriminação; [...] (6) Promover e organizar acções conducentes à satisfação das justas reivindicações dos seus associados; (7) Prestar aos associados todo o auxílio possível, incluindo a assistência

jurídica [...] nos conflitos resultantes de relações de trabalho; (8) Fomentar iniciativas de natureza social, cultural ou outras, visando a valorização profissional dos associados (Art.º 5º).

De entre os serviços prestados aos associados, são de destacar: informação jurídica gratuita, informação profissional gratuita, intermediação na resolução de situações de conflito, enquadramento de factos e qualificação da situação jurídica, actividades desportivas, actividades culturais (intercâmbios de pintura, música, dança, etc.; a associação tem um rancho folclórico com 70 elementos que já conta com mais de 300 espectáculos), excursões para associados à China ou ao estrangeiro e seminários e palestras.

As receitas da associação resultam do produto das quotas, de donativos, doações ou legados, de juros de fundos capitalizados e de quaisquer receitas que lhe sejam atribuídas ou que venham a ser criadas. Actualmente, a ATFPM tem mais de 10000 associados. O valor das quotizações a ser pagas pelos associados é função do seu vencimento líquido mensal, oscilando entre as 5 e as 30 MOP.

É elaborado anualmente um Plano de Actividades, que é executado com um mês de antecedência para o ano seguinte de modo a que possa ser apresentado um pedido formal ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura para custear parte das actividades. A associação não só apresenta comprovativos das despesas efectuadas, como é alvo de auditorias internas e externas, promovendo uma maior transparência junto dos seus associados e da população em geral.

Todas as pessoas que trabalham em prol da associação fazem-no em regime de trabalho voluntário (com excepção do pessoal administrativo e auxiliar).

A associação desenvolveu algumas relações de parceria com a UGT e a CGTP em Portugal, é filiada na *Public Service International* (membro do Conselho Regional com sede em Tóquio) e tem três representantes no Conselho das Comunidades Portuguesas (Conselho Regional Ásia e Oceânia), o que permite uma maior integração das organizações na defesa dos interesses dos seus associados, bem como a ampliação da sua capacidade de actuação⁷⁹ (Clarke, 1998, p.35).

Alguns dos seus membros fazem também parte de órgãos políticos da RAEM (é o caso do Dr. Pereira Coutinho, deputado da Assembleia Legislativa) e estão integrados em diversas associações cívicas, o que lhes permite dar maior visibilidade e alargar o seu âmbito de acção na defesa dos interesses dos seus associados. De acordo com o Dr. Pereira Coutinho, o “sucesso da associação é medido através do grau de confiança dos associados, materializado na eleição de representantes para a Assembleia Legislativa por larga margem de votos”.

⁷⁹ Note-se que a UGT foi uma das entidades que repudiou a forma como as autoridades policiais actuaram durante os protestos do 1º de Maio, tendo enviado uma carta ao Chefe do Executivo em que condenava o facto da policia ter “recorrido a barreiras para impedir que se desenrolasse a manifestação”, acusando-a de ter recorrido a “força excessiva” quer pelo uso de “gás lacrimogéneo e bastões”, quer pelos disparos que “feriram gravemente um transeunte”. Na carta a UGT acusava as autoridades de terem tido um comportamento que viola “todos os direitos humanos e sindicais fundamentais”, apelando a que a RAEM cumpra e respeite os compromissos assumidos ao subscrever as convenções n.º 87 e 88 da Organização Internacional do Trabalho («Hoje Macau», 22-5-2007).

4.3.7 Associações cívicas

Estas associações são fruto de alguma evolução cívica da população da RAEM. Nos últimos anos não só têm surgido mais organizações cívicas, como se tem assistido ao intensificar da sua actividade.

Existem 26 associações classificadas como de “protecção do ambiente” nos dados publicados na Imprensa Oficial de Macau, mas são referenciadas outras (como o “Instituto para Verde Ambiente”) na listagem referente a “Outras”. Estas associações foram fundadas, na sua totalidade, entre 2001 e 2007, sendo que 19 delas foram mesmo criadas entre 2004 e 2006. Uma das mais visíveis é a *Associação para o Estudo da Ecologia de Macau*, criada em 2001, e que têm surgido nos órgãos de comunicação social em defesa dos pântanos em frente às Casas Museu da Taipa e de outros pontos específicos que são o local de nidificação das garças de rosto negro, uma espécie migratória ameaçada de extinção.

É também como “Outras” que surgem listadas algumas das associações de defesa do património, como é o caso da *Associação de Antiguidade e Vestígio de Macau* ou da *Associação dos Embaixadores do Património de Macau*, ainda que algumas surjam classificadas como “Arte e Cultura” – é o caso da *Associação para o Património Histórico e Cultural de Macau*, uma das mais interventivas na actualidade, e que foi criada em Dezembro de 1999. De facto, a *Associação para o Património Histórico e Cultural de Macau*, aliada à *Associação de História de Macau* e a outras organizações, tem lutado pela defesa do património classificado e com interesse, opondo-se à forma como os projectos urbanísticos, sem o controle de um plano formal, estão a deteriorar a imagem da cidade e a colocar em risco a própria classificação atribuída pela UNESCO. Recentemente, estas organizações surgiram em defesa do farol e da capela da Guia que deixarão de estar visíveis caso seja aprovado um edifício com cerca de 90 metros previsto para o sopé do monte («Hoje Macau», 30-1-2007; 23-7-2007), insurgiram-se contra um projecto imobiliário previsto para trás da fachada das ruínas de S. Paulo (8-8-2007) e alertaram para o facto de ter sido destruído um troço da antiga muralha setecentista da cidade, propondo a construção de uma estrutura em vidro que proteja a estrutura restante (5-7-2007).

Referência ainda para a criação de organizações como a *Associação de Protecção dos Direitos dos Peões* (criada no dia 25 de Maio de 2006), ou como as Associações de Defesa dos Animais, que nos últimos anos se têm multiplicado.

Estas organizações, a par de outras que já analisámos, têm tido um papel essencial na promoção da articulação entre as “valorações sociais” e as “valorações abstractas do mercado” (Friedmann, 1996, pp.56-57), baseando a sua acção em princípios de sustentabilidade e de legado para as gerações vindouras (essenciais num Território de imigração como é a RAEM, em que é preciso criar sentimentos de pertença), e na exigência de melhores condições de vida, através do privilégio de lógicas de participação e de afirmação da cidadania. Sabemos que construir organizações cívicas é um processo social de *empowering*, uma vez que permite aos diversos sectores da sociedade civil alargar a sua autonomia (Friedmann, 1996, p.38).

4.3.8 Associações comerciais e de amizade

O cenário de desenvolvimento económico da Região Administrativa Especial de Macau e a sua assumpção como plataforma privilegiada de ligação à República Popular da China têm contribuído para a atracção de algum investimento estrangeiro e motivado o surgimento de inúmeras associações de comércio e amizade entre países muito diversos e Macau. É o caso da Associação dos Empresários Britânicos de Macau, da Câmara de Comércio Americana de Macau, da Associação dos Investidores de Macau na China, da *Associazione Macau-Italia* ou da *German - Macau Business Association*.

A actividade do *Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa* (adiante designado por «Fórum») tem, por outro lado, potenciado o desenvolvimento de associações destes países, com quem promove iniciativas em parceria e a quem atribui diversos apoios. Muitas destas associações ganharam um novo fôlego com o início da actividade do Fórum. Existem: a Associação Angola-Macau, a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, a Associação Amizade Macau-Cabo Verde, a Associação dos Naturais e Amigos da Guiné-Bissau, a Casa de Portugal, a Associação dos Empresários Portugueses em Macau e a Associação Amizade Macau-Timor Lorosae.

A Associação Angola-Macau é um caso paradigmático da adaptação das associações ao novo contexto político e económico, como teremos oportunidade de ver.

A maior parte destas *associações amizade* com países de língua portuguesa (PLP), muito concretamente com países africanos, foram criadas antes da assinatura da Declaração-Conjunta por portugueses saudosistas, retornados de África. Tinham uma vertente recreativa muito vincada, sempre com África em pano de fundo. Os sócios eram (e são ainda) na sua maioria portugueses. Com a assinatura da Declaração-Conjunta Luso-Chinesa e, mais tarde, com a transição da Administração, muitos portugueses acabaram por regressar a Portugal. As associações, incluindo a *Associação Angola-Macau*, entraram numa fase de letargia de onde só saíram recentemente. O trabalho de cooperação com o Fórum e com outros gabinetes e entidades estatais têm contribuído para o sucesso de algumas iniciativas (Anexo IX – Entrevistas, Dr. Alexandre Correia da Silva).

A **Associação Angola-Macau** foi criada muito antes da sua fundação oficial (publicação dos estatutos na Imprensa Oficial), que só aconteceu a 4 de Maio de 2005.

A primeira versão dos estatutos (4-05-2005) definia como «Fins»: “A *Associação dos Naturais e Amigos de Angola* tem fins recreativos, culturais, desportivos, de convívio e informativos, podendo para o efeito realizar acções de intercâmbio com Angola e de um modo geral iniciativas adequadas à promoção dos supra-referidos fins”. Uns meses mais tarde (18-01-2006), os estatutos seriam revistos numa clara aproximação aos objectivos do Fórum, revisão essa que passou inclusivamente pelo nome da Associação. A revisão do Art.º3º, «Fins», passa a consagrar: “A *Associação Angola-Macau* tem fins recreativos, culturais, desportivos, de informação de Angola e dos seus potenciais económicos e turísticos e divulgação de oportunidades de investimento, bem como de apoio aos cidadãos angolanos residentes em Macau, podendo para o efeito realizar acções de intercâmbio com Angola e de um modo geral iniciativas adequadas à promoção dos supra-referidos

fins”. De um texto inicial muito simples e que colocava a associação num plano recreativo-cultural, a revisão regista a necessidade de cooperação económica.

Em entrevista ao Presidente da *Associação Angola-Macau*, Dr. Alexandre Correia da Silva (Anexo IX – Entrevistas), foi possível perceber a importância do Fórum no suporte financeiro da criação, ou reactivação (como é o caso), das associações e da sua actividade, particularmente do Gabinete de Apoio na RAEM⁸⁰ (Dr. Alexandre Correia da Silva e Dr.^a Rita Santos, Anexo IX – Entrevistas). Inicialmente, o Fórum suportava a actividade das associações em áreas diversas, mas actualmente é necessário que os pedidos de financiamento se enquadrem nos objectivos do Fórum, i.e., que tenham a cooperação económica como objectivo último. A alteração dos estatutos foi concretizada para promover este encontro.

Contudo, apesar desta relação de dependência das associações em relação ao Fórum, de acordo com o Dr. Alexandre Correia da Silva, é muito baixa a parcela das relações de cooperação entre os Países de Língua Portuguesa (PLP) e a República Popular da China que passa efectivamente pelo Fórum, o que fica a dever-se não só à fraca dimensão política e institucional do Território, que não consegue contrariar a lógica das relações bilaterais, mas também à incapacidade da RAEM em se publicitar e à incapacidade e insensibilidade das classes políticas em perceber quais são as características distintivas de Macau que a impõem como parceiro privilegiado.

Estarão inscritos na *Associação Angola-Macau* cerca de 120 sócios, dos quais apenas uma dezena são efectivamente cidadãos angolanos. A associação debate-se com a falta de participação dos sócios no delinear de programas de acção e na implementação de iniciativas, e com a falta de pagamento das quotas.

A Associação não tem sido muito activa em matéria de actividades organizadas. É gerida de modo quase informal, sem dar grande atenção ao estipulado pelos estatutos. Não são realizadas eleições como definido, por exemplo. O Fórum apoiou financeiramente a *reactivação* da associação e, conjuntamente com a Fundação Macau e o gabinete do Chefe do Executivo, vai financiando actividades e projectos que envolvem a associação, directa ou indirectamente. Por exemplo, uma das iniciativas que foi desenvolvida foi a elaboração de um DVD de apresentação das potencialidades de Angola em matéria de investimento, que foi totalmente financiado. Neste momento, o Dr. Alexandre Correia da Silva sente necessidade de fazer um DVD ao contrário – a destacar a importância e as vantagens da assumpção da RAEM como plataforma de ligação à China, para distribuir em Angola e noutros PLP.

Em termos de entidades parceiras, para além das que já foram referidas (Fórum, Fundação Macau e Gabinete do Chefe do Executivo), podem considerar-se as outras *associações amizade*, apesar de nem sempre a convivência ser “pacífica”. Um dos projectos do Dr. Alexandre Correia da Silva é criar uma grande associação (como acontece no caso das associações chinesas) que agregue todos os países da lusofonia. Esta solução traria várias vantagens, não só em termos políticos e representativos, mas em termos práticos – por exemplo,

⁸⁰ O trabalho do Secretariado Permanente do Fórum é complementado pelo de dois gabinetes: o Gabinete de Apoio na RAEM (cuja coordenadora é a Dr.^a Rita Santos – Anexo IX – Entrevistas) e o Gabinete de Ligação na China.

o Dr. Alexandre Correia da Silva está a pensar criar um sistema de apoio médico para os alunos bolseiros de proveniência angolana, mas é difícil criar um protocolo para meia dúzia de pessoas. Seria mais fácil se se contactasse uma entidade de saúde para desenvolver um protocolo para 20 ou 30 alunos. As dificuldades desta solução prendem-se com a resistência de algumas associações, como é o caso da Casa de Portugal que acha prematuro, ou de associações mais pequenas e menos representativas que olham a proposta com desconfiança e receio de que sejam dominados pelas associações maiores, perdendo terreno.

A Fundação Macau apoia a actividade das associações, ainda que indirectamente, atribuindo bolsas de estudo a alunos africanos de várias origens. Estão neste momento cinco alunas angolanas em Macau no curso de Direito, mas estão a atravessar algumas dificuldades: de integração, porque a sociedade chinesa é complicada de penetrar (acabam por se integrar junto dos bolseiros africanos que estão em Macau); porque o nível de inglês não é suficiente; porque o grau de dificuldade dos cursos é superior ao que estavam habituadas e têm um nível fraco de preparação; e porque têm tido dificuldades económicas.

Neste momento a associação tem uma sede, onde foram instalados computadores que têm sido utilizados pelas bolsieras para se manterem em contacto com a família e amigos.

O trabalho da Associação Angola-Macau é informal e parece privilegiar a resolução problemas específicos e alguma diplomacia, sem que seja seguido um programa pré-definido. Aliás, a actividade da associação parece estar completamente apoiada no Presidente da Direcção. Recentemente, terá sido a intervenção do Dr. Alexandre Correia da Silva, conjuntamente com o Embaixador de Angola em Pequim, que impediu que, quer o consulado de Angola, quer a Câmara de Comércio, que estão agora previstos para Macau, fossem implantados em Hong Kong. A presença do Fórum (apesar de aparentemente do ponto de vista formal e efectivo ter uma importância menor) e a língua portuguesa terão pesado na decisão, até porque Hong Kong é muito próximo – a vantagem financeira da proximidade a Hong Kong mantém-se.

4.3.9 Associações desportivas

Os dados da Imprensa Oficial listam qualquer coisa como 650 associações desportivas. É sabido que muitas já não existem, outras já não estão activas e outras ainda nunca tiveram qualquer actividade relacionada com o âmbito com que se inscreveram. “Nalguns casos o objectivo expressamente formulado não visa senão esconder o objectivo real e mesmo dar-lhe cobertura legal no caso em que as actividades efectivamente prosseguidas para o atingir estão à margem da lei. Sabemos, por exemplo, que algumas associações desportivas [particularmente de artes marciais] são a fachada legal para a actuação das seitas” (Santos et al., 1998, p.414), tal como algumas firmas comerciais de importação e exportação (1998, p.476).

O sistema eleitoral, designadamente no que se refere às eleições indirectas, favorece, como vimos, a criação de associações, sendo que muitas serão também desportivas. Desta forma, o facto de estarem registadas cerca de 650 associações desportivas (22% do total) não significa que a população em Macau goste muito de fazer desporto.

A **Associação dos Veteranos de Futebol de Macau (AVFM)** foi criada a 19 de Maio de 1999. A associação tem por objectivos: “a) Promover, regulamentar, difundir e dirigir a prática de futebol de veteranos na área da sua jurisdição, designadamente as provas inter-clubes e o intercâmbio com colectividades nacionais e estrangeiras; b) Estabelecer e manter relações com os clubes seus filiados e com as associações congéneres, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente com as associações de territórios vizinhos; c) Organizar os campeonatos locais e, facultativamente, quaisquer outros que considere convenientes; d) Representar o futebol de veteranos, dentro e fora do Território e junto das instâncias superiores e das entidades oficiais; e e) Velar e defender os legítimos interesses dos seus associados e filiados” (Art.º 2º dos Estatutos).

Com apenas quarenta associados, todos com idade superior a 40 anos, como estipulado nos Estatutos, a associação organiza jogos de futebol para treino sempre que possível, normalmente no Campo do Canidromo. Organiza também um jantar mensal onde são discutidos os assuntos relativos à associação, uma vez que não tem sede.

As actividades de maior destaque desta associação prendem-se com a sua participação em jogos de futebol de veteranos internacionais, em que representa a RAEM, e com a organização do Torneio da Soberania.

A participação em *jogos internacionais* tem sido incentivada e financiada por instituições da RAEM, como é o caso de uma recente deslocação a Portugal, co-financiada pelo Instituto do Desporto, em que cada participante/jogador pagou 7000 MOP. Participam com alguma regularidade em jogos na China, em Hong Kong, etc..

O *Torneio da Soberania* é apoiado pelo Chefe do Executivo que, habitualmente, está presente nos jogos, e é entendido pelo Presidente da associação como um contributo para as comemorações da soberania da RAEM. Inicialmente participavam quatro equipas, mas actualmente, são oito as equipas participantes (incluindo a de Macau). No Torneio de 2007, as equipas participantes são: S. Francisco, Malásia, Cantão, Coreia, Formosa, Marítimo, Hong Kong e Macau. O financiamento deste torneio cobre as despesas com o alojamento, a alimentação e as deslocações das equipas participantes. Os jogos são realizados no Canidromo que, sendo um estádio mais pequeno, é mais fácil de encher.

Esta associação mantém boas relações com o Chefe do Executivo, motivadas também pela realização do Torneio da Soberania.

4.4 RELAÇÃO COM O ESTADO

Neste sub-capítulo iremos debruçar-nos sobre a relação das associações com Estado, designadamente no que se refere a duas dimensões: à intervenção dos Centros de Acção Social no apoio às associações e ao financiamento estatal a estas organizações. Ainda que a relação entre as organizações associativas e o Estado seja relativamente abrangente, envolva diversos sectores e gabinetes estatais e se baseia em diferentes abordagens (cooperação, parceria ou apoio unilateral do Estado), escolhemos analisar estas duas temáticas, que nos parecem mais relevantes tendo em conta os objectivos deste trabalho.

O trabalho efectuado pelos Centros de Acção Social é objecto de análise pelo seu importante papel junto das populações e pela sua acção concertada e de parceria com as associações locais.

Por outro lado, a análise dos casos de estudo permitiu perceber a importância que o financiamento estatal tem na actividade das associações em Macau, seja através da atribuição de verbas anuais, seja através de apoios pontuais, impondo que procurássemos perceber como funciona e como tem evoluído a atribuição de subsídios.

4.4.1 Desconcentração dos serviços sociais – Centros de Acção Social e apoio a associações

Os Centros de Acção Social correspondem a uma desconcentração⁸¹ dos serviços sociais do Estado, tendo uma acção extremamente importante e, como se verá, articulada relativamente à de outras entidades, como sendo as *kaifong*. Assim, é de todo o interesse analisar o funcionamento, competências e a forma como estes serviços estatais se relacionam com os seus parceiros.

Uma das medidas mais importantes com vista à aproximação dos serviços e assistência social à população de Macau foi a criação, em 1986, de quatro Núcleos de Atendimento e Coordenação Local. Hoje são cinco e designam-se por **Centros de Acção Social** (CAS), encontrando-se ao abrigo do Serviço Comunitário. “A diversificação das áreas da política social, a sua articulação num só serviço social e a sua estrutura descentralizada em núcleos, tornaram possíveis algumas mudanças qualitativas na providência estatal” (Santos et al., 1998, p. 314). Existe ainda um sexto centro – o Gabinete de Acção Familiar (GAF).

O trabalho de providência social passou a assentar nos CAS e na sua articulação com as associações comunitárias (nomeadamente as *kaifong*, mas também outras organizações não governamentais), passando as estruturas do IAS a ter funções de coordenação. De acordo com a redacção do D.L. n.º 24/99/M de 21 de Junho, cabe aos CAS, em coordenação com o GAF, “a execução das actividades cometidas ao Departamento da Família e Comunidade”.

Estes centros operam ao nível da freguesia, ou de agrupamentos de freguesias, com excepção para o CAS da Ilha Verde, que surge integrado na freguesia de N. Sr.ª de Fátima. Temos então: (1) São Lourenço e Sé; (2) Santo António e São Lázaro; (3) Nossa Senhora de Fátima; (4) Ilha Verde; (5) Taipa e Coloane (Anexo IX – Entrevistas, assistentes sociais CAS/GAF).

Os serviços prestados pelos CAS incluem: (i) Tratamento de casos (pedidos de apoio de vários tipos); (ii) Apoio económico (a famílias e indivíduos carenciados e famílias monoparentais); (iii) Atestado de situação económica (para pedido de apoio judicial); (iv) Serviço de aconselhamento a indivíduos e famílias (direccionado a jovens com comportamentos desviantes ou marginais, pessoas com perturbações emocionais, crianças alvo de maus tratos, problemas ao nível das relações conjugais, entre pais e filhos e interpessoais); (v) Apoio às entidades judiciais no tratamento de casos (para conhecimento e posterior acompanhamento de

⁸¹ Consiste na realocização ou transferência da capacidade de decisão ou da responsabilidade ou autoridade administrativa para níveis mais baixos da estrutura governamental central, de ministérios ou de departamentos do Estado (Cheema e Rondinelli, 1983; PDNU).

situações de maus tratos, agressão sexual, tutela, violência doméstica, etc.); (vi) Serviço de apoio a casos urgentes durante 24 horas (serviço assegurado por assistentes sociais que são notificados pela polícia ou pelos bombeiros a prestar apoio em situações de violência doméstica, suicídio, alojamento, etc.); (vii) Apoio a sinistrados (vítimas de incêndios, tufões, acidentes, etc.); e (viii) Fornecimento de refeições.

Para que se possa ter uma ideia do trabalho desenvolvido pelos Centros de Acção Social, atente-se no seguinte (Relatório Anual de Actividades, 2005): em 2005, os CAS atenderam um total de 11958 pessoas, sendo que, para avaliar os cerca de 10000 pedidos de diversos tipos, foram efectuadas 20543 entrevistas e 15245 visitas domiciliárias. Ainda no mesmo ano, foi concedido apoio económico a 10285 indivíduos e famílias (mais 2089 do que no ano anterior).

Em 2005, dos cerca de 404 milhões de patacas⁸² gastas pelo IAS em “Despesas de Âmbito Social” (59% do orçamento total de 2005), 39.9% foram canalizadas para “Apoio Financeiro a instituições particulares”, designadamente aquelas que prestam serviços sociais através de equipamentos colectivos (91% através de apoio financeiro regular e 9% em apoio eventual). Desta verba, 48.4% foram encaminhados para “Apoio financeiro a indivíduos e famílias” e 10% para “Subsídio para Idosos”.⁸³

Dos cerca de 180 equipamentos sociais em funcionamento na RAEM⁸⁴, o IAS tem treze a seu cargo e apoia todos os outros (apoio técnico e/ou financeiro em todas as valências, cedendo, num conjunto relativamente alargado de situações, instalações, equipamentos e materiais). De acordo com o Relatório de Actividades de 2005, foram regularmente subsidiados 149 projectos/unidades, o que representava praticamente 80% dos equipamentos e serviços disponíveis.

Desta forma, a actividade do IAS é indissociável da das instituições particulares que desenvolvem actividades de apoio social. A importância da relação de cooperação entre o IAS e estas instituições particulares tem sido reconhecida e incentivada, inclusivamente através da publicação do D.L. n.º 22/95/M de 1 de Maio, que fixa o seu enquadramento normativo com o “objectivo de apoiar, valorizar e incentivar a intervenção do voluntariado social organizado na resolução dos problemas dos indivíduos, famílias e grupos sociais carenciados” (texto introdutório do diploma).

Contudo, nem sempre as associações são convidadas a participar no processo decisivo ou de auscultação da população. Simultaneamente, sendo quase exclusivamente dependentes dos subsídios atribuídos pelas instituições governamentais, nem sempre encontram o espaço político para sustentar a defesa dos interesses das populações que representam. “A prática corrente indicia [...] uma versão pobre de articulação, caracterizada por um paternalismo autoritário que procura a legitimação comunitária para a execução de políticas sociais que se pretende que ocorra sem sobressaltos sem, contudo, assumir, em contrapartida, a participação autónoma das organizações comunitárias na concepção e execução políticas. [...] Isto explica

⁸² 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 euros (23-3-2007).

⁸³ Anexo XI – Orçamento e Despesas do IAS, 2005 (retirado de www.ias.gov.mo, Janeiro de 2007).

⁸⁴ Ver Anexo X – Listagem dos Equipamentos Sociais existentes na RAEM.

também que esta articulação incluía apenas as organizações comunitárias mais vulneráveis e mais dependentes financeiramente da generosidade da administração. As grandes e fortíssimas instituições chinesas de solidariedade, mantêm-se totalmente à margem das instituições da política social do Estado” (Santos et al., 1998, p. 341).⁸⁵

Ainda que os números mais recentes apontem para uma menor participação da população no funcionamento das associações, a sua forte implantação junto das comunidades e a abrangência das actividades e serviços facilitados, são sinais evidentes de que a procura sócio-jurídica no domínio da cultura, da educação, dos tempos livres, da assistência e da acção social se faz de forma consistente junto das associações.

Parte dos centros comunitários existentes na RAEM resultam de parcerias e colaborações entre o Instituto de Acção Social e as *kaifong*. É o caso dos Centros Comunitários da Ilha Verde, de Iao Hon, de Mong-Há, da Areia Preta e da Taipa (existem outros, por exemplo, os três centros da Associação Geral dos Operários de Macau).

Os Centros Comunitários têm por objectivo melhorar a qualidade de vida dos moradores dos bairros apoiados, estreitar os laços de vizinhança e reforçar o sentido de pertença. Os centros dedicam-se à promoção da educação cívica, incentivando os moradores, especialmente os jovens, a participar nos assuntos comunitários, e disponibilizam um conjunto de serviços e valências que vão desde bibliotecas e salas de leitura, auditórios, salas de recreio/jogos, ginásio, à organização de palestras, exposições, conferências, cursos de formação, festas recreativas, bailes, actividades desportivas e concursos. Finalmente, estabelecem a ponte com o IAS, acompanhando casos e prestando apoio aos moradores. Assim sendo, estes centros são no fundo o fruto da colaboração e articulação entre os Centros de Acção Social/IAS e as *kaifong*.

As lógicas de parceria desenvolvidas através destes centros comunitários permitem aos CAS beneficiar da proximidade das *kaifong* às comunidades, o que promove uma utilização integrada e equilibrada dos recursos existentes e a construção de respostas mais dirigidas aos problemas identificados. A actividade destes centros comunitários passa pelo envolvimento das comunidades, em lógicas que nos remetem para processos de desenvolvimento comunitário.

De acordo com o que pudemos apurar junto de assistentes sociais de diversos CAS (Anexo IX – Entrevistas), na generalidade, é dado apoio técnico e financeiro às Associações de Moradores para que possam desenvolver as suas valências, por exemplo, os centros comunitários, os centros para idosos ou os centros de apoio a imigrantes – apoio administrativo, ajuda no recrutamento de assistentes sociais, cedência de espaços e equipamentos, apoio financeiro pontual para organização de uma actividade, etc..

⁸⁵ Tudo leva a crer que a situação de mantenha. Com efeito, do ponto de vista político as associações são aconselhadas a manifestar a sua opinião, mas mantendo a sua “obrigação especial” e “responsabilidade acrescida” em “explicar às pessoas as políticas governamentais”, uma vez que “o seu papel não é só fazer eco das preocupações da população” (declarações de Dominic Sio Cji Wai, Presidente do Centro de Pesquisa Estratégica para o Desenvolvimento de Macau, ao «Hoje Macau», 27-7-2006). Para Leong Tak Wai, vice-director de uma Associação de Moradores, uma “questão importante é o financiamento das associações, demasiado dependentes dos subsídios do Governo” o que o leva a concluir que têm que recorrer mais a financiamento próprio “já que o apoio do Governo não é ilimitado” como os obriga muitas vezes “a organizar actividades em consonância com os objectivos do Governo” (declarações ao jornal «Hoje Macau», 29-1-2007).

Hoje em dia a população já procura directamente o Instituto de Acção Social e os Centros de Acção Social ou Gabinete de Acção Familiar, naquilo que são as suas competências. As *kaifong*, além dos serviços que disponibilizam, mantêm um papel importante no encaminhamento das pessoas, particularmente porque têm um horário de funcionamento mais alargado, o que facilita o contacto com aqueles que trabalham. Ainda que esta função de encaminhamento se mantenha, terá sido mais importante no passado.

4.4.2 Análise do financiamento Estatal às associações

A análise dos casos de estudo escolhidos permite perceber a importância que o financiamento estatal tem na actividade das associações em Macau, seja através da atribuição de verbas anuais, seja através de apoios pontuais para a realização de uma qualquer actividade ou para aquisição ou melhoria das suas valências e serviços.

A entidade responsável pela atribuição de financiamento a associações, actividades ou indivíduos, nos mais diversos âmbitos é a **Fundação Macau**.

De acordo com o n.º 1 do Art.º 2 dos estatutos da Fundação Macau, esta instituição “tem por fins a promoção, o desenvolvimento e o estudo de acções de carácter cultural, social, económico, educativo, científico, académico e filantrópico, incluindo actividades que visem a promoção de Macau”. A Fundação pode, no âmbito dos seus objectivos, desenvolver cooperação com entidades públicas ou privadas e conceder-lhes apoio.

O financiamento da própria Fundação Macau é feito através (i) dos montantes atribuídos no âmbito do contrato para a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar no território de Macau (os concessionários do jogo transferem para a Fundação o valor correspondente a 1.6% das suas receitas globais); (ii) de dotações atribuídas pelo Governo da RAEM; (iii) das receitas consignadas ou demais rendimentos que lhe devam ser atribuídos por força de diplomas legais, outros contratos, sentenças ou decisões arbitrais; (iv) dos subsídios, dotações, donativos, heranças, legados ou doações de pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, da RAEM ou do exterior; (v) dos rendimentos provenientes de investimentos realizados com os seus bens próprios; (vi) dos bens por si adquiridos, a título gratuito, oneroso ou outro.

Fazem parte das competências da Fundação Macau a atribuição de doações (por exemplo, em 2006 foram doadas 3.307.050 patacas aos Governos de Jingtangshan, da Província de Yunnan, de Timor-Leste e à Casa de Macau em Portugal), a realização de estudos e seminários académicos, a execução de projectos e actividades de cooperação com o Delta do Rio das Pérolas, actividades editoriais, a atribuição de subsídios a projectos de estudo sobre Macau, a realização de espectáculos, exposições e concursos, a atribuição de bolsas a alunos estrangeiros através do Centro UNESCO de Macau, a realização de actividades de intercâmbio com o exterior, a organização de eventos culturais e a assistência técnica e financeira a outras entidades , entre outras.

As listagens dos financiamentos atribuídos por trimestre, publicadas no Boletim Oficial, permitem perceber a abrangência e diversidade dos apoios concedidos . Os financiamentos podem ser atribuídos a *instituições* (de

Arte e Cultura, de Ciência e Tecnologia, Desportivas, Recreativas, de Educação e Juventude, Religiosas, de Saúde, Sociais, etc.) para apoiar o seu funcionamento ao longo do ano, podem ser atribuídos a *indivíduos*, para financiar a sua participação em provas desportivas, em conferências, etc., ou como bolsas ou prémios de mérito, ou podem ser atribuídos para a *realização de actividades*, por exemplo: subsídios para realização de actividades culturais (exposição, feira do livro, concerto, etc.); subsídios para a realização de seminários, colóquios, palestras, cursos de formação; subsídios para publicação de livros ou lançamento de CD; subsídios para pagamento de propinas, bolsas, financiamento de projectos de investigação, prémios de mérito; subsídios para realização de campanhas de sensibilização, caridade ou angariação de fundos; subsídios para deslocações em âmbitos diversos (visitas de estudo, investigação científica, participação em seminários, etc.), subsídios para realização de comemorações, actividades festivas, organização de eventos, etc. Vejamos alguns casos retirados das listagens de subsídios atribuídos durante os dois primeiros trimestres de 2007 (publicadas no Boletim Oficial):

Quadro 12: Exemplos de subsídios atribuídos pela Fundação Macau, 1º e 2º Trimestres de 2007

Beneficiários dos apoios financeiros	Finalidade	Despacho de autorização	Pago em	Montante atribuído (MOP ⁸⁶)
Federação das Associações dos Operários de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas com a realização do plano de actividades do ano de 2007 do seu centro de apoio profissional	29-11-2006	18-01-2007	500.000
Associação Internacional Budista Progresso de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	29-11-2006	18-01-2007	20.000
Associação dos Farmacêuticos de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	21-12-2006	25-01-2007	200.000
Alves Dias, Célio	Corrida do Troféu Hotel Fortuna	22-1-2007	01-02-2007	15.000
Associação Geral das Mulheres de Macau	Apoio financeiro para custear as despesas com a realização de actividades da associação [...]	30-1-2007	08-02-2007	8.000.000
União Geral das Associações de Moradores de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas com a realização de trabalhos de serviço social no ano de 2007	30-1-2007	08-02-2007	11.000.000
Associação Nova Juventude Chinesa de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	30-01-2007	08-02-2007	4.500.000
Associação Promotora da Instrução dos Macaenses	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	30-01-2007	08-02-2007	4.500.000
Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Apoio financeiro para custear parte de uma exposição especial "Conhecimento eterno - Livros Imperiais, Obras de Arte e Cultura Qing" (1ª prestação).	21-12-2006	15-02-2007	411.505
Associação de beneficência e Assistência Mútua dos Moradores do bairro «O Tái»	Subsídio para apoiar parte das despesas com a realização de actividades de celebração do festival das lanternas 2007.	01-02-2007	22-02-2007	5.000
Associação Planeta Azul	Subsídio para apoiar parte das despesas com a realização de uma palestra	01-02-2007	01-02-2007	10.000
Associação dos Macaenses	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	21-09-2006	22-03-2007	500.000
Casa de Portugal	Subsídio para apoiar parte das despesas com obras de remodelação da sede	14-02-2007	22-03-2007	380.000

⁸⁶ 1 Pataca de Macau (MOP) – 0.09740 Euros (23-03-2007).

Beneficiários dos apoios financeiros	Finalidade	Despacho de autorização	Pago em	Montante atribuído (MOP ⁸⁶)
Associação dos Amigos de Moçambique	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007 e aquisição de equipamentos	14-03-2007	29-03-2007	20.000
Associação Promotora de Vida Saudável de Macau	Apoio financeiro para custear parte das despesas com a publicação de 4 números de "Vida Saudável de Macau" (1ª e 2ª prestações)	14-02-2007	12-4-2007, 28-6-2007	10.000
Escola Pooi To	Apoio financeiro para custear as despesas com as reformas do novo prédio escolar e aquisição de equipamentos	18-04-2005	19-04-2007	5.000.000
Associação de Beneficência dos Son I de Coloane	Apoio financeiro para custear parte das despesas com a realização de uma procissão no 4º dia da 8ª Lua em Coloane	04-04-2007	17-05-2007	20.000
Associação de Antiguidade e Vestígio de Macau	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	23-04-2007	17-05-2007	10.000
Associação de Espectáculos de Ópera Chinesa U Lok Chi Iao de Macau	Apoio financeiro para custear parte das despesas com a organização de um espectáculo de excertos de ópera chinesa	23-04-2007	23-05-2007	5.000
União Geral das Associações de Moradores de Macau	Apoio financeiro para reforçar o orçamento para as actividades e serviços de 2007	17-04-2007	31-05-2007	2.200.000
APOMAC	Subsídio para apoiar parte das despesas das actividades do ano de 2007	17-04-2007	31-05-2007	1.000.000
Associação Comercial Fujian-Taiwan de Macau	Apoio financeiro para custear parte das despesas com a organização do Fórum de Líderes Comerciais Internacionais - Entrar em Macau, Benefícios Mútuos para todos os Chineses	23-04-2007	31-05-2007	80.000

Fonte: Boletim Oficial, IIª Série

Ainda que a análise detalhada das listagens trimestrais de subsídios atribuídos pela Fundação Macau extravase o objectivo deste sub-capítulo, a sua leitura permite perceber que muitas associações têm no financiamento estatal uma das suas principais fontes de dinheiro (obviamente, muitas não recorrem a este tipo de financiamento, como referimos na análise dos casos de estudo e teremos oportunidade de comprovar no Quadro 13). Além de um apoio financeiro anual, algumas organizações recebem reforços ao longo do ano, além de apoios esporádicos para organização de eventos, comemorações, festividades, etc., para obras ou para aquisição de equipamento. Vale a pena lembrar que a maior parte destas organizações não tem formas de financiamento próprias, como verificámos nos casos de estudo.

No caso das *kaifong*, além dos subsídios atribuídos à União Geral das Associações de Moradores, são também financiadas as estruturas individuais, como, por exemplo, a Associação de Moradores da Taipa ou a Associação de Moradores de San Kio. Estes financiamentos destinam-se a suportar melhorias e aquisição de equipamento para algumas das valências que estas organizações controlam (centros comunitários, creches, etc.), mas a situação mais comum são os pedidos de financiamento para organização de festas, espectáculos e celebrações religiosas.

No quadro abaixo são apresentados os valores de subsídio atribuídos às associações que estudámos no sub-capítulo anterior. Os valores incluem os subsídios anuais ao funcionamento das organizações e os subsídios pontuais.

Quadro 13: Somatório dos subsídios recebidos pelas associações analisadas (casos de estudo), entre 2001 e 2007

Associação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (1T2T)
União Geral das Associações de Moradores	3.020.000	350.000	815.000	5.950.000	1.800.000	22.500.000	13.200.000
Ass. G. Conterrâneos de Mei Zhou	-	-	-	-	-	-	-
Associação dos Macaenses	-	50.000	300.000	400.000	200.000	500.000	500.000
APIM	-	20.000	2.500.000	1.500.000	-	-	4.675.780
APOMAC	-	1.000.000		250.000	-	800.000	1.000.000
Associação Novo Macau Democrático	-	-	-	-	-	-	-
ATFPM	30.000	117.025	100.000	176.800	100.000	100.000	500.000
Associação Angola-Macau	-	-	-	-	-	-	-
Ass. de Veteranos de Futebol	10.000	15.000	30.000	15.000	150.000	120.000	-

Fonte: Boletim Oficial, IIª Série

A União Geral das Associações de Moradores é aquela que recebe as quantias mais significativas, como seria de esperar, afinal é uma das maiores e mais influentes organizações no Território. As Associações de matriz portuguesa e a ATFPM recebem subsídios anuais para execução do seu Plano de Actividades e subsídios pontuais quando solicitado – por exemplo, a APIM recebeu 2.500.000 patacas em 2003 para organizar o Encontro das Comunidades Macaenses; em 2004, a ATFPM recebeu 176.800 patacas para adquirir fatos para os elementos do rancho folclórico. A Associação de Veteranos de Futebol de Macau recebe anualmente uma verba para organizar um torneio de futebol e, ocasionalmente, um subsídio para participação em torneios internacionais.

A Associação Geral dos Conterrâneos de Mei Zhou e a Associação Novo Macau Democrático não receberam qualquer subsídio entre 2001 e o 2º trimestre de 2007, tal como nos havia sido dito pelos seus dirigentes. Já a Associação Angola-Macau sabemos que recebe apoio do Estado, mas não através da Fundação Macau, uma vez que recorre directamente ao Gabinete do Chefe do Executivo.

As quantias atribuídas pela Fundação Macau têm vindo a aumentar nos últimos anos, muito possivelmente em função dos aumentos registados nos lucros do jogo. No quadro seguinte é apresentada a evolução do volume de subsídios atribuídos pela Fundação Macau a partir de 2001 (não só são os dados disponíveis, como são os que correspondem à nova Fundação Macau criada com a revisão dos Estatutos efectuada em 2001), bem como do número de pedidos efectuados e daqueles que foram deferidos, dados que retirámos dos Relatórios de Actividades da Fundação. Apresentamos também os valores publicados na IIª Série do Boletim Oficial, relativos à soma dos subsídios atribuídos em cada trimestre. Não nos foi possível perceber a que se deve a diferença entre os valores apresentados nos Relatórios Anuais e os que constam do Boletim Oficial.

Quadro 14: Montante dos subsídios atribuídos pela Fundação Macau, 2000 a 2006

Ano	Montante dos Subsídios atribuídos - Relatórios Anuais (MOP)	Montante dos Subsídios atribuídos - Boletim Oficial (MOP)	N.º total de pedidos	N.º pedidos deferidos
2001	27.962.900,00	(não disponível)	282	131
2002	51.258.110,00	55.010.785,20	593	332
2003	82.148.131,80	80.472.074,10	512	368
2004	95.147.664,00	89.233.193,32	640	442
2005	464.076.612,50	275.823.565,48	640	437
2006	449.203.843,00	495.900.646,54	729	529
2007 (1ºT e 2ºT)	(não foi publicado)	159.312.908	?	?

Fonte: Relatórios de Actividades da Fundação Macau, 2001 a 2006

Entre 2001 e 2006, verificou-se um aumento muito substancial do volume de financiamentos atribuídos pela Fundação, bem como do número de pedidos entrados e deferidos, tendo-se alargado também o âmbito das iniciativas financiadas.

Por último, apresentamos a distribuição percentual dos subsídios concedidos pelas áreas estatutárias da Fundação para os últimos três anos, de acordo com o que foi publicado nos Relatórios de Actividades da Fundação:

Quadro 15: Distribuição percentual dos subsídios concedidos pelas áreas estatutárias da Fundação

Áreas	2004		2005		2006	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Cultural	18.294.810	19,2%	16.178.560	3,5%	14.198.340	3,2%
Social	15.636.000	16,4%	82.209.003	17,7%	252.833.260	56,3%
Económica	4.485.244	4,7%	892.000	0,2%	3.215.750	0,7%
Educativa	18.479.000	19,4%	326.283.350	70,3%	60.348.820	13,4%
Científica	390.000	0,4%	5.694.200	1,2%	36.538.500	8,1%
Académica	7.552.000	7,9%	11.211.000	2,4%	30.735.773	6,8%
Filantrópica	235.000	0,2%	325.000	0,1%	5.425.000	1,2%
Promoção de Macau	9.323.160	9,8%	20.803.500	4,5%	45.908.400	10,2%
5.º Aniversário da RAEM	20.661.250	21,7%	480.000	0,1%	0	0,0%
Total	95.056.464	100,0%	464.076.613	100,0%	449.203.843	100,0%

Fonte: Relatórios de Actividades da Fundação Macau, 2005 e 2006

Ainda que não seja possível identificar uma evolução, podemos dizer que os subsídios atribuídos pela Fundação Macau parecem privilegiar a área “Social” e a área “Educativa” (por exemplo, em 2005, foram atribuídos subsídios muito significativos a diversos estabelecimentos escolares para a realização de obras, razão pela qual esta área assume um peso de 70.3%). As actividades relacionadas com a “Promoção de Macau” têm reunido um volume bastante considerável de subsídio (4.5% em 2005 e 10.2% em 2006). Já a áreas como a “Académica”, a “Científica” e a “Filantrópica” recebem percentagens menores de financiamento.

Nos últimos tempos, a Fundação Macau tem sido alvo de inúmeras acusações por parte de alguns deputados eleitos por sufrágio directo, que a acusam de favorecer determinadas associações ou indivíduos. O jornal «Hoje

Macau» publicou a 25 de Maio de 2007 uma notícia segundo a qual o deputado Au Kam San questionava, junto dos órgãos de comunicação social, a distribuição de subsídios realizada nos primeiros trimestres de 2007 em que “apenas seis das centenas de associações existentes em Macau receberam 49 dos 60 milhões distribuídos no total”, designadamente a Associação Geral dos Operários (16 milhões de patacas), a União Geral das Associações de Moradores (13 milhões), a Associação de Mulheres de Macau (8 milhões), a Associação de Estudantes Chong Wa (3.5 milhões de patacas), a Associação Nova Juventude Chinesa de Macau (4.5 milhões de patacas) e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (4.5 milhões de patacas). O Dr. Pereira Coutinho fez também referência a esta situação (Anexo X – Entrevistas) dizendo que o processo de atribuição dos subsídios pela Fundação Macau não é regular, uma vez que um pouco “antes da manifestação do 1º de Maio, 6 associações terão recebido qualquer coisa como 50 milhões de patacas”.

Mais recentemente foi o deputado Pereira Coutinho voltou a surgir nos órgãos de comunicação social («Hoje Macau», 14-8-2007) pedindo explicações sobre os subsídios atribuídos ao presidente do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, para custear as despesas com a publicação da sua tese de doutoramento, e ao seu filho, para apoiar as despesas de parte das propinas de um curso pré-universitário em Melbourne. Alertava o deputado para o facto de ser beneficiária destes subsídios uma pessoa com responsabilidades acrescidas pelo cargo público que ocupa. O Presidente da Fundação Macau, Vítor Ng, explicou então que “o apoio ao princípio «Um País, Dois Sistemas» e de correspondência à acção governativa da RAEM” constitui um factor em apreciação pelo Conselho de Curadores, desvalorizando o facto de alguns dos membros deste Conselho serem eles próprios membros de associações («Hoje Macau», 14-8-2007).

4.5 INQUÉRITO À POPULAÇÃO. AVALIAÇÃO DA REAL IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO EM MACAU

Para melhor aferir a real importância do associativismo em Macau, para percebermos a forma como é percebido pela população e para identificarmos algumas das suas principais características, decidimos implementar um inquérito. Um inquérito muito simples, sem perguntas articuladas, e cujo propósito era inquirir as pessoas residentes em Macau de forma aleatória, ainda que procurando garantir a conformidade da amostra.

O inquérito foi aplicado no dia 28 de Julho de 2007, um Sábado, por 16 agentes de inquérito, todos jovens chineses estudantes do curso de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Macau. Foram constituídas três equipas que implementaram o inquérito em diferentes zonas do Território, de acordo com o plano seguinte:

MANHÃ - 9.30-12.30		TARDE - 14.30-17.30	
Equipas	Zona de levantamento	Equipas	Zona de levantamento
Equipa 1 4 elementos	Parque Municipal Dr. Sun-Yat Sem, Bairro da Ilha Verde, Fai Chi Kei	Equipa 1 5 elementos	Barra, Manduco, Patane e S. Paulo
Equipa 2 5 elementos	Areia Preta, Iao Hon	Equipa 2 5 elementos	NAPE, ZAPE, Praia Grande
Equipa 3 5 elementos	Nova Taipa, Vila Antiga da Taipa	Equipa 3 5 elementos	Horta e Costa, Ouvidor Arriaga, Três Candeeiros

As áreas definidas abrangem os bairros mais representativos da RAEM, quer na Península de Macau (praticamente coberta), quer na Taipa (onde foram integradas a Nova Taipa e a Vila Antiga).

O inquérito foi realizado em chinês ou em inglês (estas duas versões e o exemplar em português foram integradas no Anexo XII - Inquérito, onde apresentamos também os resultados detalhados da sua implementação).

Conseguiu-se uma **boa distribuição face ao sexo, à ocupação profissional e às áreas de residência dos inquiridos**.⁸⁷

Interessa, pois, começar por caracterizar a população inquirida. Dos 423 inquéritos preenchidos, **336 foram considerados válidos**, constituindo uma amostra bastante razoável tendo em conta os objectivos. Apesar dos esforços dos agentes de inquérito, não foi possível, no entanto, equilibrar a amostra no que se refere à idade dos inquiridos – na generalidade, as pessoas mais novas foram mais solícitas do que as mais velhas que, frequentemente, se recusavam a cooperar. Esta situação configura uma maior consciência cívica dos jovens de Macau relativamente às gerações mais velhas, menos habituadas a estes processos de recolha de informação e mais desconfiadas quanto aos seus propósitos.

Dos 336 indivíduos que responderam ao inquérito, 175 (52%) são mulheres e 161 (48%) são homens. Relativamente à naturalidade, 60% das pessoas são naturais de Macau, 18% nasceram em Guangdong, 9.2% em Fujian e 3% em Hong Kong. Dos restantes, 4.2% são naturais de outra província chinesa, 1.5% nasceram nas Filipinas, apenas 0.9% são naturais de Portugal e 2.4% são de outro país.

Mais de metade da população inquirida (60%) sempre viveu em Macau, sendo que 85.4% residem no Território há mais de 20 anos. Só 4% vive na RAEM há menos de 5 anos.

No que se refere à zona de residência dos inquiridos, 275 pessoas (82%) habitam na

península de Macau, 18% residem na Taipa e 0.6% em Coloane. O Quadro apresentado permite perceber como se distribui a população em cada uma destas áreas. Foram preenchidos mais inquéritos pelos habitantes da

Quadro 16: Zona de residência da população inquirida

MACAU	275	81,8%
Areia Preta/lao Hon/Natap	53	15,8%
Ilha Verde/Tamagnini Barbosa/Fai Chi Kei	56	16,7%
Barra/Manduco/Patane e São Paulo	24	7,1%
Três Candeeiros (San Kio)	38	11,3%
Mong Há e Reservatório	15	4,5%
Horta e Costa/Ouvidor Arriaga/Guia	40	11,9%
Zona Histórica/Baixa de Macau	16	4,8%
Praia Grande/Colina Penha	12	3,6%
NAPE/ZAPE/Praia Grande	17	5,1%
Outra	4	1,2%
TAIPA	59	17,6%
Baixa da Taipa/Jardins do Oceano, etc..	35	10,4%
Vila Antiga da Taipa	24	7,1%
COLOANE	2	0,6%
Cheoc Van/ Hác Sá	-	0,0%
Vila Antiga de Coloane/ Ká Hó	2	0,6%

⁸⁷ Vale a pena lembrar que os dados estatísticos, apresentados no Capítulo 3, assinalam que da população residente: 48% são Homens, 52% são Mulheres; 89% residem na Península de Macau (principalmente nas freguesias de N. Sr.^a de Fátima e Santo António – ver Anexo I – Plantas – Planta n.º 2), 10.33% residem na Taipa e 0.66% residem em Coloane; 20.4% são “Pessoal dos Serviços, vendedores e similares”, 21.2% são “Empregados Administrativos”, 17.3% são “Trabalhadores não qualificados”, 9% são “Quadros técnicos intermédios” e 9.8% são “Quadros Superiores” e “Directores e quadros dirigentes”.

zona Norte da Península, da área da Avenida Horta e Costa/ Ouvidor Arriaga e do bairro dos Três Candeeiros, o que é condicente com a maior ocupação destas zonas.

Na distribuição da população por grupos etários, e como tivemos oportunidade de referir, há uma preponderância de população jovem – de facto, 50% da população inquirida tem entre 15 e 29 anos de idade. Todavia, procuraremos contornar esta situação fazendo uma análise dos dados recolhidos por grupo etário.

A população empregada perfaz 168 indivíduos, dos quais: 35% são “Pessoal dos Serviços, vendedores e similares”, 21% são “Empregados Administrativos”, 15% são “Trabalhadores não qualificados”, 13% são “Quadros técnicos intermédios”, 11% são “Quadros Superiores” e apenas 3% são “Directores e quadros dirigentes”.

Foram ainda inquiridos 9 desempregados, 22 reformados, 24 domésticas, 1 incapacitado e 112 estudantes.

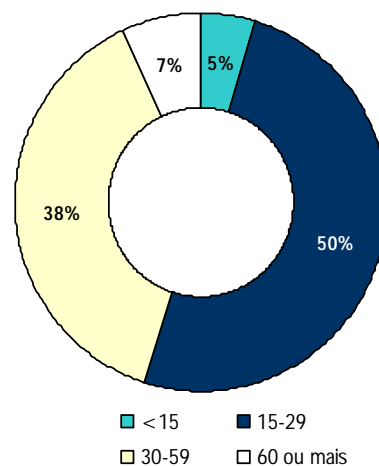
Do total de inquiridos, **34% (115 indivíduos) estão inscritos em associações** e **29% (98 pessoas) recorrem efectivamente a estas organizações**. Das pessoas que recorrem a associações a maioria tem por objectivo participar em festas, actividades culturais ou excursões (26%) ou em actividades desportivas (19%), conseguir apoio económico (17%) ou social (14%) ou procura a defesa dos seus interesses políticos ou profissionais (13%). Note-se ainda que 25 pessoas responderam que já haviam pertencido a uma associação no passado.

Dos **115 indivíduos** (64 mulheres e 51 homens) que estão inscritos em associações (alguns em mais do que uma), a grande maioria (39%) pertence a associações comunitárias-assistenciais. A seguir são as associações culturais-recreativas (16%), corporativas-profissionais (15%) e as associações desportivas (14%) que reúnem a preferência dos inquiridos.

Pedimos às pessoas que nos dissessem que importância atribuem às associações actualmente – 13% dos inquiridos consideram que são “muito importantes” e 63% consideram “importantes” ou “relativamente importantes”. Só 19% atribuem às associações “pouca” ou nenhuma importância e apenas 17 pessoas consideram que “não são necessárias”.

As pessoas que atribuem importância, ou uma importância relativa, ao contributo das associações puderam então distinguir até três áreas em que estas organizações têm um papel de destaque na actualidade. Em primeiro lugar, com 23%, surge o “Bem-estar social, apoio às camadas carenciadas da população e idosos”, seguido das “Actividades Recreativas e Culturais” (18%), da “Educação e formação – jovens e adultos” (15%); e da “Defesa dos direitos dos cidadãos” (14%). Finalmente, 51 inquiridos consideram importante a “Defesa do património, ambiente e qualidade de vida” (opção escolhida por uma larga maioria de população jovem) e 50

Figura 10: Distribuição dos inquiridos por grupos etários



peças o “Contacto mais próximo com a população”. A “Representação política” é opção de apenas 23 indivíduos (3%).

Figura 11: Tipo de associação em que estão inscritos os inquiridos

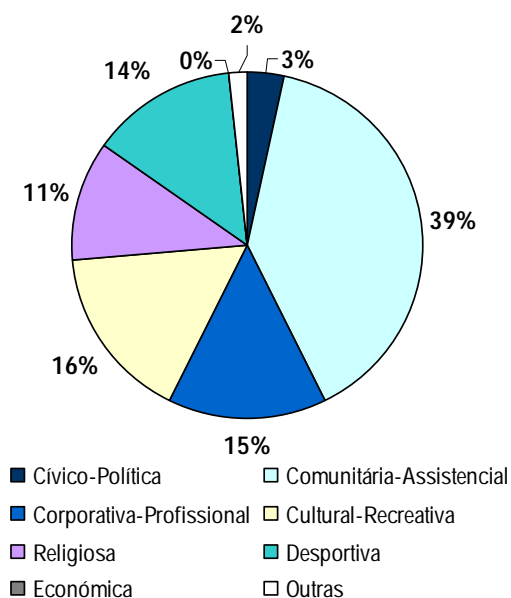
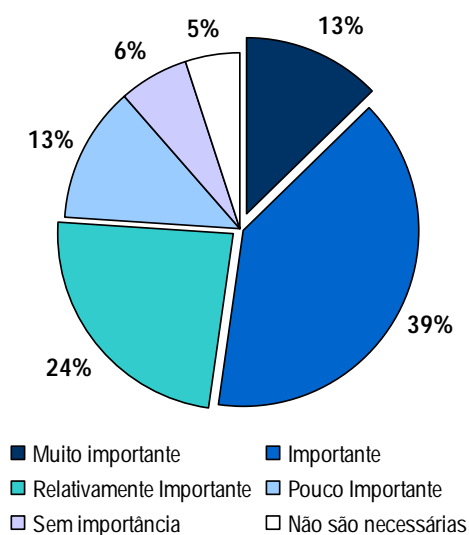
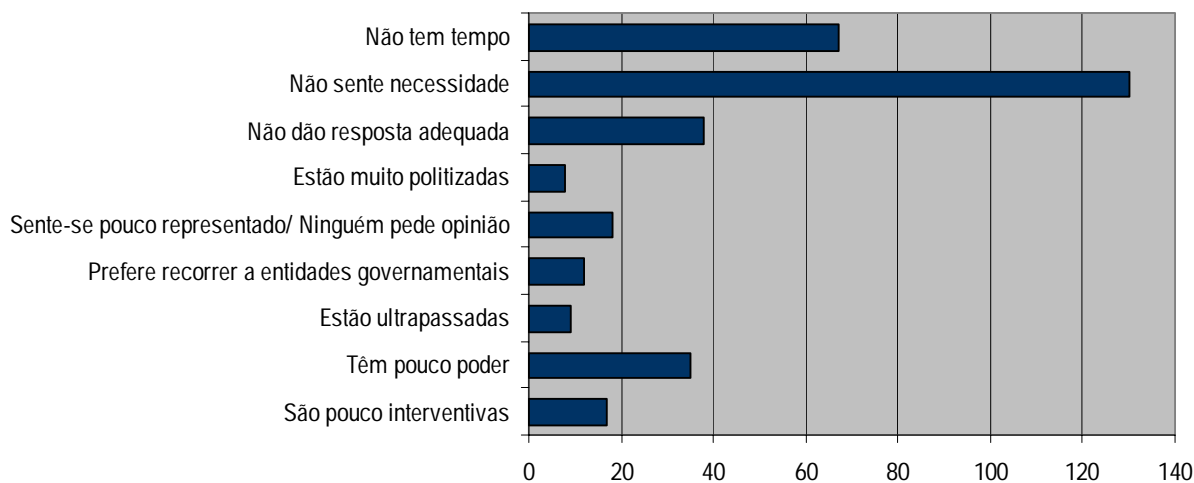


Figura 12: Importância atribuída às associações



Quanto às razões apontadas pelos inquiridos para não recorrer mais às associações, 39% disseram não sentir necessidade, 20% referiram não ter tempo, 11% consideram que estas organizações não dão resposta adequada e 11% dizem que as associações têm pouco poder.

Figura 13: Razões apontadas pelos inquiridos para não recorrer mais a associações



Finalmente, 68% (227 pessoas) julgam que as associações devem ter financiamento público, 22% consideram que este deve ser apenas parcial e somente 11% (36 pessoas) dizem que estas organizações não devem ser financiadas pelo Estado, isto apesar de sabermos que uma maior dependência do financiamento do Estado conduz as associações a um nível de vulnerabilidade mais alto e condiciona o seu espaço de manobra (Byrden et al., 1990, pp.123-125).

Se atendermos ao tipo de associação procurada por idade, verificamos que dos 68 indivíduos com menos de 30 anos, 32% estão inscritos em associações comunitárias-assistenciais, 22% em associações desportivas e 22% em associações culturais-recreativas; já no que se refere à população com mais de 40 anos (37 pessoas), mais de metade está inscrita em associações comunitárias-assistenciais. É o grupo etário entre os 40 e os 60 anos que regista maior número de pessoas inscritas em associações corporativas-profissionais.

Por outro lado, 54% das pessoas inscritas em associações comunitárias-assistenciais residem em áreas como a Areia Preta/lao Hon/ Natap, a Ilha Verde/Tamagnini Barbosa/Fai Chi Kei, Três Candeeiros e a Vila Antiga da Taipa. Finalmente, 29% das pessoas empregadas estão inscritas em associações corporativas-profissionais.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo em Macau é, como vimos, extremamente rico e diversificado. A acção comunitária informal constitui, por certo, a sua raiz, indo beber aos princípios confucionistas o privilégio dado ao grupo e às relações que se estabelecem entre indivíduos. O entendimento destes aspectos permite-nos perceber a base do associativismo em Macau, mas a sua evolução tem acontecido de forma diferente.

A fase de transição iniciada com a assinatura da Declaração-Conjunta Luso-Chinesa e, mais tarde, a passagem da administração para a República Popular da China, resultaram num multiplicar de associações a um ritmo espantoso – nos últimos sete anos foram criadas em média 258 associações/ano. Calculamos que existam cerca de 3000 associações – uma por cada 170 pessoas.

Mas ainda que parte significativa da procura sócio-jurídica global circule no interior da sociedade-civil (em instituições mais ou menos formais) e que, nos últimos anos, se tenha assistido ao surgimento de inúmeras organizações de âmbitos muito variados (ambiente, qualidade de vida, defesa do património, defesa dos interesses dos cidadãos e dos direitos profissionais, etc.), o avolumar de associações parece ter outra explicação, distante do grau de consciência cívica (garantidamente maior) da população ou da sua vontade de participar e de se fazer ouvir.

A eleição indirecta de deputados à Assembleia Legislativa é, como referimos, realizada por pessoas colectivas representativas dos interesses sociais que tenham adquirido personalidade jurídica há, pelo menos, três anos, mediante inscrição dos Serviços de Identificação. Cada associação tem direito a um máximo de onze votos que, obviamente, podem ser multiplicados pelo número de associações que se conseguem controlar, seja através de influências políticas, da sua criação ou do seu financiamento.

As associações de moradores (que têm na sua União Geral uma das mais influentes organizações, bastante próxima da Administração do Estado) são as instituições tradicionais por excelência, com forte implantação junto das comunidades que servem, razão pela qual têm sido escolhidas como parceiro pelos gabinetes sociais do Estado. Além de uma vertente assistencial importante, as *kaifong*, tal como as associações de mútuo auxílio, mantêm uma forte componente recreativa e de festa, patente no número de subsídios que lhes são atribuídos para organização de eventos (comemorações, espectáculos de ópera chinesa, etc.).

As associações de conterrâneos ou de apelido, sendo a base das relações comerciais na sociedade chinesa, assumem uma perspectiva assistencial, recreativa e cultural para as comunidades imigrantes. Na generalidade, estas organizações têm um sistema de funcionamento informal, assente num conjunto de benfeitores e com um corpo dirigente constituído pelos seus fundadores e que não é substituído por meio de processos eleitorais.

Há uma clivagem significativa entre as organizações tradicionais e as recentes – as primeiras servem famílias e comunidades; as segundas respondem à nova imigração e a um novo leque de problemas sociais (defesa dos direitos dos trabalhadores, por exemplo). As primeiras identificam-se com o princípio “Amar a Pátria, Amar Macau”, as segundas surgem associadas a deputados eleitos por sufrágio directo ou a elementos mais contestatários das políticas do Governo de Macau. As primeiras continuam a dar resposta a uma procura sócio-jurídica social e assistencial ainda um pouco alimentada pelo distanciamento das estruturas estatais relativamente à população. As segundas respondem a uma nova procura – a defesa dos direitos dos cidadãos, a protecção do património e da qualidade de vida, etc. – motivada pelas políticas governamentais ou pela sua ausência.

No que se refere à evolução do associativismo, após a transferência da Administração, as associações chinesas tiveram que lidar com duas questões, em dois momentos diferentes: num primeiro momento, a sociedade em geral, e, claro, as associações, viveram um momento de idealismo, afinal o Governo era constituído por chineses de Macau (“Macau governado pelas suas gentes”), muitos deles antigos dirigentes das associações, i.e., seus pares, como é o caso de Edmund Ho, actual Chefe do Executivo, que pertencia a diversas associações; mas num segundo momento, as associações começam a debater-se com uma questão essencial “Como reagir se as decisões tomadas por este Governo chocarem com os nossos interesses e com os interesses dos nossos sócios?” A determinada altura o Executivo começa a tomar decisões que não reúnem consenso e as associações vêem partir parte da sua base de associados – uns desvinculam-se totalmente, outros acabam por aderir a novas associações (Dr. Salles Marques, APIM, Anexo IX – Entrevistas).

No caso das associações de matriz portuguesa houve um pequeno *choque inicial*. A Administração já não falava português e assistiu-se à partida de alguns membros da comunidade. Actualmente, as associações atravessam, na generalidade, um problema identitário, que se coloca na definição do tipo de valências a providenciar e do perfil a assumir (assistencial, cultural, recreativo, etc.), mas também ao nível do posicionamento político. A questão já foi amplamente discutida no seio da comunidade no sentido de saber se há espaço para um deputado português que defenda, não só os interesses da comunidade portuguesa (*portugueses* e *macaenses*), mas das outras comunidades, numa perspectiva plural. Chegou-se à conclusão

que não há, de facto. Só um deputado em circunstâncias muito especiais consegue “penetrar” as outras comunidades e ganhar representatividade junto delas. Outro problema das associações, que aqui não será apenas das de matriz portuguesa, mas das de matriz chinesa com um posicionamento mais tradicional, é o da renovação. Como cativar pessoas mais novas que queiram competir pela liderança? (Dr. Salles Marques, APIM, Anexo IX – Entrevistas).

Relativamente às associações de matriz portuguesa, a nosso ver, quer a APIM, quer a ADM, são estruturas muito fechadas e conservadoras. O problema da renovação parece um falso problema uma vez que a direcção destas instituições se mantém inalterada (com alguma rotação de cadeiras) há bastante tempo, e não é visível qualquer tentativa de aproximação às camadas mais jovens da comunidade macaense ou portuguesa. A proximidade da APIM à Escola Portuguesa, por exemplo, não é de todo aproveitada. As associações mantêm os mesmos dirigentes e não parece haver uma adequação no discurso ou no tipo de actividades organizadas.

Obviamente, nenhuma destas questões se coloca no caso da APOMAC, que tem os seus objectivos bem definidos e serve uma população específica. A APOMAC é um exemplo de sucesso relativamente a outras associações. Os financiamentos têm sido aplicados na melhoria continuada das instalações e dos serviços, o que é muito visível para quem as visita. O número de associados e a forma como estes usam as valências da associação e participam nas actividades organizadas é, em nossa opinião, um sinal do seu contentamento.

No caso das associações chinesas este processo terá sido mais simples. Macau é China, efectivamente, e a população é chinesa, logo a questão identitária que nem sequer se coloca. O problema pode estar, isso sim, no discurso, na forma de fazer associativismo, o que talvez leve a um afastamento, justificando as formas de adaptação encontradas, inclusive por estruturas conservadoras como as *kaifong*, e que passam pela duplicação de estruturas com, por exemplo, a criação de grupos unicamente para jovens ou para mulheres, numa clara tentativa de aproximação.

A consolidação da RAEM como plataforma económica e comercial de ligação à República Popular da China e, muito particularmente, o trabalho desenvolvido pelo Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa contribuiu para o reactivar associações amizade Macau-Países Lusófonos, como é o caso da Associação Angola-Macau, ou para o criar de novas associações de comércio.

Grande parte das associações recorre a subsídios estatais para financiar o seu funcionamento, a organização de actividades, a aquisição de equipamentos, a realização de obras, etc.. Para Leong Tak Wai, vice-director de uma Associação de Moradores, uma “questão importante é o financiamento das associações, demasiado dependentes dos subsídios do Governo” o que o leva a concluir que têm que recorrer mais a financiamento próprio “já que o apoio do Governo não é ilimitado” como os obriga muitas vezes “a organizar actividades em consonância com os objectivos do Governo” (declarações ao jornal «Hoje Macau», 29-1-2007). De facto, sabemos que uma maior dependência no financiamento do Estado, conduz as associações a um nível de vulnerabilidade mais alto, reduzindo o seu espaço de manobra. Esta questão é muito óbvia em Macau. Nas entrevistas que realizámos, nem todos pareceram muito à vontade para partilhar opiniões que considerassem menos “politicamente correctas”.

Finalmente, os resultados do inquérito realizado são, sem dúvida, importantes. Das 336 pessoas inquiridas, 52% consideram que as associações são “Muito importantes” ou “Importantes”, mas só 34% estão efectivamente inscritas em associações. É particularmente em áreas como o “bem-estar social, apoio às camadas mais carenciadas da população” que os inquiridos atribuem maior relevância às associações, o que, afinal, é compreensível tendo em conta as limitações da RAEM em matéria de protecção e segurança social. As gerações mais novas reconhecem já importância às associações na “defesa do património, ambiente e qualidade de vida”. São as associações comunitárias-assistenciais que reúnem mais associados da nossa amostra – 39%, sendo que a grande maioria reside nas zonas Norte e Centro da Península, o que é compreensível uma vez que é aqui que reside a maior parte da população e é aqui que existem mais problemas sociais a justificar uma maior procura sócio-jurídica na área da assistência social.

Os resultados deixam claro que a procura efectiva fica aquém das 3000 associações contabilizadas, mas, por outro lado, comprovam a importância destas instituições para a sociedade de Macau.

5. CONCLUSÃO E REFLEXÃO SOBRE AS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Ainda que existam lógicas comunitárias de desenvolvimento, não nos parece possível falar-se em *desenvolvimento local* ou em *desenvolvimento alternativo* em Macau, processos que, inclusivamente, dependeriam de alterações relativamente a duas questões centrais: a atitude cultural de subserviência, que privilegia o funcionamento em círculos fechados onde a lealdade ao grupo e o forte respeito pelas hierarquias são norma; e, simultaneamente, a existência de um sistema político-administrativo que não é baseado numa democracia plena, mas numa rígida cadeia de poder associada a um Estado pesado e centralizador que, no limite, “desconcentra” sem nunca “descentralizar”. Por outro lado, a existência de um *terceiro poder*, associado à dimensão *oculta* de Macau e ao funcionamento das seitas (sociedades secretas) inviabiliza o desenvolvimento local⁸⁸. Em Macau, as actividades criminosas principais destas organizações ocorrem à volta da *economia de casino*, mas a intervenção das seitas na sociedade abrange outras áreas – imigração ilegal e documentos falsos, extorsão ou protecção, cobrança de dívidas, desocupação e despejos, resolução de conflitos (direito das seitas), etc. (Santos et al., 1998, pp.480-488).

Neste sentido, a *autonomização das comunidades na resolução dos seus problemas e necessidades à custa do seu potencial endógeno e com base numa democracia participativa e na aprendizagem social pela experiência*, está seriamente comprometida.

O processo de *empowerment* político e social deve, segundo Friedmann (1996), reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a acção do Estado mais sujeita à prestação de contas (“accountability”), aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial mais responsável. Ora, em Macau há um longo caminho a percorrer, pois nem mesmo o sistema político e governativo está assente em eleições democráticas e universais. Na realidade, a acção dos doze deputados à Assembleia Legislativa eleitos por sufrágio directo é limitada pelos deputados eleitos por sufrágio indirecto e pelos deputados nomeados pelo Chefe do Executivo (ver entrevista a Ng Kuok Cheong, Anexo IX – Entrevistas), muito próximos do Governo da RAEM e dos interesses económicos. Foi o que aconteceu recentemente com a proposta de Lei Sindical apresentada por José Pereira Coutinho (chumbada pela maioria dos deputados que consideraram que não era oportuna e que “uma legislação do género só aumentaria os conflitos, abalando a harmonia”; «Hoje Macau», 6-7-2007). Simultaneamente, os processos de decisão não são transparentes e nem sempre são prestadas contas à população sobre matérias que a implicam

⁸⁸ Santos e Gomes sintetizam algumas ideias sobre as seitas: (i) têm base social nas classes oprimidas (camponeses primeiro e operariado industrial depois), ainda que as suas vítimas fossem frequentemente destas mesmas classes; (ii) têm a sua acção favorecida pela distância social e política do Estado em relação às classes populares, ocupando os espaços de regulação deixados por esta via; (iii) assumem uma atitude de oposição à ordem estabelecida, que, no entanto, acabam por reproduzir no seu interior; (iv) assumem-se como uma ordem jurídica paralela, com normas minuciosas e meios de coerção organizados; (v) oferecem, apesar do processo de “degeneração” que sofreram, um sentido de identidade e um serviço de protecção comunitária; (vi) são alvo de uma posição ambivalente por parte da população – por um lado são temidas, por outro são consideradas parte da cultura ancestral (Santos et al., 1998, p.475-476). Neste sentido, ainda que algumas características pudessem ser entendidas como um contributo para o desenvolvimento comunitário, o seu funcionamento hierárquico e as lógicas de repressão oprimem lógicas comunitárias.

directamente. Os casos de corrupção provada e as acusações de gestão danosa sucedem-se (no primeiro semestre de 2007 foram registados vinte crimes cometidos no exercício de funções públicas, contra seis registados no mesmo período do ano anterior, «Hoje Macau», 15-8-2007)

A sociedade civil em Macau, mesmo materializada em associações (o que, teoricamente, dá maior visibilidade aos grupos de interesse), **não acede com facilidade aos patamares de decisão** e não vê que a sua opinião tenha força para mudar o andamento das coisas. Veja-se, por exemplo, que a proposta de traçado para o metro ligeiro, apesar de ter sido alvo de diversas sugestões durante a fase de consulta pública, tem sido apresentada aos cidadãos da RAEM em diversas sessões de esclarecimento sem que sejam atendidas as reclamações daqueles que a questionam por não abranger zonas de alta densidade, como a Ilha Verde ou Lam Mau («Hoje Macau», «Tribuna de Macau» 25-7-2007).

Concomitantemente, a influência social das associações é, no essencial, função do seu poder económico, da sua proximidade à Administração da RAEM e da RPC e do seu ascendente sobre as populações, não estando directamente associada a processos de *empowerment* das comunidades que representam, até porque estas não têm grande influência ou participação na gestão das organizações associativas a que pertencem.

Isto não significa que não haja um **tímido processo de *self-empowerment* em curso**. Algumas organizações comunitárias, com larga tradição e história em Macau, são disto um exemplo, mas também o são, talvez até mais, as associações cívicas, as organizações políticas e os movimentos populares de protesto que, nos últimos anos, se têm tornado mais frequentes e participados. A tentativa que as autoridades levaram a cabo para diminuir o impacte da manifestação do 1º de Maio, dividindo os manifestantes em grupos e impedindo a sua passagem pela zona turística da cidade, acabou por ter o efeito contrário – as imagens foram transmitidas em diversas televisões asiáticas e, posteriormente, em inúmeros canais pelo mundo fora.

De facto, ainda que a participação da população chinesa em manifestações públicas seja fortemente criticada pelas estruturas de poder, quer em Macau, quer na RPC, associações como a Novo Macau Democrático têm sido extremamente importantes na mobilização das pessoas em acções de protesto que constituem, afinal, **exemplos de resistência** (Friedmann, 1996) ao modelo económico e que, lentamente, vão tendo o seu impacte no nível de *empowerment* político e social das comunidades, particularmente daquelas que se encontram em situação mais frágil. A cultura de subserviência vai dando lugar à reivindicação de melhores condições de vida.

As **associações cívicas**, por seu turno, têm tido um papel essencial na promoção da articulação entre as “valorações sociais” e as “valorações abstractas do mercado” (Friedmann, 1996, pp.56-57), articulação essa que é vital nesta fase de rápido crescimento económico que tem ditado a aprovação e execução de inúmeros projectos imobiliários e turísticos que põem em causa o património histórico e cultural, fragilizam a qualidade de vida e dependem da entrada constante de novos trabalhadores, em quem é preciso desenvolver sentimentos de pertença. Estas organizações têm a sua acção apoiada em princípios de sustentabilidade e de legado para as gerações vindouras e na exigência de melhores condições de vida, sendo, também elas, como referimos, fruto de um processo social de *empowering* (Friedmann, 1996, p.38).

Um sério entrave ao *empowerment* das comunidades em Macau e, conseqüentemente, ao surgimento de iniciativas de *desenvolvimento local*, está, então, relacionado com a **atitude de subserviência** que é traço comum a algumas sociedades asiáticas, mas uma característica ainda muito presente na cultura chinesa (ainda que, obviamente, existam situações muito diversas e que se tenham registado algumas mudanças), que vai buscar justificação e força à tradição confucionista que impõe um respeito, às vezes quase cego, às hierarquias e cadeias de poder. Como vimos, o ensino também não privilegia o raciocínio crítico, a criatividade ou o empreendedorismo, o que seria fundamental na medida em que as iniciativas de desenvolvimento local são projectos de base territorial que privilegiam a participação e dependem da capacidade de mobilização e inovação e da iniciativa das comunidades. A criação de soluções inovadoras é essencial ao processo de desenvolvimento local e pressupõe que o ensino estimule estas capacidades nas pessoas. O sistema de ensino é, afinal, o ponto de partida do processo de *empowerment* das populações, cultivando dinâmicas de participação, promovendo a cidadania e valorizando a capacidade de inovação. A título de exemplo, veja-se que os dois deputados chineses eleitos por sufrágio directo que pertencem à *New Macau* estudaram em HK.

Outro dos factores que impede a descolagem de iniciativas de desenvolvimento e de processos de *empowerment* das comunidades e das estruturas por si criadas é o **financiamento estatal** de que grande parte das organizações depende. Não há dúvida de que esta situação cerceia a capacidade e o espaço de manobra das instituições e se, por um lado, parece facilitar a sua actividade e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e das valências disponibilizadas, por outro constitui um bloqueio a que sejam encontradas outras formas de financiamento e a que sejam desenvolvidas estratégias mais sustentadas de gestão dos recursos, condicionando, por fim, a acção das instituições, receosas de que a fonte de financiamento deixe de as considerar.

Neste sentido, se os princípios fundamentais de boa *governância* incluem o respeito pelos direitos humanos, o respeito pela lei, a abertura política, a participação, a tolerância, a confiança, a transparência e a capacidade e eficiência administrativa e burocrática, a construção de um **sistema de governância descentralizada** na actualidade será substancialmente difícil em Macau – será muito complicado construir novas formas de trabalho entre o sector público, o sector privado e a sociedade civil em que todas respeitem o espaço das restantes, em que todas se façam ouvir e em que todas se constituam como parceiros, uma vez que o Estado faz questão de manter a “gerência” dos processos a todos os níveis. Finalmente, é necessário progredir em matéria de “**cidadania social**”, isto é, “na conquista de direitos sociais, no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação” (Santos, 1994, p.210).

Não há em Macau uma cultura cívica de participação, o que é perceptível na dificuldade em conseguir a colaboração das pessoas no inquérito que realizámos, mas também na forma como são olhados os indivíduos ou associações que, com maior frequência, fazem ouvir as suas vozes de descontentamento, logo acusados de “pôr em causa a harmonia”.

Macau é, afinal, um dos locais onde a **participação da população é encorajada apenas como “acto ritual”** – o Estado administra de forma centralizadora e fechada, de costas voltadas para aqueles que na comunidade

política não fazem parte do seu quadro de “eleitos”, e que vê como uma ameaça. Há inclusivamente alguma insensibilidade e falta de transparência ao lidar com situações que implicam o bem-estar dos cidadãos e o funcionamento das instituições do Estado. A deputada Kwan Tsui Hang dirigiu uma interpelação escrita ao Governo em que acusava o Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau de ocultar informação, ignorando diversos pedidos de esclarecimento que havia dirigido a esta instituição, que, em sua opinião, mantém uma atitude arrogante, envolta em burocracia, e ignora as funções dos deputados na supervisão do trabalho do Executivo («Hoje Macau», 14-8-2007).

Por estas razões, não se reconhecem em Macau condições que permitam o surgimento de iniciativas de desenvolvimento local ou alternativo, nem foi possível encontrar iniciativas que caibam neste conceito.

Contudo, julgamos ajustado afirmar que algumas organizações assistenciais e sociais em Macau podem ser enquadradas na **Economia Social**. Com efeito, ao contrário do que se passa nos países ocidentais em que, como resultado da crise de financiamento do Estado-providência, entre outras razões, se tem assistido a uma gradual transferência de funções do Estado para instituições privadas, em Macau desde sempre as comunidades construíram estruturas assistenciais para responder aos seus problemas e necessidades.

A origem destas estruturas está associada, primariamente, a factores culturais que fazem da sociedade chinesa, como vimos, uma sociedade colectivista, que funciona e decide em grupo, segundo lógicas fechadas e familistas. Mas outros factores terão contribuído para que, até à actualidade, mantivessem a sua importância junto das populações.

Evidentemente em Macau, um território ocupado por uma potência colonial durante 450 anos, a *sociedade civil estranha*⁸⁹ (Santos, 1994, p.16) teve razões de sobra para se valer a si mesma e para investir em estruturas independentes que respondessem de forma cabal e mais efectiva às suas necessidades, e de acordo com o seu contexto cultural.

Finalmente, a manutenção destas organizações na actualidade encontra explicação, não só nos aspectos culturais que referimos, mas também no baixo nível de protecção e segurança social garantido pelo Estado (vale a pena recordar os resultados do inquérito que realizámos, uma vez que, dos indivíduos inscritos em associações, 39% pertencem a associações comunitárias-assistenciais; aliás, o “Bem-estar social, apoio às

⁸⁹ As sociedades coloniais, ou de raiz colonial, “caracterizam-se, em geral, por uma grande distância política cultural, social e institucional entre o Estado colonial e as sociedades ou comunidades locais” que são, usualmente, “multi-étnicas e multiculturais, o que multiplica a distância e a torna mais labirintica”. Esta situação “traduz-se numa profunda desigualdade de poder” e contribui “para que os problemas e as carências das populações não sejam susceptíveis de ser formulados numa única forma de procura sócio-jurídica”. Neste contexto, a procura que é dirigida ao Estado e à Administração é uma ínfima parte da procura global das populações (Sousa et al., 1998, pp. 10-11). Boaventura de Sousa Santos (1994, p.16), na impossibilidade de se falar em sociedade civil num contexto como este, distingue *sociedade civil íntima* (constituída pelos sectores que têm acesso quase ilimitado aos recursos políticos e administrativos e que facilmente transformam os seus interesses em interesses globais) de *sociedade civil estranha* (composta pelos estratos dominantes da população, cujo acesso aos recursos políticos e administrativos do Estado é escasso e precário e que muitas vezes só é permitido com intervenção da sociedade civil íntima, que com ela interage de forma paternalista).

camadas carenciadas da população e idosos” surge em primeiro lugar na avaliação feita ao contributo das associações).

Organizações como as *kaifong* e as *associações de auxílio mútuo*, mas também, não raras vezes, as *associações de conterrâneos* e de *apelidos*, funcionam segundo lógicas de Economia Social, ainda que, na generalidade, sejam geridas com base em estruturas permanentes de poder e de forma paternalista e autoritária, e não segundo princípios democráticos. Desempenham, contudo, duas das três funções definidas por Ferrão (2000,p.22): *promovem a coesão social*, através da integração na comunidade dos novos moradores, particularmente de imigrantes recém-chegados a Macau, apoiando, inclusivamente, a sua legalização; e *promovem a coesão económica*, ao facilitar o acesso, gratuito ou a preços reduzidos, a serviços e valências da sua responsabilidade, ao apoiar economicamente indivíduos em situação precária ou ao encaminhar as pessoas nos pedidos de apoio que dirigem às organizações estatais. Já a terceira função apontada pelo autor, e que corresponde à *promoção de uma cultura de participação cívica*, não é desempenhada pelas *kaifong* – a atitude paternalista assumida quer pelas associações individuais, quer pela estrutura de cúpula que, inclusivamente, é uma organização muito distante das comunidades e bastante próxima dos órgãos governamentais, não promove a cidadania e a participação das populações.

Estas organizações de Economia Social satisfazem, através das diversas valências que disponibilizam e dos equipamentos que dirigem (e que vão desde creches, a centros de acolhimento, a centros comunitários, passando por lares de idosos ou centros de dia) as necessidades dos diversos estratos da população, razão pela qual o Estado as apoia – afinal são infraestruturas já implantadas e geridas de forma independente, o que representa um custo menor para o erário público e permite “ampliar as condições de resposta a problemas sociais locais” (Oliveira das Neves, 2000, pp.10-11). As parcerias assim constituídas, resultam numa economia de recursos e competências (Nunes, 2002, p.61).

Assim sendo, embora actuem junto das comunidades, as associações tradicionais, e muito concretamente as *kaifong*, não chegam a constituir *Associações de Desenvolvimento Local*, ainda que a sua acção integrada com serviços públicos e privados contribua para uma actuação territorial de maior alcance e para a ampliação da capacidade de resposta e do poder de intervenção.

Em suma, o défice democrático das estruturas e funcionamento do Estado, a sua acção centralizadora e controladora, a atitude de liderança que é assumida pelas instituições públicas (enquanto entidades financiadoras), a atitude paternalista e autoritária dos dirigentes das associações, a existência de uma cultura de subserviência e a fortíssima dependência das estruturas associativas dos subsídios atribuídos pela Fundação Macau (que inclusivamente parecem ser utilizadas pelo Governo para controlar a acção das associações) leva a que não seja possível desenvolver novos mecanismos de governância, a que as parcerias se constituam incompletas (uma vez que há um desequilíbrio de poder que resulta da subordinação das associações às entidades estatais, quando a constituição de parcerias assenta exactamente na igualdade entre os parceiros), e a que, em última análise, as organizações de economia social tenham em Macau um

funcionamento um pouco *sui generis*, face à descrição que fizemos na contextualização teórica, o que condiciona e dificulta o processo de *empowerment* das populações.

Estamos, finalmente, em condições de verificar ou infirmar, as quatro hipóteses de investigação que definimos inicialmente.

Hipótese 1 - A evolução político-administrativa e económica teve implicações muito concretas na forma como a sociedade da RAEM se organiza ao nível das suas organizações de base.

Vimos que a assinatura da Declaração Conjunta, e, muito concretamente, a passagem da Administração do Território para a RPC, potenciou uma verdadeira revolução no associativismo em Macau. Nos sete anos de RAEM foram registadas, em média, 258 associações/ano.

Vimos também que esta situação não significa, necessariamente, uma maior consciência cívica da população, nem é resultado de uma forte vontade de participar dos cidadãos de Macau, correspondendo sim à forma encontrada para eleger, por sufrágio indirecto, deputados à Assembleia Legislativa.

São as associações, enquanto “pessoas colectivas representativas dos interesses sociais”, registadas na Direcção dos Serviços de Identificação há, pelo menos, três anos, que participam na eleição por sufrágio indirecto dos dez deputados à Assembleia Legislativa. Desta forma, têm sido criadas inúmeras associações que, não tendo actividade, procuram cumprir o estipulado por Lei de modo a poder participar nas eleições. Quantas mais associações forem controladas pelos grupos políticos, através da sua criação, de redes de influência ou de apoio financeiro, maiores as probabilidades de eleger um deputado. Com doze deputados eleitos por sufrágio directo e sete nomeados pelo Chefe do Executivo, o garantir de que a maioria dos dez deputados eleitos por sufrágio indirecto fica mais próxima do modelo de governação, é essencial (ver Anexo IX – Entrevistas – Dr. Pereira Coutinho, Dr. Ng Kuok Cheong, Dr. Salles Marques).

Por outro lado, ainda que se tenham verificado alterações no perfil funcional geral das associações, mais importante talvez foi a sua adaptação ao novo modelo económico e ao papel pretendido para a RAEM enquanto plataforma de ligação económica e comercial à República Popular da China. O caso que analisámos é paradigmático – a Associação Angola-Macau alterou inclusivamente os seus estatutos e de um texto inicial muito simples que a colocava num plano recreativo-cultural, passou na revisão a incluir como objectivo a necessidade de cooperação económica.

A transferência da Administração, implicou outros ajustes. As associações chinesas, e após um período de regozijo e idealismo inicial, assistiram à partida de parte da sua base de associados, descontentes com as opções do Governo, afinal constituído por antigos *colegas* nas organizações a que pertenciam. Uns desvinculam-se totalmente, outros acabam por aderir a novas associações (Dr. Salles Marques, APIM, Anexo IX – Entrevistas). Este afastamento, justificou novas formas de adaptação, levadas a cabo também pelas instituições mais conservadoras, como as *kaifong*, e que passaram pela duplicação de estruturas para aproximação a alguns sectores da população – foram criados grupos unicamente para jovens ou para mulheres.

No caso das associações de matriz portuguesa há um problema identitário por resolver que se coloca na definição do tipo de valências a providenciar, mas, principalmente, no que se refere ao perfil e ao posicionamento político a assumir. Outra questão coloca-se ao nível da renovação – quer a APIM, quer a Associação dos Macaenses são estruturas muito fechadas e conservadoras, não sendo visível qualquer tentativa de aproximação às camadas mais jovens da comunidade macaense ou portuguesa. Estas associações mantêm os mesmos dirigentes e não parece haver uma adequação no discurso ou no tipo de actividades organizadas.

Finalmente, surgiram diversas associações cívico-políticas, fruto de alguma evolução cívica da sociedade da RAEM, e que, nos últimos anos, têm intensificado a sua intervenção. São organizações voltadas para um novo tipo de procura sócio-jurídica, que privilegia os princípios de sustentabilidade e a defesa da qualidade de vida, ou a um novo leque de problemas sociais (defesa dos direitos dos trabalhadores, por exemplo), estando associadas aos deputados eleitos por sufrágio directo ou a elementos mais contestatários das políticas do governo de Macau.

Hipótese 2 - Há dinâmicas de base local como herança da Administração Portuguesa.

As dinâmicas de base local, comunitária ou associativa, que existem em Macau estão relacionadas, não directamente com a Administração Portuguesa, mas com a forma como se organiza a sociedade chinesa. A maior parte das associações em Macau é resultado de uma longa tradição confucionista que privilegia o grupo e as relações de interdependência entre as pessoas, como já referimos por diversas vezes. São organizações fechadas e pouco permeáveis, que funcionam segundo lógicas internas próprias, num forte respeito pela hierarquia e pelas decisões tomadas pelo grupo.

“A comunidade chinesa funciona em círculos concêntricos onde os indivíduos e grupos se movimentam exercendo a sua influência. As associações são a formalização deste sistema. Estes círculos tocam-se e relacionam-se entre si, na medida em que uma pessoa pertencente a uma associação pode pertencer a outra(s)” (Dr. Rui Rocha, Anexo IX – Entrevistas), construindo-se interligações e pontes entre as diversas associações – a base do *guanxixue*.

O associativismo em Macau é, sem dúvida, um produto da sociedade chinesa (Santos et al., 1998, p. 419), como destacámos diversas vezes. O contributo da Administração Portuguesa, pelo seu afastamento e alheamento relativamente à comunidade chinesa, terá sido no sentido de promover a criação e a manutenção destas instituições e, talvez, uma maior abrangência nas actividades que providenciam.

A Administração Portuguesa em Macau manteve sempre um afastamento considerável relativamente à população quer por dificuldades em “penetrar” as comunidades, tão diferentes do ponto de vista social e cultural, quer pelo simples facto de ser uma administração colonial, mantendo uma relação mais estreita com os membros da sua “sociedade civil íntima” (Santos, 1994, p.16). Podia ter sido conseguida uma aproximação pela língua, por exemplo, que aqui implicava que a população chinesa aprendesse o português, mas também que a comunidade portuguesa aprendesse o chinês (cantonense ou mandarim), mas nem mesmo isto foi

fomentado de forma plena e em ambos os sentidos. Assim sendo, a Administração colonial portuguesa não favorecia as lógicas de desenvolvimento local, mas fomentou que as comunidades chinesas criassem também em Macau as suas próprias estruturas de apoio.

Finalmente, o distanciamento da população face às estruturas do actual Governo (referido por José Pereira Coutinho, Anexo IX – Entrevistas), aliado ao baixo nível de protecção e segurança social garantido pelo Estado, terá contribuído para a existência e importância destas organizações na actualidade.

Hipótese 3 - Existem actores de desenvolvimento comunitário que se encontram em situação expectante, a aguardar desenvolvimentos e, portanto, sem estratégia definida.

Como vimos, não existem em Macau *actores de desenvolvimento local*. Contudo, algumas associações, mais do que outras, poderão constituir-se como embriões de desenvolvimento local, caso sejam ultrapassadas os constrangimentos que apontámos atrás. Voltaremos a esta questão.

Podemos, ainda assim, analisar o posicionamento actual das organizações associativas que analisámos e verificar a existência de estratégias.

Em nossa opinião, só no caso das associações de matriz portuguesa (das três analisadas, exceptuamos aqui a APOMAC, por razões óbvias) é possível afirmar que as estruturas associativas se encontram em situação expectante, sem estratégia definida, de acordo com o que foi exposto a propósito da primeira hipótese. É possível que também se verifique no caso de *kaifong* individuais, uma vez que são estruturas conservadoras e tradicionais, com quadros de direcção quase permanentes, e que, portanto, talvez tenham maior dificuldade em adaptar-se à perda de associados que algumas destas associações de moradores têm registado. Mas é apenas uma desconfiança. Não podemos afirmá-lo com certeza.

Ainda ao nível das estruturas tradicionais, vimos que na Associação Geral dos Conterrâneos de Mei Zhou não foi sequer sentida a necessidade de alterar o percurso da organização ou de introduzir novas abordagens. De facto, a associação mantém as suas lógicas de funcionamento, apoiando a integração dos naturais de Mei Zhou em Macau e na comunidade (a intervenção social de festa é muito importante a este nível) e respondendo a algumas das necessidades dos seus associados.

Em relação às outras associações, e como vimos quer no que se refere à evolução do associativismo em Macau, quer no que diz respeito a cada um dos casos de estudo, todas parecem ter uma estratégia definida (eventualmente, não materializada em projectos concretos, a médio-longo prazo).

A estrutura de cúpula das *kaifong* encontrou novas formas de aproximação à população, através da criação de gabinetes específicos para mulheres e jovens, adequando assim a sua linguagem e modo de intervenção.

As associações políticas e cívicas têm um posicionamento claro na sociedade da RAEM, lutando pela defesa dos seus objectivos enquanto organização, mas também pela defesa dos interesses gerais da população da

RAEM, exigindo ser informados e participar, zelando pela aplicação da Lei e defendendo a qualidade de vida e o património histórico e cultural de Macau. Têm uma postura activa, interventora e atenta aos problemas.

As *associações comerciais e de amizade* são, possivelmente, aquelas em que melhor se distingue uma estratégia, motivada, claro está, pela dinâmica económica que se vive na RAEM. O caso de estudo (Associação Angola-Macau) é muito feliz na constatação disto mesmo, uma vez que para garantir o seu lugar no processo de afirmação de Macau como plataforma de comunicação entre a RPC e os PLP, alterou os seus estatutos e o seu posicionamento face aos órgãos de governação.

Concluindo, apenas no caso das associações genéricas de matriz portuguesa é possível afirmar que se encontram em situação expectante, sem uma estratégia clara definida. Por outro lado, as associações tradicionais chinesas não parecem ter sentido necessidade de ajustar a sua forma de actuação. Já as associações políticas, cívicas e económicas têm, na generalidade, um posicionamento e uma estratégia definidos.

Hipótese 4 - Existe um quadro administrativo, com implicações a diversos níveis, que não facilita, nem estimula, a existência e expansão de dinâmicas locais.

O quadro administrativo da RAEM não promove o desenvolvimento de um Estado “ágil e dialogante”, que “presta contas aos seus cidadãos” e assenta numa “democracia participada, em que os poderes para gerir problemas são mais bem trabalhados localmente, sendo entregues a unidades de governação locais e às comunidades” (Friedmann, 1996, p.37).

Ao contrário, o Estado é autoritário e centralizador – baseia a sua acção em estratégias “de cima para baixo” e não promove a verdadeira participação da população.

Como tal, não existe espaço institucional que permita a efectiva expansão das dinâmicas locais através do *empowerment* das comunidades no sentido de que possam construir as suas próprias respostas em função das suas necessidades específicas.

Num contexto como o da RAEM, em que a mais de meio milhão de pessoas se somam constantemente mais residentes, em que o crescimento económico não é acompanhado por níveis idênticos de desenvolvimento, mas por novos problemas sociais e novas carências, o desenvolvimento de dinâmicas locais permitiria construir respostas integradas, mais adequadas aos problemas das comunidades.

Recentemente, os deputados da Associação Novo Macau Democrático propuseram a criação “district councils” em Macau, à semelhança do que acontece em Hong Kong – conselhos de bairro, com poder consultivo, baseados nas freguesias e que funcionariam como “escolas de democracia”, onde os cidadãos pudessem dar as suas opiniões, uma vez que “se estiverem fora dos grupos tradicionais, não é fácil participarem” («Jornal Tribuna de Macau», Agosto de 2007).

Esta situação evidencia que na RAEM, e tendo em consideração o quadro administrativo em vigor e o nível cívico da população e dos seus dirigentes (mesmo dos menos conservadores), não há, de momento, espaço para o desenvolvimento de projectos verdadeiramente *locais* ou *alternativos*.

De facto, e ainda que reconheçamos que esta proposta, mesmo nos termos em que é construída, pode permitir alguma abertura, induzindo uma maior consciência cívica e motivando a participação, a manutenção de uma dimensão meramente consultiva, contribuiria para o perpetuar do domínio e centralização das estruturas do Estado uma vez que, ao invés de tirar partido das instituições associativas locais e comunitárias existentes, propõe a sua duplicação para evitar a partilha de poder. Não pressupõe a descentralização administrativa e dos processos de decisão, criando apenas órgãos consultivos. Neste sentido, em nossa opinião, constitui um ponto de partida, mas o seu alcance será sempre modesto.

O quadro jurídico-institucional da RAEM foi construído nos últimos anos que antecederam a passagem da Administração para a RPC, como vimos, mas a sua aplicação acarreta um peso acrescido às estruturas do Estado (muito dependentes de profissionais portugueses e de importantes e complicados processos de tradução – o Direito português assenta no rigor da língua, o que cria dificuldades acrescidas na sua transposição para o chinês) o que faz temer pela sua continuação após os 50 anos de transição previstos na Lei Básica. Esta situação configura um cenário preocupante ao nível da garantia dos direitos e liberdades individuais em Macau.

Por outro lado, o facto da Lei Básica da RAEM não prever a passagem do sistema político a uma democracia plena (sufrágio universal), como acontece na Lei Básica de Hong Kong, faz depender a evolução política da intervenção e vontade da República Popular da China (como aliás sempre aconteceu). Em Hong Kong, e apesar da calendarização prevista pelo Chefe do Executivo apontar para que a passagem a sufrágio universal se faça de forma muito gradual nos próximos anos, a população tem vindo a exigir o agilizar do processo, através da organização de movimentos de protesto (manifestações que reúnem milhares de pessoas) e através da intervenção de organizações políticas e de representantes políticos eleitos. Ora em Macau, apenas a *Associação Novo Macau Democrático* tem vindo a intervir de forma mais consistente neste sentido, tendo preparado uma proposta com vista a que a transição para um regime democrático se faça também na RAEM. Todavia, esta proposta não parece ter colhido grande eco junto dos órgãos governamentais ou da população, ainda muito distante dos níveis de participação e cidadania de Hong Kong.

Este trabalho, além de, em nossa opinião, permitir uma melhor compreensão da evolução recente da RAEM e um melhor entendimento do associativismo em Macau enquanto dimensão importante da sociedade chinesa, possibilita também **levantar um conjunto de novas questões**.

Em primeiro lugar, e ainda que os conceitos de desenvolvimento local tenham sido já aplicados a sociedades e culturas diversas daquelas em que foram desenvolvidos (é o caso do conceito de desenvolvimento alternativo, proposto por Friedmann para a América Latina), a sua aplicação a uma sociedade tão diversa como é a chinesa, implica, por certo, um maior esforço de adaptação aos contextos locais e sociais.

Por outro lado, a situação vivida em Hong Kong permite perceber a influência que o ensino e o estímulo da participação cívica têm na sociedade e na forma como ela se organiza e exige intervir. Parece-nos também que esta intervenção é razão do grau de abertura das estruturas de Estado – a forma como as pessoas se sentem representadas pelos órgãos governativos, o modo como estes órgãos acolhem a sua opinião e a transparência dos processos de gestão, análise e decisão são pedras basilares no fomentar de maiores níveis de participação cívica. Assim, em Hong Kong o processo de *empowerment* da população é uma realidade, e cedo irá tornar-se mais efectivo com a introdução de eleições directas e universais.

Em Macau, a segunda Região Administrativa Especial, acepção do “segundo Sistema”, há um percurso um pouco mais longo a percorrer na produção de *empowerment*, na automização das comunidades e na implementação de um sistema democrático. Macau pode beneficiar do processo desenvolvido em Hong Kong, mas dependerá em maior grau da vontade da República Popular da China e da sua própria capacidade para inovar o sistema de Ensino.

Dito isto, e tendo em mente a comparação entre Macau e Hong Kong e, muito concretamente, o posicionamento das duas RAE face a processos de democratização e *empowerment*, julgamos pertinente terminar este trabalho levantando a questão de saber **se é possível produzir *empowerment* e promover a autonomização das comunidades na República Popular da China?** Obviamente, isto é matéria para novos estudos, mas consideramos estar em condições de propor algumas hipóteses de investigação.

Vimos que, no essencial, há duas dimensões a exigir uma abordagem diferenciada: uma dimensão cultural, associada ao forte enraizamento da tradição confucionista na sociedade chinesa, e uma dimensão política, resultado do modelo comunista implantado na República Popular da China. A forma como estas duas dimensões se articulam e a identificação de possíveis respostas para o desenvolvimento de lógicas locais e comunitárias exige uma análise aprofundada destas temáticas que extravasa o conteúdo deste trabalho.

A RPC é um país imenso, de uma enorme diversidade e com diferentes graus de abertura ao exterior. Contudo, é o primeiro dos “dois sistemas políticos”, de base socialista e com uma estrutura de Estado altamente centralizada e autoritária. **Que espaço haverá ao desenvolvimento de iniciativas locais?**

Até que ponto é possível congregiar as comunidades na resolução de problemas comuns? Parece-nos exequível admitir como hipótese que em comunidades mais isoladas (quer geográfica, quer institucionalmente) será possível tirar partido das lógicas de funcionamento em “família alargada” e do maior afastamento das estruturas do Estado no que se refere à resolução de problemas das comunidades locais, para autonomizar as populações na criação das suas próprias respostas, ainda que este processo possa depender em grande medida da intervenção de *animateurs*.

Até onde chega a autoridade estatal? Será possível estabelecer parcerias público-privadas na RPC? Parece-nos que uma análise futura poderia explorar a hipótese de que não é possível estabelecer parcerias efectivas e verdadeiras deste tipo na RPC, uma vez que é de prever que a tradição confucionista que dá

primazia ao respeito pelas hierarquias, idade e posição social, seja mais forte no continente chinês, e que a autoridade estatal se faça sentir de forma muito consistente.

Em que medida a tradição confucionista impede a criação de lógicas de desenvolvimento local? Que evolução se pode esperar no nível de enraizamento futuro do Confucionismo tendo em conta os objectivos de desenvolvimento económico da RPC? Que papel terá o sistema de ensino na alteração da psicologia social chinesa?

Existirão, por certo, alguns casos de desenvolvimento local na China, tal como acontece noutros países asiáticos de raiz confucionista (é o caso do Vietname). Que aspectos contribuem para o seu sucesso e que factores põem em causa o seu desenvolvimento.

Julgamos que este trabalho pode ser um ponto de partida para novas pesquisas que permitam compreender melhor a sociedade chinesa e as transformações por que está a passar na actualidade, assim como na compreensão da importância que o percurso do “segundo sistema” poderá ter nessa evolução.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADDA, Jacques (1997) – **A mundialização da Economia. 1-Génese**. Lisboa : Terramar, 1997. ISBN 972-710-163-1.

AMARO, Rogério R. (1990) – Desenvolvimento e Injustiça Estrutural. In **COMMUNIO**, n.º 5, Set./Out., pp. 448-459.

AMARO, Rogério R. (1993) – As novas oportunidades do desenvolvimento local. In **A Rede**, n.º 8, pp. 15-22.

AMARO, Rogério R. (1998) – O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro. In **A Rede**, Novembro de 1998. Disponível na WWW em <http://www.in-loco.pt>. Consultado em 6-04-2006.

AMARO, Rogério R. (2000) – A inserção económica de populações desfavorecidas, factor de cidadania. In **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.33-40. Lisboa : Dep. de Estudos, Prospectiva e Planeamento-MTS, 2000. ISSN 0873-8858.

ANDERSON, A.(1985) – Creativity and Regional Development. In **Papers of the Regional Science Association**, vol. 56, pp. 5-20.

AUGUSTIN-JEAN, Louis (2002) - Les entreprises rurales et développement régional en République populaire de Chine – Partie 1 - Le contexte institutionnel et les réformes économiques. **Géographie, économie, société**, 4, 3, pp.323-336. Paris, 2002. ISSN 1295-926X.

BAPTISTA PEREIRA, Fernando (2001) – Christian art and heritage in defining Macau's identity. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century**. Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001, pp. 121-127. ISBN 99937-0-007-X.

BAQIR, Fayyaz (2001) – Development of Grass-Roots Institutions: Experience of LIFE in Pakistan (1993-98). In STÖHR, Walter, et al. (2001) - **New Regional Development Paradigms – Decentralization, Governance, and the New Planning for Local-level Development**, pp.191-212. Westport, London : Greenwood Press, 2001. ISBN 0-313-31767-4.

BARTIK, Timothy J. (1991) - **Who benefits from state and local economic development policies?**. Michigan : W. E., UpJohn Institute, 1991.ISBN 0-88099-114-3.

BASTO SILVA, Beatriz (1992) – **Cronologia da História de Macau: século XVI-XVII, volume 1**. Macau : Direcção dos Serviços de Educação, 1992.

BASTO SILVA, Beatriz (1997) – **Cronologia da História de Macau: século XVIII, volume 2**. Macau : Direcção dos Serviços de Educação, 1997.

BEJA, Carlos (1991) – Abordagem à Administração Pública de Macau. In **Modernização do Estado – Instituições Públicas – Que Modelos de Gestão? 6ª conferência do Centro de Estudos de Gestão**. Lisboa : CEGE-ISEG, 1991.

BENNETT, Robert (1993) – **Local Government in the new Europe**. London : Belhaven Press, 1993. ISBN 1852932872.

BLACKMAN, Carolyn (1997) – **Negotiating China – Case Studies and Strategies**. Crows Nest, Austrália : Allen & Unwin, 1997. ISBN 1-86448-070-X.

BOND, Michael Harris (1986) – **The psychology of the Chinese People**. Hong Kong : Oxford University Press, 1986. ISBN 0-19-584051-8.

BORDEN, Alain (2001) – The “strangely familiar” city: cultural challenge to the city of objects. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century**, pp. 97-103. Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001. ISBN 99937-0-007-X.

BOTCHWAY, Quaye, GOODALL, George, NOON, David, LEMON, Mark (2002) - Emergence-based local Economic Development Model: a way forward in responding to turbulent operating environments. In **Entrepreneurship & Regional Development**, pp. 155-174. London : Routledge, 2002. ISSN 0898 – 5626.

BRYDEN, John, SCOTT, Ian (1990) – The Celtic fringe: state-sponsored versus indigenous local development initiatives in Scotland and Ireland. In STÖHR, Walter (1990) - **Global Challenge and Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe**, pp.90-132. London : The United Nations University, 1990. ISBN 0720120640.

BURNS, Danny, HAMBLETON, Robin, HOGGET, Paul (1994) – **The politics of decentralization: revitalizing local democracy**. Londres : Macmillan, 1994.

CABRITA, Eduardo (1997) – A tradução jurídica em Macau – Uma Lei bilingue para dar voz aos direitos. In **Perspectivas do Direito**, n.º 2, Vol. II. Macau : 1997.

CALVET DE MAGALHÃES, João (1992) – **Macau e a China no pós-Guerra**. Macau : Inst. Português do Oriente, 1992.

CARDOSO, Abílio (1996) – **Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento**. Porto : Edições Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil da F.E.U.P, 1996. ISBN 972-36-0412-4.

CASTRO, José Luís, GONÇALVES, Alda (2002) – A rede social e o Desenvolvimento Local. Parcerias sociais e o planeamento participado. In **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 4. Lisboa : CET – ISCTE, 2002. ISSN 16450639.

CÉSAR DAS NEVES, João (2003) – Destruição Criativa. In **Produtividade e Crescimento em Portugal**, Coord. Manuel Pinho. Lisboa : Edição Economia Pura, 2003. ISBN 972-9027-89-7.

CHEEMA, G. Shabbir, RONDINNELI, D.A. (1983) – **Decentralization and Development: Policy Implementation in Developing Countries**. Beverly Hills : Sage, 1983.

CHEN, Ming-Jer (2001) – **Inside Chinese Business**. Boston : Harvard Business School Press, 2001. ISBN 1-57851-232-8.

CHU, David, WONG (1982) – **Shenzhen Special Economic Zone - China's Experiment in Modernization**. Hong Kong : Hong Kong Geographical Association, 2001.

CLARK, Greg (2005) – Globalization and Local Policy Implementation: The Challenge to Practitioners. In GIORDANO, Paolo, LANZAFAME, Francesco, MEYER-STAMER, Jörg (2005) – **Asymmetries in Regional Integration and Local Development**, pp. 193-214. Washigton, D.C. : Inter-American Development Bank, 2005. ISBN 1597820040.

CLARKE, Susan (1998) – Economic Development Roles in American Cities: A contextual analysis of shifting partnerships arrangements. In WALZER, Norman, JACOBS, Brian – **Public-Private Partnerships for Local Economic Development**, pp.19-46. Westport : Greenwood Publishing Group, 1998. ISBN 0-275-96153-2.

COMEAU, Yvan (2004) – La Structuration des Systèmes Associatifs Locaux de Bien-Être. In **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 8, pp. 65-75. Lisboa : Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 2004. ISSN 1645-0639.

CONCEIÇÃO, Lourenço Maria (1988) – **Macau entre dois Tratados com a China**. Macau : Ins. Cultural de Macau, 1988.

CONDESSO, Fernando (2005) – **Ordenamento do Território – Administração e Políticas Públicas**. Lisboa : ISCSP, 2005. ISBN 972-8726-50-3.

CÓNIM, Custódio, TEIXEIRA, Maria Fernanda (1998) – **Macau e a sua população, 1500-2000. Aspectos demográficos, Sociais e Económicos** (Volume principal e Anexos). Macau : Direcção dos Serviços de Estatística e Censos-Imprensa Oficial de Macau, 1998.

COOKE, Philip (1990) – **Localities: The Changing face of Urban Britain**. London : Unwin Hyman Ltd, 1990. ISBN 0-04-445300-0.

COX, Kevin R. (1995) - Globalisation, competition and the politics of local economic development. In **Urban Studies**, 32-2, pp. 213-224. Glasgow, 1995.

CUI GUANJIE (1994) – **Road of Development for Macau High Tech Industry**. Macau : Macau Foundation, 1994. ISBN 972-8147-09-0.

DAHRENDORF, Ralf (1995) – **Economic Opportunity, Civil Society, and Political Liberty**, discussion paper 58. Geneva : United Nations Institute for Social Development, 1995.

DOS SANTOS, Theotonio (1973) – The structure of Dependence. In KAN, K.T., HODGES, Donald – **Readings in the US Imperialism**. Porter Sargent Publisher, 1971. ISBN 978-0875580548.

DUFFY, Hazel (1998) – Partnerships in two European Cities. In WALZER, Norman, JACOBS, Brian (2005) – **op. cit.**, pp.139-156.

DURÃO, Luís António (2001) – Cultural heritage policy in Macau. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century**, pp. 117-120. Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001. ISBN 99937-0-007-X.

EDMONDS, Richard, KYLE, William (2001) – Land use in Macau: changes between 1972 and 1994. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century**, pp. 239-258. Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001. ISBN 99937-0-007-X.

EISENSTADT, Samuel Noah (1991) – **A dinâmica das civilizações: Tradição e Modernidade**. Lisboa : Edições Cosmos, 1991. ISBN 972-9170-42-8.

ELKINS, Paul (1986) – **The living economy: a new economics in the making**. Nova Iorque : Routledge, 1986.

EVERS, Tilman (1985) – Identity: the hidden side of new social movements in Latin America. In SLATER, David - **New social movements and the state in Latin America**, pp.43-72. Amesterdão : Centre for Latin American Research and Documentation, 1985.

FERNANDES, Moisés Silva (2004) – **A China e Macau: as origens e as repercussões da “Revolução Cultural Chinesa” em Macau nas relações sino-portuguesas** – tese de doutoramento em Ciências Sociais com orientação de António Costa Pinto. Lisboa : Universidade de Lisboa – ICS, 2004.

FERRÃO, João (2000) – Economia social, comunidades locais e transferibilidade de informação, conhecimentos e soluções. In **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.22-27. Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento-MTS, 2000. ISSN 0873-8858.

- FIGUEIREDO, António Manuel, COSTA, Carlos (1982) – **Do subdesenvolvimento: vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito**, Vol. I e II. Porto : Edições Afrontamento, 1982.
- FLAMMANG, Robert (1979) – Economic Growth and Economic Development: counterparts and competitors. In **Economic Development and Cultural Change**, 43, pp. 47-62.
- FRIEDMANN, John (1996) - **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras : Celta, 1996. ISBN 972-8027-50-8.
- FRIEDRICH, Jürgen (1998) – Urban Revitalisation Strategies and Public-Private Partnerships in German Cities. In WALZER, Norman, JACOBS, Brian (2005) – **op. cit.**, pp. 177-204.
- FURTADO, Celso (1976) – **Teoria e Política do Desenvolvimento Económico**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1967.
- GANG XU (1999) – **Tourism and Local Economic Development in China – Case Studies of Guilin, Suzhou and Beidaihe**. Richmond : Curzon, 1999. ISBN 0-7007-1152-X.
- GIORDANO, Paolo, LANZAFAME, Francesco, MEYER-STAMER, Jörg (2005) - **Asymmetries in Regional Integration and Local Development**. Nova Iorque : Inter-American Development Bank, 2005. ISBN 1597820040.
- GOMES MOTA, António, Capital markets and corporate governance and management in China: achievements, flaws and perspectives. In **Economia e Gestão**, n.º 2/ 2002, Vol. VII, Escola de Gestão do ISCTE, 2002, pp. 79-88. ISSN 0873-7444.
- GONÇALVES, Arnaldo (1997) – O desenvolvimento tecnológico como suporte ao desenvolvimento económico – as fragilidades de Macau. In **Revista Administração**, n.º 26, Vol. X, 2º, pp. 497-514.
- GOVERNO DE MACAU (1996) – **O segundo terço da transição 1991-1995**. Macau : Governo de Macau, 1996. ISBN 972-97049-2.
- GUERRA, Isabel (2001) – Intervenções face à Exclusão Social Urbana: uma luta inglória?. In **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 2, pp.47-56. Lisboa : Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 2001. ISSN 1645-0639.
- HALL, Peter (2002) – **Urban and Regional Planning**. New York : Routledge, 2002. ISBN 0-415-21776-8.
- HEALY, P. (1995) – Discourses of integration: making frameworks for democratic urban planning. In **Managing Cities: The new urban context**, pp. 251-272. Chichester, England : John Wiley and Sons, 1995. ISBN 0471949221.

HENDERSON, Jeffrey, CASTELLS, Manuel (1987) – **Global Restructuring and Territorial Development**. Londres : Sage, 1987. ISBN 0803980604.

HENRIQUES, José Manuel (2000) – Globalização, Construção Europeia e Coesão Social – Sem Desenvolvimento Local?. In **Cidade Solidária**, Revista da SCM de Lisboa, n.º 5, Ano III.

HESPANHA, Pedro, CARPINTEIRO, Graça, et al. (2002) – **Risco Social e incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?** Porto : Edições Afrontamento, 2001. ISBN 972-36-0571-6.

INSTITUTO DO ORIENTE (2000) – **Macau in the Pearl River Delta**. Lisboa : UTL- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000. ISBN 972-9229-73-2.

INSTITUTO DO ORIENTE (2004) – **Região Administrativa Especial de Macau – Cinco Anos**. Lisboa : UTL- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004. ISBN 972-8726-44-9.

JACKSON, Tony, ROBERTS, Peter (1997) - Ecological modernization as a pathway for local economic development. In **Journal of Environmental Planning and Management**, 40,5, pp. 615-629. Newcastle.

JACOBS, Brian (1998) – Bureaupolitics and Public-Private Partnerships in Economic Development in the British West Midlands. In WALZER, Norman, JACOBS, Brian (2005) – **op. cit.**, pp. 69-96.

JESSOP, Bob (1993) – Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. In **Studies in Political Economy**, 40, pp.7-39.

JOHANNISSON, Bengt (1990) – The Nordic perspective: self-reliant local development in four Scandinavian countries. In STÖHR, Walter (1990) – **op. cit.**, pp.57-89.

KARAKIEWIACZ, Justyna, KVAN, Thomas (1997) – Regaining the Sense of City: a history of reclamation and public spaces in Macau. In **Proceedings of the East-West Conference**. Hawaii : University of Hawaii, 1997.

LAUDER, Kathleen, GONZALEZ III, Joaquin (2001) – Governance and Sustainable Regional Development: The CIDA-IOG Canada-ASEAN Governance Innovations Network Program. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.63-78.

LIMA, Fernando, CINTRA TORRES, Eduardo (1995) – **Macau entre dois Mundos**. Lisboa : Editorial Inquérito, 1995.

LJUNGSTEDT, Anders (1992) – **An Historical sketch of the portuguese settlement in China – The Classic book on the histoty of Macau, Canton and the East India Trade**. Hong Kong : Viking Hong Kong Publications, 1992. ISBN 962-7650-01-3.

LOPES, A. Simões (1995) – **Desenvolvimento Regional**. Lisboa : Fund. Calouste Gulbenkian, 1995. ISBN972310106-8.

LOPES, Albino (2000) – Economia Social e Cidadania: uma abordagem institucional. In **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.16-21. Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento-MTS, 2000. ISSN 0873-8858.

Macau – Revista – II série n.º 1, 1992.

MAILLAT, Denis (1990) – Regional restructuring in French-speaking Europe: the examples of swiss watch-making area and of French Montpellier region. In STÖHR, Walter (1990) – **op. cit.**, pp.224-239.

MALIZIA, Emil, FESER, Edward (2000) – **Understanding Local Economic Development**. New Jersey : Centre for Urban Policy Research-The State University of New Jersey, 2000. ISBN 0-88285-163-2.

MARIN, Francisco (2005) – The regional challenge: European and Latin American experiences. In GIORDANO, Paolo, LANZAFAME, Francesco, MEYER-STAMER, Jörg (2005) – **op. cit.**, pp. 163-192.

MARKUSEN, Ann, DINIZ, Clélio (2005) – Differential regional competitiveness: opportunities and constraints. In GIORDANO, Paolo, LANZAFAME, Francesco, MEYER-STAMER, Jörg (2005) – **op. cit.**, pp. 115-162.

MARSHALL, Michael (1987) – **The Long Waves of Regional Development**. Londres : Palgrave Macmillan, 1987. ISBN 978-0312496746.

MAYER, Margit (1994) – Post-Fordist city politics. In **Post-Fordism: a reader**, pp. 316-337. Oxford : Blackwell, 1994.

MAYER, Margit (1995) – Urban governance in the post-Fordist city. In **Managing Cities: The new context**, pp. 231-249. Chichester, England : John Wiley and Sons, 1995. ISBN 0471949221.

MEI-HUI YANG, Mayfair (1994) – **Gifts, Favors and Banquets – The art of social relationships in China**. Nova Iorque : Cornell University Press, 1994. ISBN 0-8014-9592-X.

MEQUANENT, Getachew, TAYLOR, D.R. Fraser (2001) – Decentralization and Local Autonomy: Regional Planning in Ethiopia. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.126-143.

MEYER-STAMER, Jörg (2005) – Local Economic Development: What makes it difficult? What makes it work?. In GIORDANO, Paolo, LANZAFAME, Francesco, MEYER-STAMER, Jörg (2005) – **op. cit.**, pp.193-214.

MIU BING CHUNG, Christine (1999) – **Macau – A cultural Janus**. Hong Kong : Hong Kong University Press, 1999. ISBN 962-209-486-4.

- MONTEIRO, Alcides A. (2004) – As iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações. In **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 8, pp.53-63. Lisboa : Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 2004. ISSN 1645-0639.
- MOREIRA, Adriano (1999) – China – Macau: 1999. In **Estudos da Conjuntura Internacional**. Lisboa : Publicações D. Quixote, 1999.
- MUEGGE, Herman, STÖHR, Walter B. (1987) – **International Economic Restructuring and the Regional Community**. Aldershot : Avebury, 1987. ISBN 978-0566054785.
- MURTEIRA, Mário (1990) – **Lições de Economia Política do Desenvolvimento**. Lisboa : Editorial Presença, 1990. ISBN 972-23-1318-5.
- MURTEIRA, Mário (1996) – **Zhuhai/Macau versus Shenzhen/Hong Kong: An exploratory essay on “transitions” to the global market economy**. *Global Economics and Management Review*, 2/96, pp. 109-125.
- MURTEIRA, Mário (2000) – **Hong Kong and Macau, at a time of transitions**. Macau : Fundação de Macau, 2000. ISBN 99937-1-008-3.
- NORGAARD, Richard (1989) – The case methodological pluralism. In **Ecological Economics**, 1, pp. 35-37.
- NORONHA SILVEIRA, Jorge (1999) – A construção em Macau de um sistema de justiça para o futuro. In **Fórum Macau – A presença portuguesa no Pacífico**. Lisboa : ISCSP, 1999.
- NORONHA, Carlos, HONG, Jacky, LAM, Tiffany (2003) - Macau pre-1999: value dimensions of a specific group of Chinese. In **Economia e Gestão**, n.º 2/ 2003, Vol. VIII, Escola de Gestão do ISCTE, 2003, pp.127-131. ISSN 0873-7444.
- NUNES, Maria do Carmo (2002) – Parceria e Empowerment. In **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 4, pp.61-69. Lisboa : Centro de Estudos Territoriais, ISCTE, 2002. ISSN 1645-0639.
- OLIVEIRA DAS NEVES, António (2000) – Para uma relação virtuosa entre economia social e desenvolvimento local – Processos e Sustentabilidade. In **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.10-15. Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento-MTS, 2000. ISSN 0873-8858.
- OYUGI, Walter (2001) – Decentralization in Africa: Trends and Prospects for the Twenty-first century. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.95-122.
- PECQUEUR, Bernard (1989)- **Le développement local : mode ou modèle?**. Paris : Syros/Alternatives, 1989. ISBN 2-86738-802-3.

POLANYI, Karl (1944) – **The great transformation**. Nova Iorque : Farrar and Rinehart, 1957. ISBN 0-8070-5643-X.

POLANYI, Karl (1977) – **The livelihood of man**. Nova Iorque : Academic Press, 1977. ISBN 978-0125481502.

PORTAS, Nuno (2001) – Waterfront vision city – metropolises. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century**. Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001, pp. 32-33. ISBN 99937-0-007-X.

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João (2003) – **Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1061-X.

PRIOR, D. (1996) – Working the network: local authority strategies in the reticulated local state. In **Local Government Studies**, Summer, 1997.

RADIN, Margaret Jane (1987) – **Market inalienability**. Harvard Law Review, 100, n.º 8, pp.1848-1937.

REBELO, Glória (2006) – Por uma cooperação Portugal, China, África. In **Cadernos de Economia**, pp. 118-121. Lisboa : ISEG, UTL, 2006.

REICH, Robert B. (1991) – **The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st-Century Capitalism**. Nova Iorque : Knopf, 1991.

REIS CONDESSO, Fernando (2005) – **Ordenamento do Território – Administração e Políticas Públicas**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005. ISBN 972-8726-50-3.

ROBERTSON, James (1987) – Work, money and local economy: some directions for the future. In SUTTON, Alan – **Local Initiatives: alternative path for development**. Maastricht : Presses Interuniversitaires Européennes, 1987. ISBN 90-7077-614-6.

SANJUAN, Thierry (2000) – **La Chine – Territoire et société**. Paris : Hachette Livre, 2000. ISBN 2011451310.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994) – **Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade**. Porto : Edições Afrontamento, 1994. ISBN 972-36-0330-6.

SANTOS, Boaventura de Sousa, GOMES, Conceição (1998) – **Macau – O pequeníssimo Dragão**. Porto : Edições Afrontamento, Fundação Oriente, 1998. ISBN 972-36-0460-4.

SASSEN, Saskia (1996) – Cities and communities in the global economy: Rethinking our concepts. In **American Behavioral Scientist** n.º 39, pp. 629-639.

SCHEER, Günter, ZOBL, Anneliese (1990) – Externally induced regional development on the western side of the “iron curtain”: attempts at indigenous regional development in Austria’s rural areas. In STÖHR, Walter (1990) – **op. cit.**, pp.295-327.

SCHUMPETER, Joseph (1942) – **Capitalism, socialism and democracy**. Nova Iorque : Harper Perennial, 1962. ISBN 978-0061330087.

SCOTT, James (1985) – **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. Nova Haven Conn : Yale University Press, 1985. ISBN 978-0300036411.

SEABRA, Leonor (1992) – **Macau. Breve Abordagem Histórica**. Macau : Revista de Estudos Luso-Asiáticos, 1992.

SHAPERD, Albert (1981) – **Entrepreneurship: key to self renewing economies**. Economic Development Commentary 5, pp. 19-23.

SILVA, Manuela (2000) – A Economia Social – Uma ponte para a nova cultura empresarial? In **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.28-32. Lisboa : Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento-MTS, 2000. ISSN 0873-8858.

STEINLE, Wolfgang J., MOYA, Deborah (1990) – Background and structure of a European programme for local development strategies. In STÖHR, Walter (1990) – **op. cit.**, pp.377-411.

STÖHR, Walter (1990) – **Global Challenge and the Local Response – Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe**, pp.1-54. London : Mansell, 1992. ISBN 0-7201-2064-0.

STÖHR, Walter B. (1984) – Quantitative, qualitative and structural variables in the evaluation of regional development policies in Eastern and Western Europe. In DEMKO, George - **Regional Development and Policies in Eastern and Western Europe**. Londres : Croom Helm, 1984. ISBN 978-0312669058.

STÖHR, Walter B. (1985) – Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies. In MUSTO, Stefan, PINKELE, Carl - **Europe at the Crossroads**. Nova Iorque : Praeger Publishers, 1985. ISBN 978-0275901479.

STÖHR, Walter B. (1986) – Regional innovation complexes. In **Papers of the Regional Science Association**, vol. 59, pp. 29-44.

STÖHR, Walter B. (1987) – Regional economic development and the world economic crisis. In **International Social Science Journal**, vol. 112, pp.98-187.

STÖHR, Walter et al. (2001) – Introduction. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.1-20.

STÖHR, Walter et al. (2001) – Subsidiarity: a key concept for Regional Development Policy. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.35-52.

STÖHR, Walter, EDALIN, Josefa, MANI, Devyani (2001) – **New Regional Development Paradigms (Volume 3). Decentralization, Governance, and New Planning for Local-Level Development.** Westport : United Nations Centre for Regional Development-Greenwood Press, 2001. ISBN 0-313-31767-4.

STORPER, Michael (1997) – **The regional world: territorial development in a Global Economy.** Nova Iorque : Guilford, 1997. ISBN 1572303158.

STORPER, Michael, SCOTT, Allen (1988) – The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. In WOLCH, J., DEAR, M. – **The power of Geography: How territory shapes social life.** Londres : Unwin Hyman, 1989.

STORPER, Michael, WALKER, Richard (1989) – **The capitalism imperative. Territory, technology and industrial growth.** Nova Iorque : Blackwell Publishers, 1989. ISBN 978-0631165330.

SUTTON, J. Francis (1988) – Development ideology: its emergence and decline. In **Daedalus**, 118, n.º1, pp.35-67.

SYRETT, Stephen (1995) – **Local Development – Restructuring, locality and economic initiative in Portugal.** Aldershot : Avebury, 1995. ISBN 1-85628-484-0.

TAVARES DA SILVA, Jorge (2005) - Os desafios da integração da China na economia global. In **Economia e Gestão**, n.º 3/ 2005, Vol. X, pp.77-91. Lisboa : Escola de Gestão do ISCTE, 2005. ISSN 0873-7444.

TAVARES, Domingos (2001) – Cities of the sea. In **Culture of Metropolis in Macau – An International Symposium on Cultural Heritage – Strategies for the Twenty-first Century.** Macau : Instituto Cultural do Governo de Macau, 2001, pp. 235-238. ISBN 99937-0-007-X.

TÖRNQUIST, G. (1987) – **Creativity: a geographical perspective.** European Science Foundation Workshop – World Economy and Spatial Organization of Power, Jerusalém, 1 a 4 de Setembro de 1987.

TREMBLAY, Marielle, TREMBLAY, Pierre-André, TREMBLAY, Suzanne (2002) – **Développement local, économie sociale et démocratie.** Québec : Presses de l'Université du Québec, 2002. ISBN 2-7605-1182-0.

TRIGO, Virginia (2003) - Empreendedorismo, instituições e crescimento económico: o caso da China. In **Economia e Gestão**, n.º 2/ 2003, Vol. VIII, pp.133-160. Lisboa : Escola de Gestão do ISCTE, 2003. ISSN 0873-7444.

VACHON, Bernard (2000) – Desenvolvimento Local não é um Produto, é um processo que não acabará. In **A Rede**, n.º 15, pp.22-26.

VASQUEZ-BARQUERO, Antonio (1990) – Local development initiatives under incipient regional autonomy: the Spanish experience in the 1980's. In STÖHR, Walter (1990) – **op. cit.**, pp.328-376.

VIDAL, Avis (1996) – CDCs as agents of neighborhood change: the state if the art. In **Revitalizing urban neighborhoods**, pp. 149-163. Lawrence, Kansas : University Press of Kansas, 1996.

WALLERSTEIN, Jacques (1988) – Development: Lodestar or illusion. In **Economic and political weekly**, 23, 39 (24 Setembro), pp.2017-2023.

WALTON, John (1989) – Debt protest, and the state in Latin America. In ECKSTEIN, Susan – **Power and popular protest: Latin America social movements**, Capítulo 10. Berkeley : University of California Press, 1989.

WALZER, Norman, YORK, Lori (1998) – Public-private partnerships in US Cities. In **Public-Private Partnerships for Local Economic Development**. Londres : Praeger, 1998. ISBN 0-275-96153-2.

WASSMER, Robert W. (1994) - Can local incentives alter a metropolitan city's economic development?. **Urban Studies**. Glasgow, 31, 8, pp.1251-1278.

WORK, Robertson (2001) – Decentralization, Governance, and Sustainable Regional Development. In STÖHR, Walter, et al. (2001) – **op. cit.**, pp.21-34.

XU LUODAN (2002) - Labor Standarts and FDI in China: some survey finding from Guangdong province. In **Economia e Gestão**, n.º 2/ 2002, Vol. VII, pp. 89-125. Lisboa : Escola de Gestão do ISCTE, 2002. ISSN 0873-7444.

ZADEK, S., HOJENSEARD, N., RAYNARD, P. (2000) – **The new economy of Corporate Citizenship**. Copenhaga : The Copenhagen Center, 2000.